

LINGUÍSTICA E TEXTO / DISCURSO

Teoria, Descrição, Aplicação.



JOAQUIM FONSECA

ICALP

IDENTIDADE
LÍNGUA PORTUGUESA

Neste volume, JOAQUIM FONSECA reúne estudos, elaborados em diferentes momentos temporais, sobre a organização e funcionamento dos discursos em português contemporâneo, numa perspectiva teórica, descritiva e aplicada ao ensino. A dimensão descritiva é particularmente explorada na análise de discursos de imprensa.

IDENTIDADE
SÉRIE LÍNGUA PORTUGUESA

LINGUÍSTICA
E TEXTO/DISCURSO
Teoria, Descrição, Aplicação

JOAQUIM FONSECA

LINGUÍSTICA E TEXTO/DISCURSO

Teoria, Descrição, Aplicação

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

1992

FONSECA, Joaquim

Linguística e Texto/Discurso: Teoria, Descrição, Aplicação / Joaquim Fonseca.
— Lisboa: Ministério da Educação. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa;
Nice: Universidade de Nice, 1992. — 380 p.; 16×23 cm. — (Identidade: Língua Portuguesa)

ENSINO DE LÍNGUAS — LÍNGUA MATERNA — LINGUÍSTICA

Título

LINGUÍSTICA E TEXTO/DISCURSO

TEORIA, DESCRIÇÃO, APLICAÇÃO.

1.ª edição — 1992

**INSTITUTO DE CULTURA E LÍNGUA PORTUGUESA
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

© *Instituto de Cultura e Língua Portuguesa*

Divisão de Publicações

Praça do Príncipe Real, 14-1.º — 1200 Lisboa

Direitos de tradução, reprodução e adaptação reservados para todos os países

Tiragem

3000 exemplares

Capa

Pintura a óleo sobre tela colada em contraplatex, 1972

Dim.: 88×67 cm., de Artur Bual

Composição e impressão

A. Coelho Dias, S.A.

Rua Conde das Antas, 48-A — 1000 Lisboa

Depósito Legal n.º 61 297/92

ISBN 972-566-188-5

ISSN 0871-441X

COERÊNCIA E COESÃO NAS UNIDADES LINGUÍSTICAS

Na reflexão, só recentemente iniciada pela Linguística, sobre as unidades «above the sentence» (na terminologia aqui adoptada, «além-Enunciado») ou, mais estritamente, sobre o *Texto*, duas metalexias — **coesão e coerência** — *concorrem* como designação de uma fundamentalmente idêntica dimensão central de tais produtos verbais, que se poderá enunciar sumariamente como *a continuidade de sentido que os percorre, os unifica como mensagem global realizada numa sequência de Enunciados (ENs)*.

Tais metalexias são, na verdade, amplamente utilizadas como genericamente equivalentes ⁽¹⁾; não raro, porém, elas remetem para aspectos, sem dúvida interligados, mas distintos, da configuração do texto.

Em ordem a estabelecer inequivocamente o sentido em que tomo aqui *coesão*, passarei em revista, embora de modo breve, o que julgo ser basicamente *intendido* no uso de tais metalexias. As considerações que desenvolverei conduzirão a uma definição das noções veiculadas em tais designações (e, conseqüentemente, das suas interligações), e ao mesmo tempo permitirão mostrar que as realidades para que remetem não constituem dimensões estritamente do texto, antes se revelam em todos os *signos extensos* ⁽²⁾ (isto é, que resultam da combinação de *elementos livres*), a saber, o *Sintagma*, o *Enunciado* e o *Texto*.

1. COESÃO

1.1 Num trabalho largamente pioneiro, M. A. K. Halliday e R. Hasan (Halliday-Hasan, 1976) ⁽³⁾ reúnem sob a designação de «texture» (*textura*) um complexo de propriedades que tomam como caracterizadoras do *Texto*: «The concept of TEXTURE is entirely appropriate to express the property of 'being a text'. A text has texture, and this

is what distinguishes it from something that is not a text. It derives this texture from the fact that it functions as a unity with respect to its environment» (p. 2).

Consubstancia-se, assim, a *textura* nos traços que fazem de um produto verbal um todo semântico unificado, como tal funcionando globalmente numa situação de comunicação, em que se inscreve por forma adequada. Por isso, o texto surge na visão de Halliday-Hasan (que subscrevo por inteiro) basicamente como «a continuum of meaning-in-context» (p. 25), «a unit of language in use» (p. 1) — independentemente da sua extensão: «It [a text] may be anything from a single proverb to a whole play, from a momentary cry for help to an all-day discussion on a committee» (p. 1). É sabido que qualquer unidade linguística — mesmo a morfema, em contextos particulares — pode funcionar como texto.

Abandonando os casos em que esta unidade linguística se realiza num só Enunciado (EN) ou mesmo em entidades de nível inferior, Halliday-Hasan procuram levantar os recursos que o inglês (como, naturalmente, cada uma das línguas) dispõe para a criação de *textura*, recursos que transparecem especificamente no texto e o distinguem «from a disconnected sequence of sentences» (p. 1) (4).

1.2 Reconhecem os Autores uma «*textura externa*» (a) e uma «*textura interna*» (b).

- a) Cabe na «*textura externa*» tudo o que respeita a «the external factors affecting the linguistic choices that the speaker or writer makes», o que tem a ver com «the nature of the audience, the medium, the purpose of the communication and so on» (p. 21).

Considerado sob este ângulo, o texto revelará uma consistência própria, concretizada, por um lado, basicamente numa *continuidade temática* e, por outro, numa certa *uniformidade* ou *homogeneidade* no que tange a aspectos variados, nomeadamente ao nível de língua e ao «*género*» (ou «*rhetorical form*», p. 22). Halliday-Hasan fazem uma muito breve referência a estas dimensões, introduzidas em termos de «*field*», «*mode*» e «*tenor*» que «collectively define the context of situation of a text» (p. 22) (5). Numa formulação sintética, Halliday-Hasan identificam os aspectos exteriores da *textura* com o que designam

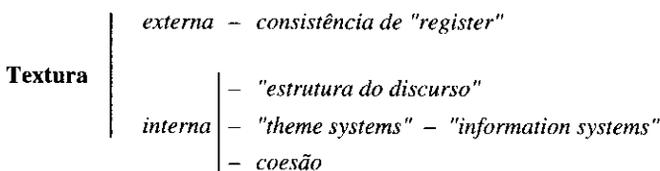
«consistency of register» (que assegura a «continuity of meaning in relation to the situation» — p. 23), entendendo por «register» «the set of semantic configurations that is typically associated with a particular CLASS of contexts of situation, and defines the substance of the text: WHAT IT MEANS, in the broadest sense, including all the components of its meaning, social, expressive, communicative and so on as well as representational» (p. 26) (6).

b) Por sua vez, a «textura interna» respeita à organização sequencial intrínseca do texto, à sua *sintagmática imanente*, e manifesta-se em três níveis diferenciados:

- (i) ao nível **supra-EN**, como a «‘macrostructure’ of the text, that establishes it as a text of a particular kind — conversation, narrative, lyric, commercial correspondence and so on» (p. 324), ou seja, como «the structure of discourse», «the larger structure that is a property of the forms of discourse themselves: the structure that is inherent in such concepts as narrative, prayer, folk-ballad, formal correspondence, sonnet, operating instructions, television drama and the like» (p. 326-327) (7).
- (ii) ao nível do **EN** (ou **intra-EN**), como «the textual structure that is internal to the sentence» (p. 324), ou seja, certas dimensões da organização interna do EN considerado «in its role as the realization of text» (p. 326). Referem-se aqui Halliday-Hasan, por um lado, à organização do EN em **tema/rema** («theme systems», p. 325), e, por outro lado, à sua estruturação em termos de articulação de unidades de informação «conhecida» ou «dada» («given») e «não conhecida» ou «nova» («new») — («the information systems» — p. 325-326);
- (iii) ao nível **inter-ENs**, como complexo de laços semânticos que conectam os ENs (contíguos ou não contíguos) — nexos que preenchem o que designam de **coesão**, tomada em sentido estrito. A *coesão* respeita,

assim, imediatamente às conexões semânticas entre ENs sintacticamente independentes, isto é, não reunidos em *construção gramatical*, não congregados pelo que Halliday-Hasan chamam *estrutura* («structure»). (Ver, porém, adiante 1.6).

Numa representação esquemática, teremos, pois:



Halliday-Hasan não deixam de sublinhar a forte interconexão entre a «textura externa» e a «textura interna», que só metodologicamente são separáveis: «the internal and the external aspects of 'texture' are not wholly separable, and the reader, or listener, does not separate them when responding unconsciously to a passage of speech or writing. But when the linguist seeks to make explicit the basis on which these judgments are formed, he is bound to make observations of two rather different kinds. The one concerns relations within language patterns of meaning realized by grammar and vocabulary; the other concerns the relations BETWEEN the language and the relevant features of the speaker's and hearer's (or writer's and reader's) material, social and ideological environment» (p. 20).

Halliday-Hasan debruçam-se sobre a «textura interna», e em particular sobre a sua componente *coesão*, deixando de lado, depois de uma caracterização sumária, os aspectos que tangem à «textura externa»: «The situational properties of texts, which are now beginning to be studied in greater detail and with greater understanding, constitute a vast field of enquiry which lies outside our scope here» (p. 21).

As dimensões que os Autores reúnem na textura preenchem a «*textual or text-forming component*» de um sistema linguístico, componente intimamente ligada às duas outras que neste reconhecem — a *componente ideacional* e a *interpessoal* (Ver p. 26-30). Aquela primeira «comprises the resources that language has for creating text, in the sense in which we have been using the term all along: for being operationally relevant and cohering within itself and with the context of situation» (p. 27).

1.3 De entre os «text-forming resources» de uma língua avultam, na perspectiva de Halliday-Hasan, os que realizam a *coesão*. Os Autores atribuem-lhe uma singular relevância, a ponto de em muitas formulações ‘tomarem a parte pelo todo’, ou seja, a ponto de cometerem em exclusividade à *coesão* o papel diferenciador entre texto e «não-texto»: «Cohesion is the set of meaning relations... that distinguishes text from ‘non-text’...» (p. 26). (Formulações análogas abundam ao longo do trabalho).

Interessa-me captar mais de perto as dimensões que Halliday-Hasan englobam na sua noção de *coesão*, e desse modo marcar a sua especificidade no seio de todos os aspectos que perfazem a *textura*.

1.3.1 Numa formulação genérica, Halliday-Hasan reúnem sob a designação de *coesão* todos os nexos semânticos que se estabelecem entre os ENs por que se realiza o texto. Têm, porém, consciência do carácter extremamente vago de uma tal asserção: «To say that two sentences cohere by virtue of relations in their meaning is not by itself very precise. Practically any two sentences might be shown to have something to do with each other as far as their meanings is concerned» (p. 11). Muitos desses modos de inter-relação são deveras fluidos — pensam Halliday-Hasan — e não seria fácil dar deles uma caracterização objectiva satisfatória. Escapariam, assim, a uma sistematização clara, e o seu papel na estruturação do texto seria difícil de avaliar em termos precisos. Ao lado destes laços há, porém — continuam os Autores —, «one specific kind of meaning relation that is critical for the creation of texture: that in which ONE ELEMENT IS INTERPRETED BY REFERENCE TO ANOTHER. What cohesion has to do with is the way in which the meaning of the elements is interpreted. *Where the interpretation of any item in the discourse requires making reference to some other in the discourse, there is cohesion*» (p. 11; o sublinhado é meu).

As relações assim explicitamente marcadas entre os ENs por que se realiza o texto são susceptíveis de uma clara sistematização: elas cabem num número restrito de categorias — *referência, substituição, elipse, conjunção e coesão lexical*. Cada uma destas categoriaas «is represented in the text by particular features — repetitions, omissions, occurrence of certain words and constructions — which have in common the property of signalling that the interpretation of the passage in question depends on something else. If that ‘something else’ is verbally explicit, then there is cohesion» (p. 13).

Daquelas cinco categorias de nexos coesivos, as quatro primeiras perfazem o que Halliday-Hasan designam *coesão gramatical* (que analisam demoradamente nos capítulos 2, 3, 4 e 5, respectivamente); a última daquelas categorias (*coesão lexical*) é caracterizada, muito mais brevemente, no capítulo 6, onde os Autores distinguem *coesão lexical* por *reiteração* de um item («A reiterated item may be a repetition, a synonym or near-synonym, a super-ordinate, or a general word; and in most cases it is accompanied by a reference item, typically *the* (p. 278)) e por «*collocation*» (nexos coesivos estabelecidos na base de «the association of lexical items that regularly co-occur» — p. 284).

1.3.2. Fica patente que a dimensão básica contida na noção de coesão desenvolvida por Halliday-Hasan é a **dependência semântica explicitamente** assinalada entre os ENs por que se realiza o texto — dependência semântica no sentido estrito já acima assinalado e que interessa sublinhar de novo: «Cohesion occurs where the INTERPRETATION of some element in the discourse is dependent on that of another. The one PRESUPPOSES the other, in the sense that it cannot be effectively decoded except by recourse to it. When this happens, a relation of cohesion is set up, and the two elements, the presupposing and the presupposed, are thereby at least potentially integrated into a text» (p. 4).

Importa, porém, salientar que este princípio insistentemente sublinhado como crucial por Halliday-Hasan ⁽⁸⁾, por um lado, se aplica de modo diferenciado (a) e, por outro lado, *não é pertinente* em algumas das manifestações da *coesão* configuradas pelos Autores (b).

- a) Os laços coesivos realizados por *referência*, por *substituição* e por *elipse* (que constitui uma «substituição por zero») *esgotam-se*, sem dúvida, numa conexão de dependência semântica no sentido enunciado; os elementos «pressupponentes» são *diafóricos* (anafóricos ou catafóricos nos dois primeiros casos, anafóricos no terceiro) e colhem a sua interpretação em outro(s) elemento(s) verbalizado(s), no co-texto.

Aos laços coesivos estabelecidos por *conjunção* aplica-se também o princípio da *dependência semântica*, *mas em termos inequivocamente diversos*. Repare-se: «They [«conjunctive elements»] are not primarily devices for reaching out into the preceding (or following) text, but they express certain meanings which presuppose the presence of other components in the dis-

course» (p. 226). Atente-se: *aqui o elemento «pressuponente» não surge* (ao contrário do que vimos ocorrer nos casos acima referidos) *como termo a interpretar*, antes como termo que estabelece, pelo seu próprio significado, uma relação a cumprir entre os ENs que articula. Pois que as «conjunctive relations are not 'phoric'» (p. 321), em rigor nelas não se consoma *uma dependência semântica* nos termos escritos em que Halliday-Hasan a configuram. Só, pois, em sentido algo dilatado poderemos ver desenhada através das «conjunctive relations» uma conexão de *dependência semântica*. Isso não escapa aos Autores, que, confrontando a *coesão* realizada por *conjunção* com a que se consoma por *referência*, *substituição* e *elipse*, concluem: «With conjunction... we move into a different type of semantic relation, on which is no longer any kind of search instruction, but a specification of the way in which what is to follow is systematically connected to what has gone before» (p. 227). Esta caracterização não conduz, porém, Halliday-Hasan a renunciar ao princípio explicativo da *dependência semântica*, que mantêm como válido nos seguintes termos: por *conjunção* «some relation is established between the meanings of two continuous passages of text, such that *the interpretation of the second is dependent on the relation in which it stands to the first*» (p. 308; o sublinhado é meu).

Finalmente, algumas (*mas só algumas*) das conexões que Halliday-Hasan inscrevem na *coesão lexical participam* (*mas nela não se esgotam* como nos casos da *coesão por referência*, *substituição* e *elipse*) da relação de *dependência semântica*: é o que acontece na *reiteração* de elemento nominal precedido de diafórico, em que se congrega, portanto, *coesão por referência* com *coesão lexical*. Todos os outros nexos que cabem na *coesão lexical* se furtam, como veremos em *b)*, ao princípio explicativo da *dependência semântica tal como o apresentam Halliday-Hasan*.

- b)* A *dependência semântica* estabelecida pela via de uma «presuposição resolvida» no co-texto não tem cabimento como princípio explicativo dos nexos semânticos que Halliday-Hasan congregam na *coesão lexical estrita* ou «*coesão lexical pura*», isto é, a que se manifesta como «a function simply of the co-occurrence

of lexical items» de algum modo interligados no sistema, e independentemente de qualquer tipo de «relation of reference» (p. 283). Na verdade, em qualquer das manifestações da «coesão puramente lexical» (quer por *reiteração*, nas suas diferentes modalidades, já acima especificadas, quer por «*collocation*») não há lugar à «resolução de uma pressuposição», no sentido que já conhecemos.

Halliday-Hasan disso se apercebem, sem dúvida (ver particularmente pp. 288-290). Teimam, no entanto, em considerar válido também neste domínio aquele princípio. Fazem-no porém, de modo excessivamente artificial, através de uma generalização demasiado ampla, que mais do que legitimar a validade daquele princípio torna visível a sua não pertinência. O caminho seguido pelos Autores para a manutenção, no domínio da «coesão puramente lexical», do princípio de que há lugar a laço coesivo entre ENs quando entre eles se estabeleça a «resolução de uma pressuposição» é o de assinalar que a interpretação de um qualquer item lexical é, num texto, sempre *dependente* do contexto verbal, do co-texto, em que tal item se inscreve: «The environment *determines* the 'instantial meaning' or text meaning, of item, a meaning which is unique to each specific instance. In reading or listening to text, we process continuously, and therefore by the time any given lexical item is taken in, its context has already been prepared» (p. 289); esse co-texto (e nele em particular o co-texto lexical) «frequently provides a great deal of hidden information that is relevant to the interpretation of the item concerned» (*ibidem*; o sublinhado é meu).

É notório que não se trata aqui da conexão «pressuponente-pressuposto», antes da assumpção por parte de cada elemento de um texto de um *valor de comunicação* específico (de um «instantial meaning») que decorre da interdependência que a todos reúne no seio de um *universo de discurso* justamente configurado em todo o texto — o que se aplica a todos os itens lexicais, independentemente de, *em competência* (no sistema), estarem ou não inter-relacionados.

Decididamente (e tal como as «relações conjuntivas» — ver acima), as conexões que cabem no âmbito da «coesão lexical pura» não são «fóricas» (diafóricas), e a elas se não pode aplicar o princípio básico da *dependência semântica* proposto por Halliday-Hasan. Quanto a mim, mais valeria renunciar à generalização excessiva (e improcedente) que os Autores propõem, e assumir inequivocamente um outro tipo de expli-

cação para a *coesão lexical pura*, a saber, o da **equivalência semântica** entre os itens lexicais consubstanciada na *recorrência sémica* (mais ou menos ampla) e em *laços semânticos* (não estritamente *intensionais*, mas também *extensionais*) estabelecidos na base da *associação, oposição, participação...* e outros modos de interligação de difícil classificação «in systematic semantic terms» (p. 285). A estes múltiplos laços entre itens lexicais projectados em discurso (laços *que não envolvem identidade de referência*) vem-se dando também a denominação genérica de «*cross-reference*», a separar dos que envolvem estritamente *identidade de designado* e a que convém a expressão *co-referência*.

Observe-se que são justamente estes laços que não envolvem identidade de designado ou de referência que são convocados na *coesão lexical pura* de Halliday-Hasan, tornando-se, pois, desnecessário invocar a todo o custo a conexão de *dependência semântica* — que, de resto (como julgo ter ficado demonstrado), não tem aqui aplicação.

A esta luz, mantêm-se perfeitamente válidas todas as outras considerações tecidas por Halliday-Hasan a propósito da *coesão lexical pura*, nomeadamente

- (i) no que concerne à *reiteração* — que ela não é «in any way dependent on the relation of reference» (p. 283);
- (ii) no que respeita à *colocação* («collocation») — que «the relative strength of the collocational tensions is really a function of two kinds of relatedness, one kind being relatedness in the linguistic system and the other being relatedness in the text» (pp. 289-290).

Sendo assim, na avaliação da *coesão lexical* há que ter em conta dois factores básicos: por um lado, o grau de interconexão dos itens lexicais no sistema (em termos de *sinonímia, hiperonímia-hiponímia, colocação...*); por outro lado, o grau de proximidade, entre os itens assim relacionados, no texto «in the simple sense of the distance separating one item from another, the number of words or clauses or sentences in between» (p. 290). Na verdade, «The cohesive force that is exerted between any pair of lexical items in a passage of discourse is a function of their relative proximity in these two respects» (*ibidem*) (9).

Convirá ainda assinalar um outro ponto quanto à *coesão lexical*, adequadamente referido por Halliday-Hasan. Ao contrário do que se

passa na *coesão gramatical*, em que os elementos que a instauram «all explicitly presuppose some element other themselves» (p. 288), na *coesão lexical* «it is not a case of there being particular lexical items which always have a cohesive function. EVERY lexical item MAY enter into a cohesive relation, but *by itself it carries no indication whether it is functioning cohesively or not*. That can be established only by reference to the text» (*ibidem*; o sublinhado é meu).

1.4. As considerações desenvolvidas nos números precedentes permitiram já, a par de algumas anotações críticas, deixar caracterizada de modo suficientemente claro a noção de *coesão* proposta por Halliday-Hasan, e assinalar a sua especificidade entre os «text-forming resources» de um sistema linguístico.

Congregando os aspectos assinalados com os contidos em outras formulações equivalentes ou próximas distribuídas ao longo do trabalho de Halliday-Hasan, convirá reter como fundamentais os seguintes pontos:

- (i) a *coesão* concerne aos traços que caracterizam o texto como objecto linguístico, não no que tange ao que ele significa («Cohesion does not concern what a text means» — p. 26 — dimensões que os Autores congregam na noção de «register»; ver, porém, o contido acima na nota 6) — antes no que diz respeito ao modo como ele está construído como edifício semântico (a *coesão* «concerns how the text is constructed as a semantic edifice» — *ibidem*). Por isso, a *coesão* é uma dimensão comum a todos os textos, neles se manifestando embora de modos diferenciados: «The meaning relations which constitute cohesion are a property of text as such, and hence they are general to texts of all types, however much they may differ in the particular form they take in one text or another» (p. 26);
- (ii) a *coesão* constitui, na formação do texto como edifício semântico, complemento indispensável dos seus «substantive meanings», pois serve à articulação explícita de uns com os outros (p. 26); aos recursos para a *coesão* de que dispõe um dado sistema linguístico compete «a kind of catalytic function in the sense that, without cohesion, the remainder of the semantic system cannot be effectively activated at all» (p. 28);

- (iii) a *coesão* é realizada por *recursos idiomáticos* (isto é, específicos de um dado sistema linguístico), manifestados *explicitamente na imanência do texto, na sua sintagmática interna*, onde desenham «relations within the language» p. 20); tais recursos apresentam (ou assumem), pois, um carácter eminentemente **relacionador**, garantindo a consistência interna do edifício semântico que é o texto, assegurando uma **continuidade semântica** entre os ENs por que este se concretiza: «When we consider cohesion... we are investigating the linguistic means whereby a text is enable to function *as a single meaningful unit*» (pp. 28-30; o sublinhado é meu). A forma mais expressiva que Halliday-Hasan encontram para sublinhar este aspecto, efectivamente básico na caracterização da *coesão*, pode encontrar-se na p. 303: a *coesão* «provides, for the text, which is a semantic unit, the sort of continuity which is achieved in units at the gramatical level — the sentence, the clause and so on — by grammatical structure»;
- (iv) a *coesão* consubstancia-se em nexos de *dependência semântica* (acima especificados) e de *equivalência semântica* (na interpretação que acima dei das conexões que perfazem a *coesão lexical pura*).

1.5. Antes de prosseguir com a referência a alguns outros aspectos do trabalho de Halliday-Hasan que interessam ainda à caracterização da noção de *coesão*, convirá determo-nos um pouco numa avaliação crítica de algumas dos dimensões atrás assinaladas.

- a) Importa, em primeiro lugar, explicitar que considero «excessiva» a demarcação que estabelecem os Autores entre «o que o texto significa» e as conexões semânticas que perfazem a sua noção de *coesão*. É que, quanto a mim, os nexos coesivos *são parte integrante do que o texto significa*, onde, de resto alguns deles assumem um relevo particular. É certo que se trata de um significado eminentemente **relacional** ou **relacionador**, mas sempre fortemente fundido com os «substantive meanings» do texto. Tenham-se em conta, a este respeito, particularmente as conexões estabelecidas por *conjunção* e as que preenchem a *coesão lexical*.

Observe-se, ainda a este propósito, que me surge igualmente deveras «excessiva» a demarcação entre «o que o texto significa» e «o modo como ele está construído como edifício semântico»: este último constitui, por si mesmo, também, e iniludivelmente, uma dimensão do sentido do texto.

- b) Em segundo lugar, é, quanto a mim, insustentável atribuir à *coesão* (tal como a concebem Halliday-Hasan, na base da consideração estrita da sintagmática imanente do texto — ver acima) o papel fulcral de garantia da unidade semântica do texto, da sua continuidade de sentido. (Relembremos: «When we consider cohesion... we are investigating the linguistic means whereby a text is enable to function as a single meaningful unit» pp. 28-30).

É, efectivamente, irrefutável que para Halliday-Hasan a *coesão* se consubstancia em nexos manifestados *em superfície*, ou seja, manifestados concretamente em instrumentos linguísticos projectados explicitamente em discurso. Por isso, é uma constante, ao longo do trabalho, a exigência do «*explicitamente verbalizado*»: «Cohesion is a semantic relation between an element in the text and some other element that is crucial to the interpretation of it. *This other element is also to be found in the text*» (p. 8); na *coesão* cabem os elementos que têm em comum «the property of signaling that the interpretation» de um dado segmento do texto «depends on 'something else'. If that 'something else' is *verbally explicit*, then there is cohesion» (p. 13; o sublinhado é meu). Poderia multiplicar as citações; tal não será, porém, necessário, pois bastará atentar em que sempre Halliday-Hasan operam com elementos linguísticos explicitamente presentes no texto (repare-se que, na *elipse*, o explícito está realizado por *zero* — *elipse* como «substitution by zero»).

Ora, é da experiência de cada um de nós que a continuidade semântica de um texto radica, em muitos momentos, em informações disponíveis a partir do contexto não verbal, das coordenadas da enunciação — logo, em informações *implícitas*, agregadas ao texto, mas não verbalizadas. Sendo assim, é ilegítimo pretender que a continuidade de sentido típica do texto seja um dado estritamente dos instrumentos verbais explicitamente realizados e que ela seja, em particular, assegurada pelos recursos que Halliday-Hasan integram na sua noção de *coesão*.

Esclareça-se que estes aspectos atinentes às *informações implícitas* que se agregam necessariamente a um texto (e nele operam fortemente, tanto ao nível da sua *produção* como da sua *recepção-interpretação*) não são contemplados por aquilo que Halliday-Hasan consideram «the situational properties of the text» (p. 21 — ver referência já feita acima). Estas respeitam exclusivamente às dimensões que os Autores reúnem na noção de «register», e nela cabe, como se viu, apenas o que tange à *continuidade temática* e a aspectos da homogeneidade do texto, tais como *nível de língua* utilizado e «rhetorical form». (Ver, acima 1.2.). Na verdade, no trabalho de Halliday-Hasan *nunca é equacionado o contributo das coordenadas da enunciação* para o desenho da continuidade de sentido do texto, e em particular o que toca às informações deixadas *implícitas* pelo locutor — aspecto que, como terei a oportunidade de sublinhar, é fundamental neste domínio.

Por isso, são (pelo menos) surpreendentes algumas das considerações tecidas por Halliday-Hasan a páginas 299-303, nomeadamente as que em seguida surgem sublinhadas: «The continuity that is provided by cohesion consists, in the most general terms, in expressing at stage in the discourse the points of contact with what has gone before. The significance of this lies in the simple fact that there are such points of contact: that some entity or some circumstance, some relevant feature or some thread of argument persists from one moment to another in the semantic proces, as the meanings unfold. *But it has another more fundamental significance, which lies in the interpretation of the discourse. It is the continuity provided by cohesion that enables the reader or listener to supply all the missing pieces, all the components of the picture which are not present in the text but are necessary to its interpretation*» (p. 299; o sublinhado é meu).

Na minha opinião, não se vê como é possível cometer tal alcance à *coesão nos termos em que Halliday-Hasan a caracterizam*, ou seja, atendendo, como se viu, exclusivamente à *imanência do texto* e neste *apenas* às conexões explícitas realizadas por *instrumentos* ou *recursos sintácticos* (tais como os que são considerados nas categorias da *referência*, da *substituição*, da *elipse*, da *conjunção*) e às que são instauradas no domínio da *coesão lexical pura*.

Da mesma forma, não é visível, atentas as considerações já tecidas nos números anteriores, como podem os Autores atribuir à (*sua*) *coesão* este outro papel, a saber, o de «*actually enabling*» o receptor de um texto «*to interpret it and determining how he does so*» (p. 303; o sublinhado é meu).

Julgo que ao cometerem este papel crucial à *coesão*, Halliday-Hasan tomam de novo ‘a parte pelo todo’: ao referirem-se à *coesão*, estritamente, têm em mente *todas as dimensões da textura* (interna e externa) e não apenas o sub-conjunto delas que denominam *coesão*.

Convirá adiantar aqui que a noção de *coesão* que adoptarei abarcará inequivocamente aspectos que *legitimarão* estes papéis que Halliday-Hasan lhe atribuem — mas sem fundamento suficiente, como tentei mostrar. Por isso, se reterei na noção de *coesão* os aspectos que nela integram Halliday-Hasan (e que acima ficaram referenciados), nela farei incluir outros não contemplados por estes Autores, de forma a que se cumpra efectivamente e por inteiro a dimensão essencial que adequadamente eles reconhecem na *coesão* — *a que tange aos nexos que basicamente respondem pela unidade semântica, pela continuidade de sentido de um produto verbal*.

- c) Halliday-Hasan partem, como se assinalou em 1.1., de uma adequada caracterização do texto e das relações EN-texto. No entanto, esta perspectiva eminentemente **textual** (que respeita à caracterização de uma sequência de ENs *a partir da, na base da consideração de uma unidade semântica global adequadamente agregada a uma situação de comunicação*) é, *em rigor*, abandonada na análise da *coesão*: como se viu, os Autores apenas atendem ao que, *na sintagmática imanente do texto*, surge explícita e imediatamente como instrumento de ligação entre ENs. Sendo assim, a perspectiva tomada na caracterização da *coesão* é mais propriamente **co-textual**, já que o que está em causa não é senão um sub-conjunto de aspectos da configuração explícita de cada EN de uma sequência, decorrentes justamente da sua *co-textualização* (tais como a projecção de *relatores*, de *elipse*, de *instrumentos diafóricos*. Ver ainda adiante 1.8.). O que se afirmou parece valer mesmo para o enfoque que é dado às dimensões da *coesão lexical pura*: na sua consideração — feita, de resto, de modo muito breve — *nunca é explicitamente adoptada uma perspectiva que parta do texto como unidade semântica global*.
- d) Finalmente, atentas as dimensões focadas por Halliday-Hasan, logo se torna saliente a ausência de qualquer referência às categorias verbais de *tempo* e *aspecto*, e a todos os outros elementos

de localização temporal. O funcionamento do sistema verbal no texto, em articulação com outros localizadores temporais, constitui uma dimensão central na configuração daquela unidade linguística — dimensão sistematicamente ignorada pelos Autores. Do mesmo modo, não contemplam os Autores aspectos fulcrais de qualquer texto, como são os que respeitam às forças ilocutórias e às dimensões argumentativas.

1.6. Como ficou visto, Halliday-Hasan reservam a noção de *coesão* em sentido específico para um dado complexo de relações semânticas inter-ENs, que atrás ficaram caracterizadas. Trata-se, pois, como também já se assinalou, de relações entre unidades linguísticas sintacticamente independentes, ou seja, não congregadas por nexos que respeitam à configuração de uma *construção gramatical* (em termos de Halliday-Hasan, relações entre unidades linguísticas não reunidas por conexão de «*estrutura*»).

Torna-se, porém, evidente que os nexos semânticos analisados — realizados por *referência*, *substituição*, *elipse*, *conjunção* e pelas correspondências assinaladas entre elementos lexicais que os Autores congregam sob a designação de *coesão lexical* — podem projectar-se também no interior de um mesmo EN, que constitui, como se sabe, uma *construção gramatical* (a *construção gramatical* de nível mais elevado). No que respeita à *coesão lexical* alguns dos laços que nela vimos caber (mais rigorosamente, algumas conexões por «*collocation*») podem mesmo projectar-se entre itens que se congregam em unidades sintagmáticas constituintes do EN (SN, SV).

Por isso, podem Halliday-Hasan afirmar com toda a propriedade que «*cohesion is not, strictly speaking, a relation 'above the sentence'*», antes «*a relation to which the sentence, or any other form of grammatical structure, is simply irrelevant*» (p. 9). Ou seja, os elementos verbais entre os quais se estabelece umnexo coesivo «*may be structurally related to each other, or they may not; it makes no difference to the meaning of the cohesive relation*» (p. 8). Em suma, «*the cohesive relations themselves are the same whether their elements are within the same sentence or not*» (p. 9).

Por outro lado, e também acertadamente, Halliday-Hasan salientam que os nexos «*estruturais*» instaurados entre os elementos que perfazem uma «*unidade gramatical*» cabem legitimamente no âmbito da *coesão*: «*Structure is, of course, a unifying relation. The parts of a sentence*

or a clause obviously 'cohere' with each other, by virtue of the structure» (p. 6). Por isso, «All grammatical units — sentences, clauses, groups, words — are internally 'cohesive' simply because they are structured» (p. 7).

O EN e, dentro dele, cada um dos sintagmas constituintes apresentam, pois, naturalmente, enquanto *construção gramatical*, uma **coesão estrutural** — a que eventualmente se juntam relações coesivas atinentes aos itens lexicais ou realizadas por *referência, substituição, elipse e conjunção*. (Note-se que estas quatro modalidades da *coesão gramatical* só podem projectar-se *entre* sintagmas constituintes do EN, não no seio de cada um deles; a última delas (*conjunção*) está envolvida na configuração do EN composto ou complexo).

A propósito, convém reparar que Halliday-Hasan abandonam aqui sem mais comentários, o princípio crucial que dizem operar na *coesão* — o da relação «pressuponente-pressuposto», no que tange à interpretação do primeiro. Obviamente, ele não tem aqui aplicação — o que, quanto a mim, constitui *séria incongruência* da parte dos Autores na caracterização da *coesão*. A este momento de incongruência deve juntar-se o que advém do facto de o mesmo princípio explicativo não ser também aplicável, em rigor, no que tange à *coesão lexical (pura)*, como tentei mostrar atrás (ver 1.3.2. b).

Anotarei que a expressão acima utilizada — **coesão estrutural** — é retirada de um trabalho de M. A. K. Halliday, já atrás citado (Halliday, 1964), em que o Autor propõe dados essenciais sobre a noção de *coesão*, retomados e ampliados na obra de que me venho ocupando agora. Nesta, aquela expressão não é retida — mas é-o, sem dúvida, o conteúdo básico nela, então, configurado, que acima ficou explicitado.

Terá interesse observar que, na «apresentação» da noção de *coesão* em Halliday, 1964, não é ainda invocado o princípio explicativo fundamental, que tem vindo a ser analisado criticamente, da *dependência semântica* entre um elemento («pressuponente») e um outro («pressuposto»). No entanto, esse princípio é de algum modo introduzido — em termos nada claros, refira-se — e, curiosamente, a propósito da *coesão estrutural*, nomeadamente à que se projecta, no seio do EN («Sentence») composto ou complexo, entre as «clauses» suas constituintes. As articulações entre estas no EN — diz Halliday — «take various forms», de entre as quais se salientam como mais significativas as de «'dependence' and 'liking'», ou seja, em termos «aproximativos» e «tradicionais» (são palavras de Halliday) as de «'subordination' and 'coordi-

nation'...» (Halliday, 1964, p. 304). Ora, justamente, a este passo junta o Autor uma nota (4) que transcrevo: «A more correct theoretical statement of structural cohesion is that it is *presupposition* at the rank of the sentence. Presupposition is the special relation between elements of a non-chain-exhausting structure that have as their exponents terms in a non-choise-exhausting system. Thus in «I'll come if you want me» the structural relation of «conditioning» clause and «conditioned» clause, which is a type of dependence, is one of *presupposition*» (Halliday, 1964, 304; o sublinhado é meu).

O carácter sumário desta referência de Halliday não permite avaliar adequadamente o que *intende* aqui por «pressuposição». Julgo, porém, que não cabe aí o que em Halliday-Hasan, 1976 é configurado sob a mesma designação — que, de resto, como se anotou acima, não tem aplicação nas dimensões «estruturais» da *coesão intra-EN*. Talvez aquilo para que aponta Halliday naquele passo não seja outra coisa que a *interdependência formal* que reúne os termos integrantes de uma *construção gramatical* (onde eles reciprocamente se convocam). Essa interdependência é, com efeito, uma dimensão central da configuração de uma construção gramatical — devendo, então, ser tomada como fortemente actuante na *coesão estrutural* dessas unidades linguísticas. No caso em análise, uma outra interdependência — *semântico-funcional* — reúne as unidades em combinação: talvez que também para esta outra interdependência aponte Halliday naquele passo.

Voltando, porém, a Halliday-Hasan, 1976, e às dimensões coesivas *intra-EN* que estava a analisar, acrescentarei que elas são abandonadas na reflexão desenvolvida pelos Autores, que se centram, como já se fez notar, exclusivamente nas conexões *inter-ENs*, pois consideram que as «cohesive ties between sentences stand out more clearly because they are the ONLY⁽¹⁰⁾ source of texture, whereas within the sentence there are the structural relations as well» (p. 9). É por isso que «In the description of a text, it is the intersentence cohesion that is significant», pois «that represents the variable aspect of cohesion, distinguishing one text from another» (p. 9).

1.7. Halliday-Hasan inscrevem também na «textura interna» dimensões específicas da organização do EN considerado «in its role as the realization of text» (p. 326) — dimensões que apresentam em termos de «theme systems» e «information systems» (ver acima 1.2. *b* (ii)⁽¹¹⁾).

Trata-se, segundo os Autores, de dimensões da estruturação do EN que representam a «*structural counterpart of cohesion*» (p. 326; o sublinhado é meu).

Por esta via, de alguma forma ficam estes aspectos conectados, na visão de Halliday-Hasan, com a *coesão* — mas dela demarcados. Repare-se, porém, que, tal como as conexões coesivas que consideram, estes aspectos, por um lado, também se manifestam como recursos idiomáticos explicitamente concretizados na sintagmática interna do texto, e, por outro lado, são também (se bem que não exclusivamente e, por vezes, não prevalentemente) uma função do co-texto. (Por esta via, inscrever-se-iam também no princípio da *dependência semântica*, se não tomado tão estritamente como o fazem Halliday-Hasan). Para além de tudo isso, é indesmentível que os mecanismos envolvidos nestas dimensões se revelam como centrais na realização da continuidade de sentido entre ENs.

Nestas circunstâncias, surge-me como estranha a não inclusão *por inteiro* das dimensões agora em referência na noção de *coesão* proposta por Halliday-Hasan.

Numa outra publicação, Halliday afirma explicitamente: «The construction of discourse demands resources not only for attaching a sentence to what has preceded it, but also for organizing the sentence in such a way that is appropriate as information in the context». (Halliday, 1967/68, p. 210). Tal abrange os aspectos englobados por Halliday-Hasan na sua noção de *coesão*, como também as que caracterizam em termos de «*theme systems*» e «*information systems*», dos quais Halliday diz, então, que respeitam à organização da informação carreada no EN «in such a way *as to fit in with what has preceded in the text*» (Halliday, 1967/68, p. 210); o sublinhado é meu).

Estas considerações são, quanto a mim, suficientes para legitimar a inclusão *por inteiro* na noção de *coesão* daqueles mecanismos de articulação de ENs — se à *coesão* dizem efectivamente respeito, como vimos defenderem Halliday-Hasan, os nexos inter-ENs que unificam o texto. É, com certeza, em nome da salvaguarda do princípio da *dependência semântica* nos termos restritos em que Halliday-Hasan a concebem (que tenho vindo insistentemente a criticar) que estes Autores renunciam a incluir explicitamente e sem rodeios aquelas dimensões na sua noção de *coesão*.

Todos os investigadores que se vêm debruçando sobre o que assigura a continuidade de sentido típica do texto reconhecem o papel

central que nesse domínio cabe àqueles mecanismos (ou mais rigorosamente ao que é conhecido pela articulação *tema/rema*). Halliday-Hasan reconhecem-lhes também esse papel, mas acabam por o *secundarizar* ao cometerem à coesão no sentido estrito em que a tomam (e de que, em verdade, excluem aquelas dimensões) a função crucial na configuração da continuidade semântica entre os ENs por que se realiza o texto. Ficam, pois, elas incluídas no rol daquelas outras relações semânticas que Halliday-Hasan reconhecem como «associated with a text» mas que «are not embodied» no conceito de *coesão* (p. 13).

Quanto a mim, numa noção de *coesão* adequadamente configurada — que não se atenha ao sub-conjunto restrito de nexos que nela contemplam Halliday-Hassan — aquelas dimensões da estruturação do EN têm lugar relevante, apesar de, reconhecidamente, não se ter chegado ainda a uma caracterização suficientemente inequívoca e coerente do que deve entender-se por *tema* e por *rema*. Na verdade, estas designações apontam para realidades não coincidentes, não apenas em diferentes orientações da reflexão linguística (o que, certa medida, seria de esperar), mas também no seio de uma mesma orientação: haja em vista as diferentes concepções do *tema* (e do *rema*) mesmo entre investigadores que, reclamando-se basicamente de V. Mathesius, tentam levantar uma caracterização consistente da chamada «*functional sentence perspective*». Uma tal situação compromete, sem dúvida, uma adequada exploração destas dimensões fortemente operantes na constituição do texto (12).

1.8. Se me alonguei numa análise crítica da noção de *coesão* proposta em Halliday-Hassan, 1976 (13), foi porque considero este trabalho extremamente representativo (de resto, no quadro já por si original da visão de Halliday do sistema linguístico de uma LN — quadro globalmente conhecido por *Gramática Sistemica*) como tentativa de focar, de *modo integrado* à reflexão sobre o EN e as unidades intra-EN, o que respeita à constituição do texto. Por outro lado, esse trabalho propõe dimensões inequivocamente importantes que reterei na noção de *coesão* que desenvolverei neste meu estudo, e ainda pistas bastantes sugestivas que importaria explorar (14), como também, finalmente, considerações e perspectivas de enfoque que convém, sem dúvida, superar.

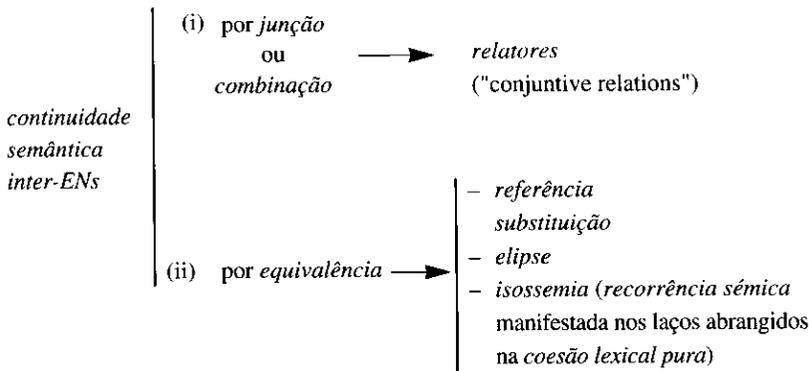
Se atentarmos bem no exposto nos números anteriores, será fácil concluir que — à parte o que tange à *coesão lexical (pura)*, de resto, como já assinalai, insatisfatoriamente explorada (15) — o que fica saliente na noção de *coesão* proposta é que Halliday-Hassan nela incluem, afinal, tão somente os **recursos sintácticos** de uma LN

- (i) para a formação das unidades fráasicas e intrafrásicas enquanto *construções gramaticais* (aspectos que perfazem a *coesão estrutural*, considerada muito de passagem pelos Autores); e
- (ii) para a junção de ENs (via *relatores* — *coesão por conjunção*) e sua interligação por *elipse* e por instrumentos *diafóricos* (preenchendo estes as categorias coesivas da *referência* e da *substituição*).

No concernente ao ponto (ii) — central na reflexão desenvolvida por Halliday-Hassan — é incontestável que se trata de aspectos formais da articulação de ENs, que garantem o que chamarei «*a boa formação semântico-sintáctica do transfrástico*».

Salta à evidência que a perspectiva tomada por Halliday-Hasan na caracterização da coesão *não é nunca textual* — antes, como já salientei (ver, acima, 1.5.c.), meramente *co-textual*, pois os Autores atendem sobretudo à resolução de alguns aspectos da estruturação concreta de cada EN de uma sequência que decorrem justamente da sua *co-textualização*, tais como eventuais fenómenos de «economia» do já verbalizado (*elipse*) ou da sua expressão condensada (em *substitutos lexicais*, correntemente denominados *pro-formas*) e ainda a selecção adequada dos *artigos* (por ex., a *definitivização*) e *diafóricos*, a projecção de *relatores*. São estas dimensões da construção do *transfrástico* amplamente consideradas no domínio da chamada «*discourse grammar*» norte-americana e em muitos trabalhos que visam captar conexões entre ENs sintacticamente independentes (ver, por ex., Waterhouse, V., 1963; ver outras referências, mais abaixo, nota 16); em nenhum deles a investigação se desenvolve numa *perspectiva textual* — que parte do texto como unidade global adequadamente *contextualizada* — antes numa óptica meramente *co-textual*, que não é mais do que uma *opção metodológica para o estudo do EN*: trata-se de ver *no EN* o influxo do «além-EN», ou seja, de tomar em consideração o que no EN testemunha ou indicia a sua inserção numa unidade mais vasta, atendendo-se sempre à sintagmática imanente. Trata-se, em suma, de uma *extensão* da análise da sintaxe e da semântica do EN ao «além-EN» — via que conduz a ver dimensões da «gramática do discurso/texto» *no EN*. (Lembre-se mais uma vez que cabe legitimamente nestes aspectos envolvidos na *co-textualização* de um EN — logo, na «boa formação do transfrástico» — o mecanismo da articulação *tema* — *rema*, que, como se viu, Halliday-Hasan não incluem na sua noção de *coesão*).

Sendo assim, e se a estes nexos inter-ENs, concretizados em recursos sintáticos, juntar os que tangem à *coesão lexical pura* (interpretados à luz das considerações tecidas em 1.3.2.b. — em que os tomo como consubstanciados em *equivalências semânticas* que, em *competência*, reúnem itens lexicais em paradigmas mais ou menos fortemente configurados) poderei, em síntese, reter que em Halliday-Hasan encontramos dois grandes tipos de conexões, que ao nível estrito da sintagmática imanente, estão envolvidos na instauração da continuidade de sentido típica do texto:



De acordo com o acima exposto, o termo (ii) deste quadro respeita aos nexos estabelecidos na base da *co-referência* e da *cross-referência* (16).

1.9. Na base da consideração deste sub-conjunto de nexos inter-ENs, de recorte nítido na sintagmática imanente do texto, pensam Halliday-Hasan poder avaliar objectivamente o **grau de coesão** desta unidade linguística. Na verdade, sublinham adequadamente os Autores que a *coesão* do texto é uma questão de «mais ou menos», não uma questão de «sim ou não». (Anote-se que na consideração do EN e das unidades sintagmáticas suas constituintes é também possível reconhecer *graus de coesão* — Ver, Fonseca, J., 1981, especialmente «Segunda Parte» — «Coesão ao nível da micro-sintagmática»).

No quadro estabelecido por Halliday-Hasan, *os graus de coesão* são uma função, basicamente, da *densidade* dos nexos inter-ENs, ou mais simplesmente, do *número* de nexos que se instauram entre os ENs, e da *distância* a que os mesmos (e neles os segmentos em conexão) se

encontram uns dos outros. Um último factor entra, necessariamente, também em jogo, a saber, o que respeita ao *tipo* de nexos (gramatical ou lexical, e, dentro de cada um, as diferentes modalidades da sua realização). A este propósito, convirá ter presente que Halliday-Hasan pouca atenção concedem à *hierarquia* a reconhecer, quanto à força coesiva respectiva, nos nexos instaurados pelas diversas modalidades da *coesão gramatical*, apenas focando a ordenação a estabelecer no âmbito da *coesão lexical*. Aí consideram, como já brevemente se referiu acima (ver 1.3.2.b.) três factores fundamentais — o grau de ligação, em competência, dos itens lexicais, a distância que os separa no texto, e, finalmente, no que toca especificamente à «*collocation*», «their overall frequency in the system of language», que os Autores esclarecem nos seguintes termos: «A word which enters with equal readiness into collocation with words of every possible range of lexical meaning effects relatively little cohesion with any of them. Words such as *go* or *man* or *know* or *way* can hardly be said to contract significant cohesive relations, because they go with anything at all. Since, roughly speaking, words of this kind are also those with high overall frequency in the language, in general the higher the frequency of a lexical item (its overall frequency in the system) the smaller the part it plays in lexical cohesion in texts» (p. 290).

Se os quadros de análise da *coesão* de textos com que fecha o trabalho de Halliday-Hasan me surgem demasiado esquemáticos (17), não será de esquecer as considerações que os precedem, em particular as que preenchem o último parágrafo do n.º 8.1., pp. 332-333. Aí se colocam pistas de grande interesse e se referem variáveis a tomar em conta, que ampliam fortemente as magras indicações fornecidas pelos quadros de análise (dados, sem dúvida, com um inequívoco objectivo didáctico).

1.10. Ao longo desta exposição, ficou devidamente sublinhada a posição crítica por mim assumida em relação à noção de *coesão* proposta por Halliday-Hasan — sem com isso invalidar alguns aspectos inequivocamente positivos propostos pelos Autores.

Na noção de *coesão* a adoptar neste estudo, tentarei integrar as dimensões centrais focadas por Halliday-Hasan com outras fortemente operantes na configuração da unidade e da continuidade semânticas do texto, cuja caracterização requer, iniludivelmente a consideração das

coordenadas da enunciação, logo, uma óptica *pragmático-comunicativa*, que necessariamente se desligará da estrita *sintagmática imanente* desta unidade linguística — ou, melhor, a *penetrará à luz daquelas dimensões*.

Para a configuração clara da noção de *coesão* anunciada, interessará caracterizar antes o que, particularmente no âmbito da chamada *Linguística do Texto*, vem sendo apresentado como a grande dimensão definidora do *texto*, a saber a sua **coerência**.

2. COERÊNCIA

2.1 Divulga a vastíssima bibliografia ⁽¹⁸⁾ no domínio da *Linguística do Texto* toda uma série de argumentos (de índole diversa e de valor ou pertinência desigual) em favor do desenvolvimento de uma teoria linguística que suporte a construção de um modelo adequado à *geração* (enumeração e descrição-explicação explícitas), não de todas e somente as *frases* possíveis de uma LN, antes de todos e somente os *textos* possíveis de uma LN ⁽¹⁹⁾.

Representariam essa teoria e esse modelo uma resposta à verificação empírica imediata de que as produções verbais se apresentam não como *frase*, mas sim como «connected discourse», como *texto*. Este, e não a frase, constituiria verdadeiramente o «domínio natural» da teoria linguística e de um modelo adequado à descrição-explicação dos produtos verbais, já que, decididamente, o *texto* é o signo linguístico «originário», isto é, não decorrente da teorização linguística, antes, espontânea e naturalmente actualizado na interacção verbal ⁽²⁰⁾. Um tal modelo — *Gramática do Texto* — é concebido como a representação explícita da competência dos falantes, que é uma *competência textual*, não uma *competência frásica*. Por isso, a *Gramática do Texto* divergirá radicalmente dos modelos correntes de descrição-explicação linguística («Gramáticas de frase»), não constituindo, de forma alguma, mera extensão destes últimos: realizando-se embora numa sequência de frases (cada uma delas em si mesma, em princípio, «bem formada»), o texto surge como uma *unidade global*, como um todo, marcado por uma relevância contextual global, pois dá expressão a uma intenção comunicativa unitária (que nele o receptor apreende). A representação desta totalidade (como, de resto, de qualquer complexo global) não coincide com a representação da soma das suas partes, dos seus elementos constitutivos.

Asseguraria, pois, a Gramática do Texto uma descrição-explicação conveniente do «connected discourse», mas ainda — argumenta-se — a captação de regularidades ao nível da frase não esclarecidas pelos modelos de Gramática de frase (regularidades distribuídas pelo domínio sintáctico, mas também morfo-fonológico, e sobretudo semântico e pragmático), e, finalmente, o aprofundamento da compreensão de outras regularidades já basicamente, mas não completamente, caracterizadas por esses mesmos modelos.

2.2. Mais do que proceder à avaliação dos vários argumentos invocados em favor de uma Linguística do Texto, mais do que procurar averiguar da necessidade (face aos modelos existentes de Gramática de frase) e até da possibilidade de construção de uma Gramática do Texto ⁽²¹⁾ (dadas, fundamentalmente, a multiplicidade e a complexidade das dimensões coexistentes e interactuantes no texto, e a grande variedade de *tipos* de texto), mais do que caracterizar a forma e o funcionamento dos modelos já propostos — interessar-me-á aqui a captação da noção de **coerência textual**, amplamente tratada nos trabalhos de Linguística do Texto, onde é apresentada como dimensão basilar, ou mais exactamente, como o próprio limiar que separa o *texto* de uma arbitrária sequência de frases (ENs).

Sem me deixar encerrar excessivamente no quadro teórico e metodológico que suporta a Linguística do Texto, procurarei, nos números que imediatamente seguem, reter o que julgo ser **basicamente entendido** no uso da expressão *coerência textual*. Tal tarefa não é fácil, pois, por um lado, se vem assistindo à multiplicação de «subcategorizações» da *coerência* (por ex, *coerência semântica*, *coerência pragmática*, *coerência narrativa*, *coerência estilística*...), e, por outro lado, nem sempre se apresenta de modo inequívoco o conteúdo vazado em tal designação. Convirá assinalar que não vou tentar fazer uma *síntese*, nem tão pouco uma análise crítica de cada uma das acepções matizadas em que se vem utilizando a metalexia *coerência*. Interessa-me apenas, como escrevo acima, reter o que julgo ser **basicamente entendido** por *coerência* ou *coerência textual*. Muitas das formulações contidas nos números imediatamente seguintes orientam a reflexão desenvolvida para alguns pontos centrais, que condensarei em 2.3. e retomarei mais demoradamente em 2.4.-2.5. Aí se afirmará gradualmente uma *redefinição* da noção de *coerência*, à luz da interpretação que dou do uso de tal metalexia no âmbito da reflexão mais insistentemente divulgada (e que considero a mais representativa) sobre o texto.

2.2.1. Numa primeira aproximação à *coerência* do texto, situar-me-ei preferentemente do *ângulo do locutor*, suscitando uma *intenção comunicativa global que, afinal, só nos é dada, só se nos torna disponível*, como se sabe, *no e pelo texto*.

Num segundo momento (2.2.8.), optarei decididamente pela *óptica do receptor*, que atende ao modo como este *interpreta* o texto, ou seja, **reconstrói** (quase sempre aproximativamente) a *intenção comunicativa global manifestada no e pelo texto*. É claro que esta é a via privilegiada na reflexão linguística, e só a partir dela, e com referência constante a ela, podemos colocar-nos na *óptica do locutor*.

A *construção do texto* pelo locutor representa a *linearização* de uma *totalidade de significação* por ele *entendida*: não cabendo, pela sua complexidade e/ou extensão, nos limites de um EN, essa totalidade de significação distribui-se por uma sequência de tais unidades. (Abandonam-se, uma vez mais, os casos em que o texto se materializa num só EN, ou em unidade de nível inferior. Ver acima 1.).

Os ENs que realizam o texto devem, pois, ordenar-se e articular-se de modo a que neles se desenvolva (idealmente) ⁽²²⁾ sem rupturas, sem hiatos, sem soluções de continuidade, o todo da mensagem.

Numa formulação ainda um tanto genérica, dir-se-á que é justamente um tal desenvolvimento que garante a *coerência* do texto. Esta traduz-se, portanto, no que se poderá chamar *interligação consequente* dos conteúdos manifestados em cada um dos ENs em sequência que concretizam o texto. Assegura esta interligação a *continuidade de sentido* típica desta unidade linguística, sobre que repousa a possibilidade de se lhe atribuir um *sentido global*, que justamente representa a *reconstrução* (nas mais das vezes aproximativa, como já se referiu) da *intenção comunicativa do locutor* ⁽²³⁾.

Sendo assim, a questão da *coerência textual* poderá equacionar-se, de um modo trivial, nos seguintes termos, que retiro de van Dijk, 1972, p. 92: «how may we significantly 'continue' a text [tendo em conta o seu «tópico» global] when the sentence(s) S_i (S_i-S_{i-1}) is given?».

2.2.2 O objectivo de 'continuar' «significantly» um texto, a partir de um dado momento do seu desenvolvimento, será alcançado se se verificarem, *cumulativamente*, as condições gerais seguintes: (*Para o bom entendimento das formulações que se seguem, ter-se-á presente a observação que abre o número precedente* — 2.2.1.)

- (i) os «objectos» e o que deles se predique, os factos, os acontecimentos... a manifestar devem congregar-se com os já manifestados e com eles perfazer o *universo de discurso fixado* pela intenção comunicativa global que presidiu ao acto linguístico;
- (ii) os «objectos» e o que deles se predique, os factos, os acontecimentos... que vêm preencher, nos termos de (i), o *universo de discurso fixado* pela intenção comunicativa global do locutor devem distribuir-se por sucessivos ENs de molde a que, *cumulativamente*,
- α. não dêem lugar, quer entre eles quer em relação aos já manifestados, nem a *tautologia* nem a *contradição*;
- β. se interconectem na base de uma recíproca *relevância*, ou seja, se dêem mutuamente acesso.

Estas condições (que retomarei mais abaixo) representam o grande princípio a que deve subordinar-se a ‘continuação’ de um texto a partir de fragmentos seus já actualizados. Elas perfazem justamente as *condições da coerência textual*.

Como se vê, estas concernem à *selecção dos designados* (os «objectos», e o que deles se predique, os factos, os acontecimentos...) a introduzir nos sucessivos ENs do texto, e à *sua interligação consequente*.

Se atentarmos em que, como se sabe, o *designado* (o mundo das «coisas» para que remete o signo linguístico) é **exterior** às LNs (como **exteriores** a estas também se revelam aquelas normas de *não contradição*, de *não tautologia*, e de *relevância*), concluiremos que a *coerência* releva, não da configuração *idiomática* estrita, específica («interna») da LN em que se manifesta o texto, antes de um *plano exterior e autónomo* (**mas não alheio**, sublinhe-se) a essa LN, e a todas. Caracterizarei adiante (ver 2.4) esse plano, interessando-me apenas agora reter esta sua condição de *exterioridade* e de *independência* em relação à organização *idiomática* de cada uma das LNs, e ao seu funcionamento.

Convirá assinalar que se toma aqui *designado* num sentido amplo que envolve não apenas a *referência* a «objectos» do «real», mas também as *predicações* que a esses «objectos» são especificadas e os inter-

ligam (os põem em relação), a *força ilocutória* do EN, a *visão* do locutor que *modaliza* a designação e especificamente a orienta para determinadas finalidades comunicativo-expressivas. Talvez que um outro termo — *comunicado* — fosse aqui mais adequado para a expressão de todas estas múltiplas dimensões que englobo em «designado». De qualquer modo, sempre que se escreva aqui *designado* ou *interligação consequente de designados*, deve entender-se que se pretende fazer referência a todo o complexo de dimensões atrás referenciadas.

2.2.3. A ‘continuação’ adequada de um texto a partir de um dado momento do seu desenvolvimento envolve, ainda, uma outra condição, de natureza diversa das anteriormente estabelecidas. Poderei condensá-la na seguinte formulação:

- (iii) os ENs por que se distribuem os *designados* a manifestar na ‘continuação’ de um texto devem (tal como os já actualizados) suceder-se de forma a garantir a «*boa formação semântico-sintáctica do transfrástico*» que neles se realiza. (Para o designado por esta expressão, ver acima 1.8.).

Torna-se patente que ao considerarmos a «boa formação do transfrástico» nos movimentamos no âmbito do texto concretamente realizado numa LN e nos referimos aos *recursos idiomáticos* (instrumentos e mecanismos, e princípios da sua actualização) envolvidos na conexão inter-ENs. Tocamos, pois, aqui o domínio por excelência explorado por Halliday-Hasan na sua noção de *coesão* (inter-ENs).

Nesta base, estabelecem alguns Autores uma distinção entre *coerência* e *coesão*, assinalando que as duas dimensões não se implicam reciprocamente: «We can have (explicitly) cohesive texts which are not coherent, and vice versa. And, in fact, coherent texts which also manifest surface cohesion represent only special cases of textual tightness» (Östman, 1978, p. 102). Não raro, porém, aqueles nexos coesivos são tomados directamente como *condição de coerência* — sem se atentar na diversidade de natureza que demarca estas dimensões da constituição do texto das *normas de não tautologia*, de *não contradição* e de *relevância* que, em rigor, preenchem a noção de *coerência*. Outras vezes, enfim, deles se diz, mais adequadamente, que constituem «grammatical properties of discourse» ou «syntactic structures expressing semantic coherence relations in discourse» (van Dijk, 1977, p. 127) — o que,

refira-se, rigorosamente só é exacto no que tange à projecção de *relatores* (as condições do seu uso exigem, efectivamente, que se cumpra a relação — que é genericamente uma relação de *relevância* — instaurada entre ENs pelo próprio significado desses instrumentos).

Pela minha parte, *excluirei inequivocamente* estas conexões da noção de *coerência*. Delas direi que *não constituem condição de coerência, que não realizam coerência, antes a pressupõem*. (Este ponto será esclarecido ao longo da exposição). É por isso que, quando esta «*pseudo-condição*» de coerência é referida, logo se aduz que se trata de «condição não suficiente»: na verdade, não é difícil «fabricar» sequências de ENs interligados por instrumentos e mecanismos de conexão (*pro-formas, elipse*, e outras modalidades de *retoma* do já verbalizado, e mesmo *relatores*), mas que não constituem *texto*, justamente porque, por força deles, não fica garantida a interligação consequente entre o designado comportado nessas mesmas sequências ⁽²⁴⁾ É para esta *interligação consequente* entre o designado manifestado numa sequência de ENs («dominados» por um *universo de discurso fixado* por uma intenção comunicativo global) que deve ser reservada a denominação de *coerência*. Esta releva, pois, não do plano estritamente idiomático (da configuração «interna» de uma LN, onde cabem aqueles instrumentos e mecanismos de conexão, que assegurem o que designei de «boa formação do transfrástico»), antes de um plano que direi *lógico-conceptual* ou *conceptual*, que não sendo alheio ao primeiro, *dele é*, porém, *distinto*. Da caracterização desse *plano conceptual* (e das suas articulações com o plano *idiomático*, específico de cada LN) tratarei adiante.

Se assim é, e se (como ficou referido acima) na noção aqui a propor de *coesão* vou reter aqueles instrumentos e mecanismos de conexão inter-ENs (sobre que vimos debruçarem-se Halliday-Hasan), resulta imediatamente que desenharei uma demarcação entre *coerência* e *coesão*. Essa demarcação não coincidirá, porém com a que acima foi referenciada, pois passará por uma prévia *re-interpretação* ou *redefinição* de ambas as noções.

2.2.4. Por força do contido na formulação (i) de 2.2.2., configura-se num texto um *campo temático* integrado, delimitado precisamente pela *totalidade de significação entendida* pelo locutor, pois esta determina os *designados possíveis*, e as suas relações (que perfazem o *universo de discurso*), a manifestar num acto verbal. A *linearização* desta *totalidade de significação*, se desenvolvida nos termos da condição (ii)

— e mais estritamente nos da sua alínea β (ver 2.2.2.) — projectará uma *continuidade temática* que, percorrendo todo o texto, suporta a sua unidade e viabiliza o desenho de um «sentido global».

Dada a centralidade que o *campo temático* instituído num texto ocupa na configuração do seu «sentido global», e dada ainda a força unificadora que representa a *continuidade temática* verificada entre os sucessivos ENs que realizam o texto, não surpreende que a *coerência textual* seja insistentemente referida a estes aspectos. Por isso, não raro ela é designada *coerência temática* ⁽²⁵⁾.

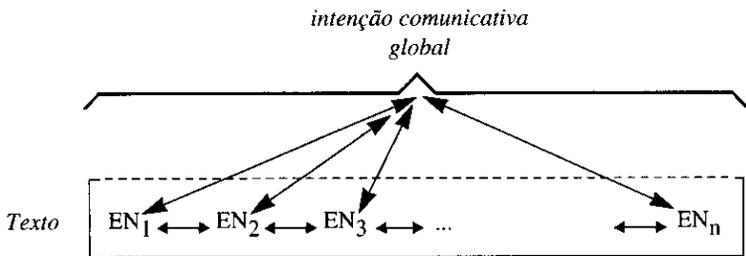
B. Pottier sublinha aqueles aspectos unificadores e viabilizadores do texto quando escreve: «Le discours se déroule normalement avec une certaine *continuité thématique* (isotopie): sinon on «saute du coq-à-l'âne», on fait un jeu de mots, on s'orienté vers des quiproquos» (B. Pottier, 1974, p. 36 — o sublinhado é meu).

Atentas, porém, as dimensões que fiz congregar em *designado* (ver acima último parágrafo de 2.2.2.), interessa observar que a *continuidade temática* engloba, não apenas a adequada vinculação dos «objectos» e «predicações» entre si e com a *totalidade de significação* em desenvolvimento, mas também a «homogeneidade» do que se chamará **rumo discursivo** (ou a interligação adequada de *rumos discursivos* diversos presentes num mesmo texto) — e que tem a ver com as finalidades globais da comunicação em curso, com o entrosamento das *forças ilocutórias* projectadas, com o modo como o locutor assume o seu discurso... (aspectos não raro ignorados, ou pelo menos insuficientemente contemplados na caracterização da coerência).

2.2.5. De acordo com o exposto, a *totalidade de significação intendida* pelo locutor representa o grande princípio da *construção do texto*. (*Repare-se que continuo a perspectivar a coerência do ângulo do locutor: veja-se a observação que abre 2.2.1.*). O designado comportado em cada um dos ENs que realizam o texto é sempre «dominado» pela configuração global da intenção comunicativa, a que dá realização *local*, e a que está articulado por uma relação do tipo «parte-parte». Este «domínio» penetra as relações do tipo «parte-todo» que (ainda no que respeita ao conteúdo designativo — ao *comunicado* — por cada um veiculado) os ENs mantêm entre si, de tal modo que esse conteúdo representa a *lugar de intersecção* da *totalidade de significação intendida* com o manifestado no(s) EN(s) antecedente(s), a que dá 'continuação'.

É basicamente este complexo de *interdependências* em que mergulha cada EN do texto — interdependências desenhadas, como se viu, num *plano vertical* (com a intenção comunicativa global) e num *plano horizontal* (com o manifestado no *contexto verbal* antecedente) — que configura a progressão ‘homogénea’, ‘ligada’, da mensagem veiculada no todo textual.

Uma representação gráfica permitirá visualizar adequadamente este complexo de *interdependências* que suportam o texto (no esquema que se segue, tome-se EN como «conteúdo designativo manifestado em EN»):



A *coerência textual* pode, assim, tomar-se como fundada sobre a *adequação* do conteúdo designativo vazado em cada EN *simultaneamente* à intenção comunicativa global que preside ao texto e o «domina» e às parcelas em algum momento já manifestadas dessa intenção. Desta *adequação*, desenvolvida naquele duplo plano, resulta a *continuidade de sentido* que congrega e unifica a mensagem distribuída nas unidades frásicas que materializam o texto. A noção de *intersecção* introduzida acima parece traduzir convenientemente esta dupla *adequação*. Ela consubstancia-se na existência de *pontos de contacto*, de *pontos de sobreposição*, entre a intenção comunicativa global e cada um dos momentos do desenvolvimento da sua manifestação concreta.

Convirá recortar com rigor o que se pretende significar aqui ao falar quer de relações «parte-todo» e «parte-parte» quer de *intersecção*. Tal é traduzível no seguinte: o que se comunica num dado momento do discurso deve «*vir a propósito*» do tópico global e dos fragmentos dele já configurados — no que se consumará *uma necessária progressão da mensagem na necessária junção* (ou *concordância* ou *convergência*) com o que ficou já manifestado no quadro de uma intenção comunicativa global desenvolvida numa dada situação de comunicação. Em suma (e para tal aponta o termo *adequado* também acima empregado),

trata-se de assegurar que a produção de um EN se revele **apropriada** ao seu *contexto linguístico e extralinguístico* — tomando-se este último num sentido que abarque as coordenadas da enunciação, logo, e *imediatamente*, o *locutor* (e a intenção comunicativa global de que se manifesta animado) e todo um complexo de dimensões que perfazem o que mais abaixo se denominará **universo de conhecimento** dos falantes envolvidos num acto verbal. (Torna-se claro que o que se escreveu converge com algumas das *Máximas de Conversação* de Grice, mais especificamente com o *princípio da cooperação* e com a *máxima de pertinência*: ver Grice, 1967/1975).

2.2.6. Retomemos por alguns momentos as normas de *coerência textual* que apresentei acima como exigência de *não tautologia*, de *não contradição*, e de *recíproca relevância* entre o *comunicado* nos sucessivos ENs (em si mesmos *simples*, *compostos* ou *complexos*) que realizam o texto (26).

2.2.6.1. A exigência de *não contradição* e de *não tautologia* revela-se, à primeira vista, deveras elementar, pois que, em condições «habituais» ou «normais» de comunicação, não só não diremos num dado EN o «contrário» do que ficou referido num EN antecedente, como também não diremos sucessivamente «o mesmo acerca das mesmas coisas» (ainda que, eventualmente, «por outras palavras»). Decorreriam da contradição e da tautologia, respectivamente, uma ruptura e uma redundância excessiva, que justamente viriam contrariar o desenvolvimento consequente da mensagem, a sua *continuidade*.

T. van Dijk enuncia esta dupla condição de coerência nos seguintes termos genéricos: «We... will assume as a rule here that a text is coherent if immediately subsequent sentences/sentoids are not equivalent or contradictory. This rule asserts that texts in natural language, ideally (27), are linearly consistent and non-redundant (van Dijk, 1972, 97).

Como se escreveu acima, esta dupla condição de *coerência* revela-se, à primeira vista, elementar. No entanto, múltiplos problemas surgem aqui, tendo basicamente a ver, por um lado, com os contornos precisos a dar à noção de *contradição* e à de *tautologia*, e por outro lado, com a definição do limiar a partir da qual uma e outra bloqueiam (ou perturbam gravemente) o desenvolvimento da mensagem.

Em relação à exigência de *não tautologia*, torna-se claro que ela se articula à necessidade de se verificar em todo o texto uma **progressão**

no comunicado. (Esta progressão dá cumprimento a uma das *máximas de quantidade* de Grice, que «prescreve» o carácter «suficientemente informativo» a respeitar pelo locutor em cada intervenção numa conversação). No entanto, como se verá melhor mais abaixo, esta progressão envolve uma sempre ampla *retoma*, explícita ou implícita, do já manifestado (explícita ou implicitamente). Reparar-se-á ainda que a configuração *idiomática* de uma LN comporta não raro esquemas construcionais em que se projectam tautologias, que toda a *redundância* é, à *partida*, um momento de tautologia, e que, finalmente, a repetição insistente do já comunicado é um recurso intencionalmente utilizado para a obtenção de efeitos comunicativo-expressivos diversificados (por ex, efeitos argumentativos).

Algumas destas observações valem também para a *contradição*: também em muitas línguas estão «consagradas» combinações de elementos, à *partida*, «contraditórios», também em muitas produções verbais se projectam «contradições» que visam a obtenção de efeitos expressivos particulares. A questão da *contradição* é, porém, bem mais complexa, e deve ser referida a diversos parâmetros, entre os quais interessa destacar «*o posto*» e «*o pressuposto*», e os diferentes «*mundos possíveis*». (Para alguns dados imediatos sobre estes parâmetros, ver Charolles, M., 1978, pp. 22-31) ⁽²⁸⁾.

2.2.6.2. (i) Quanto à norma de *relevância*, mais do que problematizar a noção complexa que cabe sob tal denominação (nos seus aspectos lógicos, pragmáticos e semânticos: ver elementos e referências em van Dijk, 1977), interessa sobretudo aqui tomá-la de modo singelamente operatório, e referi-la ao acesso que, sempre no quadro de uma *totalidade de significação que «domina» uma dada produção verbal, reciprocamente se dão os factos, os acontecimentos, as situações... manifestados nos sucessivos ENs de um texto. Tal se consubstancia em relações de ordem (seriação cronológica, inclusão de conceitos, implicação lógica)*, ou, em termos mais correntes (se bem que conceptualmente mais complexos), em relações de **causalidade**, desdobrável em conexões de *necessidade, possibilidade, probabilidade, condição, finalidade* ⁽²⁹⁾. (Ver também número seguinte).

O que basicamente aqui se equaciona é a *acessibilidade* entre os «mundos» sucessivamente recortados na sequência textual, onde surgem assinalados ou indiciados por múltiplos instrumentos verbais (tempo-modo e aspecto verbal, marcadores temporais, modalizadores, relatores, verbos especificamente «criadores» de um dado «mundo»...).

Muitas das conexões por que se manifesta este mútuo acesso entre «mundos» não são explicitamente marcadas, surgindo então como *implícitas*: são suportadas por **inferências** e **assumpções** retiradas ou tomadas na base do conteúdo das expressões actualizadas ou do conteúdo global vazado num EN (logo, disponíveis para os falantes na base do conhecimento da organização específica da língua em que se manifesta o texto) e/ou na base do conhecimento da situação particular da produção verbal, do seu tema, do conhecimento do mundo em geral e dos princípios que pautam o exercício do pensamento e dos que comandam a comunicação. (Ver adiante, particularmente 2.2.10.).

2.2.6.2. (ii) Os «objectos» (e o que deles se predique) envolvidos nos factos, acontecimentos, situações... recriados nos sucessivos ENs do texto devem também dar-se mutuamente acesso. Tal é conseguido na base das múltiplas vias que estabelecem conexões de *co-referência* e *cross-referência*. Na verdade, a **repetição** do já comunicado é um traço imediatamente saliente em todo o texto. Reparar-se-á, no entanto, que muito regularmente na «repetição» não se consuma uma *mera retoma*: na *paráfrase*, na *sinonímia*, na *parasinonímia*, na *designação metafórica*, na *metonimização*... incrustam-se «elementos novos», em particular semas avaliativos, modalizadores; na própria retoma por *pro-formas* (*substitutos lexicais*) algumas «informações novas» podem ser projectadas (exemplo flagrante constituirá a indicação de «*reunião num conjunto*» de termos inicialmente introduzidos numa *enumeração*:

«Pedro, João e Clara encontram-se todos os sábados; *eles* são os animadores de um grupo de teatro experimental.»)

O mútuo acesso que se dão os «objectos» está intimamente ligado aos diversos «mundos» configurados na sequência de ENs; dir-se-á que a articulação consequente entre os «mundos» sucessivamente recortados no texto *envolve a permanência* (dada pela via de **relações de equivalência**) de *determinados designados a par da introdução de novos designados de algum modo conectados com os já inscritos no(s) «mundo(s) manifestado(s)*.

Da mesma forma, a mútua *relevância* entre os factos, os acontecimentos, as situações... manifestados nos ENs do texto postula adequadas conexões no que tange ao *tempo* e ao *lugar* em que se desenvolvem, em que se localizam. Nos casos em que não se verifique *identidade* de cada uma daquelas localizações, isto é, quando os factos, os aconteci-

mentos, as situações... não são referidas a um *mesmo tempo* e a um *mesmo lugar*, estes devem ser em todo o caso *reciprocamente acessíveis*, ordenando-se e suportando-se adequadamente.

No que respeita ao *tempo*, o funcionamento do sistema verbal e as conexões de *tempo-aspecto* com outros localizadores temporais obtêm aqui uma saliência notória, até agora insuficientemente captada.

Em suma, a necessária progressão da mensagem — realizada pela sucessiva e ordenada (de acordo com as observações mencionadas em (i) e (ii)) introdução de conteúdos designativos no *mundo textual* em construção — far-se-á, pois, constantemente *apoiada* sobre o já manifestado, sobre os elementos presentes (explícita ou implicitamente) nos fragmentos do texto já actualizados. Daí exactamente a *continuidade de sentido* que percorre o todo textual. Como diz van Dijk «It seems intuitively reasonable to require that newly introduced individuals are related to at least one of the individuals already 'present'. Similarly, we may expect that assigned properties also are related to properties already assigned. And finally a change of world or situation will also be constrained by some accessibility relations to the world or situation already established» (van Dijk, 1977, p. 94).

Não escapará à atenção que estas considerações de van Dijk se desenvolvem à roda do *designado* nos produtos verbais — *designado* que é aí tomado num sentido muito restrito que não contempla dimensões importantes que acima fiz destacar (sob a denominação global de *comunicado*) atinentes quer às forças ilocutórias, ao modo como o locutor assume o seu discurso, em suma, ao(s) *rumo(s) discursivo(s)* que é(são) dado(s) à produção verbal. (Ver acima último parágrafo de 2.2.2. e último parágrafo de 2.2.4.). É claro que a progressão consequente do texto exige também que as «mudanças» e as «diferenças» (van Dijk, 1977, 94) projectadas nestes domínios se dêem também de modo «homogéneo» — o que exige que a transição entre as diferentes forças ilocutórias seja devidamente «preparada».

2.2.6.3. Segundo uma terminologia já consagrada no âmbito da Linguística do Texto (e que se vem adoptando mesmo fora dela), os ENs que realizam o texto (cumulativamente com as representações semânticas que lhes correspondem) perfazem ou constituem a(s) *sua(s) microestrutura(s)*.

A observância das condições analisadas nos números anteriores (ou seja, das normas de *não tautologia*, de *não contradição*, de *relevância*)

assegura, assim, a *coerência* dita *microestrutural* do texto — também chamada *coerência linear* (ou *sequencial* ou *local*), porque aquelas condições se referem directamente a relações entre o designado (o comunicado) nos sucessivos ENs do texto.

Correlativamente, toma-se como a *macroestrutura* do texto a representação semântica global que corresponde à *totalidade de significação intendida* pelo locutor (que se reconhece ser *intendida* pelo locutor). A noção de *macroestrutura* textual define, assim, o que intuitivamente constitui o «sentido global» do texto. (Ver, entretanto, 2.2.7.).

Ficou referido acima (2.2.5.) que a *totalidade de significação intendida* pelo locutor (ou, mais uma vez, que no *termo da interpretação* do texto se reconhece ser *intendida* pelo locutor) representa o grande princípio ordenador da *construção do texto*, porque ela *funda* o *universo de discurso* a manifestar. Num sentido idêntico, poder-se-á agora dizer que a(s) *microestrutura(s)* e a *coerência linear* do texto *enraizam na sua macroestrutura*, pois esta precisamente delimita um *universo de discurso* a projectar ordenada e consequentemente na cadeia de ENs que materializa o texto.

Mais rigorosamente, dir-se-á que entre a(s) *microestrutura(s)* e a *macro-estrutura* do texto há um continuado movimento de interacção — pois que *simultaneamente* a(s) primeira(s) projecta(m) a segunda (que nela(s) e sobre ela(s) se constrói gradualmente) e esta se revela - e se retoca, e não raro se refaz — concretamente naquela(s). Esta interacção é fundamental, como se verá, na *compreensão do texto* (ver 2.2.8.).

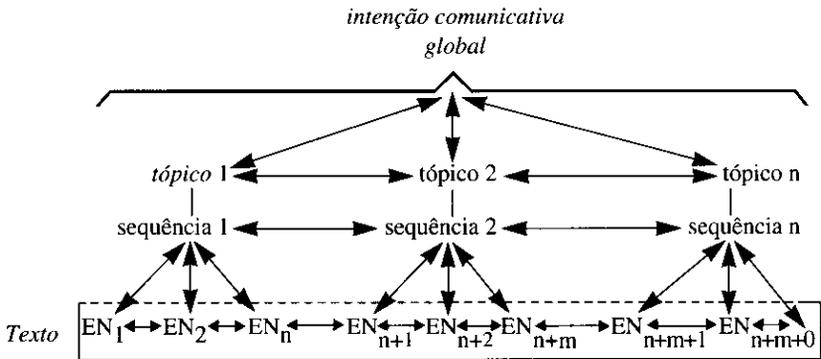
2.2.7. A representação dada nos números antecedentes da *construção do texto* pelo locutor revela-se demasiado esquemática. A insistência que foi posta nas articulações EN a EN oculta a constatação empírica imediata de que não interpretamos *linearmente* um texto, antes o fazemos pela integração sucessiva das representações semânticas que convêm a conjuntos de ENs no interior do todo textual (ver 2.2.10.).

É, efectivamente, possível reconhecer num texto (pelo menos num texto suficientemente longo) conjuntos de ENs subsequentes que manifestam globalmente o que se designa de «*tópicos*» ou «*temas*» que nele são desenvolvidos. Consubstanciam-se estas unidades ou sub-unidades internas ao texto em complexos de factos, de acontecimentos, de situações... que particularmente se interligam, formando uma parcela consistente da mensagem total veiculada pelo texto. Convém a cada um destes conjuntos de ENs — que realizam o que poderei chamar *sequên-*

cias textuais — uma representação semântica global (**uma macroestrutura**) traduzível num EN (num «macro-enunciado») que *sumarize*, por derivação apropriada (desenvolvida na base de um processo de **redução semântica**) o conteúdo global neles manifestado.

A *macroestrutura* do texto pode, pois, tomar-se como o complexo organizado de *macroestruturas «intermédias»*, que correspondem à noção intuitiva de «sentido global de um fragmento de texto» ou à de «tópico» ou «tema». Por outras palavras: a *totalidade de significação intendida* pelo locutor (que constitui, como vimos, o grande princípio ordenador da *construção do texto*) pode representar-se como imediatamente organizada, *planificada*, num conjunto de «tópicos» que ordenada e consequentemente se manifestam e desenvolvem em sucessivas sequências integradas de ENs (as quais perfazem outras tantas *sequências textuais*).

Sendo assim, a *construção do texto* pelo locutor pode representar-se mais adequadamente como segue:



Como mostra o esquema agora apresentado, as *sequências textuais* (ou o *tópico* que em cada uma delas se manifesta) estão envolvidas num complexo de relações similares às que vimos desenvolverem-se no espaço textual entre os ENs (ver acima 2.2.5.). Assim, por um lado, *num plano vertical*, cada uma delas está articulada à *totalidade de significação* definida pelo locutor (ou à *macroestrutura global* do texto) por uma relação de tipo «parte-todo»: como tal, cada uma delas é «dominada» por essa totalidade que nela se realiza como fragmento de um todo; por outro lado, *num plano horizontal*, as *sequências textuais* articulam-se entre si por uma relação de tipo «parte-parte» de um complexo global que constroem e a que, obviamente, convêm. Em suma, o *comunicado glo-*

balmente projectado em cada uma das *sequências textuais* apresenta-se como *adequado*, simultaneamente, em relação à intenção comunicativa tomada no seu todo e em relação aos fragmentos dela já manifestados.

Tal equivale a dizer que a exigência de *não tautologia*, de *não contradição* e de *recíproca relevância* a salvaguardar (*idealmente*) entre o *comunicado* em cada um dos ENs do texto tem também lugar no que tange à articulação entre o *comunicado* globalmente em cada uma das *sequências textuais* reconhecíveis no texto — pelo que a *coerência textual* se cumpre também no plano das *macroestruturas*.

Aquele mesmo esquema assinala também que os ENs que realizam o texto se ligam a uma dada *sequência textual*, que os «*domina*» directamente, e que (só) através desta se articulam à intenção comunicativa global.

Nestas circunstâncias, a *coerência linear* do texto é «*dominada*» por uma *coerência global* (em que mergulha as suas raízes), justamente referida ao complexo de *interdependências* atrás esquematizado, que envolvem as *sequências textuais* (ou as *macroestruturas* que lhes correspondem) como «partes» (entre si necessariamente interligadas) de um todo (definível como a *macroestrutura* do texto), que preenchem, em que se integram, a que *se vinculam*.

A coerência textual cumpre-se, portanto, num *duplo plano* — no plano das *microestruturas* e no das *macroestruturas* — pelo que se pode dizer que um texto *coerente* o é *microestruturalmente* e *macroestruturalmente* ⁽³⁰⁾.

2.2.8. Até agora tenho vindo a focar a *coerência textual* preferentemente do ângulo da *construção do texto*. Se nos situarmos na óptica da *compreensão do texto* pelo receptor — na óptica da **constituição do sentido do texto** — observaremos que a *coerência textual* pode ser genericamente referida à verificação de se o *comunicado* nos sucessivos ENs que realizam o texto dá lugar à configuração, gradualmente desenvolvida, de uma *macroestrutura* — imediatamente de *uma macroestrutura* correspondente a cada um dos «tópicos» nele tratados e, mediamente, **da macroestrutura** (derivada da integração das várias macroestruturas intermédias), que define o «sentido global» do texto.

Mais rigorosamente — e porque, como já se referiu de passagem e se verá melhor adiante, a *compreensão do texto não é linear* — direi que a *captação da articulação consequente* entre o *comunicado* nos ENs (ou seja, das relações que garantem a *coerência linear* sobre que repousa

a compreensão do «sentido global» do texto ou de algum dos seus fragmentos), exige que o receptor *se apresente* (pelo menos a título de *hipótese*, a confirmar ou a corrigir posteriormente) um «tópico» que, como «macro-facto», «macro-acontecimento» ou «macro-situação», congregue, unifique e «dê sentido global» aos factos, aos acontecimentos, às situações... sucessivamente manifestados.

Importa assinalar que a «hipótese» assim levantada pelo receptor não é arbitrária, pois se apoiará simultaneamente sobre o conhecimento do mundo em geral, sobre o conhecimento da situação, sobre o conhecimento de fragmentos eventualmente já actualizados do texto — incluindo o seu *título* (ainda mesmo quando este seja meramente alusivo). Todo este *universo de conhecimento* — e as *expectativas* a ele agregadas — suporta, efectivamente, aquela «hipótese». (Ver 2.2.10.)

Por esta via se consoma, afinal, um continuado movimento de *vai-vem* entre o *local* e o *global*, entre as *microestruturas*, as *macroestruturas* «intermédias» e a *macroestrutura* global do texto. Na verdade, como diz van Dijk, as macroestruturas «determine the **global** or overall coherence of a discourse and are themselves determined by the linear coherence of sequences» (van Dijk, 1977, 95). Ou seja, a *compreensão global* do texto *possibilita*, e *guia*, a *compreensão local*, e ao mesmo tempo **resulta** desta.

2.2.9. A abordagem da *coerência* do ângulo de *compreensão do texto* (do ângulo do receptor) permite observar que não apenas são integráveis numa dada *macroestrutura* os factos, os acontecimentos... reciprocamente *relevantes* em termos de conexões de *ordem* ou de *causalidade* (no sentido definido acima em 2.2.6.2.), mas também factos, acontecimentos... ligados simplesmente por uma relação de *compatibilidade*. Com efeito, a condição acima formulada que exigia uma conexão de mútua *relevância* entre os factos, os acontecimentos... recriados no texto revela-se demasiado rígida, ignorando articulações consequentes em termos de mera *compatibilidade*, isto é, de *não recíproca exclusão numa dada situação*.

A articulação de ENs na base de laços de mera *compatibilidade* é, porém, visivelmente, mais frouxa que a que se consoma na base de relações de **ordem** (ou de **causalidade**), e a sua integração num complexo unitário pode surgir como problemática. Por isso, nas mais das vezes uma dada sequência de factos, de acontecimentos... conectados por simples *compatibilidade* exige uma agregação directa à situação de

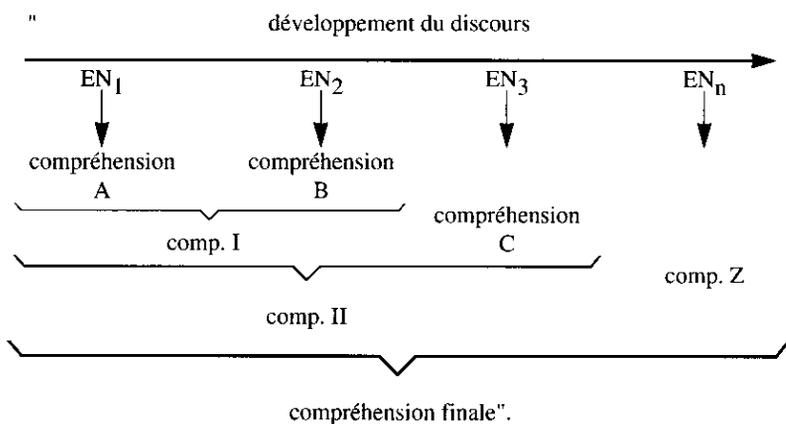
comunicação — de que dá uma descrição de tipo analítico — e/ou a explicitação do *tópico* que nela se pretende manifestar. Esta explicitação é feita habitualmente num EN que abre ou fecha a sequência, e a que van Dijk chama «topical sentence» (van Dijk, 1977, 150). Darei um exemplo trivial:

«O sol não deixa de aquecer. A CEE nunca esteve tão perto. O calendário eleitoral é escrupulosamente cumprido... *Tudo parece ir bem no reino de Portugal.*»

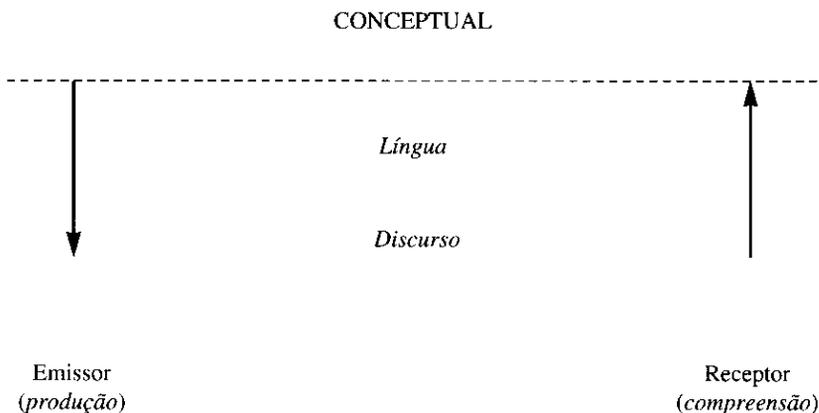
O EN sublinhado tem justamente um cariz «temático», unificando, integrando o *comunicado* em cada um dos outros — entre os quais não opera nenhum instrumento de conexão.

2.2.10. A *compreensão do texto* constitui um processo complexo que, fundamentalmente, se desenvolve pela integração dos conteúdos vazados em ENs subsequentes numa *representação lógico-conceptual global* (num «agregado» *conceptual*). Essa integração passa pelo abandono de muitas informações tomadas como «sem consequência» para o entendimento da mensagem. De cada EN do texto será retido essencialmente um *complexo conceptual* que corresponde ao *esquema actancial* que suporta esse mesmo EN. (Anotarei que o *esquema actancial* desenha uma *constante semântico-funcional memorizada em competência* com uma unidade lexical verbal, um «shème d'entendement» — B. Pottier, por ex., 1974, 1978, 1987 — que suporta a produção e a recepção de um EN). Aquele *agregado conceptual* constitui a *representação cognitiva integrada* de um acontecimento, de um facto — considerados em si e nos participantes ou circunstantes nele regularmente envolvidos (onde assumem papéis funcionais, a identificar em termos de **Casos**). Sobre esse complexo cognitivo projectar-se-á o que corresponde à configuração semântica básica do EN subsequente, e assim sucessivamente ao longo do texto. Resultará deste processo a configuração de *macro-complexos cognitivos* (ou de *macro-agregados conceptuais*) — correspondentes às *sequências textuais* ou aos «temas» nelas desenvolvidos (ver acima 2.2.7.), finalmente integrados numa *representação conceptual global* em que se condensa o «sentido» do texto (a sua *compreensão final* pelo receptor).

Este processo, sem dúvida ainda incipientemente conhecido e aqui apresentado nas suas grandes linhas, pode ser representado segundo um esquema que retiro de B. Pottier, 1974, p. 79:

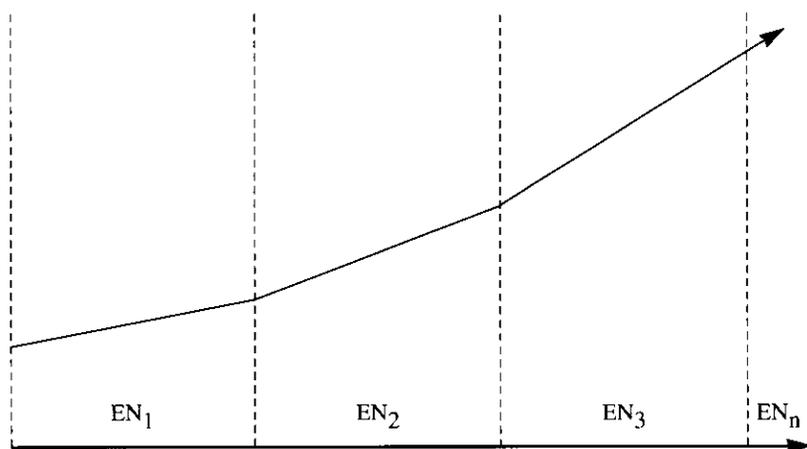


A *compreensão do texto* representa, deste modo, a captação, a *reconstrução* (nas mais das vezes, como já se deixou anotado acima, apenas aproximativa) por parte do receptor, do complexo cognitivo (do macro-agregado conceptual) em que se consubstancia a intenção comunicativa do locutor. Esta *representação conceptual* mostra-se, assim, por um lado, do ângulo do locutor, o «*ponto de partida*» do processo de *construção do texto* (processo que envolve a escolha de soluções formais idiomáticas, isto é, de elementos lexicais e esquemas semântico-sintáticos, e a sua projecção adequada em discurso), e por outro lado, do ângulo do receptor, o «*ponto de chegada*» do processo de *compreensão do texto*. Esquemmatizando:



A caracterização sumária mais acima apresentada da *compreensão do texto* mostra que esta *não é linear*. Na verdade (veja-se também este último esquema), «On conceptualise des tranches de discours, *constamment remodelées* par la conceptualisation des tranches suivantes» (B. Pottier, 1974, p. 36).

Esta continuada *re-elaboração do sentido* pode ser esquematizada do seguinte modo, em que se dá adequada saliência ao *constante acréscimo de sentido* que se projecta na *interpretação*:



(Devo a sugestão deste esquema ao Prof. Óscar Lopes)

A *re-elaboração do sentido* a que vinha aludindo não se faz — observe-se — apenas na base do conteúdo vazado nas expressões que realizam o texto, mesmo incluindo nesse conteúdo as **inferências** (ou as «*implicações*» ou «*quase-implicações*» na terminologia empregada por I. Bellert, em Bellert, 1970) e as **assumpções**, disponíveis directamente a partir da organização semântico-lexical e semântico-sintáctica da língua em que o texto se materializa. Nessa *re-elaboração do sentido* intervém poderosamente o **universo de conhecimento** do receptor, isto é, o seu «saber» (e a sua experiência) imediatamente sobre a situação de comunicação e o tema do texto, mas também sobre o mundo em geral, sobre as «coisas», as «crenças», os universos simbólicos e outras representações agregadas, numa dada comunidade sócio-cultural, às «coisas»... Inclui-se naturalmente neste «saber» o domínio de princípios gerais que pautam o exercício do pensamento, nomeadamente daqueles que I. Bellert

designa «*general rules of reasoning*» (Bellert, 1970, 336), na base dos quais os falantes, enquanto seres inteligentes, tiram generalizações ou **inferências** sobre os objectos, os factos, os acontecimentos que preenchem o mundo (31). Desse mesmo *universo* fazem ainda parte integrante os interesses, os valores, as normas — e a sua hierarquização — que situam especificamente o falante perante si mesmo, perante os outros e perante o «mundo» (complexo de dimensões que se congregam no centro do que correntemente se designa como «*formação ideológica*» e «*formação discursiva*»), e ainda os conhecimentos relativos à linguagem/comunicação.

Efectivamente, a *compreensão do texto* desenvolve-se na base desta interacção entre o verbalizado e o *universo de conhecimento* do receptor. A captação do sentido global do texto — que envolve, como se viu, a captação das conexões microestruturais e macroestruturais desenhadas no seu espaço — *depende da capacidade que revele o receptor de ligar os factos, os acontecimentos...* recriados à *organização conceptual, à ordenação intelectual* que detém do mundo, ou seja, justamente ao seu *universo de conhecimento* entendido nas componentes acima levantadas (32). Sublinhe-se que tal capacidade não é senão a de *utilizar o universo de conhecimento* como **elemento de sentido**, que opera basicamente, por um lado, como *fonte supletivadora de informações deixadas implícitas* pelo locutor na produção do texto, e por outro lado, como *baliza para a projecção de um determinado valor de comunicação* (ou de *significação*) para as expressões actualizadas (33).

O *comunicado* num dado produto verbal é, assim, a **resultante global do explícito e do implícito**, ou, noutros termos, o *lugar de encontro da interacção do significado, do denotado e conotado, das forças ilocutórias, e ainda das consequências que de todas essas dimensões extraem os falantes na base do conhecimento da organização da língua e do «contexto sócio-cultural e histórico» dessa língua, da situação de comunicação, do co-texto, do «saber» em geral sobre o mundo* (onde cabem variáveis atinentes aos universos simbólicos, às tábuas de valores, às «*formações ideológicas/discursivas*» e outras, meramente ocasionais) e *do domínio dos princípios gerais que pautam o exercício do pensamento e da comunicação*.

Antes de prosseguir convirá anotar que, neste trabalho, reúno sob as designações genéricas de **inferências** e **assumpções** todos os *elementos de sentido implícitos*, agregados a uma expressão verbal ou a uma sequência, actualizadas em discurso. Cobrem, assim, aquelas designa-

ções genéricas dimensões de sentido muito variadas que vêm sendo, insistentemente, objecto de caracterização, em orientações diversificadas, sob denominações tais como *pressuposição*, *implicaturas*, *implicação*, «*sous-entendus*», «*meaning postulates*», «*entailment*», *inferência* e outras. Apagar, desta forma, a demarcação entre cada uma das realidades designadas nestes diferentes termos revela-se, sem dúvida, inadequado. *Não se trata aqui*, porém, *mais do que diluir ou esbater essa demarcação para que se saliente um certo fundo comum, uma considerável base de pontos comuns, não raro ignorada*. (Ver a este propósito as considerações pertinentes tecidas por J. Verschueren, que tenta «unifier les théories de la présupposition, des actes de langage et des implicatures conversationnelles»: Verschueren, 1980, p. 274).

Voltando à consideração do modo como o *universo de conhecimento* é utilizado como *elemento de sentido* no exercício verbal, importa pôr em relevo que esse «saber» é também aproveitado de maneira similar pelo locutor na *construção do texto*. Na verdade assim é: o locutor, na base da *pressuposição* de que o seu interlocutor dispõe de um certo número de informações respeitantes à situação de comunicação, ao tema do discurso e ao mundo em geral, em que ambos mergulham (e que, enquanto membros de uma mesma comunidade histórico-cultural, organizam cognitivamente de modo relativamente coincidente), o locutor, dizia, dispensa-se, para evitar redundâncias excessivas (eventualmente perturbadoras) de explicitamente as referir. Todo o texto se revela, assim, mais ou menos «elíptico» ou «incompleto», ou se se prefere, *económico*, pois que o seu produtor conta com a *cooperação* do receptor, que buscará, recriará as articulações (e os elementos que as suportem) indispensáveis à configuração de uma *continuidade de sentido* que viabilize a constituição de um «sentido global», relevante numa dada situação de discurso.

Como diz Grize «dans tout discours, le sujet énonciateur considère comme acquises un certain nombre de données situationnelles et contextuelles» (Grize, 1973, 96) — e mais do que isso, como acima se acentuou, *sabe utilizá-los (tal como o receptor: ver também acima) como elemento de sentido*.

Desnecessário será acentuar que aquela *cooperação é bilateral*, ou seja, que o locutor, pela sua parte, providenciará para que as *pressuposições* que assume acerca do *universo de conhecimento* do seu interlocutor sejam correctas. Um desfasamento ou desencontro neste domínio acarretará, como se compreende, dificuldades ou até o bloqueamento

(no todo ou em parte) da comunicação. Um tal desfazamento pode dar-se quer «*por excesso*» (o locutor assume *pressuposições* que não se cumprem do lado do receptor, que não dispõe de informações suficientes ou da capacidade efectiva de as projectar sobre o verbalizado) quer «*por defeito*» (o receptor dispõe de um mais amplo leque de informações que o que lhe é cometido pelo locutor — do que decorrerá uma interpretação que estará «para além» do *intendido*). Desfazamento ou desencontro no domínio da «*formação ideológica*» (ou das «*formações discursivas*») — tal como eventuais momentos de «*desatenção*» ou «*desmotivação*» (face ao *tema* do discurso) — constituem também ocasião para um menos bem conseguido processamento da comunicação.

2.2.11. É essa interdependência ou interacção *texto/situação/conhecimento do mundo* que Petöfi põe em destaque ao caracterizar, do ângulo privilegiado da *compreensão*, a *coerência textual* nos seguintes termos: «The coherence of a text is based on the *inseparable unity* of the structure of the uttered string of language elements, information and/or hypotheses about the extralinguistic context of the utterance, and the common knowledge that can/must be connected with the uttered string in question» (Petöfi, 1978, *apud* Marelló, C., 1979, p. 620).

Torna-se, pois, claro que ao considerarmos as relações entre o que sucessivamente é configurado no *mundo textual* que suportam a *coerência* do texto nos situamos «*somewhat beyond the text as it is actually made manifest in sound or print. Coherence is clearly not a mere feature of text, but rather the outcome of cognitive processes among text users*» (Beaugrande/Dressler, 1980, p. 5; o sublinhado é meu). Na verdade, «the textual world contains more than the sense of the expressions in the surface text: cognitive processes contribute a certain amount of *commonsense* knowlwdge derived from the participants expectation and experience regarding the organisation of events and situations (*idem, ibidem*, 85), na base das quais o receptor «will supply as many relations as are needed to make sense out of the text as it stands» (*idem, ibidem*, 4).

2.2.12. Esta continuada interdependência *texto/situação/conhecimento do mundo* mostra que àquela unidade linguística convém uma caracterização em termos eminentemente *comunicativo-pragmáticos* e não em termos estritamente *idiomáticos*. Em particular — e como decorre das considerações antes desenvolvidas — a *coerência* do texto (apre-

sentada, como se viu, no âmbito da Linguística do Texto como o *limiar* que separa esta unidade de uma arbitrária seqüência de ENs) só nesta base é adequadamente equacionável e captável (34).

Aquela mesma interdependência *texto/situação/conhecimento do mundo* constitui, entretanto, a raiz de grandes dificuldades para a construção de um modelo adequado à captação da complexa realidade que se revela no texto. Não poucos linguistas sublinham mesmo a impossibilidade de uma tal construção, na base de argumentos que se prendem às considerações acima tecidas: «...if the property of being a text implies that the linguist should analyse textuality or texture (as a set of linguistic features and context-linking elements), context (with particular stress on communicative functionality in situation: see Schmidt 1978, Hasan 1978), universal and variable socio-cultural norms and background (see ethnomethodology, ethnography of speaking, social psychology and anthropological linguistics), text grammar would then be a clearly Utopian global device». Na verdade, «When multifarious human extra-linguistic factors come into play, the linguist can no longer master the field of analysis, which tends to extend as far as infinity. In fact, if the task of grammar is generating texts, and if the properties of text cannot be considered only according to formal linguistic features — whatever is the field of phenomena that we assume under the label 'linguistic' — grammar should explain all relevant situational and socio-cultural features (or, at least, all types of features), which are obviously too heterogeneous to be arranged in one model» (Berruto, G., 1979, p. 503).

Atenta esta situação, algumas vezes se tem mesmo impugnado a legitimidade da designação de *gramática* para os modelos de geração do texto que têm sido propostos — impugnação que é desenvolvida na base de argumentos diferentes, mas sem dúvida complementares.

Como escreve G. Berruto, «...the unit 'text' cannot be assumed as a basis for a linguistically oriented and well-delimited grammar; we can assume it as a basis for a theory of language-in-context, which then becomes no longer controllable within a grammar» (Berruto, G., 1979, 503). No mesmo sentido sustenta P. Sgall: «...the rules concerning text formation mostly do not belong to language system. It should be considered as symptomatic that these rules typically are not language specific [= não são estritamente *idiomáticas*]; the examples quoted as restricted to a single language (or to a group of languages) mostly concern either rather remote languages... or peripheral features of language systems only. Since *grammar* is used as a term for a certain essential

part of a description of a language, it follows that the collocation *text grammar* includes the latter term in a quite unusual meaning (the usual sense of grammar could only yield a *contradictio in adiecto* here) (Sgall, P., 1979, 91-92).

Por isso, certamente, alguns investigadores no domínio da Linguística do Texto evitam, com fundada prudência, falar de *Gramática*, preferindo, como é o caso de van Dijk, «the rather neutral and vague term ‘linguistic theory’» (van Dijk, 1977, p. 7).

Tal não impede que muitos linguistas vão mesmo ao ponto de defender que a tarefa de construir (e de justificar como adequado) um modelo para a geração dos textos, ou — vistas as coisas de um outro ângulo — para a caracterização explícita da *competência textual* dos falantes está fora não apenas das *possibilidades* da teoria linguística, mas sobretudo do *seu âmbito próprio*: «generaly speaking, textual competence indicates the faculty of producing and intepreting Ts [texts]. This in pratice means that the subject having such a faculty is able to understand, plan and develop various kinds of Ts. More specifically, he must be able to summarize and paraphrase them, to provide them wth a title, to evaluate their completeness, to restore their unity (whenever they are intermingled with pauses, digressions or other Ts), and finally, to classify them according to a prestablished typology. It should be quite clear that this set of operations belongs to a very general psychological theory of verbal behavior rather than to the strictly defined linguistic theory» (Bertinetto, 1979, 145).

O que fica patente é a vocação inequivocamente *pluridisciplinar/interdisciplinar* de uma *ciência do texto*, na verdade ainda a constituir, que dê conta da extrema complexidade reunida em tal unidade linguística.

Dada esta complexidade, e ainda a contiguidade e a interação que se manifestam entre as dimensões que *informam* o texto, não se estranhará as dificuldades que sente a própria Linguística do Texto em delimitar, inequivocamente, o seu objecto formal de reflexão. É certo que alguns dos mais influentes investigadores que propugnam pela instituição da Linguística do Texto como *teoria linguística dos discursos* insistentemente procuram definir com clareza esse objecto, que vêem constituído pelas «general conditions, morpho-syntactit, semantic and pragmatic, determining the well-formedness, interpretability and appropriateness, respectively, of any discourse of a particular language» (van Dijk, 1977, 4). No entanto, face a algumas das orientações que

se vêm delineando na Linguística do Texto, não é de todo infundado o receio, partilhado por muitos, de que, ao pretender-se, por essas vias, alargar a Linguística ao «além-Enunciado», se chegue afinal ao abandono da Linguística (ver Hendrics, 1973, 40). Na verdade, algumas das perspectivas praticadas na investigação textual que se reclamam da Linguística do Texto têm mais a ver, por ex., com a crítica literária ou com a semiótica literária do que com a Linguística. Por outro lado, a fluidez dos contornos da *Pragmática Linguística* dá ocasião a investigações lógico-pragmáticas que algumas vezes parecem ignorar a especificidade das LNs.

2.2.13.1. Voltando ao problema central que nos vem ocupando — a *coerência textual* — importa sublinhar que, dependendo ela, poderosamente, do *universo de conhecimento* de que dispõem os interlocutores, e da sua efectiva capacidade de projectar sobre os instrumentos verbais actualizados, é linear que diferentes indivíduos num mesmo momento ou em momentos diversos, ou ainda, que um mesmo indivíduo em ocasiões diferentes, experimentem flutuações no julgamento, na avaliação da *coerência* de *um mesmo* texto. Traduzirão estas flutuações dificuldades, limitações, quando não mesmo a impossibilidade da compreensão desse texto. (Ver acima 2.2.10.).

Essas flutuações de julgamento provam a *relatividade da coerência do texto*.

Efectivamente, a *coerência* do texto é, para um dado receptor, uma função de múltiplas variáveis.

umas têm a ver, como se anotou, com o *universo de conhecimento* — com a sua amplitude e profundidade, a sua mais ou menos bem conseguida organização e sistematização, e, sobretudo, com a capacidade efectiva por parte do receptor de aplicar, de projectar sobre o mundo recriado no texto o seu «saber» sobre as «coisas». (Intervêm aqui factores diversos, tais como preparação cultural e escolar, experiência, idade, desenvolvimento intelectual, apetência comunicativa e cultural...).

Outras variáveis referem-se ao próprio *saber linguístico* do receptor — entendido quer na acepção estrita de *competência idiomática* quer no sentido alargado que abarca tanto esta última como a *competência pragmático-comunicativa* (que engloba o domínio do sistema verbal e de outros sistemas semiológicos, ao primeiro interligados). Notemos que esta competência constitui, afinal, uma zona específica do *universo de conhecimento* dos falantes envolvidos num acto verbal. (De resto,

se o conhecimento de uma LN envolve o conhecimento dos «objectos», dos «processos»... para que remetem os *signos* — e ainda a capacidade de retirar, na base do próprio *significado*, «implicações» ou «quase-implicações»: ver I. Bellert, 1970 — nem sempre é fácil separa inequivocamente o conhecimento linguístico e o conhecimento do mundo...).

Finalmente, outras variáveis envolvidas na avaliação da *coerência textual* têm a ver com o próprio *tipo* de texto, e, logo, com os conteúdos nele vazados (sua riqueza, sua complexidade, seu grau de abstracção...) e com a forma que reveste a sua expressão.

Nas situações correntes ou habituais de comunicação, estas (e outras) variáveis são previstas e *controladas* por parte do locutor, que em particular cuidará de que as *pressuposições* assumidas em relação ao *universo de conhecimento* dos interlocutores sejam, como já ficou anotado, correctas. (Ver acima 2.2.10.).

2.2.13.2. A *relatividade da coerência do texto* pode ser perspectiva de um outro ângulo.

Temos vindo a considerar regularmente uma situação *ideal*: partimos do princípio de que os factos, os acontecimentos... manifestados nos textos se interligam «de forma exemplar», sem lugar a desconexões, a redundâncias, a incompatibilidade... ainda que momentâneas, pontuais.

É, porém, da experiência de cada um que tal não acontece exactamente — pelo menos em muitas das produções discursivas que correspondem aos actos verbais mais correntes no dia a dia da interacção comunicativa. Podemos até generalizar esta observação e anotar que mesmo nos discursos realizados em «estilo não coloquial» (em «estilo reflectido») ⁽³⁵⁾ em que o locutor põe particular atenção na organização e na expressão das finalidades comunicativas que pretende perseguir — mesmo aí, nem sempre encontramos uma articulação de todo consequente entre os fragmentos de uma mesma mensagem global. Tal é verdade mesmo para o texto *escrito* — que o emissor tem a oportunidade de sucessivamente «corrigir», de re-organizar, de reformular... até encontrar uma versão final que considere adequada. Redundâncias, tautologias, desconexões (quando não mesmo contradições), ENs cujo conteúdo se situará à margem do *tópico* em desenvolvimento, desvios ou inflexões, digressões... são, na verdade, reconhecíveis nos textos.

Os efeitos de tais momentos no desenvolvimento da comunicação dependem, naturalmente, da sua extensão e quantidade, e ainda da pertinência, para a economia global da mensagem, do conteúdo designa-

tivo em que se centra a «incoerência» assim desenhada. As «incoerências» «locais» serão mais facilmente toleráveis (e superáveis) pelo receptor do que as «incoerências» que se refiram às macroestruturas (à articulação entre os *tópicos* desenvolvidos no texto).

De qualquer modo, concedendo o receptor o «*benefício da coerência*» às produções discursivas que recebe, e devendo mostrar-se, como se viu, animado de uma vontade inequívoca de *cooperação* com o locutor, buscará sincera e inteligentemente as conexões indispensáveis para retirar do texto em bloco e de cada um dos seus fragmentos um «sentido global», anulando desse modo eventuais momentos de «descontinuidade» no desenvolvimento da mensagem ⁽³⁶⁾. Por outras palavras, a correcta observância do *princípio da cooperação* por parte do receptor conduzi-lo-á a «*maximalizar*» ou a «*restaurar*» ou a «*impor*» ou a «*derivar*» a *coerência* dos produtos discursivos, buscando a configuração de uma *isotopia* (ou de várias) que dê (dêem) acesso à reconstituição da intenção comunicativa do locutor. Nestas circunstâncias, torna-se claro que a coerência se eleva à qualidade de **princípio interpretativo** básico dos produtos verbais.

Sendo assim, a *coerência do texto* não deve equacionar-se como uma questão de «tudo ou nada» ⁽³⁷⁾ — antes deve ser concebida como um *continuum* em que se reconhecem matizações, gradações (*graus de coerência*).

2.2.14. Encerrarei com algumas notas finais a análise que me vem ocupando da noção de *coerência*, tal como a interpreto a partir de alguns dos trabalhos mais representativos que sobre ela se debruçam.

1. Vem-se afirmando crescentemente uma caracterização da *coerência textual* sob uma óptica eminentemente pragmática que atende à *dimensão accional* da linguagem, sendo o texto representado como uma sequência de *actos de discurso*, cada um dos quais — e o todo do *acto de discurso* que globalmente perfazem — postulam condições próprias de projecção. Nesta perspectiva, a *coerência textual* resulta da observância das «*condições de felicidade*» suscitadas pelos *actos de discurso* e pela sua adequada concatenação.

Um tal enfoque surge-nos desenvolvido, por ex., em Widdowson, 1978, numa tentativa de caracterização do *discurso* que está também na sequência de trabalhos elaborados no quadro da *etnografia da fala* (ver, por ex., Labov, 1970) ⁽³⁸⁾.

Mais recentemente este tipo de enfoque socorre-se de noções similares às de *micro* e *macroestruturas*, em termos de *micro-actos* e *macro-actos de discurso*.

As relações de sequência entre actos de discurso configuram o domínio do que se vem chamando *coerência funcional do texto* (39).

Como é sabido, a caracterização dos *actos de discurso* tem sido levantada preferentemente no quadro «clássico» da descrição-explicação linguística — a frase (o EN). A tentativa de caracterização do texto em termos de *actos de discurso* representa, assim, a superação daquele quadro inicial.

2. Os termos em que, acima, foi caracterizada a *coerência textual* valem generalizadamente para todos os *tipos* de texto.

Reconheceremos, no entanto, facilmente que alguns tipos de texto literário (em particular o texto *poético*, ou algumas das suas manifestações) levantam problemas específicos no que tange à captação da sua *coerência* — de que não posso ocupar-me aqui.

Por outro lado, os textos desenvolvidos em *diálogo* configuram também um quadro *sui generis*, pois que a *coerência* neles se salvaguarda também na adequada articulação entre os fragmentos de discurso que correspondem a cada intervenção de cada um dos interlocutores. Esta articulação envolve restrições específicas (que a *Análise da Conversação* vem caracterizando em trabalhos recentes) a que devem obedecer as sucessivas «tomadas de palavra» por parte de cada um dos dialogantes. (Ver, em particular, Craig, R. T. e Tracy, K. (eds.), 1983, e Kerbrat-Orecchioni, C., 1990).

Trata-se aqui, verdadeiramente, de uma *coerência inter-textual* que se distribui como, esquematicamente, segue:

- a) *coerência* no seio de um fragmento discursivo, que corresponde a cada intervenção de um dialogante;
- b) *coerência* entre os vários fragmentos discursivos que correspondem a todas as intervenções de um mesmo dialogante;
- c) *coerência* entre as sucessivas «tomadas de palavra».

Não me ocuparei neste trabalho deste e de outros aspectos da *coerência do texto dialogado*.

3. É indesmentível que a *coerência textual* toca de perto a questão genérica do «bom processamento» da comunicação, tendo a ver com juízos formulados sobre os textos em termos correntes, tais como «claro», «ordenado», «bem organizado», «bem ordenado» (ou seus antónimos). Os aspectos deste modo avaliados referem-se, visivelmente, às *macroestruturas* do texto (à sua *coerência macroestrutural*), e o seu enfoque cabia já na *Retórica* clássica.

Baseando-se, em parte, na observação de que a *coerência textual* (mais exactamente, a *coerência macroestrutural*) respeita ao que designei acima «bom processamento da comunicação verbal». M. Dascal e A. Margalit sustentam que a «macro-coherence is, at best, a characteristic of 'good text' but not a necessary condition for being a 'text' (Dascal/Margalit, 1974, p. 113), pelo que — continuam aqueles Autores — «coherence is, basically, a *normative* concept and not a *descriptive* one» (*idem, ibidem*, p. 115).

Sem me referir ao todo da argumentação sustentada por aqueles Autores, mas tão somente a este passo, direi que lhe subjaz a (inaceitável) assumpção de que o conhecimento de uma língua se reduz ao domínio do seu *sistema formal* tomado como isolado do uso efectivo em situações concretas de comunicação. A *competência* do falante é, inequivocamente, algo mais que o domínio de um sistema formal: o *saber linguístico* do falante deve tomar-se, como já o referi acima, num sentido alargado que abarca também a capacidade de projecção da língua em discursos organizados de forma consequente. A *coerência textual* será, pois, uma dimensão do texto que cabe inequivocamente no âmbito da descrição-explicação linguística, se esta se aplica, como deve aplicar-se, ao funcionamento concreto das línguas. As *dimensões comunicativo-pragmáticas* do texto (como de todos os produtos verbais), com as quais conflui a *coerência*, não representam algo de «acrescentado», de «marginal» — antes devem ser tomadas em pé de igualdade com as dimensões estritamente *idiomáticas* dos produtos verbais, que, de resto, *informam* de modo decisivo.

4. Para além das estruturas semântico-sintáticas e semântico-pragmáticas, outros tipos de estrutura percorrem, como se sabe, o texto — estruturas *narrativas*, *argumentativas*, *retóricas*, *estilísticas*...

Avançam-se algumas vezes, em conformidade, noções de *coerência narrativa*, *coerência argumentativa*, *coerência retórica*, *coerência estilística*... À parte o que respeita às duas últimas (de resto, muito vagamente caracterizadas, e onde convém à metalexia *coerência* um sentido «derivado», que pouco tem a ver com o que atrás ficou configurado), julgo que subjaz aos usos da designação *coerência* o que acima se pretendeu basicamente reter — a ideia de *interconexão consequente* entre o sucessivamente manifestado no espaço textual. Este é tomado, em cada uma das perspectivas agora indicadas, como organizado segundo categorias descritivas específicas: assim, a *coerência narrativa* será referida a categorias, hoje já «clássicas» na análise antropológica, semiótica e literária dos textos (tais como, *exposição*, *complicação*, *resolução*, *avaliação*, *moral*..., e outras, propostas em diferentes modelos, amplamente conhecidos); a *coerência argumentativa* será articulada a categorias como *premissa* e *conclusão*... (van Dijk explora estes domínios da organização textual em termos de «*superestruturas*», que põe em relação com as *macroestruturas*: ver van Dijk, 1979).

2.3. Uma reflexão atenta sobre as dimensões básicas que vimos congrega-se na noção de *coerência* aplicada ao texto, dará lugar a algumas observações imediatas que convirá reter (para as quais, de resto, apontam já, mais ou menos explicitamente, muitas das formulações contidas nos números anteriores):

- (i) a *coerência* concerne ao conteúdo designativo do texto, ao mundo nele recriado, em suma, ao *designado* (no sentido amplo dado acima a este termo: ver 2.2.2.); o «mundo» para que remetem os signos actualizados é, como se sabe, e como se lembrou acima, *exterior* — *se bem que não alheio* — às LNs (não se confundindo, portanto, com o *significado* dos signos que integram uma dada LN).;
- (ii) a exigência de *não tautologia* e de *não contradição* entre os fragmentos do mundo recriado nos sucessivos ENs que realizam o texto, do mesmo modo que a exigência de mútua *relevância* entre esses mesmos fragmentos revelam-se princípios gerais da estruturação do mundo textual que convergem ou se identificam com normas *universais* (também, como o

designado, *exteriores* às LNs, e delas *independentes*, se bem que a elas *não alheias*) que regem o *exercício do pensamento*, a *construção de conhecimento*; (pelo que),

- (iii) o carácter *consequente* da articulação do conteúdo designativo carregado por cada um dos ENs (ou sequências de ENs) que materializam o texto é avaliado *na base do conhecimento do mundo*: o mundo textual será *coerente* se os factos, os acontecimentos, as situações... recriados no texto se interligam à imagem e semelhança do que ocorre no mundo «real», *cognitivamente ordenado* pelos falantes enquanto seres inteligentes, ou num «mundo possível» imediata ou derivadamente acessível na base dos referidos princípios da construção do conhecimento e do exercício do pensamento.

As observações enunciadas em (i) — (iii) apontam para a conclusão (que terei que fundamentar adequadamente) de que a *coerência*

- a. *não é uma dimensão exclusiva do texto* — antes de todos os produtos verbais manifestados em *signos extensos*;
- b. *não é uma dimensão idiomática* dos produtos verbais — pois não releva da organização e funcionamento estritos de uma LN particular enquanto sistema de instrumentos e mecanismos «internos» para a manifestação verbal, antes releva do funcionamento de *todas as línguas*, ou seja, da *linguagem verbal* em geral, ou mesmo, da *linguagem*, qualquer que seja a sua *forma de expressão* ⁽⁴⁰⁾;
- c. *coincide com a «conformidade» que todos os produtos verbais, em qualquer língua, devem revelar a princípios gerais que presidem ao conhecimento do mundo e ao exercício do pensamento* — ou seja, *converge com a «não ruptura» do mundo recriado nos produtos verbais com o(s) mundo(s) que se oferece(m) à ordenação e representação intelectivas por parte dos falantes enquanto seres inteligentes* (atentas, naturalmente, as diferenciações histórico-social e culturalmente configuradas em cada comunidade, em cada um dos seus estádios de vida colectiva).

Salientarei que o conteúdo das alíneas (a), (b) e (c) está em clara sintonia com o que escreve van Dijk (reparar-se-á que ele toma como referência imediata *um EN*, só depois alargando as suas considerações ao *texto*): «If a sentence like *the table is laughing* is in some sense unacceptable, it is not so much because of our language but rather because of the POSSIBLE FACTS of our actual world and those worlds similar to it. Similarly, whether clauses or sentences can be meaningfully combined into one sentence or one discourse, respectively, depends on an interpretation on which conventional knowledge of the world is involved...» (van Dijk, 1977, 4; o sublinhado é meu).

Nos números seguintes (2.4.1. — 2.4.5.) procurarei fundamentar estas conclusões, e ainda explicitar as razões que suportam o grande relevo dado à *coerência* no âmbito da caracterização linguística do texto (em particular na que é proposta pela Linguística do Texto), em contraste com o regular silêncio a que tal dimensão dos produtos verbais é votada na descrição-explicação linguística corrente (que se ocupa, como sabemos, preferentemente — ou quase exclusivamente — das unidades fráscas e intrafráscas).

2.4.1. Os «objectos», factos, acontecimentos, situações... que reconhecemos no mundo em que estamos mergulhados surgem-nos não como realidades isoladas, antes interligadas por um complexo de relações. Tal decorre da *apreensão cognitiva*, da organização intelectual a que submetemos o mundo, ou seja, da *conceptualização* do que nos rodeia e do que experimentamos, em suma, da *construção do conhecimento*.

Constitui o acto linguístico uma referência ao mundo (ao mundo «real», ou imaginativamente recriado), a uma parcela do mundo cognitivamente ordenado, que justamente se molda, em diferentes soluções formais, nos *signos* integrantes de cada uma das LNs.

Todo o produto verbal (projectado, obviamente, numa dada LN) configura, assim, uma mensagem marcada *naturalmente* por uma *verosimilhança semântico-referencial*, isto é, uma mensagem *conforme* ao «estado de coisas» desenhado pelo «saber» acerca do mundo partilhado pelos falantes enquanto seres inteligentes. Quer isto dizer que a actividade verbal se subordina imediatamente e sempre a princípios gerais que regem o conhecimento das «coisas», a ordenação intelectual do mundo, o exercício do pensamento.

Justamente porque o exercício linguístico tem uma tal raiz *conceptual, cognitiva* (que suporta a referência ao mundo nele realizada),

o que sucessivamente se comunica num dado produto verbal não só se apresentará entre si compatível e não contraditório, como também se revelará de algum modo interligado. É nesta base que diremos de um dado produto verbal que ele «faz sentido»: com este juízo pretendemos significar que um tal produto verbal carrega uma mensagem cujos termos se articulam numa combinatoria consistente, à imagem e semelhança das *expectativas* derivadas do conhecimento das «coisas», da experiência, do «senso comum» relativo a acontecimentos, factos, situações... tal como eles se projectam no mundo que nos circunda (ou num «mundo possível» que, a partir daquele ou tomando-o de algum modo como ponto de referência, sabemos configurar).

Ora, é justamente esta «não ruptura» do mundo recriado nos produtos verbais com o mundo cognitivamente ordenado para que remetem que garante a sua *coerência*: esta confunde-se ou converge com a *conformidade* da mensagem vazada nos produtos verbais ao conhecimento do mundo, a princípios gerais que pautam o exercício do pensamento — conformidade que assegura a conveniência dos signos ao «real» a que o locutor, ao actualizá-los, *intende* fazer referência: «...si dans une situation donnée» — escreve Grize — «un locuteur A adresse un discours à un autre locuteur virtuel B, je dirai que A propose une schématisation à B, qu'il constitue un micro-univers devant B, univers qui se veut vraisemblable par B (Grize, 1976, 95; o sublinhado é meu). Esta *verossimilhança* converge, justamente, com a *conformidade* do micro-universo com o mundo «real», e, logo, com a interligação consequente entre os termos integrantes desse micro-universo que faz com que a «schématisation est une» (Grize, *ibidem*, 98).

Observar-se-á que a *designação* (no sentido amplo em que a vimos tomando) constitui a finalidade genérica do exercício linguístico, e que, por outro lado, o *designado* (as «coisas» referidas, os factos, os acontecimentos... recriados, e a posição do locutor perante eles) é, para os indivíduos envolvidos nesse exercício, o *dado imediato* dos produtos verbais. Por isso, a *coerência* é também a *dimensão imediata* desses produtos, a que todos os falantes são, intuitivamente, sensíveis. Pela mesma razão, a *coerência* surge como uma propriedade *naturalmente inscrita* nos produtos verbais: a conformação destes ao conhecimento do mundo (atentas, como se sublinhou acima, as diferenciações configuradas em cada comunidade, em cada um dos estádios da sua vida colectiva) revela-se uma *condição universal* da actividade linguística — condição que encontra o seu fundamento na natureza humana e social dessa

actividade. Do ângulo do locutor, essa conformação constitui um «*constrangimento*» *espontaneamente assumido*, e, do lado do receptor, uma *expectativa óbvia*, ditados um e outra pela intenção que anima — ou deve animar — os participantes no acto verbal de entre si *comunicarem*, isto é, *de se fazerem presente*, através dos signos actualizados, *uma momentânea apreensão cognitiva do mundo* que preenche a intenção comunicativa que preside a esse acto.

Mais do que isso, a estreita articulação da actividade verbal ao conhecimento do mundo e da comunicação, ao exercício do pensamento, revela-se um *recurso sistematicamente utilizado pelos falantes*: do ângulo da produção como do ângulo da recepção, o conhecimento do mundo em geral e o conhecimento da situação de comunicação surgem como **elemento de sentido** que operam num duplo plano, a saber, guiando a realização nos signos actualizados de um dado *valor de comunicação* (ou de *significação*) e supletivando informações não explicitadas. (Ver acima, particularmente 2.2.10.).

2.4.2. a. De acordo com o exposto, torna-se visível que a *coerência* dos produtos verbais não é uma dimensão *idiomática* desses produtos, ou seja, que ela se agrega ao funcionamento da linguagem verbal em geral, e não especificamente ao funcionamento de cada LN entendida estritamente como sistema formal de entidades ideais, de oposições funcionais e princípios «internos» da sua projecção em discurso. Por outras palavras: a coerência respeita aos produtos verbais (que se revelam, obviamente, em signos integrantes de uma LN particular, pois que *falar é sempre falar* (n)uma dada língua) naquilo que neles releva não da sua subordinação a princípios estritamente *idiomáticos* que respondem pela «boa formação» (regulada por mecanismos «internos» ao sistema) das unidades *frásicas* e do *transfrásico* — mas sim do que neles releva da sua conformidade ao que, com E. Coseriu, chamarei *saber elocucional* ou *saber falar em geral*. Esta é a capacidade que detém o locutor de estruturar discursos, pela combinação de signos, de acordo com os princípios gerais que pautam o exercício do pensamento, de acordo com a organização intelectual do mundo, de acordo com a construção do conhecimento. (Ver E. Coseriu, 1976). Para além da *universalidade* de certos princípios gerais que pautam o exercício do pensamento, haverá que reconhecer que a ordenação cognitiva do mundo «real» é, em largos segmentos, amplamente coincidente para todos os homens; *no entanto, ela comporta sempre matizações histórica e sócio-cultu-*

ralmente dependentes, a que correspondem «mundividências» específicas projectadas nas várias comunidades humanas, nos vários estádios da sua existência. A interpretação de um discurso — (e) a avaliação da sua *coerência* — far-se-á regularmente na base da consideração destes dois vectores: de um lado, e a um nível genérico, na base dos princípios gerais que comandam a construção do conhecimento, o exercício do pensamento; de outro lado, na base do contexto sócio-cultural específico a cada comunidade e a cada momento histórico, coordenada central de uma dada *situação de comunicação*, logo, das *condições de produção* de um determinado discurso.

É visível que as dimensões que preenchem aquelas duas áreas interligadas da construção do conhecimento convocada na produção-recepção das mensagens verbais são *exteriores* à organização *idiomática* de cada uma das LNs, e dela *independentes*. É ao plano em que tais dimensões se inscrevem que deve ser referida a *coerência* dos produtos verbais — que, efectivamente, não releva da organização e funcionamento «internos» de uma língua. Isso mesmo fica claro — como claras ficam quer a *universalidade* quer a idêntica exterioridade às LNs dos princípios de *não tautologia*, de *não contradição* e de *recíproca relevância* entre o sucessivamente comunicado num *signo linguístico extenso* — se considerarmos que uma mensagem se revela «coerente» ou «incoerente» qualquer que seja a língua em que se manifeste: um dado produto verbal a que convenha, quando vazado na LN₁, o qualificativo de «coerente» ou de «incoerente», como tal também se mostrará se o seu conteúdo designativo for moldado numa LN₂, LN_n (desde que, obviamente, sejam disponíveis para o receptor dados atinentes a eventuais «mundividências» específicas que *informem* o produto verbal na sua versão «originária»).

b. Na teoria linguística de B. Pottier (de que aqui basicamente me reclamo), a descrição-explicação dos produtos verbais, das soluções formais, específicas a cada língua, que nelas se revelam, sistematicamente suscita um plano equivalente ao do *saber elocucional* de E. Coseriu. Esse plano é o plano do *conceptual* (ver, aqui, numa primeira referência, 2.2.10.) que corresponde precisamente à *apreensão cognitiva* do mundo, isto é, à representação intelectual dada, num certo espaço sócio-cultural e histórico, quer aos objectos e às propriedades que lhes convêm, às relações entre eles entretecidas, quer aos factos, acontecimentos... no que toca tanto aos protagonistas e aos papéis que estes neles desempenham, como à sua previsível sequência e entrosamento.

Um tal plano é, visivelmente, independente das LNs, autónomo e «pré-existente» a elas — mas, na perspectiva de B. Pottier (*e tal constitui um momento decisivo na sua teoria linguística*) nele reside a **matriz** quer da combinação dos signos de uma LN quer da configuração de valores e relações semânticos fundamentais comportados nessa combinação. Ou seja, o *plano conceptual* suscitado por B. Pottier mais do que representar um mero guia ou espaço de referência para a boa estruturação dos discursos (como parece constituir o plano do *saber elocucional* de E. Coseriu) *revela-se a própria raiz dessa estruturação*. Por isso, a descrição-explicação linguística proposta por B. Pottier se eleva constantemente a esse plano, que se mostra básico para a captação das estruturas semânticas e semântico-sintácticas fundamentais de uma LN particular e para a compreensão do seu funcionamento. Ou seja, enquanto E. Coseriu toma, inequivocamente, o plano que corresponde ao *saber elocucional* como **alheio** às LNs, à configuração de cada uma delas — que vê estritamente como *sistema se oposições funcionais* — B. Pottier, sem renunciar a esta visão básica de uma LN como sistema de oposições funcionais, considera-a poderosamente penetrada, *informada* por um *suporte lógico-conceptual* que tem a ver, ao mesmo tempo, com os princípios gerais que pautam a construção do conhecimento e com as coordenadas sócio-culturais específicas de cada comunidade, nos seus vários estádios. Para tal aponta explicitamente a hipótese central que marca toda a teoria linguística de B. Pottier — a *hipótese da conceptualização* — a que se junta uma outra dimensão, sempre sublinhada na sua abordagem aos fenómenos linguísticos, a saber, a imprescindível consideração das coordenadas da enunciação, das condições concretas de cada acto de fala, em suma, da *situação de comunicação*. (Repare-se que esta não é mais que um fragmento ou parte integrante das coordenadas sócio-culturais específicas de uma dada comunidade num determinado estádio da sua existência). Da *conceptualização* (da *apreensão cognitiva* do «real», naturalmente selectiva) nasce «une *structure d'entendement*, très profonde, **lieu de la connaissance, par nature déliée des langues naturelles** [=delas independente] (B. Pottier, 1974, p. 21; o duplo sublinhado é meu) — estrutura essa que é vazada em «des solutions liées au choix du locuteur à l'intérieur des cadres syntaxiques permis par la LN» (*idem, ibidem*, p. 56). Da agregação de cada produto verbal às condições da enunciação — e do influxo que tal representa na própria conceituação da configuração «interna» e do funcionamento de cada LN — dá testemunho não apenas o lugar de destaque que é dado por B. Pottier ao que chama «*Formulations*», mas

também a tese constantemente sublinhada pelo Autor de que «*Toute signification est relative à des ensembles d'expérience selon les circonstances de la communication*» (*idem, ibidem*, p. 63), ideia que vale não estritamente para a definição da *substância do significado* dos *lexemas*, antes para a toda a estruturação semântica das LNs.

Voltando mais estritamente à consideração do *plano lógico-conceptual*, convirá observar que aquele estatuto de *matriz* da estruturação dos signos, que, como se referiu, ele se revela constituir, é bem mais imediatamente visível, perceptível, nas unidades frásicas — ou, mais exactamente, nas unidades que se organizam à roda de um verbo (SV, EN) — do que na combinação de ENs que realiza o texto, ou dentro deste, uma *sequência textual*. É que o *semantismo* de um verbo de uma dada LN (semantismo que traduz nessa LN o *complexo cognitivo* ou *conceptual* que comporta a noção de «processo» e seus *actantes*) abarca o desenho de esquemas semântico-sintácticos, inscritos na *competência* dos falantes dessa língua que, segundo um mecanismo já brevemente representado acima (2.2.10.), os actualizarão *em discurso*, em diferentes soluções formais possíveis (Ver Fonseca, J., 1981, «Segunda Parte», e também Fonseca, J., 1986). Qualquer destas *enraíza* naquele *complexo cognitivo* ⁽⁴¹⁾ activado pelo semantismo de um verbo. Quanto à cadeia de ENs por que se realizam as *sequências textuais* e o *texto*, também *enraízam* num complexo lógico-conceptual similar (num «*macro-complexo cognitivo*» — ver 2.2.10.), que constitui a base que suporta as sucessivas selecções de léxico e de esquemas semântico-sintácticos a projectar em discurso. Como, porém, e ao invés do que vimos passar-se no que tange às unidades frásicas, tal «*macro-complexo cognitivo*» não configura *em competência* esquemas *transfrásicos* (as unidades transfrásicas são, sem dúvida, *unidades de intenção* que o locutor organiza muito diversamente *em discurso*), a ligação entre ambos estes complexos (de um lado, *complexos lógico-conceptuais*, do outro, *complexos discursivos*) é mais esbatida, menos imediata — mas não pode deixar de estabelecer-se, pois que os complexos discursivos têm a sua raiz num esquema cognitivo global que corresponde à intenção comunicativa do locutor: «Si l'on donne comme sujet de dissertation: 'Illustrez cette morale: la méchanceté est toujours punie', des milliers de récits peuvent se développer. Si le schème de base est sauvegardé, on doit *au moins* retrouver dans le schème global final [que condensa a compreensão final do texto]

{
 si A agit mal
 }
 {
 alors X punit A "
 }

(B. Pottier, 1974, p.80; ver também
B. Pottier, 1976, 7-11, e 1974a).

Em suma, o princípio de que vinha falando é, na verdade, universal: a estruturação das unidades linguísticas, dos *signos extensos*, é penetrada, *informada*, pelas conexões que, segundo a ordenação cognitiva que impomos ao mundo, se desenham entre os «objectos», os factos, os acontecimentos... a que se aplicam os instrumentos verbais que integram uma dada LN.

Reconhecidamente, o exercício linguístico tem um *suporte conceptual, cognitivo*, (como diz W. Chafe «Verbalization takes place against the background of what is usually called knowledge of the world, human knowledge», — conhecimento que é exterior ao verbalizado mas que o *influencia*: Chafe, 1974, p. 10) — e é nesse suporte que *radica a coerência dos produtos verbais*, que mais não é, insista-se, que a *conformidade* do que neles é *comunicado* com o mundo cognitivamente organizado, para que remetem.

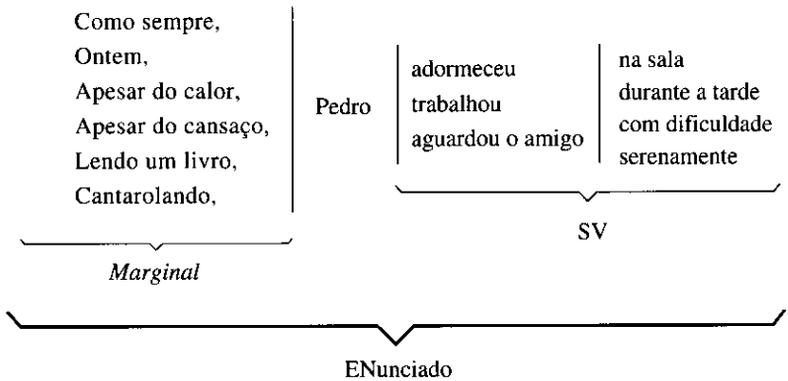
2.4.3. Na base do que se tem vindo a considerar, a combinação dos instrumentos verbais integrantes de uma dada LN que conduz às unidades que conhecemos como *Sintagma, Enunciado e Texto* é suportada imediatamente (e sempre) por princípios gerais, «exteriores» à organização dessa língua, que garantem a sua *coerência*. Ou seja, a combinação das lexias no Sintagma e EN, e a combinação de ENs no Texto *têm os seus limites na própria realidade* (cognitivamente ordenada) *para que essas mesmas unidades remetem*. É precisamente da salvaguarda desses limites ⁽⁴²⁾, impostos pelas relações discerníveis na organização intelectual do mundo, que decorre a *coerência* dos produtos verbais.

A *coerência* dos produtos verbais surge, porém, ao nível do Sintagma e do EN simples, *de certo modo obscurecida*, porque em muitas das realizações destas unidades ela *se funde* integralmente com a sua «boa formação» semântico-sintáctica: os princípios *idiomáticos*, ou seja, «internos» a cada LN, que suportam a construção destas unidades, subsumem a dimensão da *coerência*, que justamente aí é acautelada direc-

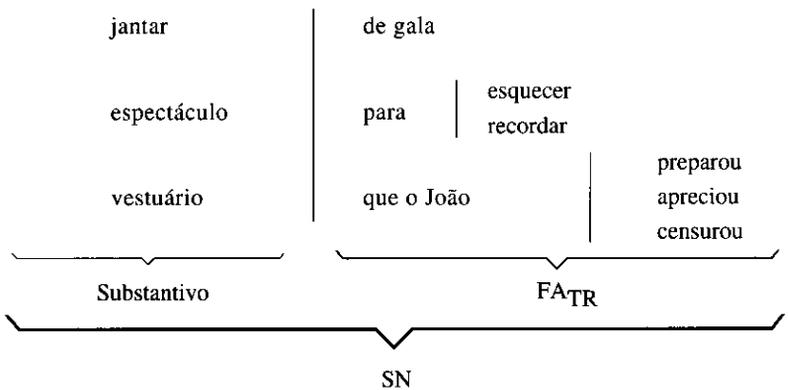
tamente nas *restrições de co-ocorrência* (referidas à *forma do significado* e à *substância do significado* dos signos combinados). Por outras palavras: a *coerência* do Sintagma e do EN é, em muitas das suas realizações, subscrita directamente pelos princípios que suportam, no quadro de cada LN, a *construção sintagmática* e a *construção sintáctica*. Por isso, uma *incoerência* ao nível destas unidades pode ser imediatamente tomada — e efectivamente assim se faz nas descrições-explicações linguísticas correntes — como momento de «má formação», por infracção às *restrições de co-ocorrência* (com relevo particular para as *restrições de selecção*). Daí deriva, imediatamente (para a razão de fundo ver 2.4.4.) o regular silêncio a que é votada a *coerência*, quando se caracteriza a estruturação daquelas unidades.

Sempre, porém, que não converge integralmente com a própria organização intrínseca dos produtos verbais no quadro daqueles princípios «internos» de cada LN, a *coerência* assume neles uma particular evidência. Tal é o caso, no interior do Sintagma e do EN (para o Texto ver 2.4.5.) da congregação de termos entre os quais não operam *restrições de co-ocorrência* referidas à *substância do significado* (*restrições de selecção*). É sabido — e ainda há momentos o relembrei — que os princípios da estruturação destas unidades salvaguardam regularmente a *compatibilidade sintáctica* (referida à *forma do significado*) entre os signos menores que neles se congregam, mas não asseguram a *conveniência semântica* (referida à *substância do significado*) entre eles, quando não entram em jogo *restrições de selecção*. Nestes casos, a *conveniência semântica* é salvaguardada *com referência directa ao designado*, não à *compatibilidade estritamente* entre *significados* (manifestada, como se sabe, na projecção de *recorrências sémicas* em que são envolvidos os *classemas* dos elementos em combinação) (43).

Exemplo flagrante é-nos dado pela articulação de um verbo e seus *complementos não actanciais*, ou, mais genericamente, de um verbo e *adjuntos circunstanciais* no interior quer do SV quer do EN (onde surgem como *Elemento Marginal*) (43), entre os quais quase regularmente não há lugar à projecção de *restrições de selecção*. Repare-se na *ampla compatibilidade* (referida ao *designado*) entre esses termos:



Tal acontece também no interior do SN. Veja-se, por ex., a combinação de um substantivo com um FA por TR (*funcțema adjectival por transfert* — ver B. Pottier), em que intervém uma igualmente *ampla compatibilidade entre o designado* por tais termos, não captável na base de *restrições de selecção* (referidas ao *significado*):



Ainda no âmbito da construção das unidades frásicas, uma imediata saliência advém à *coerência* na combinação de ENs que conduz ao EN composto e ao EN complexo.

A *relação de formação* que reúne os ENs constituintes destas unidades acautela a sua «boa formação» *sintáctica* — mas não responde pela conveniência entre as representações semânticas que correspondem a cada um desses constituintes, ou seja, pela «boa formação» *semântica*

do EN composto e do EN complexo. Esta envolve directamente o *designado* por cada um dos ENs em congregação: também entre eles não há lugar para *restrições de selecção*.

As «regularidades» que se projectam na construção do EN composto ou complexo remetem claramente para as *normas de coerência* atrás levantadas, isto é, para a exigência de *não tautologia*, de *não contradição*, de *recíproca relevância* ou de *compatibilidade* entre o *comunicado* em cada um dos ENs em combinação. Observe-se que a condição essencial para a boa projecção dos *relatores* que articulam os termos imediatos do EN composto ou complexo é a de que efectivamente se cumpra, à luz do conhecimento do «mundo», a conexão que, pelo seu próprio semantismo, tais instrumentos de relação estabelecem entre os factos, os acontecimentos, os estados... manifestados em cada um desses termos. Como escreve van Dijk, «...the connection between propositions [expressas em cada um dos ENs que formam o EN composto ou complexo] is determined by the *relatedness of the facts denoted* by them...» (van Dijk, 1977, 47; o sublinhado de «*denoted*» é meu) (44).

2.4.4. As observações desenvolvidas em 2.4.3. mostram as limitações de uma descrição-explicação linguística feita em termos estritamente *idiomáticos*. Por isso, os modelos linguísticos correntes (que se cingem ao *idiomático*, ao que nos produtos verbais — ou melhor, nas unidades frásicas e intrafrásicas, de que exclusivamente tratam — releva da estrita competência linguística dos falantes) falham em aspectos tão elementares como os que passei em breve revista, ou seja, na captação adequada da combinação de instrumentos linguísticos nas unidades sintagmáticas e sintácticas, já que, como se viu, alguns dos aspectos desta combinação relevam directamente da conveniência entre *designados* e não da estrita compatibilidade entre *significados*.

Sabemos que esses modelos se inscrevem numa *Linguística das Línguas*, tomada num sentido extremamente restritivo, pois se revela particularmente ciosa de um espaço que cuidadosamente delimita através de *idealizações* tão poderosas quanto reducionistas, feitas na convicção de que as línguas se podem — e devem — descrever tomadas «em si mesmas e por si mesmas», isto é, com exclusiva atenção a princípios «internos» do sistema de signos que perfaz cada uma delas.

Tal conduz, como se reconhece, a isolar uma língua das condições do seu uso efectivo, do seu funcionamento real em contextos de comunicação, e até, mais imediatamente, a ignorar a estreita e inseparável

articulação deste funcionamento ao exercício do pensamento, ao conhecimento do mundo, logo às interconexões que, pela organização intelectual que impomos ao mundo, se desenham entre as «coisas», os factos, os acontecimentos... que o preenchem — e para os quais, afinal, os signos linguísticos apontam.

O alargamento da reflexão linguística às condições do funcionamento real das línguas, a começar pela consideração do seu *suporte conceptual, cognitivo* (no sentido atrás caracterizado) conduzirá não apenas à captação de regularidades sistematicamente projectadas no exercício verbal que não podem ser levantadas numa perspectiva exclusivamente *idiomática*, como também (e isso é particularmente relevante) permitirá uma descrição-explicação mais adequada, logo, uma compreensão mais justa, mais profunda, das próprias regularidades «internas» ao funcionamento de um sistema linguístico particular, de uma dada LN.

A clara distinção deste duplo plano de que releva o funcionamento real de uma LN — *um plano idiomático* (a que são referidas imediatamente regularidades «internas» do sistema, captadas por uma *Gramática* enquanto modelo da competência linguística dos falantes), e *um plano «extra-idiomático»*, concernente ao funcionamento da linguagem verbal em geral, logo, subjacente a todas as LNs, a que «pré-existe», e, por isso mesmo, *universal*, e *autónomo* em relação a cada uma delas (que permitirá esclarecer mais profundamente muitas das regularidades «internas» e captar outras projectadas no exercício verbal) — a clara distinção deste duplo plano, dizia, não deve, porém, servir sistematicamente à exploração *unilateral* de qualquer deles, antes deve conduzir a uma reflexão que, para ser adequada, considerará a sua natural interligação (45).

2.4.5. A superação do estritamente *idiomático* — pela abertura à consideração das condições de uso das línguas, do seu funcionamento real em contextos de comunicação e do seu *suporte conceptual, cognitivo* (que assinala a estreita interligação entre as LNs e o exercício do pensamento, a apreensão intelectual do mundo) ganha uma particular acuidade no que respeita a uma adequada caracterização do *Texto*, e imediatamente no que se refere à captação dos princípios que suportam a combinação consequente dos ENs por que aquele se realiza. Tal ficou já devidamente demonstrado nas considerações desenvolvidas sobre a noção de *coerência textual*.

Não será preciso insistir no facto, hoje, evidente, de que a notória incapacidade dos modelos correntes de descrição-explicação linguística para um tratamento adequado do texto enraíza na sua estreita agregação ao *idiomático* — como que ignorando que o texto é por excelência uma unidade linguística em funcionamento concreto em contextos de comunicação, *uma unidade linguística globalmente contextualizada*, condição que suscita a sua caracterização *numa base eminentemente comunicativo-pragmática* (ver acima, particularmente 2.2.10. — 2.2.12.).

Não significa isto esquecer (muito menos negar) que há na constituição do texto dimensões *idiomáticas*: já vimos (por ex., em 2.2.3.) que cada LN comporta efectivamente recursos (instrumentos e mecanismos) para a construção do *transfrástico* através da interligação explícita de ENs sintacticamente independentes: *relatores, substitutos lexicais, elipse, anáfora/catáfora, selecção de artigos, articulação tema/rema* (46).

Observarei que a caracterização do texto sob uma óptica estritamente *idiomática* quase se esgota nestes aspectos (47) — o que, indelutavelmente, é muito pouco, dada a multiplicidade das dimensões operantes na estruturação e funcionamento desta unidade linguística, à qual convém, na verdade, uma caracterização em termos eminentemente comunicativo-pragmáticos. De resto, não raro os ENs que realizam o texto sucedem-se sem que tenha lugar a projecção daqueles recursos de conexão. Por outro lado, a «boa actualização» desses mesmos recursos não garante, por si só, que uma sequência de ENs «faça sentido», que a mensagem nela vazada se revele *coerente*. (Esta observação é perfeitamente óbvia, e não faz mais que sublinhar que a *coerência* do texto resulta da observância das normas atrás caracterizadas, «exteriores» às dimensões *idiomáticas* do texto, e não da «boa actualização» dos recursos para a construção do *transfrástico*: esta «boa actualização» *não realiza coerência, antes a pressupõe* como propriedade *naturalmente inscrita*, como escrevi acima, nos produtos verbais (ver 2.2.3.). Não bastará, a este propósito, acrescentar, como se faz no âmbito dos trabalhos que inadequadamente tomam a «boa actualização» destes recursos como *condição de coerência textual*, que ela é «condição insuficiente» — pois que qualquer das (autênticas) *condições de coerência* do texto é, se tomada isoladamente, claramente insuficiente: por isso, se sublinhou que as *normas de coerência* se devem projectar *simultaneamente, cumulativamente* — ver 2.2.2.).

Uma primeira razão para a particular saliência que advém, no domínio do texto, à *coerência* reside exactamente aqui, isto é, no facto de que a adequada projecção dos recursos de uma LN para a construção do *transfrástico* não garante a exclusão de tautologia, de contradição, de inconsequência entre o sucessivamente comunicado nos ENs.

A esta primeira observação juntarei duas outras que apontam no mesmo sentido.

O texto não comporta uma dimensão «construcional», no sentido que cabe à designação *construção* no âmbito da formação sintagmática e sintáctica: os ENs que realizam o texto não estão entre si ligados por *relação de formação* (como o estão as lexias no Sintagma, os Sintagmas no EN, os ENs no EN composto ou complexo) que os *integre* ⁽⁴⁸⁾ numa unidade formal hierarquicamente superior. Mais simplesmente: os ENs *não são os constituintes do Texto* (como as lexias e as unidades formais que sobre elas se edificam — Sintagma, EN — *são os constituintes*, respectivamente, da *construção sintagmática* e da *construção sintáctica*).

Ora, como vimos, os princípios que em cada LN suportam estas *construções* salvaguardam (se bem que, como foi sublinhado, não em todas as realizações concretas das unidades frásicas e intrafrásicas) a conveniência entre os *designados* pelos signos combinados, ou seja, a *coerência* do Sintagma, do EN. Dado que tal dimensão *construcional* está ausente na estruturação do texto, a sua *coerência* não pode ser salvaguardada por tal via: é claro que não há lugar entre os ENs que realizam o texto para *restrições de co-ocorrência* (no sentido que cabe a estas restrições no âmbito da *construção sintagmática* e da *construção sintáctica*) ⁽⁴⁹⁾ que acautelem a interconveniência entre o que em cada um deles é comunicado. Finalmente, já foi longamente referido nas páginas precedentes que muitas das articulações entre o designado nos ENs que materializam o texto não são explicitamente realizadas, antes são deixadas *implícitas* pelo locutor, na *pressuposição* de que o receptor as reconstituirá através de *inferências* retiradas na base do *universo de conhecimento*. Não tendo, assim, *expressão explícita*, estas conexões escapam a uma caracterização estritamente *idiomática* do texto.

A saliência de todos estes aspectos que acabei de referir arrasta, sem dúvida, consigo a saliência da *coerência* ao nível do texto.

3. COERÊNCIA vs COESÃO; COERÊNCIA e COESÃO

Julgo ter ficado claro que, não obstante a saliência inegável que, pelas razões inovadas acima, obtém a *coerência* no domínio do texto, ela não é dele exclusiva, antes se revela em todos os *signos extensos* como princípio fundamental que, relevando de um *plano lógico-conceptual, autónomo* em relação às LNs, em cada uma delas penetra e *informa* tanto a combinatória que a esses signos conduz (ou seja, a «boa formação» da *construção sintagmática e sintáctica* e do *transfrástico*) como a configuração dos laços — explícitos e implícitos — que reúnem as informações neles veiculadas.

É rigorosamente como tal que tomo a *coerência* — princípio que domina a produção verbal, independentemente da LN em que se concretiza, e nela acautela a conformidade do mundo recriado nos signos com o *mundo cognitivamente ordenado* para que apontam.

Reservo, em contrapartida, a designação de *coesão* para os nexos que, por um lado, suportam a constituição das *unidades extensas* por que uma LN se actualiza em discurso (respondendo imediatamente pela «boa formação» do *Sintagma*, do *EN*, e do *transfrástico*) e, por outro lado, para os que, em congregação com os primeiros, e de modo explícito ou implícito, se instauram entre as informações (de que são, de resto, uma das componentes) veiculadas nesses mesmos *signos extensos*.

Repare-se que, ao mesmo tempo, separo metodologicamente *coerência* e *coesão* (daí: *coerência vs coesão*) e as congrego intimamente na descrição-explicação dos produtos verbais (daí: *coerência e coesão*). Nesta óptica, o estudo da *coesão* dos *signos extensos* deverá ser feito em estreita articulação com a consideração da sua *coerência*, tomada esta, como se viu, como princípio, relevando de um *plano lógico-conceptual*, que influencia decisivamente, nos termos indicados, o exercício verbal e seus produtos. No que concerne às *unidades frásicas*, o estudo da *coesão* contará, assim, como momento central a captação dos modos por que o *plano conceptual informa* tanto a estruturação básica desses *signos extensos* como a configuração neles de valores e relações semânticas fundamentais; no que respeita ao *texto*, o estudo da *coesão* visará a caracterização não apenas da «boa formação» do *transfrástico* que neste tem lugar, como também, e sobretudo, a captação dos nexos (explícitos ou implícitos) que percorrem e congregam as informações projectadas; o que está aqui em causa é um complexo de *recorrências*, de *dependências*, e sobretudo de *interdependências* — traduzidas no

facto de que a interpretação de um EN é uma função da interpretação de (dos) outros ENs. Essas interdependências actuam na identificação dos «objectos» designados e daquilo que deles se predica, mas sobretudo têm a ver com o facto de que em cada momento do desenvolvimento de um texto se configura um dado *isotopia* (um dado «mundo») em relação à (ao) qual deve ser interpretado o segmento seguinte. Como se viu acima, em todo este processo — em que se refaz, se re-elabora o sentido — actua poderosamente o *universo de conhecimento* dos falantes, pelo que um dos momentos capitais da caracterização da *coesão* do texto consistirá no levantamento dos *modos por que* e da *extensão em que* aquele universo é envolvido na produção-recepção.

Compreende-se com facilidade que, concebida rigorosamente a *coerência* como princípio geral (consubstanciado nas normas de *não tautologia*, *não contradição* e de *relevância*) a que se subordina a produção verbal, ficam absorvidas na noção de *coesão* proposta quer os vínculos instaurados entre os ENs (isto é, os instrumentos, os mecanismos e os princípios da sua actualização) que eram tomados como meios por que se concretizava ou realizava a coerência, mas também as dimensões mais insistentemente contempladas na caracterização desta noção — justamente, como escrevo acima, a avaliação dos *modos por que*, e da *extensão em que*, o *universo de conhecimento* dos falantes é envolvido na produção-recepção. (Ver acima, particularmente 2.2.10).

Sublinhar-se-á também que a redefinição proposta para as noções de *coerência* e *coesão* não se revela como simples questão de terminologia. Seria fácil renunciar à designação de *coesão* e optar pela de *coerência* (como hoje correntemente se vem fazendo no âmbito da Linguística do Texto). Seria também cómodo tomar *coerência* como designação de tipo hiperonímico que incluísse, por um lado, as conexões de índole pragmático-comunicativa, e por outro, destas demarcados, os nexos ditos (na esteira de Halliday-Hasan, 1976) «coesivos» entre os ENs por que se realiza o texto: tal já foi considerado⁽⁵⁰⁾, sem se reparar no artificialismo excessivo, e sobretudo na inadequação manifesta, em que redundava a separação assim proposta entre o que nos signos linguísticos, de um lado, se apresenta como imanente à configuração sintagmática, e, de outro lado, o que a eles necessariamente se agrega de modo implícito e tem a ver com o *universo de conhecimento* dos falantes, com a situação de comunicação. Tal concepção redundava, como se vê, quer na aceitação da noção de *coesão* inter-ENs proposta por

Halliday-Hasan, quer na consideração de tais nexos «coesivos» como «condição de coerência» — aspectos que já explicitamente rejeitei de modo, creio, suficientemente fundamentado.

Mais do que mera questão de terminologia, a redifinição proposta das noções de *coerência* e *coesão*, a demarcação (e a interligação) entre elas estabelecida(s), e ainda a sua aplicação conseqüente a todos os *signos extensos* resultam, na minha concepção, da *possibilidade* e da *necessidade* de separar metodologicamente, de um lado, um princípio geral (a *coerência*) de que é sempre tributária a actividade manifestativa que denominamos *linguagem verbal*, e de outro lado, a configuração dos *signos extensos* por que *uma LN* se actualiza em discurso, considerados estes cumulativamente e de *modo integrado* tanto no complexo de ligações que suportam a sua «boa formação» como na rede de laços que, em congregação com aquelas, unificam as informações (explícitas e implícitas) nesses signos carregadas numa dada situação de comunicação em que adequadamente se inscrevem (*coesão*). Como foi já suficientemente explicitado, tal demarcação não deve fazer ignorar a íntima ligação que entre *coerência* e *coesão* dos produtos verbais se torna manifesta; direi, no entanto, e mais uma vez, que esta íntima articulação não deve conduzir a que se confundam.

Poderei, assim, concluir, em termos sumários, que todos os *signos extensos* se revelam na interacção verbal ao mesmo tempo *coerentes* e *coesos*: *coerentes*, porque o mundo neles recriado *se conforma* ao mundo («real» ou «possível») cognitivamente ordenado para que apontam; *coesos*, porque eles se mostram percorridos por um complexo de conexões (umas explicitamente marcadas, outras implicitamente *compresentes* com as primeiras) que asseguram a sua configuração como *unidade semântico-pragmática*, conferindo-lhes ao mesmo tempo uma consistência própria de bloco sintagmático.

4. COESÃO E NÍVEL DE ESTRUTURAÇÃO LINGÜÍSTICA

Complexo relacional que percorre e congrega os termos integrantes dos *signos extensos*, a *coesão* será referida a cada um dos *níveis* que se reconhecem na estruturação dessas unidades lingüísticas, nas quais se manifesta não apenas em graus diversos, como também de modo matizado.

Distribuirei por três zonas sintagmáticas — *micro-sintagmática*, *meso-sintagmática* e *macro-sintagmática* — os *signos extensos*, cabendo na primeira o *sintagma* (SN e SV), na segunda, o *EN*, e na terceira, o *texto*.

Na *micro-sintagmática* e na *meso-sintagmática*, inscrevem-se, como se vê, *signos extensos* que constituem *unidade gramatical* — pelo que são afectados imediatamente por uma **coesão estrutural**, que tange directamente aos princípios estruturadores (ou aos laços de conexão segundo eles projectados entre os termos em combinação). Converte, pois, a *coesão estrutural* com as *dimensões construcionais* de tais unidades, que envolvem nexos semânticos referidos tanto à *forma do significado* como à *substância do significado* (e/ou, eventualmente referidos, mais directamente, à conveniência entre os respectivos designados). Entre essas dimensões construcionais, a própria *relação de formação* (sintagmática ou sintáctica) e a *interdependência formal* entre os termos que ela atinge serão a tomar como *índices de conexão de significado*, não apenas comportando elas *indicações semânticas*, mas sobretudo revelando sempre *motivações semânticas*: de acordo com linhas de reflexão já acima introduzidas, a estruturação das unidades sintagmáticas e sintácticas radica em aspectos centrais do *semantismo* do item lexical que constitui a pedra angular da sua construção (o *substantivo* no SN, o *Verbo* no SV e no EN). Basicamente, estes elementos surgem naquelas unidades como *centro polarizador* à roda do qual gravitam outros elementos.

Aos nexos semânticos que deste modo percorrem e unificam o Sintagma e o EN enquanto *construções gramaticais* acrescentam-se, eventualmente, outros — nomeadamente os que tangem a conexões referidas à *coesão lexical* (tomada nos termos acima referenciados, e *re-interpretados*, de Halliday-Hasan) desenhadas na base da *colocação*, da *associação*, da *participação*, da *hiperonímia* — *hiponímia*, da *sinonímia* e *antonímia*, da *retoma*, ou *reiteração* de *designados* (em suma, laços estabelecidos entre itens lexicais na base da *co-referência* e da *cross-referência*). Alguns destes laços só poderão projectar-se no EN composto ou complexo (onde, de resto, intervém também a presença de *relator*, e, logo, da relação específica instaurada pelo seu semantismo próprio); outros actualizam-se quer no EN quer no interior de cada uma das unidades sintagmáticas suas constituintes.

Quanto à *macro-sintagmática*, que concerne ao texto, ela não comporta, como já se acentuou, uma *dimensão construcional* no sentido que rigorosamente cabe a *construção* (*construção sintagmática* e *construção*

sintáctica). Desenha-se, assim, uma *assimetria* notória entre, de um lado, a *micro-sintagmática* e a *meso-sintagmática*, e, do outro lado, a *macro-sintagmática* — assimetria que se conta entre os factores que retardaram o enfoque, sob uma *óptica lingüística*, do texto, (hoje, finalmente, objecto de aturada investigação com recurso a aparelhagem teórica e procedimentos metodológicos diferenciados: pensemos no trabalho pioneiro de Harris, na «Discourse Grammar» americana, nos múltiplos vectores que cabem na «Discourse Analysis» americana ou anglo-saxónica, no carácter compósito da «Análise do Discurso» de matriz francesa, nas diversas orientações que se manifestam no seio da Lingüística do Texto). Essa *assimetria* consubstancia-se imediatamente (como acima se referiu) no facto de que, embora o texto *se realize em ENs, estes não se apresentam como os constituintes* daquela unidade (como as lexias são constituintes do Sintagma, os sintagmas os constituintes do EN).

Em suma, não afecta os ENs por que se concretiza o texto uma *integração* (no sentido de E. Benveniste — ver acima nota 4 — ou de B. Pottier — ver, por ex., B. Pottier, 1974) efectivamente operante, de modo básico, na configuração das unidades da *micro-sintagmática* e da *meso-sintagmática*. A assimetria em referência é, inequivocamente, um dado saliente — mas sublinhá-la excessivamente representará, no fundo, sobrevalorizar as razões que conduziram à cristalização da reflexão lingüística à roda das unidades construcionais, com o conseqüente abandono do «domínio natural» dessa reflexão, a saber, *as produções verbais globalmente contextualizadas, o texto* (que é o signo lingüístico «originário»). A fecundidade de uma *óptica textual* na reflexão sobre a linguagem decorrerá não apenas do facto de que, finalmente, se toma em consideração o objecto *texto*, mas também do facto de que ela permite dar uma visão integrada de regularidades básicas presentes em todos os níveis de estruturação sintagmática: entre essas regularidades sobressaem as que se consubstanciam em conexões de *dependência*, de *interdependência*, de *recorrência*. É certo que, em cada um dos níveis de estruturação sintagmática, estas conexões se dão de modo matizado; no entanto, sem apagar essa diferenciação, é possível levantar, e destacar, uma ampla base comum: é isso que fundamentalmente traz à luz a noção de *coesão*, que, como aqui se defende, constitui uma propriedade básica *de todos os signos extensos*.

5. NOTA SOBRE A «COESÃO» DA LEXIA

5.1. Em sentido próprio, ficou definida a *coesão* como propriedade específica dos *signos linguísticos extensos*, resultantes da combinação de elementos linguísticos *livres*.

Sabe-se, porém, que também a *lexia*, quando não monomorfemática, se revela analisável em entidades significativas menores (*morfemas*) que justamente se congregam em *construção léxica*. Há, então, nestas *lexias* também a combinação de signos menores, uma *dimensão construcional*. Sendo assim, a noção de *coesão*, basicamente entendida como força unificadora de termos em combinação, poderia ser alargada às unidades léxicas bi ou polimorfemáticas, ou seja, à *lexia simples*. (Para a *lexia composta* e a *lexia complexa*, ver, abaixo, 5.2).

Na combinação de morfemas de que resulta a *lexia simples* está também presente (como na *construção sintagmática* e na *construção sintáctica*) um *centro polarizador* (nas unidades lexicais, por ex., esse centro é o *morfema lexical*), à roda do qual gravitam, em distribuição específica, outros elementos, a ele anexados. Repare-se, porém, que se trata aqui de combinação, não de elementos *livres*, antes de elementos por natureza ligados — *memorizados em competência como pedras da construção léxica*, só se projectando em *discurso integrados* na *lexia* que perfazem.

Neste quadro, só em sentido demasiado alargado se poderia falar de *coesão* da *lexia* (bi ou polimorfemática). A *lexia* surge, de resto, como unidade formal e funcional disponível em *competência* já *integrada* por natureza — não como unidade sobrevinda da congregação matizada em *discurso* de *elementos livres*, como acontece nas *unidades extensas* para as quais reservo a noção de *coesão*. (Anotese que o que se acabou de afirmar não significa que não se reconheça a presença em *competência* de complexos sintagmáticos: na verdade, essa existência é irrefutável, mas sempre se trata de *esquemas* ou *modelos construcionais virtuais*, a projectar em *discurso* em soluções diversificadas, como já se referiu atrás, embora de modo breve).

Sendo assim, excluo aqui do âmbito próprio da *coesão* — no sentido estrito em que julgo ela dever ser tomada — os fenómenos integrativos que suportam a *construção léxica*. Só, pois, em sentido lato se poderia falar, segundo a óptica aqui tomada, de *coesão da lexia*; considerar-se-ia, então, basicamente

- (i) a *inseparabilidade* dos morfemas envolvidos;
- (ii) o lugar *fixo* que ocupam;
- (iii) a *distribuição* dos morfemas, segundo o tipo categorial da *lexia*;
- (iv) os *modelos* de congregação dos morfemas (os *modelos de lexia*)
(Para estes, ver B. Pottier, por ex. 1974 e 1987) ⁽⁵¹⁾.

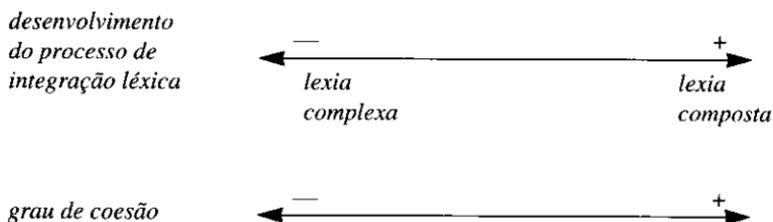
Reparar-se-á que o ponto (i) (e também o ponto (ii)) não deixa de suscitar algumas dificuldades: em português, é conhecida a separação dos morfemas constitutivos de *lexia* (*convencê-lo-ei, observar-lhes-ei...*); em algumas outras línguas (por ex., o inglês, e sobretudo o alemão) alguns morfemas (mais rigorosamente, *morfemas derivativos*, em particular *prefixos*) destacam-se do restante complexo constitutivo da *lexia*, apresentando uma marcada mobilidade no todo do EN. Algumas destas questões prendem-se à própria definição, tecnicamente rigorosa, a dar à *lexia* (à palavra).

De qualquer modo, insisto, não está em causa uma combinação *em discurso* — mas uma combinação *dada em competência*, pelo que *coesão* assumiria, então, um sentido trivial, banal, de reunião de elementos que perfazem unidades *ligadas, memorizadas em competência*. (Ver em J. Lyons, 1970, p. 155-156, algumas referências à «coesão interna da palavra»).

5.2. Caso algo diverso — que convirá situar preferentemente numa *zona marginal* ou periférica da *coesão* ao *nível micro-sintagmático* — é o desenhado pela *lexia composta* e, sobretudo, pela *lexia complexa*. Na sua configuração como *lexias* (logo, como unidades *memorizadas em competência*, aptas a serem actualizadas em discurso como pedra angular da construção sintagmática e da construção sintática) ⁽⁵²⁾ intervém um processo de *integração léxica* que conhece graus diversos de desenvolvimento.

Enquanto termo da construção da *lexia composta* (*arco-íris, porta-voz, pára-raios...*) ou da construção da *lexia complexa* (*círculo vicioso, estar à vontade, perder o juízo...*) — ou seja, enquanto afectada por processo de *integração léxica*, a *lexia* abeira-se do estatuto do *morfema*, pois perde, então, ou vê minorada, a sua *autonomia semântico-funcional*. Justamente com referência a esta anulação, ou enfraquecimento, da autonomia semântico-funcional se poderá avaliar do grau atingido no desenvolvimento do *processo integrativo*, isto é, da distância relativa percorrida pelo movimento de *integração léxica* que conduz de *associações*

em discurso a unidades funcionais disponíveis em competência. Exactamente na *razão directa* do grau atingido nesse desenvolvimento (logo, na *razão inversa* da autonomia funcional de que dão mostras os termos *integrados* ou em vias de *integração* em *lexia composta* ou *complexa*) se estabelece uma maior ou menor *coesão* destas últimas. Nesta base, um escalonamento imediato é possível, que representarei da seguinte forma:



Em relação à *lexia complexa*, «critérios funcionais de separabilidade» dos termos que a perfazem (B. Pottier, 1969, §1.1.) permitem avaliar com algum rigor o grau de *integração* atingido. Recurso particularmente elucidativo — e abundantemente utilizado — é a intercalação, entre os termos constitutivos da *lexia complexa*, de um FANAT ou TR. Comparem-se:

círculo vicioso
 inegável *círculo vicioso*/*círculo vicioso* inegável
 **círculo* inegável *vicioso*

estátuas de mármore
 grandes *estátuas de mármore*
estátuas de mármore grandes
estátuas grandes *de mármore*

É com recurso a similar procedimento de intercalação de FA que L. Carlsson tenta avaliar «le degré de cohésion des groupes subst+de+subst» em francês (Carlsson, 1966), tomando justamente elementos nominais (articulados pelo relator *de*) que constituem *lexias complexas* ou que, pelo menos, estão envolvidos, em diferentes graus, em processo de *integração léxica*.

B. Pottier, por sua vez, reconhece um variável (de 0 a 100) «coefficient de cohérence entre les éléments d'une suite de mots» (B. Pottier, 1969, §1.1.) que representa e ilustra da seguinte forma:

rido a duas distinções metodológicas básicas propostas por E. Coseriu: de um lado, a distinção entre *língua histórica* e *língua funcional*, e do outro, entre *sistema* e *norma*. Sobre a primeira destas distinções se debruça Coseriu em vários trabalhos, alguns datados do início da década de 60, e agora reunidos em Coseriu, 1977; quanto à segunda, ela foi proposta inicialmente em Coseriu, 1952, e sucessivamente retomada em diversos trabalhos do mesmo Autor.

1.1. Cada LN apresenta-se imediatamente como um complexo organizado de *variedades* — distribuídas quer local e regionalmente (*variedades diatópicas*) quer segundo a estratificação social ou sócio-cultural dos falantes (*variedades diastráticas*) quer segundo o tema e as finalidades comunicativo-expressivas desenvolvidas em situações de comunicação típicas (*variedades diafásicas*).

Como se sabe, estas variedades linguísticas recobrem-se, no sentido de que em cada uma delas se projectam as outras (numa dada variedade regional reconhecem-se matizações diastráticas e diafásicas, e assim sucessivamente); por outro lado, essas variedades, co-existindo (como *variedades sincrónicas*), continuamente se inter-influenciam, se interpenetram.

As conexões entre estas variedades desenham o que E. Coseriu chama **arquitectura** de uma língua. A *coesão paradigmática* — a *coesão de de uma língua* — referir-se-á, pois, imediatamente à sua *arquitectura*: esta apresentar-se-á mais ou menos *coesa*, sendo essa coesão escalonável de acordo, basicamente, com o número de variedades, a homogeneidade de cada uma, a demarcação mais ou menos nítida entre elas, o seu grau de interpenetração. Em suma, a *coesão de uma língua* será aferida pela *amplitude da variação linguística* no seio da comunidade que a fala.

Sob esta óptica, que atende à «*diversidade na unidade*», situações muito díspares se reconhecem nas diferentes línguas. No que tange ao português, é generalizadamente apontada a sua apreciável «unidade» — tanto mais saliente quanto são conhecidas quer a *grande extensão geográfica* (e a *não contiguidade* destes espaços) quer a *diversidade sócio-cultural* das comunidades que *falam português*, quer, enfim, a *desigual situação linguística* de algumas dessas comunidades.

O estudo da *coesão paradigmática* ou da *coesão de uma língua* confluí, assim, neste quadro, com o próprio estudo da *variação linguística* viva numa comunidade — variação que, visivelmente, se articula a factores «externos» à língua, mas que sobre ela fortemente actuam.

1.2. Cada uma daquelas variedades linguísticas considerada na sua configuração própria — isto é, tomada, através de uma forte *redução*, como complexo estruturado *idealmente homogéneo* (na caracterização proposta por Coseriu, como complexo *sintópico*, *sinstrático* e *sinfásico*) — constitui um *sistema funcional* de entidades interligadas por conexões que se dão, como se sabe, na base da *semelhança* e da *oposição*. É ao conjunto destes laços que, em sentido estrito, convém a designação de *estrutura*: esta respeita, assim, a uma língua funcional, a cada uma das *línguas funcionais* que se revela constituir cada uma daquelas variedades. Deste modo, ressalta a natureza «pluri-sistemática» de cada *língua histórica* (a que se aplicará, então, não estritamente a noção de *sistema*, antes, como é sabido, a de *dia-sistema*).

A hoje correntemente denominada *Linguística do Sistema* (que engloba orientações inequivocamente reducionistas, do estruturalismo ao gerativismo — tenha-se presente a caracterização dada por N. Chomsky da *competência linguística* do falante-ouvinte ideal(izado): Chomsky, 1965) toma justamente como seu objecto de reflexão uma *língua funcional* — um complexo de entidades linguísticas sintópico, sinstrático e sinfásico — que considera como «média» ou «comum», e com a qual identifica metodologicamente uma dada LN.

Assim concebida como *sistema idealmente homogéneo*, alheio a toda a variação «externa», cada LN revela, por sua vez, uma estruturação diferenciada, onde cabem *assimetrias* e *desequilíbrios internos*. A *coesão paradigmática* — a *coesão de uma LN* — pode, assim, ser referida agora ao grau, maior ou menor, de *sistematicidade*, de «regularidade» do *sistema funcional*.

É claro que a avaliação global da sistematicidade de um LN — mesmo considerada na base da forte *redução* que conduz a tomá-la como *língua funcional* — é um objectivo ideal, pois supõe uma descrição-explicação acabada e coerente. No entanto, na base dos trabalhos de investigação disponíveis, e também na base da nossa própria intuição de falantes, cada um de nós acede facilmente à constatação de que uma língua não é nunca um «sistema perfeito», antes um complexo percorrido por diferentes graus de organização. A visão «ingénua» de uma língua como um sistema harmonioso «où tout se tient» cedo deu lugar, na reflexão linguística, a uma outra, que considera diferentes «graus de coerência» da estruturação.

Tal é visível no sistema global, mas também — e mais imediatamente — em cada um dos «sistemas parciais» nele reunidos (o sistema

fónico, o sistema gramatical, o sistema lexical...) e, dentro de cada um destes, nos vários «micro-sistemas» que a investigação linguística vem tentando caracterizar.

- a) Se tomarmos, por exemplo, o plano fónico de uma língua, e mais estritamente o *sistema fonemático*, nele vemos recortadas zonas de fonemas fortemente interligados face a outras em que estas entidades se inter-relacionam menos intimamente. Cabem nas primeiras os fonemas que a investigação fonológica distribui por uma mesma *série*, uma mesma *ordem* e, em particular, por uma *correlação* ou *feixe correlativo*. Corresponde esta distribuição, como se sabe, ao reconhecimento de laços apertados entre os fonemas, laços estabelecidos na base do grau de *semelhança* que os reúne, referida aqui à participação em comum de determinados *traços distintivos*. Quanto mais elevado for o número de traços distintivos comuns a um dado complexo de fonemas tanto mais fortemente estes se interligam. As *correlações fonológicas*, que assentam, como é sabido, na repartição regular de um ou de vários traços distintivos por diferentes fonemas, configuram num dado sistema uma área «bem integrada», ou um *centro* — de que distam, mais ou menos, os fonemas nelas não inscritos, dos quais se dirá que estão «menos bem integrados» ou que se situam numa zona periférica do sistema, numa *periferia*. Um sistema fonológico «ideal» seria, pois, aquele em que todos os fonemas se revelassem «bem integrados», o que se traduziria na sua inscrição em correlações fonológicas e, particularmente, numa única correlação.

A demarcação entre um *centro* e uma *periferia* radica, como se vê, no diverso grau de semelhança que aproxima as entidades linguísticas. O que está em causa é a *extensão ou a profundidade das relações paradigmáticas: centro e periferia* entender-se-ão, assim, como dois pólos marcados, como «les deux positions limites de l'intégration maximale et minimale dans le système, entre lesquelles se situent celles que l'on peut caractériser como penchant vers de centre ou la périphérie ou comme positions indéterminées» (O. Leska, 1966, 54).

Na avaliação da «regularidade interna» do sistema fonológico de uma LN entram, porém, em jogo outros factores, nomeadamente os que derivam quer do facto de que o sistema não

é estático, antes dinâmico, quer do facto de que ele não está isolado dos outros «sistemas parciais» que perfazem a língua. De entre esses factores salientarei os seguintes: o rendimento funcional efectivo de um fonema (ou de uma oposição fonológica, ou dos traços distintivos nela envolvidos) pode ser maior ou menor; cada fonema tem uma *distribuição* específica, e é afectado na sua realização concreta por parte das outras entidades com que surge combinado; os vários fonemas têm «realizações normais» (ao nível da *norma*) mais ou menos diferenciadas da sua estrita configuração ao nível do *sistema*, e, eventualmente, em maior ou menor número de *variantes* (alofones); a amplitude desta variação é, também ela, mais ou menos pronunciada (configurando, deste modo, um «campo de dispersão» mais ou menos extenso, que as realizações concretas — ao nível da *fala* — podem ainda alargar); a eventual presença de fenómenos de *neutralização*, o número de oposições afectadas, a maior ou menor diversidade dos contextos em que ela tem lugar, e a sua efectiva projecção mais ou menos elevada no exercício verbal — eis outras variáveis que afectam a regularidade «teórica» de um dado complexo fonemático.

- b) Ao nível do *plano significativo* (ou do *plano do conteúdo*) da organização de uma LN, tem também validade a oposição acima caracterizada entre um *centro* e uma *periferia*. Neste domínio, liga-se a *periferia* tudo o que se apresenta como «irregular» ou «anómalo» num dado conjunto de unidades reunidas num *paradigma* — mas também tudo o que se revele como quebra ou sub-aproveitamento da «produtividade» que o sistema, enquanto complexo de «possibilidades em aberto», teoricamente comporta.

Na estruturação do léxico e na flexão verbal são particularmente notórios todos estes momentos de «incoerência» da organização interna de uma LN — «incoerência» que é consideravelmente alargada por fenómenos específicos de *homonímia*, de *polissemia*, de *metaforização*, de *polimorfismo*, de *metonimização*, de *sincretismo*, de *cumulação* numa mesma forma de valores significativos diversos, de co-existência de entidades diferenciadas mas *isofuncionais*. Tocamos aqui a questão-chave da problemática da relativa «incoerência» do sistema ao nível do *plano de conteúdo*, que radica no que por vezes se denomina

«*dualidade assimétrica do signo linguístico*», ou seja, no *facto de que a uma mesma forma ou a uma mesma propriedade formal não corresponde univocamente um determinado valor significativo*.

A avaliação da *coesão paradigmática* far-se-á, também aqui, com referência imediata a cada um dos «sistemas parciais» — o sistema gramatical, o sistema lexical, o sistema semântico — e, dentro de cada um deles, tomará em consideração os múltiplos «micro-sistemas» reconhecíveis. Também aqui, o que está em causa é o levantamento da *extensão* ou *profundidade das relações paradigmáticas*, na base das quais se recortará, em cada nível de estruturação, um *centro* e uma *periferia*, no sentido acima estabelecido. A semelhança que reúne num paradigma diversas entidades linguísticas será sempre maior ou menor, em função quer do número de propriedades ou traços comuns, quer da regularidade da sua repartição pelas diversas entidades quer, enfim, da natureza (formal e/ou funcional, significativa) dessas propriedades.

Segundo as linhas gerais traçadas nas alíneas *a*) e *b*), a avaliação da *coesão paradigmática* — da *coesão de uma LN* — buscará fundamentalmente captar a regularidade interna de cada *paradigma*, e, a partir daí, as conexões entre os diversos *paradigmas*, atendendo naturalmente a cada nível de estruturação e às relações entre eles. Um tal programa conflui, afinal, com objectivos centrais da descrição linguística, aplicada a cada uma das línguas — o levantamento da *estrutura do sistema funcional*, do modo como uma dada entidade linguística se relaciona, mediata ou imediatamente, com as outras. É um tal programa que vemos sumariamente enunciado por Herculano de Carvalho num passo da sua *Teoria da Linguagem* que aqui transcrevo, onde explicitamente o Autor emprega a metalexia *coesão* no sentido que tenho vindo a caracterizar: «Conforme a natureza e o grau de semelhança existente entre os diversos membros de um paradigma, serão naturalmente mais ou menos íntimos os laços que os unem entre si e portanto mais ou menos forte a coesão interna do paradigma. Deste modo será mais coeso o paradigma constituído pelas várias formas do «verbo *cantar*» (*canto, cantas, ...cante, ...cantava*, etc.) — unidas simultaneamente pela semelhança formal e de valor funcional —, do que o constituído pelas 1.^{as} pessoas do singular do pretérito perfeito do indicativo de todos os verbos (*cantei*,

corri, parti, estive, pude, fui, etc., etc.) ligadas em grande parte apenas pela identidade funcional. É mais coeso o paradigma formado pelas sibilantes /s z s z/ do que o paradigma maior que compreende todos os fonemas assilábicos, com diferenças formais tão acentuadas como as que há, por exemplo, entre /z/ e /p/ ou, mais ainda, entre /p/ e /i/.

Por outro lado, dado que as mesmas relações que se dão entre uma certa entidade e os diversos paradigmas a que pertence resultam afinal em relações entre os mesmos paradigmas (o de /s z s z/ como o de /f v/), que assim entram a constituir paradigmas mais extensos (o de /s z s z f v/), do mesmo grau de intimidade dessas relações sucessivas (de entidade para entidade, de paradigma para paradigma) está imediatamente dependente o grau de coesão interna do sistema total» (Carvalho, J. G. Herculano, 1973, 408-409).

7. COESÃO E OPOSIÇÃO CENTRO/PERIFERIA NA ESTRUTURAÇÃO DOS SIGNOS EXTENSOS

A oposição *centro/periferia* evocada no número precedente pode ser aplicada ao eixo sintagmático, na área dos *signos extensos*.

Convirá, no entanto, precisar o entendimento a dar à diferenciação, no seio de cada um destes signos, de um *centro* e de uma *periferia*.

Ao nível do sintagma *stricto sensu* (isto é, das unidades da *micro-sintagmática*) toma-se, num sentido imediato, e corrente, como *centro* um dado termo constitutivo, obrigatório, à roda do qual gravitam outros com ele combinados e com o qual perfazem um «grupo natural» no *eixo das sucessividades*; sobre a categoria sintáctica desse termo constitutivo central assenta a própria designação do bloco sintagmático resultante. Assim, o *Sintagma Nominal* organiza-se à roda de um elemento ou complexo *nominal*, que constituirá o seu *centro*; correlativamente, todos os outros constituintes serão a tomar como termos marginais do SN (*periferia*). Do mesmo modo, no *Sintagma Verbal*: o *verbo* (mais rigorosamente, o *verbo absoluto* (ver Fonseca, J., 1986)) constitui o *centro* estruturador, a que se ligam elementos genericamente *periféricos* na organização de tal unidade sintagmática.

A oposição *centro/periferia* na estruturação sintagmática deve, porém, ser tomada numa outra acepção, que esteja em sintonia com a caracterização que dela foi feita com referência à organização *paradigmática* de uma LN.

Assim, e no que respeita às *construções gramaticais* (Sintagma Nominal, Sintagma Verbal, Enunciado), tomar-se-á como *centro* as «zonas bem integradas» da sua configuração, isto é, o complexo de elementos entre si ligados por uma densidade elevada de nexos estruturadores, ou por nexos fortemente vinculadores dos termos constituintes de cada um daqueles blocos sintagmáticos. (Convirá ter presente que, mesmo no seio destas «zonas bem integradas», a interligação dos termos nelas inscritos é matizada, em função de múltiplos factores, que justamente convergem com as variáveis envolvidas na *coesão* a reconhecer em cada uma das unidades linguísticas *extensas*). Correlativamente, tomar-se-á como *periferia* o complexo de elementos ligados àquelas «zonas bem integradas» por uma densidade de vínculos menos elevada, ou por laços de menor força integrativa, relacionadora, unificadora.

Nesta acepção, também ao nível sintagmático, *centro e periferia* serão concebidos (tal como se viu serem considerados ao nível paradigmático) como pólos extremos de um continuum que se matiza em momentos de transição gradual, e onde cabem «posições indeterminadas» (ver citação de O. Leska aduzida acima). (Para a *coesão das unidades construcionais* do português, ver Fonseca, J., 1981, «Segunda Parte»).

Ao nível do Texto (que não constitui, como se sabe, e como já se acentuou acima, uma *construção gramatical*) será também possível reconhecer uma oposição *centro/periferia*; ela será, porém, referida a critérios substancialmente diferentes dos utilizados para as *construções gramaticais*. Para um adequado levantamento desses critérios, terei que evocar o que acima se escreveu sobre o complexo processo segundo o qual o receptor *interpreta* um texto. Viu-se, então, que na *compreensão* de um texto, o receptor *abandona* não poucas informações (consideradas como «sem consequência» ou «sem relevância» particular para a *reconstituição da totalidade de significação* tomada como *intendida* pelo locutor), **retendo** apenas as que lhe surjam como marcadamente reveladoras ou indicadoras da mensagem comunicada.

Sendo assim, poder-se-á fazer corresponder a *centro* (do texto) justamente o *complexo que é retido* na sua *interpretação*. Correlativamente, inscrever-se-á na *periferia* (do texto) tudo o que fica «à margem» (necessariamente *em graus diferenciados*) da configuração do sentido **retido**.

Torna-se transparente que na conceituação apresentada do *centro e periferia* do texto nos desligámos da *linearidade*, da estrita cadeia de ENs sucessivamente concretizados por que se materializa aquela unidade linguística — ao invés do que se propôs na consideração do *centro*

Assim, e no que respeita às *construções gramaticais* (Sintagma Nominal, Sintagma Verbal, Enunciado), tomar-se-á como *centro* as «zonas bem integradas» da sua configuração, isto é, o complexo de elementos entre si ligados por uma densidade elevada de nexos estruturadores, ou por nexos fortemente vinculadores dos termos constituintes de cada um daqueles blocos sintagmáticos. (Convirá ter presente que, mesmo no seio destas «zonas bem integradas», a interligação dos termos nelas inscritos é matizada, em função de múltiplos factores, que justamente convergem com as variáveis envolvidas na *coesão* a reconhecer em cada uma das unidades linguísticas *extensas*). Correlativamente, tomar-se-á como *periferia* o complexo de elementos ligados àquelas «zonas bem integradas» por uma densidade de vínculos menos elevada, ou por laços de menor força integrativa, relacionadora, unificadora.

Nesta acepção, também ao nível sintagmático, *centro* e *periferia* serão concebidos (tal como se viu serem considerados ao nível paradigmático) como pólos extremos de um continuum que se matiza em momentos de transição gradual, e onde cabem «posições indeterminadas» (ver citação de O. Leska aduzida acima). (Para a *coesão* das *unidades construcionais* do português, ver Fonseca, J., 1981, «Segunda Parte»).

Ao nível do Texto (que não constitui, como se sabe, e como já se acentuou acima, uma *construção gramatical*) será também possível reconhecer uma oposição *centro/periferia*; ela será, porém, referida a critérios substancialmente diferentes dos utilizados para as *construções gramaticais*. Para um adequado levantamento desses critérios, terei que evocar o que acima se escreveu sobre o complexo processo segundo o qual o receptor *interpreta* um texto. Viu-se, então, que na *compreensão* de um texto, o receptor *abandona* não poucas informações (consideradas como «sem consequência» ou «sem relevância» particular para a *reconstituição* da *totalidade de significação* tomada como *intendida* pelo locutor), **retendo** apenas as que lhe surjam como marcadamente reveladoras ou indicadoras da mensagem comunicada.

Sendo assim, poder-se-á fazer corresponder a *centro* (do texto) justamente o *complexo que é retido* na sua *interpretação*. Correlativamente, inscrever-se-á na *periferia* (do texto) tudo o que fica «à margem» (necessariamente *em graus diferenciados*) da configuração do sentido **retido**.

Torna-se transparente que na conceituação apresentada do *centro* e *periferia* do texto nos desligámos da *linearidade*, da estrita cadeia de ENs sucessivamente concretizados por que se materializa aquela unidade linguística — ao invés do que se propôs na consideração do *centro*

e *periferia* das *construções gramaticais*. Tal é inevitável, pois que, como acima se acentuou, a *compreensão* do texto *não é linear*. Daí que, neste domínio, os critérios a tomar no recorte de cada um dos termos daquele binómio sejam, necessariamente diversos dos utilizados ao nível das *unidades construcionais*.

Reparar-se-á, entretanto, que no termo do processo de *interpretação* do texto é sempre possível focar a sequência concreta dos ENs que o materializam (logo, a *linearidade* do discurso) e assinalar aí os elementos (dispersos em vários ENs ou, eventualmente, condensados num ou em alguns ENs) sobre que mais decididamente *se apoiou a interpretação*. Esses elementos (ou, eventualmente esse/esses ENs) poderão também ser considerados como o *centro* do texto — em relação ao qual se estabelecerá também os termos a figurar na *periferia*.

Vincar-se-á que o que está, afinal, aqui em causa não é mais do que a avaliação da (maior ou menor) **relevância**, ou carácter **apropriado**, do comunicado em cada segmento de um texto ao *seu tópico global*. Surgirão, então, e de modo imediato, declaradamente *marginais* as informações (ou os ENs que as manifestam) em que se desenham «desvios», «digressões», e outros momentos (mais ou menos pronunciadamente) «discordantes» do *tema* dominante da mensagem e do *rumo discursivo*.

Desnecessário será averbar que as considerações tecidas têm pertinência similar no que concerne a cada uma das *Sequências Textuais* reconhecíveis num texto (a cada uma das suas *macroestruturas* intermédias). Desnecessário será igualmente assinalar a *marcada relatividade* a conferir a cada um dos termos do binómio *centro/periferia* quando aplicados ao texto. Os contornos de cada um deles são aqui de bem mais difícil recorte, em comparação com o que vimos ter lugar na consideração das *unidades construcionais* — o que vale também, generalizadamente, para a captação das «posições indeterminadas», dos segmentos que tendem (mais ou menos) ou para o *centro* ou para a *periferia*. No todo, porém, e atentas as observações formuladas, a demarcação entre *centro* e *periferia* é também reconhecível no texto.

Centro e *periferia* serão, pois, pontos de referência genérica a ter em conta na avaliação da estruturação sintagmática dos signos linguísticos, em suma, na avaliação da *coesão* (dos *graus de coesão*) dos *signos extensos* de uma LN.

Outubro de 1981.

(Março de 1992).

NOTAS

(1) Outras designações, também genericamente equivalentes, mas, sem dúvida, menos correntes, são ainda utilizadas: «*connectedness*», «*connexivity*». Fillmore propõe, em sentido análogo, a designação de «*sequiturity*» (Ver, Fillmore, 1974).

(2) Para as noções de *extensão* do signo linguístico e de *signo extenso*, ver Herculano de Carvalho, 1967/1973.

(3) Este trabalho surge como re-elaboração e alargamento de publicações anteriores de cada um dos Autores, individualmente, remontando a 1962: Halliday, 1962, e 1964; Hasan, 1964; Halliday, 1967/68; Hasan, 1968. Aspectos básicos do conteúdo central da obra agora em referência são retomados pelos Autores noutros trabalhos, em particular, em Halliday, 1970, e 1977, Hasan, 1979.

(4) Halliday-Hasan captam adequadamente a relação EN («*sentence*») — *Texto* nos seguintes termos, que serão de tomar como esclarecedores da noção de *texto* já introduzida: «A text is not something that is like a sentence, only bigger; it is something that differs from a sentence in kind. A text is best regarded as a SEMANTIC unit: a unit not of form [é assim que basicamente consideram o EN] but of meaning. Thus it is related to a clause or sentence not by size but by REALIZATION, the coding of one symbolic system in another. A text does not CONSIST OF sentences; it is REALIZED BY, or encoded in, sentences» (p. 2). A mesma ideia é sublinhada mais adiante, em termos próximos: «...it [a text] is not simply a large grammatical unit, something of the same kind as sentence but differing from it in size — a sort of super-sentence. A text is best thought of not as a grammatical unit at all, but rather as a unit of different kind: a semantic unit» (p. 293).

Esta caracterização do Texto e das relações EN-Texto converge com a que dos mesmo dá É. Benveniste (Benveniste, 1966; o que Halliday-Hasan designam *texto* é denominado «*discurso*» em Benveniste). Na verdade, Benveniste aponta que até ao nível do EN (frase), a construção das unidades linguísticas envolve basicamente um processo de «*integração*» — processo que não tem lugar na construção do discurso. (Repare-se que é justamente isso o que é salientado por Halliday-Hasan nos passos transcritos; repare-se ainda no uso que fazem Halliday-Hasan da mesma lexia «*integração*» em sentido idêntico ao que lhe dá Benveniste: «...we shall not expect to find the same kind of STRUCTURAL *integration* among the parts of a text as we find among the parts of a sentence or clause» — p. 2; o sublinhado de «*integration*» é meu). Convém, no entanto, fazer notar que esta *assimetria* na constituição das unidades linguísticas — *frásicas* e *intrafrásicas*, de um lado, e, do outro, *transfrásicas* — conduz Benveniste a distinguir «duas linguísticas diferentes» ainda que concebidas como estreitamente interligadas na base de que «leurs chemins se croisent à tout moment»: uma primeira referir-se-ia à língua «comme système de signes», enquanto que uma segunda teria por objecto a língua «comme instrument de communication dont l'expression est le discours» (Benveniste, 1966, p. 126-127). Divirjo inequivocamente de Benveniste neste ponto, e salientarei como adequada a tentativa de Halliday-Hasan de considerar de modo integrado na descrição-explicação linguística tanto as unidades frásicas e intrafrásicas como o texto, apesar da especificidade a reconhecer aos princípios actuantes em cada um daqueles

«níveis». De resto, princípios estruturadores haverá que se projectam de modo similar ou amplamente equivalente em qualquer desses níveis — um dos quais é, precisamente, o que Halliday-Hasan chamam *coesão*, e que me compete aqui analisar.

(5) Para a exploração destes aspectos, os Autores remetem para Halliday, MacInnish, Strevens, 1964, e para Halliday, 1974. Ver também Halliday, 1967/68.

(6) Esta formulação é, quanto a mim, inadequada, pois dá aso a quívocos: o que está em causa na consideração de «textura externa» não é rigorosamente «o que o texto significa» (que releva da *componente ideacional* e da *componente interspessoal* que, segundo Halliday-Hasan perfazem, em congregação com a *componente textual* — em que se inscrevem as dimensões atinentes à *textura* — o sistema de uma língua), mas é antes o que no texto testemunha a sua ligação ao contexto, ou seja, o que no texto indica o seu carácter apropriado ou adequado ao contexto em que é produzido. É, sem dúvida, para estes aspectos que apontam as considerações sumárias desenvolvidas em alguns momentos mais claros das ps. 19-28, onde a expressão «the situational properties of the text» (p. 21) parece ser extremamente reveladora.

(7) Esta dimensão da «textura interna» surge, quanto a mim, nela mal integrada. Isso parece dar testemunho Halliday num outro trabalho (Halliday, 1977) em que explicitamente refere que «the generic structure is outside the linguistic system: it is language as the projection of a higher-level semiotic structure» (p. 193; o sublinhado é meu). Nesse trabalho, Halliday apenas inclui na «*textual component*» do sistema linguístico os aspectos que na sequência do texto assinalo em (ii) e (iii).

(8) É curioso observar que uma perspectiva «pressuposicional» próxima da que é proposta por Halliday-Hasan é adoptada por Karlson no seu estudo (que data de 1959) sobre «the connection of clauses» em inglês, onde são considerados basicamente os mesmos instrumentos que aqueles Autores reúnem na sua *coesão gramatical*. Ver Karlson, 1959.

(9) Um terceiro factor entra ainda aqui em jogo, ao qual os Autores se referem na mesma p. 20. Ver adiante, 1.9., onde retomarei a questão.

(10) Uma vez mais, Halliday 'tomam a parte pelo todo' na caracterização do que, na sua óptica, distingue *texto* e «*não texto*», cometendo em exclusividade à *coesão* o papel noutros momentos atribuído a todas as dimensões da *textura*. (Ver idêntica observação já formulada acima em 1.3.).

(11) Ver acima também nota 5.

(12) Para uma proposta de síntese e referências bibliográficas, ver Peixoto, Fernanda H. M., 1989.

(13) Repare-se que apenas me debrucei sobre a noção de *coesão* globalmente considerada, não tendo entrado em comentários sobre o tratamento que os Autores dão a cada uma das categorias de nexos coesivos que reconhecem, onde haveria lugar a algumas observações críticas. Apenas considerei mais de perto a categoria da *coesão lexical*, mas exclusivamente no que da sua configuração tinha envolvimento directo nos traços marcantes da noção de *coesão* tomada genericamente.

(14) Ver, por ex., p. 4, e também ps. 332-333. Algumas dessas pistas eram já sugeridas em Halliday, 1964. É na esteira deste trabalho que W. Gutwinski (Gutwinski, 1976) tenta explorar os modos segundo os quais diferentes Autores utilizam nos seus textos os nexos coesivos, tomando esses modos como elemento de caracterização do «estilo» desses textos/desses Autores. Gutwinski aplica-se sobre um corpus extrema-

mente reduzido (dois fragmentos, curtos, de Henry James e de E. Hemingway) — o que, desde logo, diminui o alcance das suas conclusões. O Autor retoma basicamente (embora com alguns ajustamentos) as categorias coesivas sistematizadas em Halliday, 1964, tentando congregá-las com uma análise que se inscreve no modelo «estratificacional» de H. A. Gleason, Jr.; daí resulta o traço mais marcante da originalidade do seu trabalho, a saber, a tentativa de articular as categorias coesivas com a(s) estrutura(s) narrativa(s) subjacente(s) ao texto (na concepção de Gleason, Jr.): «The discourse features... have to be seen against the background of the deeper, semologic structure underlying discourse. The discussion of the stratal systems — and especially of the semologic stratum — allows us to perceive the nature of cohesive relations and gives them a place in a comprehensive model of language» (p. 53).

(15) São os próprios Autores a reconhecê-lo, em particular no que toca às relações de «*collocation*»: «The analysis and interpretation of lexical patterning of this kind [«*collocation*»] is a major task in further study of textual cohesion» (p. 287). Reconhecendo que sob tal designação cabem múltiplos modos de interconexão lexical, de difícil caracterização e sistematização, os Autores sublinham que «it should be borne in mind that this is simply a cover term for the cohesion that results from the co-occurrence of lexical items that are in some way or other typically associated with one another, because they tend to occur in similar environments» (p. 287), e concluem: «the specific kinds of co-occurrence relations are variable and complex, and would have to be interpreted in the light of a general semantic description of the English language» (p. 287-88).

(16) Observar-se-á que, no que Halliday-Hasan chamam «*reiteração de item lexical*», há lugar mais propriamente a *reiteração de designado*.

Os nexos inter-ENs instaurados por estes diversos meios de realização de *co-referência* têm sido objecto de estudo insistente, numa perspectiva — tal como a de Halliday-Hasan — mais propriamente *co-textual* que *textual*. Entre eles, merecem destaque Palek, 1968, Gülich, 1970, Dressler, 1970, em que a análise é desenvolvida em termos que os Autores denominam, respectivamente, «hipersintaxe», «macrosintaxe» e «suprasintaxe». Ter-se-á também presente o trabalho de Weinrich, desenvolvido numa óptica idêntica, sobre o artigo definido (Weinrich, 1971). Não serão de esquecer, de resto, os abundantes trabalhos sobre «pronominalização», desenvolvidos, segundo perspectivas diferenciadas.

Numa perspectiva mais alargada, Harweg (Harweg, 1968) estuda sob a designação de *substituição* (ou mais rigorosamente de *substituição sintagmática*) os mecanismos de instauração de *co-referência*, em congregação com outros que de algum modo «retomam» o já verbalizado no co-texto (ou que anunciam, por *catáfora*, o que imediatamente se inscreve no co-texto subsequente). Essa «retoma» não se dá, porém, na base da estrita *identidade* de referência (de *designação*), antes na base de múltiplos modos de conexão entre itens lexicais (considerados não estritamente no seu *significado*, mas também no seu *designado*) — tais como os de *associação*, *contiguidade*, *causalidade*... (configuradores, portanto, mais rigorosamente, de *cross-referência*). Como condensadamente diz Beaugrande, *substituição é para Harweg «any connection between two components of a text or textual world that allows the second to activate a configuration of knowledge shared with the first»* (Beaugrande, 1980, 133). Observarei que muitas destas conexões, se não mesmo todas, cabem nas noções de *reiteração* e de *colocação*

propostas por Halliday-Hasan — ver acima 1.3.2.b; na primeira, devem, porém, incluir-se outras modalidades, tais como as de *designação por paráfrase*, *designação metafórica* e *metonímica*, *designação judicativa* (o rapaz...; esse bandido...), *designação* que envolve «*recategorização*» de item inicial (partir...; a partida..., etc.), *designação* de tipo *metalinguístico* (o que eu quis dizer naquela frase...) ... (Muitos destes modos de «retoma» são explorados, sobre o português, por Meyer-Hermann: ver M-Hermann, R., 1976).

Voltando a Harweg, acrescentarei que ele pensa ter configurado com a sua noção de *substituição sintagmática* o mecanismo fundamental envolvido na *constituição do texto*: «Syntagmatic substitution is, in my opinion, the basic operation building texts out of sentences... a text is a succession of linguistic units (or more precisely of grammatical sentences) that is built up by an uninterrupted chain of syntagmatic substitutions». (Harweg, 1978, 253). O que Harweg põe em destaque é, afinal, um traço imediatamente evidente no texto — a *repetição* do já *comunicado*; menos bem captado fica, porém, no seu trabalho o facto de que na *repetição* não se consuma uma *mera retoma*, há que, quase regularmente, a *repetição comporta progressão*. Na minha opinião, este traço é tão pertinente como o primeiro na *constituição do texto*. (Ver acima 2.2.6.2.(ii)).

(17) Reparar-se-á que as análises fornecidas *só num único caso* se aplicam a um texto completo (um soneto, como se sabe, texto claramente curto); em todos os outros, os Autores tomam apenas *fragmentos* (não muito longos) de textos.

(18) Veja-se o elevado número de trabalhos referidos na bibliografia comentada elaborada por Dressler/Schmidt, 1973, a que se junta uma incessante produção nos últimos anos. Desta destacarei van Dijk, 1977; van Dijk/Petöfi (ed.), 1977; Dressler (ed.), 1978; Petöfi (ed.) 1979; Beaugrande/Dressler, 1980; Beaugrande, 1980; Neubaauer, F. (ed.), 1983; Sözer, E. (ed.), 1985; Conte, M. E., 1988; Conte, M. E. et al. (eds.), 1989; Heydrich, W. et al., 1989; Weinrich, H., 1989; Adam, J. M., 1990.

(19) Convém observar que esta é uma apresentação unilateral da Linguística do Texto, pois que nela cabem perspectivas que não se reclamam de uma orientação *gerativa*. (A este propósito convirá ter presente que *gerativa* remete aqui não para os modelos de Chomsky, antes para o que se desenvolve sob a designação de *Semântica Gerativa*). Na verdade, entre outras que não cabem sob tal orientação, afirmam-se crescentemente no seio da Linguística do Texto perspectivas que pretendem, não propriamente enumerar exaustivamente os textos possíveis, antes captar explicitamente um complexo de princípios e condições que regularmente se projectam na produção-recepção daquelas unidades linguísticas, na configuração das quais operam de modo central: «Text linguistics cannot have the task of providing an abstract grammar to generate all possible texts of a language and to exclude all non-texts. The domain to be generated is far too vast, and continually expanding. The notion of a «non-text» is not crucial, because the occurrence of non-texts usually signals a refusal or inability to communicate. A more essential task for text linguistics is rather to study the notion of TEXTUALITY as a factor arising from communicative procedures for text utilization». (Beaugrande, 1980, p. 15; o sublinhado é meu).

(20) Ou, como escreve Beaugrande «the naturally occurring manifestation of language» (Beaugrande, 1980, p. 1).

(21) Ver, porém, algumas notas críticas ao longo desta exposição. Para a disputa recentemente levantada entre «defensores» e «contestadores» da Linguística do Texto», ver, por ex., Dascal, M./Margalit, A., 1974, e Petöfi/Rieser, 1976.

(22) Este desenvolvimento *ideal* não tem, correntemente, lugar em muitos textos. Daí, a necessidade de se considerar diversos *graus de coerência* (ver adiante).

(23) Escrevo *locutor*, e não *locutores* — o que *indica* que apenas serão tomados aqui em consideração *textos não dialogados*. Ver adiante algumas observações, escassas, sobre a *coerência* dos textos dialogados.

(24) Enkvist diz que estas sequências serão marcadas por «*pseudo-coerência*» — a distinguir de *coerência* e de *coesão* textuais. (Enkvist, 1978). Preenchem, afinal, essas sequências aquilo a que Östman, no passo acima transcrito, se refere como «(explicitly) cohesive texts which are not coherent».

(25) Nos enfoques de tipo *gerativo* (ver acima) a *coerência temática* é configurada no complexo de elementos que perfazem a «estrutura profunda» do texto, que, por ex., Schmidt caracteriza como «an ordely set of thematic complexes» que determina «the relations between the sentences, their sequence ant their lexical implementations» (Schmidt, 1973 — *apud Bertinnetto*, 1979, p. 152). Ver também mais abaixo nota (30).

(26) Anotarei desde já que as condições de *coerência* valem também para a construção do EN composto ou complexo. (De resto, van Dijk, por ex., absorve na *coerência textual* a articulação conseqüente necessariamente também projectada entre o designado por cada um dos ENs constituintes do EN composto ou complexo — articulação que designa especificamente como «connectedness»; ver van Dijk, 1977, p. 93). Visivelmente, a *coerência* não é uma dimensão exclusiva do texto, pois ela também tem lugar nestas unidades fráscas complexas ou compostas. Mais que isso — e como já foi anunciado, e como terei a oportunidade de mostrar — a *coerência* aplica-se a todos os produtos verbais que se manifestem como *signos extensos*. Ver adiante, em especial, 2.3. e 2.4.

(27) Sobre o alcance que obtém a restrição configurada por esta lexia («ideally»), ver atrás o contido na nota 22. Voltarei à questão.

(28) A exigência de *não contradição* é correntemente referida como condição de «*consistência*» («*consistency*»: veja-se o adjectivo «*consistent*» na citação, introduzida acima, de van Dijk). Dela se diz que é «a semantic condition [da coerência textual] requiring that each sentence will be consistent with previous sentences, i.e., that they can be all true in the same state of affaires (given our common assumptions about the world)» Reinhart, T., 1979). Ver, porém, em E. Vasiliu, 1979, algumas observações sobre a noção de *consistência* e sobre a relevância a atribuir-lhe na configuração da *coerência* do texto.

(29) Ver-se-á mais abaixo que a exigência de *relevância* recíproca entre o manifestado nos sucessivos ENs do texto se revela uma condição demasiado rígida. Reconhecer-se-á, na verdade, que a articulação conseqüente entre os ENs não exclui relações de mera *compatibilidade* entre o comunicado em cada um deles. Ver 2.2.9.

(30) Neste quadro, as microestruturas do texto constituem a sua *estrutura de superfície*, que radica numa *estrutura profunda* (representada na(s) macroestrutura(s)). A apresentação das relações entre a *estrutura profunda* e a *estrutura de superfície* do texto é, quanto a mim, um dos momentos menos claros dos modelos (gerativos) de Gramática do Texto que têm sido propostos: bastará considerar que para a manifestação linguística de uma mesma unidade semântica global (de uma macroestrutura)

— como, de resto, para a manifestação verbal de um qualquer complexo semântico — cada LN dispõe de *múltiplas soluções formais a projectar*. Insistentemente se assinala que a estrutura profunda do texto «no determina exactamente la selección de lexemas sino que delimita las posibilidades de elección entre los constituyentes del texto en el terreno de las condiciones lógicas, cronológicas, implicativas, etc. de um contexto» (Schmidt, 1922, 160) — o que vem justamente revelar a não correspondência unívoca entre a *estrutura profunda* do texto e a sua *estrutura de superfície* e, mais que isso, em nada esclarece as vias por que se estabelece a articulação entre aquelas estruturas.

(31) Diversos modelos — não raro sintomaticamente designados de «*cognitivos*» — vêm sendo ultimamente propostos para a captação do processo da *compreensão do texto* (via privilegiada, como se sabe, para atingir o processo da construção do texto pelo locutor). Neles são integrados, em lugar de destaque, dados saídos da investigação em domínios de ponta, tais como da Psicologia Cognitiva, da Inteligência Artificial, da Teoria das Acções, da Lógica Epistémica... Nesses mesmos modelos opera-se com noções de grande alcance com os quais converge amplamente o que denomino aqui *universo de conhecimento*. Em particular, aí obtêm grande saliência as noções de «*frame*», e outras com ela articuladas, nomeadamente as de «*script*», «*scheme*», «*scenario*». (Ver, particularmente, van Dijk, 1977, e Beaugrande, 1980 — onde se dão também abundantes referências bibliográficas). Uma outra designação possível é a de *quadro lógico-conceptual* a utilizar num sentido muito próximo ao de «*frame*», isto é, basicamente para aludir ao complexo de «conhecimentos» tipicamente agregados a um objecto, acontecimento, actividade, situação (considerados nas suas componentes, nas articulações com outros, nas suas condições necessárias e/ou suficientes, suas consequências, sucessão, hierarquia...). A maior parte destas dimensões do nosso «conhecimento do mundo» têm validade universal; outras, porém, são *culturalmente dependentes* (estão ligadas às vivências específicas de uma dada comunidade histórico-cultural).

(32) Daqui decorre, inevitavelmente, a *diversidade de juízos*, da parte de receptores diferentes ou de um mesmo receptor, sobre a *coerência*, como também a possibilidade de múltiplas interpretações de um mesmo produto verbal; concedendo, de bom grado, ao locutor o «*benefício da coerência*» e uma efectiva *intenção* de comunicação, o receptor é constringido (em nome do *princípio da cooperação*) a «maximalizar» os nexos de articulação consequente entre o designado que lhe é revelado, tentando *reconstituí-los* — mesmo aqueles que o locutor (intencionalmente ou não) deixa «escondidos». (Ver adiante 2.2.13.).

(33) Desenham, no seu conjunto, as *informações implícitas* agregadas aos produtos verbais (em cuja estruturação e interpretação operam fortemente) um delicado problema de fundo, que van Dijk, sumariamente, equaciona do seguinte modo: «We here [na consideração das *informações implícitas* ou, mais rigorosamente, do que chama «*missing links* — «Propositions which are postulated to establish theoretical coherence of a text but which are not expressed in the discourse will be called MISSING LINKS»] touch upon a more general problem of the theory of grammar: in what way are missing links to be called part of the underlying structure or semantic representation of a discourse? Or should we rather assume that they are 'constructed', viz by rules of inference, or by rules and processes defined at the level of pragmatics or in cognitive theory?» (van Dijk, 1977, 95).

(34) Sendo assim, parece claro que a *coerência* do texto não pode tomar-se como equivalente à sua «boa formação»; ainda menos sustentável é dizer-se (como, por vezes, efectivamente, se diz) que a *coerência* representa, ao nível do texto, o que a *grammaticalidade* representa ao nível da frase (do EN). Como se sabe, a «boa formação» (se se respeita convenientemente o sentido consagrado em tal expressão) *relewa do plano estritamente idiomático*, do plano da «Gramática» de uma LN; estendendo a noção ao *transfrástico* (ao «além-EN»), poder-se-á também falar de «boa formação» (de *grammaticalidade*) do texto, obtida pela «boa projecção» dos recursos de uma LN para a construção dessas unidades linguísticas (ver acima, por ex., 2.2.3.). Decorre da exposição feita que a *coerência textual* converge com a *aceitabilidade* do texto, não com a sua *grammaticalidade*. Por isso, é abusivo (e, mais que isso, errado) o uso que abundantemente se faz da expressão «boa formação» do texto como equivalente a *coerência textual*. Aproveito o ensejo para anotar que só no sentido de que a *grammaticalidade* dos signos linguísticos é condição, *parcelar* e de todo em todo não absolutamente necessária, da sua *aceitabilidade*, se poderá admitir que a «boa formação» do transfrástico seja tomada como condição da *coerência textual*. Esta restrição, para mim fundamental, não é devidamente aduzida quando se faz convergir *grammaticalidade* do texto com a sua *coerência*. Nesses trabalhos, mistura-se indiscriminadamente *grammaticalidade* e *aceitabilidade*: por isso, neles se pode tomar como *condições de coerência textual* tanto a «boa projecção» dos recursos ditos «coesivos» de uma LN como a abservância das normas de *não tautologia*, de *não contradição* e de *relevância* entre o designado nos sucessivos ENs que materializam o texto. Observarei, finalmente, que muitas das considerações agora anotadas perdem a sua pertinência, quando aquela expressão «boa formação» é referida como «boa formação *pragmática*».

(35) Para as noções de «estilo coloquial» e «estilo reflectido», ver Herculano de Carvalho, 1967/1973.

(36) Anote-se que as normas de *coerência* podem ser «suspensas» *intencionalmente* pelo locutor, na busca de efeitos expressivo-apelativos, ou em ordem à expressão do «absurdo». Ver adiante, 2.4.3. (Ver também uma primeira referência em 2.2.6.1.).

(37) Vejam-se as considerações pertinentes tecidas a propósito do «*não texto*», em Beaugrande, 1980, p. 12.

(38) Widdowson distingue *coerência* e *coesão*. Toma esta no sentido da *coesão inter-ENs* de Halliday-Hasan (consubstanciada, como se viu, em nexos de articulação manifestados *em superfície*, na *sintagmática imanente* da combinação de ENs), comtendo a sua caracterização ao que chama «*text analysis*»; quanto à *coerência*, concebe-a como o complexo de articulações que congregam os «*speech acts*» manifestados na sequência de ENs por que se materializa o texto; o estudo destas dimensões compete, na óptica do Autor, ao que chama «*discourse analysis*». Widdowson sublinha que muitas produções verbais se revelam *coerentes como discurso* sem que sejam *coesivos como texto*. Eis um exemplo (in Widdowson, 1978, p. 29):

«A: That's the telephone
B: I'm in the bath
A: O.K.»

Uma versão «coesiva» desta sequência «coerente» (mas não «coesiva») é fornecida logo abaixo:

«A: That's the telephone (Can you answer it, please?)

B: (No, I can't answer it because) I'm in the bath.

B: O.K. (I'll answer it)».

(39) Ver Ferrara, A., 1989, e Van Dijk, T., 1980.

(40) Mais rigorosamente, a *coerência* é uma dimensão de toda a actividade manifestativa (e dos seus produtos), independentemente da *forma* que revista, isto é, do sistema de sinais utilizado. (Ver acima 2.3.b.).

(41) No que se acaba de referir não se estabelece que uma LN seja *cópia* do real: *informados* embora pela organização conceptual que impomos ao mundo, os produtos verbais representam configurações específicas, dela independentes. Atente-se na diversidade das línguas, e, no seio de cada uma, nas diferentes soluções formais que servem à captação (e à manifestação) das relações percebidas entre os objectos, os factos, os acontecimentos...

(42) É certo que estes limites são correntemente *superados* em combinatórias à partida «anómalas» (isto é, *incoerentes*) como as que se projectam, por ex., na *metáfora*. Não raro, estas combinatórias «anómalas» estão mesmo *consagradas* numa dada LN. (Veja-se a construção de um verbo com complementador «interno»: *dormir* um *sono* profundo, *ouvir* com os próprios *ouvidos*, *viver* uma *vida* alegre... Porque o complementador retoma, quanto ao essencial, o conteúdo sémico do verbo que o rege, configura-se uma *tautologia*, habitualmente intolerada no exercício verbal). Outras vezes, as combinações que infringem as *normas de coerência* visam, por intenção do próprio locutor, a criação de efeitos expressivos e/ou apelativos no discurso (cómico, jogo de palavras, insistência argumentativa, absurdo). Saliente-se que em todos os casos de «suspensão» das *normas de coerência* (mesmo, se bem que em menor escala, naqueles que estão consagrados numa dada LN) se realiza regularmente «expressividade». Observe-se, finalmente, que a não subordinação dos falantes aos limites que a realidade a designar impõe no que respeita à combinação dos signos é cerceada pela necessidade de salvaguardar entre si uma efectiva comunicação.

(43) Para as noções de *forma do significado*, *substância do significado*, *classema*, *complementadores actanciais* e *não actanciais*, *Marginal*, ver B. Pottier.

(44) Ver, também, especificamente para a *coordenação* (que conduz ao EN composto), Kiefer, F., 1975.

(45) A exploração *unilateral* do estritamente *idiomático* está representada em modelos correntes de descrição-explicação linguística que buscam caracterizar a *competência linguística* dos falantes, considerada em si mesmo, como isolada de uma *competência comunicativo-pragmática*, ou do *suporte conceptual* da organização e funcionamento de uma LN. No pólo oposto, inscrevem-se algumas investigações de índole *lógico-pragmática* que quase ignoram a língua como sistema de oposições funcionais específicas.

(46) A «boa actualização» dos *instrumentos* de conexão envolvidos na construção do *transfrástico* obedece a princípios já satisfatoriamente caracterizados no âmbito das «Gramáticas de frase». (Lembrarei que tais instrumentos funcionam de modo básica-

mente similar no seio do EN). Se assim é, como parece ser, fica grandemente diminuída (se não mesmo anulada) a pertinência dos argumentos desenvolvidos em favor da constituição da Linguística do Texto que assentem sobre a necessidade de uma «perspectiva textual» para a caracterização adequada do funcionamento desses mesmos instrumentos. Referindo-se especificamente ao uso dos *substitutos lexicais*, diz com pertinência F. Kiefer: «If... we want to argue that an adequate theory of pronominalization requires an apparatus that goes beyond sentence grammar, it must first be shown that there are certain facts about pronominalization that can be accounted for in a text grammar — but not in a sentence grammar... Grammarians who confine themselves to sentence grammar may still feel that they have good reasons to believe that there is nothing which 'text grammarians' can do and which they could not do equally well» (Kiefer, 1975, 349). Em nota (p. 358), o Autor remata: «In other words, the facts that text grammarians describe can also be described by a sentence grammarian. In order to convince sentence grammarians that they are not right one should look for better arguments than those which have been put forward so far». Algo de similar se dirá, na minha opinião, no que tange à caracterização do mecanismo da articulação *tema/remã*, que, mais do que uma «perspectiva textual» suscita, como se escreveu acima, uma óptica *co-textual*.

(47) Convém não subestimar o papel que a *recorrência sêmica* desempenha na configuração semântica do texto. Essa dimensão, que respeita ao *significado* — e, logo, releva do plano *idiomático* — é, na verdade, central no desenho de *isotopia(s)* que garante(m) a unidade significativa do texto. Por isso, deve atentar-se convenientemente na restrição expressa na *lexia «quase»*, que figura neste enunciado.

(48) Cf. a noção de *integração* de É. Benveniste (Benveniste, 1966). Ver acima nota 4.

(49) Na *Análise da Conversação*, fala-se, por vezes, em *restrições de co-ocorrência* entre os fragmentos do discurso que correspondem a cada uma das «tomadas de palavra» de cada um dos intervenientes (ver acima 2.2.14.2). Casos particulares destas restrições são, por ex., as observáveis na sequência «pergunta-resposta», ou em geral nos chamados «pares adjacentes». É, porém, evidente que a expressão *restrições de co-ocorrência* tem aqui um sentido muito diverso do que lhe está consignado no quadro de análise da *construção sintagmática* e da *construção sintática*.

(50) «Coherence could be better used as a sort of hyperonym comprehensive of linguistic cohesion [tal como a concebem Halliday-Hasan — 1976 — e mesmo Harweg, 1968] and of semantic, logical, pragmatic connections» — Marello, C., 1979, p. 620).

(51) Ver também B. Pottier, 1959. Aproveito para referir que as questões abordadas neste estudo de B. Pottier cabem plenamente no âmbito da *coesão* (ao nível não apenas da *lexia simples*, da *lexia composta* e da *lexia complexa* — ver no texto 5.2. — mas também ao nível das unidades da *micro-sintagmática* e da *meso-sintagmática*): na verdade, é justamente ao «*degré de liaison des morphèmes*» (sobre que se debruça B. Pottier no trabalho em referência) que diz respeito a noção de *coesão estrutural* acima introduzida.

(52) Podem, porém, as *lexias complexas* constituírem *relatores*, não pedras angulares daquelas construções, antes *elementos de relação* operantes no seu seio (*a fim de, a favor de, sempre que...*).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adam, J. M.** — 1990 — *Éléments de Linguistique Textuelle*, Liège.
- Beaugrande, R.** — 1980 — *Text, Discourse and Process*, Londres.
- Beaugrande, R./Dressler, W.** — 1980 — *Introduction to Text Linguistics*, Londres.
- Bellert, I.** — 1970 — *On a condition of the coherence of texts*, «Semiotica», 2.
- Benveniste, E.** — 1966 — *Problèmes de Linguistique Générale*, Paris.
- Bernárdez, E.** (ed.) — *Linguística del Texto*, Madrid.
- Berruto, C.** — 1979 — *A sociolinguistic view on text-linguistics*, in Petöfi (ed.) - 1979, II.
- Bertinetto, P. M.** — 1979 — *Can we give a unique definition of the concept 'text'? Reflexions on the status of text-linguistics*, in Petöfi (ed.) 1979, I.
- Carlsson, L.** — 1966 — *Le degré de cohésion des groupes subst+de+subst en français contemporain étudié d'après d'après la place accordée à l'adjectif épithète*, Uppsala.
- Carvalho, J. G. Herculano de** — 1967/73 — *Teoria da Linguagem*, Coimbra.
- Chafe, W.** — 1970 — *Meaning and the Structure of Language*, Chicago.
— 1974 — *Interview*, in Parret, H. (ed.) — «Discussing Language», Paris.
- Charolles, M.** — 1978 — *Introduction aux problèmes de la cohérence des textes*, in «Langue Française», 38.
- Chomsky, N.** — 1965 — *Aspects of the Theory of Syntax*, Cambridge (Trad. port., Coimbra, 1975).
- Conte, M. E.** — 1988 — *Condizioni di coerenza*, Firenze.
- Conte, M. E.** et al. (eds.) — 1989 — *Text and Discourse Connectedness*, Amsterdam.
- Coseriu, E.** — 1952 — «Sistema, norma y habla», in «Revista de la Facultad de Humanidades y Ciências», Montevideo (também in Coseriu, 1967).
— 1967 — *Teoria del Lenguaje y Lingüística General*, Madrid.
— 1976 — *Logique du langage et logique de la grammaire*, in David/Martin (eds.), 1976.
— 1977 — *Principios de Semántica Estructural*, Madrid.

- Craig, R. T./Tracy, K. (eds.)** — 1983 — *Conversational Coherence*, Londres.
- Dascal, M./Margalit, A.** — 1974 — *Text Grammars — A critical view*, in «Papiers zur Textlinguistics», 5, Hamburgo.
— 1974 a — *A new «Revolution» in Linguistics? — «Text-Grammars» versus «Sentence Grammars»*, in «Theoretical Linguistics», 1.
- David, J./Martin, R. (eds.)** — 1976 — *Modèles logiques et niveaux d'analyse linguistique*, Paris.
- van Dijk, T.** — 1972 — *Some Aspects of Text Grammars*, The Hague.
— 1977 — *Text and Context*, Londres.
— 1979 — *Macrostructures*, Londres.
— 1980 — *The semantics and pragmatics of functional coherence in discourse*, in «Versus, Quaderni di studi semiotici», 26/27.
- van Dijk/Petöfi (eds.)** — 1977 — *Grammars and Descriptions*, Berlin.
- Dressler, W. ed.)** — 1970 — *Textsyntax*, in «Lingua e Stile», 5.
— 1978 — *Current Trends in Textlinguistics*, Berlin.
- Dressler/Schmidt, S. (eds.)** — 1973 — *Textlinguistics: Kommentierte Bibliographie*, Munique.
- Enkvist, N. E.** — 1978 — *Coherence, Pseudo-coherence and Non-Coherence*, in Östman (ed.) — 1978.
- Ferrara, A.** — 1980 — *An extended theory of speech acts: appropriateness conditions for subordinate acts in sequences*, in «Journal of Pragmatics», 4.
- Fillmore, Ch. J.** — 1974 — *Pragmatics ant the Description of Discourse*, in «Berkeley Studies in Sintax and Semantics», 1.
- Fonseca, J.** — 1981 — *Coesão em português. Semântica-Pragmática-Sintaxe*, Porto.
— 1986 — *A centralidade do verbo no enunciado*, in «Revista da Faculdade de Letras — Línguas e Literaturas», vol. III, Porto.
- Grice, H. P.** — 1967/75 — *Logic and Conversation*, in P. Cole/J. L. Morgan (eds.)
— 1975 — «Sintax and Semantics 3», N. York.
- Grize, J-B.** — 1973 — *Logique et discours pratique*, in «Communications», 20.
— 1976 — *Logique et organisation du discours*, in David/Martin (eds.), 1976.
- Gutwinski, W.** — 1976 — *Cohesion in Literary Text*, Paris.
- Halliday, M. A. K.** — 1962 — *Descriptive Linguistics in Literary Studies*, in Duthie (ed.), *English Studies Today*, Londres.

- 1964 — *The Linguistic Study of Literary Texts*, in «Proceedings of the 9th International Congress of Linguists», The Hague.
- 1967/68 — *Notes on Transitivity and Theme in English*, in «Journal of Linguistics», 3 e 4.
- 1970 — *Language structure and language function*, in J. Lyons (ed.), «New Horizons in Linguistics», Londres.
- 1974 — «Language and Social Man», Londres.
- 1977 — *Text as a semantic choice in social contexts*, in van Dijk/Petöfi (eds.), 1977.
- Halliday, M. A. K./Hasan, R.** — 1976 — *Cohesion in English*, Londres.
- Halliday/MacIntosh/Strevens** — 1964 — *The Linguistic Sciences and Language Teaching*, Londres.
- Harris, Z.** — 1952 — *Discourse Analysis*, in «Language», 28.
- Harweg R.** — 1968 — *Pronomina und Textkonstitution*, Munique.
— 1978 — *Substitutional Textlinguistics*, in Dressler (ed.), 1978.
- Hasan, R.** — 1968 — *Gramatical Cohesion in Spoken and Written English*, Londres.
— 1978 — *Text in the Systematic-Functional Model*, in Dressler (ed.), 1978.
- Hendrics, W. O.** — 1973 — *On the notion «Beyond the Sentence»*, in *Essays on Semiolinguistics and Verbal Art*, the Hague.
- Heydrich, W. et al.** — 1989 — *Connexity and Coherence*, Berlim.
- Karlsen, R.** — 1959 — *Studies in the Connection of Clauses in Current English*, Bergen.
- Kerbrat-Orecchioni, C.** — 1990 — *Les interactions verbales*, Paris.
- Kiefer, F.** — 1975 — *Coordination within sentences and sentence combinability within «texts»*, in Ringbom, H. et al., (eds.), «Style and Text», Estocolmo.
- Labov, W.** — 1970 — *The Study of language in its Social Context*, in «Studium Generale», 23.
- Leska, O.** — 1966 — *Le «Centre» et la «Périphérie» des différents niveaux de la structure linguistique*, in «Travaux Linguistiques de Prague», 2.
- Lundquist, L.** — 1980 — *La cohérence textuelle*, Kjøbenhavn
- Lyons, J.** — 1970 — *Linguistique Générale. Introduction à la Linguistique Théorique*, Paris.

- Marello, C.** — 1979 — *Text, coherence and lexicon*, in Petöfi (ed.), 1979, II.
- Meyer-Herman, R.** — 1979 — *Some topics in the study of referentials in Portuguese*, in Schmidt-Radefeldt, J. (ed.) *Readings in Portuguese Linguistics*, Amsterdam.
- Neubauer, F. (ed.)** — 1983 — *Coherence in Natural Language Texts*, Hamburgo.
- Östman (ed.)** — 1978 — *Reports on Text Linguistics: Cohesion and Semantics*, Abo.
- Palek, B.** — 1968 — *Cross-reference. A Study from Hyper-Syntax*, Praga.
- Peixoto, Fernanda H. M.** — 1989 — *A Perspectiva Funcional da Frase: da Escola de Praga à Linguística Sistémica*, Porto.
- Petöfi, J. S.** — 1978 — *A Few Comments on the Methodology of Text-Theoretical Research*, Univ. Bielefeld (Mimeo).
- Petöfi, J. S. (ed.)** — 1979 — *Text VS Sentence — I e II*, Hamburgo.
- Petöfi, J. S./Reiser** — 1976 — *Some Arguments Against Counter Revolution. On Marcelo Dascal's and Margalit's «A New Revolution» in Linguistics?*, in «Linguistics», 188.
- Pottier, B.** — 1959/70 — *Un élément négligé de la description linguistique: le degré de liaison des morphèmes*, in Pottier, B. — 1970 — *Linguística Moderna y Filología Hispánica*, Madrid.
- 1969 — *Introduction à l'étude des structures grammaticales fondamentales*, Nancy.
- 1974 — *Linguistique Générale. Théorie et Description*, Paris.
- 1974 a — *Micro, meso et macrosémantique dans l'analyse textuelle*, in «Atti — XIV Congresso Internazionale de Linguistica e Filologia Romanza», IV, Napoli.
- 1978 — *Les voix du français. Sémantique et Syntaxe*, in «Cahiers de Lexicologie», 33-II.
- 1987 — *Théorie et analyse en Linguistique*, Paris.
- Reinhart, T.** — 1979 — *Conditions for Text Coherence*, comunicação a *Synopsis 2 — Narrative Theory and Poetics of Fiction*, Tel Aviv.
- Schmidt, S.** — 1977 — *Teoría del Texto*, Madrid.
- 1978 — *Some Problems of Communicative Text Theory*, in Dressler (ed.), 1978.
- Sgall, P.** — 1979 — *Remarks on Text, Language and Communication*, in Petöfi (ed.), 1979.
- Sözer, E. (ed.)** — 1985 — *Text Conexity, Text Coherence*, Hamburgo.

- Vasiliu, E.** — 1979 — *On some meanings of «coherence»*, in Petöfi (ed.), 1979.
- Verschueren, J.** — 1980 — *A la recherche d'une pragmatique unifiée*, in «Communications», 32.
- Waterhouse, V.** — 1963 — *Independent and dependent sentences*, in «International Journal of American Linguistics», 29.
- Weinrich, H.** — 1971 — *The Textual Function of the French Article*, in Chatman, S. (ed.) — «Literary Style: A Symposium», Londres.
— 1989 — *Grammaire textuelle du français*, Paris.
- Widdowson, H. G.** — 1978 — *Teaching Language as Communication*, Oxford.

OS ELEMENTOS DE COESÃO DO TEXTO

«PORQUE APOIO EANES»

1. PRELIMINARES

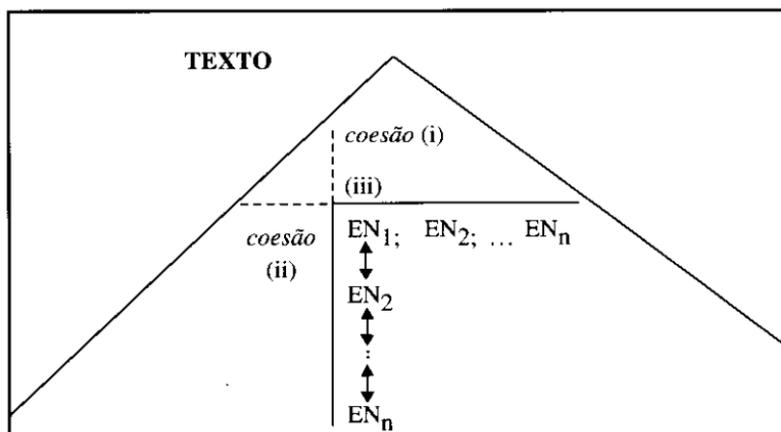
1.1. Lembrarei sumariamente que o *Texto* constitui uma unidade semântica global (como tal funcionando numa da *situação de comunicação* em que adequadamente se inscreve), e se realiza numa sequência de ENs interligados (¹).

Configuram-se, assim, imediatamente três *zonas de coesão* no Texto:

- (i) *coesão do Texto*, enquanto complexo de conexões que respeitam à sua natureza de *unidade semântica global*;
- (ii) *coesão do Texto*, enquanto somatório das conexões *inter-ENs*;
- (iii) *coesão do Texto*, enquanto somatório dos nexos operantes *no seio de cada um dos vários ENs*.

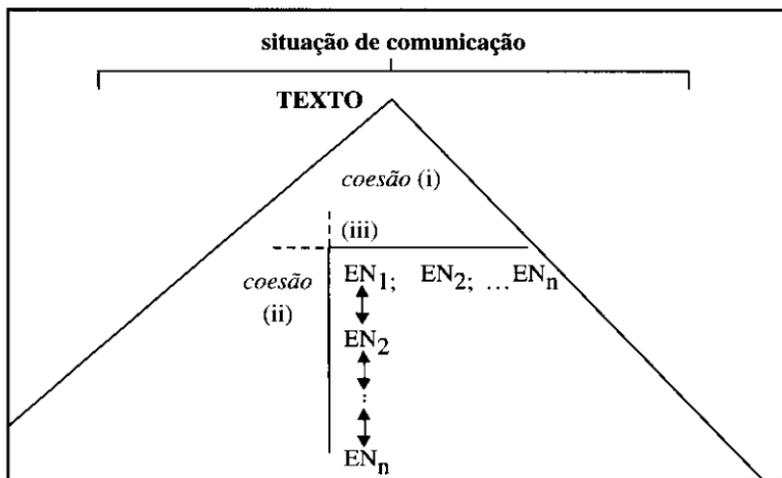
As zonas (i) e (ii) correspondem ao que correntemente se vem designando *coesão macroestrutural* (ou *global*) e *coesão microestrutural* (ou *local*), respectivamente. Para além destas duas zonas, introduzo, como se vê, uma terceira — respeitante aos nexos coesivos presentes em cada EN do Texto. Duas razões básicas me levam a tal. Em primeiro lugar, os nexos coesivos operantes no seio de cada EN são parte legítima do somatório dos nexos que unificam o Texto, que justamente se realiza em ENs. Em segundo lugar, e sobretudo, porque não raro alguns desses nexos interiores ao EN são instaurados por força da *coesão global* do Texto e por influxo dos ENs imediata ou imediatamente vizinhos. Mais explicitamente: a configuração global da unidade semântica do Texto e a de relações inter-ENs conduzem muito frequentemente à «descoberta» de nexos coesivos, não imediatamente evidentes, no seio de um EN.

Por esta via, a zona (iii) da *coesão* do Texto fica intimamente relacionada quer com a zona (ii) quer, finalmente, com a zona (i), que a ambas *domina*. Esta situação complexa pode ser esquematizada:



Ficou, porém, anotado acima que o Texto se apresenta como unidade semântica global em funcionamento numa *situação de comunicação* específica, em que se inscreve adequadamente. As coordenadas da comunicação que perfazem tal situação são *elemento de sentido* poderosamente actuante na configuração do Texto e, logo, fortemente envolvido na sua compreensão. Daí que elas sejam convocadas na instauração de nexos coesivos no Texto, e, conseqüentemente, na «descoberta» por parte do receptor destes mesmos nexos, que suportam a adequada compreensão da mensagem.

Sendo assim, a *situação de comunicação* domina a configuração global do Texto e dos ENs e suas relações. Daí, a representação integral que proponho:

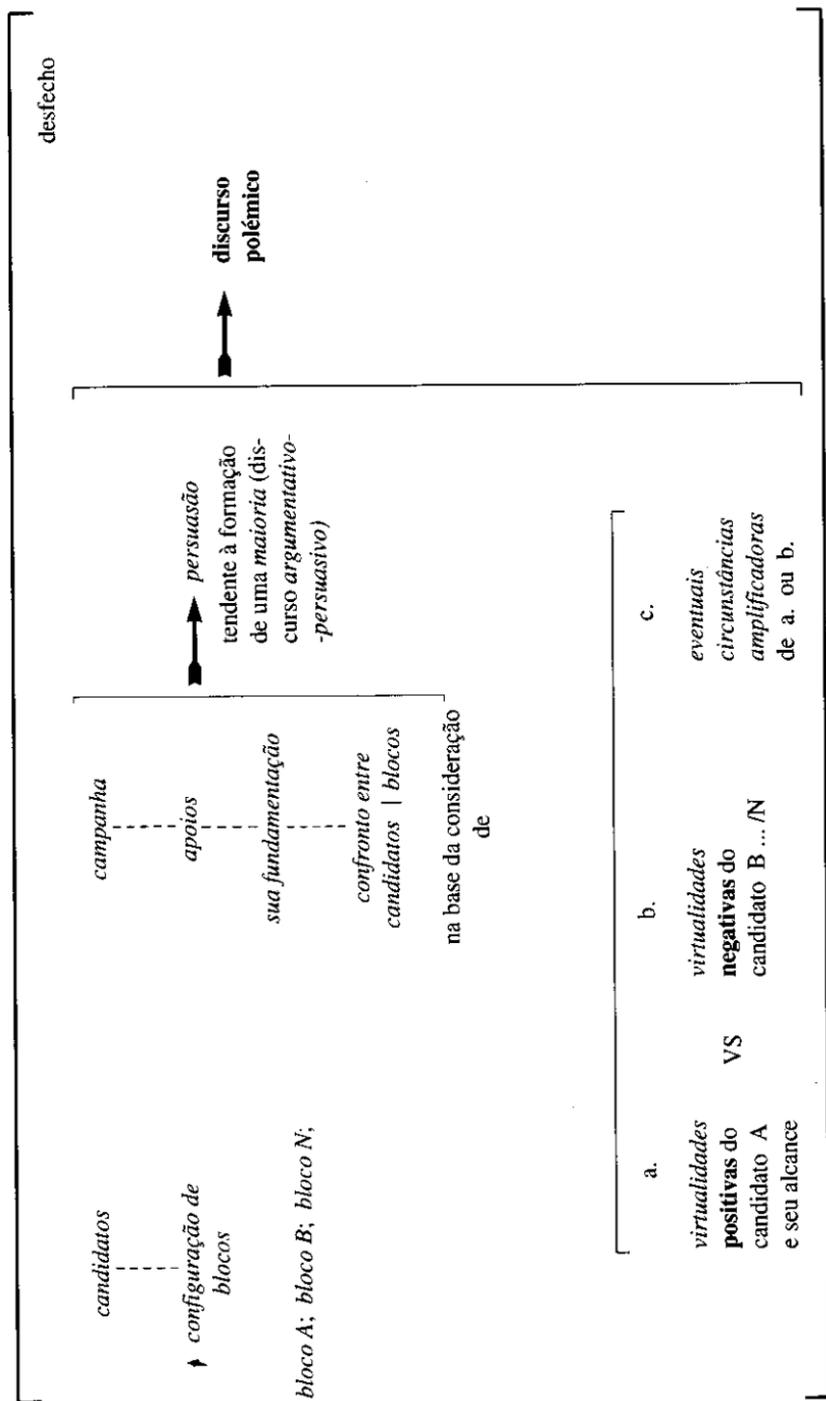


1.2. Na análise que vou propor da *coesão* do texto «*Porque apoio Eanes*» (que passarei a identificar como Texto A — ver Anexo), partirei do levantamento dos laços coesivos concernentes à zona (iii), passarei ao exame da zona (ii), para concluir com a zona (i).

De acordo, porém, com o exposto em 1.1., suscitarei regularmente o influxo operado em cada zona por parte de elementos situados nas zonas «superiores». Da mesma forma, convocarei o influxo das coordenadas da comunicação que dominam o Texto em todos os aspectos da sua organização.

Desta maneira, interessa introduzir imediatamente uma caracterização, mesmo sumária, da *situação de comunicação* em que se inscreve o Texto A, indispensável ao bom entendimento de alguns dos aspectos analisados nos números que se seguem.

O Texto A constitui uma manifestação explícita de *apoio* por parte do seu Autor ao candidato Eanes às eleições presidenciais portuguesas de 1980, e especifica as *razões* de tal atitude. Desde logo, domina toda a *situação de comunicação* um quadro específico — o das *eleições presidenciais, em Portugal, jovem democracia a braços com dificuldades de vária ordem* (institucionais, político-sociais, económicas...). Abandonando, para já, um sem número de aspectos intervenientes nesta situação e de algum modo influentes no acto comunicativo (estatuto sócio-cultural e político do Locutor, o meio de divulgação do Texto — o semanário *O Jornal*, afecto ao chamado «socialismo democrático» e apoiante explícito do candidato Eanes — etc.) interessa-me reter apenas o que julgo mais central e genérico, que é para mim o *quadro conceptual* tipicamente agregado a *eleições presidenciais*. Esquematizo esse quadro da seguinte forma:



Este quadro genérico *informa* todo o Texto A, instaurando uma rede de conexões em todos os níveis da sua organização, que tentarei levantar. Reterei, pois, que o Texto A surge como um texto *argumentativo-persuasivo* (no quadro do *discurso polémico* suscitado pela *situação de comunicação*), preenchido pela *fundamentação* de um *apoio* explícito por parte de A (seu Autor) a um candidato (O General Ramalho Eanes), *visando congregar uma maioria* na base da consideração de *virtualidades positivas* desse candidato face a *virtualidades negativas* de um opositor (ou do bloco que o sustenta), umas e outras amplificadas por ou articuladas a circunstâncias particulares, que se invocam.

A compreensão do texto A (e, logo a captação dos nexos coesivos que a suportam) faz, pois, necessariamente, apelo a **expectativas** configuradas na base do **conhecimento** da *situação de comunicação* em que se inscreve, e de que o quadro acima esquematizado fornece uma visão integrada. Mais rigorosamente — importa referi-lo — esse quadro representa, não estritamente uma *situação de comunicação*, antes o **contexto** em que se inscreve o acto comunicativo — **contexto** a tomar, pois, como *complexo de dimensões cognitivas e expectativas a elas agregadas*, que é activado no exercício verbal centrado necessariamente sobre um *EU — TU × AQUI × AGORA*, coordenadas básicas da enunciação. Onde se lê *situação de comunicação* deve, pois, ler-se preferentemente **contexto**, no sentido agora delimitado. Chamarei a atenção para o facto de que sob tal designação *intendo* basicamente referir-me a um *quadro conceptual* ou *lógico-conceptual* (onde, como se vê, se inscrevem dimensões de natureza diversa) que corresponde, em linhas fundamentais, à noção de «*frame*» (e outras com ela conectadas) a que os *modelos de compreensão* do texto fazem recurso (?).

2. A COESÃO DO TEXTO A — I

I. Nexos coesivos ao nível dos ENs

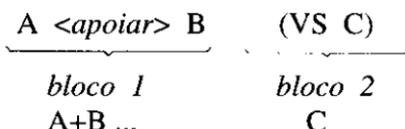
Retomarei aqui cada um dos ENs do Texto A. Desenvolverei sistematicamente alguns termos quer *economizados* quer apagados por *elipse*, que indicarei por []. Desenvolverei também sistematicamente o elemento **eu** (comportado em **apoio**, no morfema de «1.^a pessoa singular» — **o**): daí, a representação (**eu**) **apoio**.

(Em **crono-logia** ⁽³⁾, o termo em que se consubstancia a **RAZÃO** deverá ser tomado como um **ANTES**, de acordo com o seu estatuto de actante-circunstante afectado por marca casual de CAUSA ou ORIGEM. Ver adiante 2.III.10).

- (2) *a candidatura do GRE* — *esta candidatura: recorrência de designado, realizada na reiteração da lexia candidatura e no demonstrativo esta (anáfora).*
- (3) *candidatura-candidatura: reiteração da lexia*
- (4) *(Eu)-mim-nossa:* *recorrência de designado, directamente em eu-mim (recorrência do mesmo item em alomorfes), indirectamente em nossa (que inclui eu).*
- (5) *(Eu)-GRE-nossa:* *reunião em nossa dos designados por EU e GRE ($nossa \subset \begin{matrix} Eu \\ GRE \end{matrix}$)*
- (6) *apoio-candidatura:* *relação de associação (no contexto «eleições presidenciais»).*

2. Outros nexos, talvez menos imediatamente reconhecíveis, se estabelecem ainda no EN₁, de cuja coesão são factores centrais.

2.1.a. O *semantismo* de **apoiar** (em 1.1) comporta directamente o envolvimento de dois actantes (*módulo semântico* de **apoiar**: **A** <**apoiar**> **B**) ⁽⁴⁾. No entanto, o quadro conceptual típico de **apoiar** convoca também o desenho de um bloco face a outro bloco. Represento este complexo ligado ao *semantismo* de **apoiar** do seguinte modo:



Ou seja:

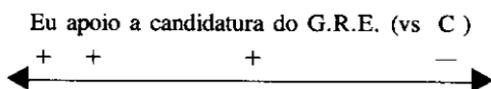
$A+B$ vs *adversários*

Deste modo, *Eu* e *GRE* surgem interligados como *co-membros* de um bloco, a que se opõe um outro (não especificado em 1.1., mas explicitamente introduzido em 1.2. — ver mais abaixo). Anotarei, pois, que se configura em 1.1. uma **antinomia**, embora o segundo termo nela envolvido não surja aí imediatamente realizado.

b. Para além dos aspectos assinalados, o *semantismo* de **apoiar** comporta ainda o sema de **modalidade** (ou de **formulação comunicativa modal**) / **declaração** /. Este sema marca a *presença* do locutor (*eu*) no seu discurso, e mais do que isso, *o modo como ele o assume*. (Avaliarei adiante o alcance para o texto A, globalmente considerado, da presença deste sema — Ver 2.III.8). Aparentemente ausente em *superfície*, esta dimensão está inequivocamente inscrita no *semantismo* de **apoiar**:

eu apoio ~ *eu declaro apoiar*

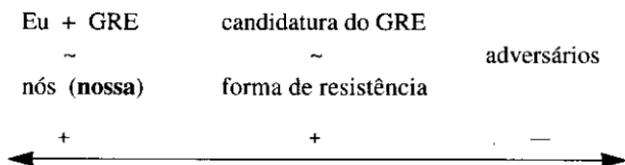
No que respeita à coesão do EN_1 , interessa reter que esta *modalidade* é afectada por um traço **positivo** (+) (face a outros verbos que comportam idêntica *modalidade*, mas afectada por traço **negativo** (—), tais como **desmentir**, **contestar**...). Tal traço positivo alarga-se ao **sujeito do apoio** (ao **eu**) e ao seu **objecto** (Eanes), que na visão do primeiro, e pelas razões que vão ser invocadas, surge como digno, como credor do apoio. Em contrapartida, o termo C convocado por **apoiar** (ver alínea anterior), será afectado por traço **negativo** (—). Daí, o **eixo semântico**, que comporta a *recorrência* de $+/+$ e a *antinomia* $+/—$, e que percorre todo o segmento 1.1:



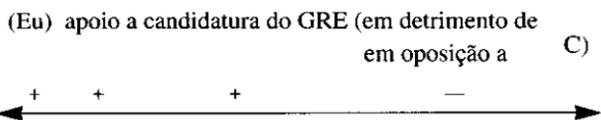
(Mais adiante, retomarei o *semantismo* de **apoiar**, para fazer salientar o *papel nuclear* que este termo assume na coesão de todo o Texto A; ver 2.III.10).

2.2. Por sua vez, o segmento 1.2. do EN_1 comporta um complexo de **antinomias**, elemento decisivo da sua coesão, e gerador também de nexos coesivos com 1.1. Vejamos:

O *Equativo* presente em 1.2. («esta candidatura representa...») permite uma esquematização mais completa daquele **eixo semântico** que, como se vê, comporta a *recorrência* de (+) e a *antinomia* (+-):



A simetria acima levantada entre o *semantismo* de *resistir* e o de *apoiar* permite assinalar o mesmo *eixo semântico* no segmento 1.1, eixo semântico, de resto, já aí configurado a partir da **modalidade** inscrita em **apoiar** (ver acima 2.1.b.).



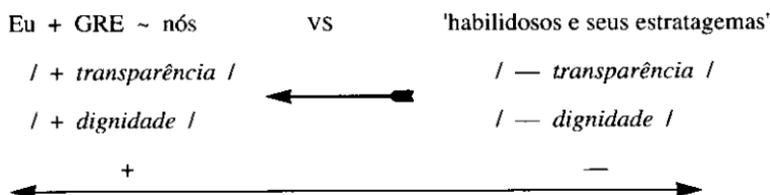
b. Os adversários do bloco Eu+GRE são referidos, como já se anotou, em «estratégias dos habilidosos». O *semantismo* desta expressão comporta um traço *conotativo* negativo (-), que se consubstancia em

/ - *transparência* /
/ - *dignidade* /

Correlativamente, averbo aos «resistentes» o traço oposto (+), que se consubstanciará em

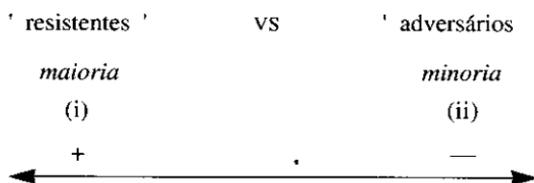
/ + *transparência* /
/ + *dignidade* /

Daí, a *antinomia*



(← indica que os traços averbados ao primeiro termo são **inferidos** a partir dos opostos, presentes nos *adversários*).

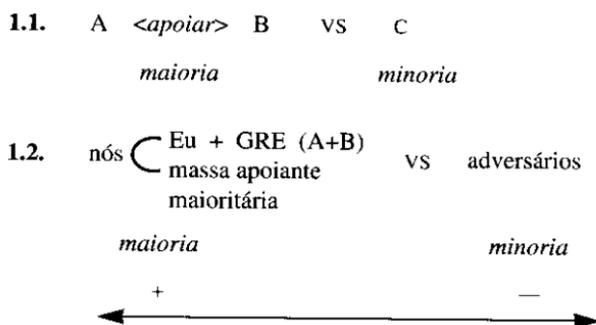
c. Uma outra dimensão *antinómica* está configurada em 1.2. (e atinge também, como as anteriormente levantadas, o segmento 1.1.). *Nossa* envolve imediatamente, como se viu, Eu + GRE. No entanto, num *texto (argumentativo-persuasivo) de apoio*, produzido em contexto de eleições visando congregar apoiantes e simpatizantes, *nossa* introduz **subtilmente** a ideia de **maioria**, como elemento de reforço do bloco configurado em torno de Eanes. Daí, o desenvolvimento de uma nova dimensão *antinómica*, agora eminentemente quantitativa, em 1.2.:



(i) congregação à roda de Eanes de massa eleitoral tendencialmente maioritária;

(ii) massa minoritária adstrita aos adversários de Eanes.

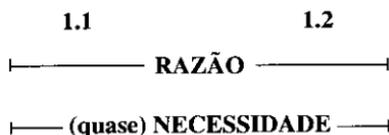
Daí, nova correspondência entre 1.1. e 1.2.:



3. Aos nexos semânticos levantados nos números e alíneas anteriores outros se juntam ainda, aos primeiros se articulando intimamente.

1. Por força das *virtualidades positivas* (+) agregadas à candidatura de Eanes, ou a Eanes, (nos termos acima analisados), e ainda por força das *virtualidades negativas* (-) averbadas aos seus adversários, *não apenas se justifica* o apoio dado em 1.1., *como sobretudo* — ideia que também *subtilmente* se introduz no texto A, eminentemente *argumentativo* — esse apoio **se impõe** como uma (quase) **necessidade**.

Sendo assim, 1.1. e 1.2. articulam-se globalmente não por simples RAZÃO (*porque*), mas sobretudo por uma (quase) NECESSIDADE:



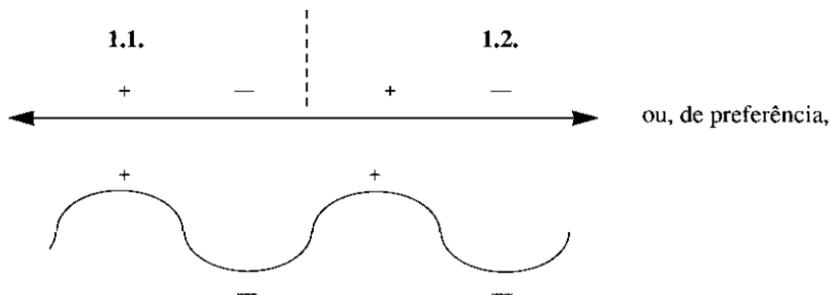
(Como veremos mais adiante, esta (quase) *necessidade* pode traduzir-se no seguinte esquema, que percorre a quase totalidade dos ENs e *todo o texto*:

Se p, então q.

Ou seja:

Se B | C \Rightarrow então, urge aderir a B) (Ver adiante 2.III.7 e 10)
 + -

2. Perante a excelência do candidato B (B⁺), e face à inferioridade notória dos adversários (C₋), a atitude de apoio de A revela-se globalmente afectada por um traço positivo (+). Também, pois, por esta via, se instaura o *eixo semântico* que percorre todo o EN₁ e que representarei

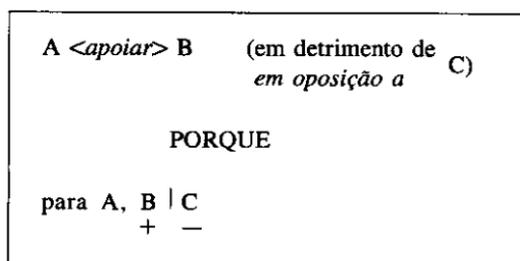


4. Finalmente, como elemento particularmente actuante na coesão do EN₁, reconhece-se, um complexo articulado do que chamarei *pólos de informação* que organizam a mensagem.

Para o levantamento desses *pólos* e suas articulações partirei da consideração do *esquema semântico-sintáctico* que suporta o EN₁. Condens-o na seguinte fórmula:

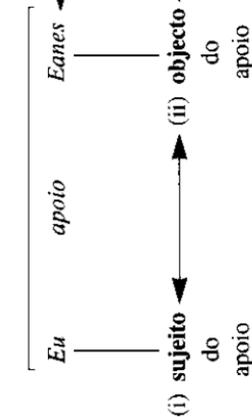
$$\begin{array}{ccc}
 \underbrace{\langle A \text{ apoiar } B \rangle}_{1.1} & \langle \text{RAZÃO} \rangle & \underbrace{\langle \text{para } A \rangle \quad \overbrace{B \sim X}^{\text{EQUAT.}}}_{1.2}
 \end{array}$$

Como se viu, sobre os termos envolvidos no *EQUATIVO* desenham-se basicamente a *antinomia* (que comporta várias dimensões) $B \mid C$, em que, afinal, se consubstancia a *razão* (a quase *necessidade*) do apoio explicitamente dado e procurado. Daí, o esquema final que *informa* a organização do EN₁



Nesta base, poderei representar os *pólos de informação* e suas *relações* do seguinte modo:

1. Apoio de A a B



(i) **suporte directo** do apoio pelas suas **virtualidades positivas**:

- resistente e congregador de resistentes

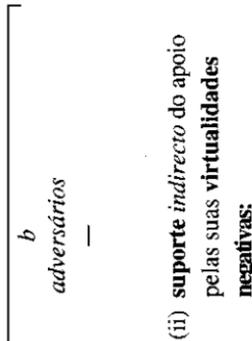
- defesa de / + *transparêncial* / + *dignidadel*
- congregador de uma *maioria*

a

Eanes

+

2.1. RAZÃO



(ii) **suporte indirecto** do apoio pelas suas **virtualidades negativas**:

- habilidosos | *estratagemas* / — *transparêncial* / — *dignidadel*
- *minoria*

b

adversários

—

+



2.2. (quase) **NECESSIDADE**

Convirá ter presente na leitura deste quadro (e de outros similares que levantarei para cada EN e mesmo para o Texto A em bloco) o conteúdo da observação já feita acima no número 1 da análise deste mesmo EN: em **crono-logia**, haverá que tomar o termo *RAZÃO* (o *pólo de informação* 2) como um **ANTES**, o que está em sintonia com o seu estatuto de actante-circunstante afectado, na configuração semântico-funcional do EN, por marca casual de *Causa* ou *Origem*. (Ver adiante, 2.III.10) (5).

EN₂:

2.1. [(Eu apoio a candidatura do GRE) / porque /

2.2.1. num país que precisa de austeridade para poder viver
com independência e dignidade,

2.2.2. Eanes propõe a austeridade como estilo cultural mais
válido do que o novo riquismo dominante.

Os índices numéricos assinalam alguns dos laços coesivos mais evidentes. Outros se lhes vêm juntar. Para a captação de uns e outros tomarei em separado cada um dos segmentos reconhecíveis no EN₂, procurando em seguida levantar as interconexões que ligam estes segmentos. Convirá anotar de imediato que percorre o segmento 2.2., no seu conjunto, uma clara organização *antinômica*, fortemente coesiva, que se desenvolve em vários momentos e dimensões.

1. Nexos semânticos no interior de 2.2.1.

1. O artigo indefinido *um* (em «num país...») tem um valor *catafórico* que imediatamente se resolve no (functema adjectival por transferência) ^{FA}_{TR} introduzido por **que**; este nexo — e a *resolução imediata* da catáfora em que ele se consubstancia — é fortemente integrador dos termos presentes em 2.2.1. A *retoma*, em **que**, de **país** constitui também laço coesivo imediatamente evidente.

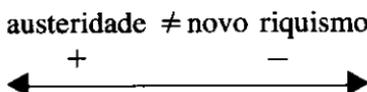
2. Uma relação particular conecta *austeridade* (a) e ‘possibilidade de sobrevivência com independência e dignidade’ (b). Tal relação é explicitamente dada em «*precisa de... para poder...*»:



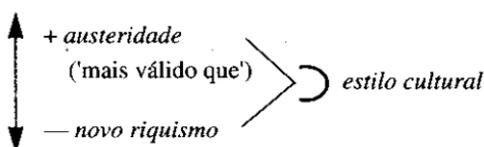
2. Nexos semânticos no interior de 2.2.2.

1. Presença de antinomias:

- (i) *austeridade* ≠ *novo riquismo*
- (ii) traço *conotativo* (+) *associado* a *austeridade* vs traço *conotativo* (–) *associado* a *novo riquismo*. Daí:

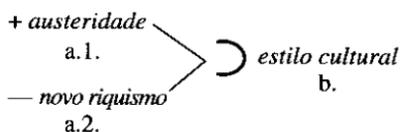


- (iii) *antinomia* realizada por *comparação* que envolve os termos *austeridade*, *novo riquismo* e *estilo cultural*, segundo o esquema



2. Outros nexos em 2.2.2.

Os termos envolvidos na comparação referida em (iii) do número anterior conectam-se ainda da seguinte maneira:



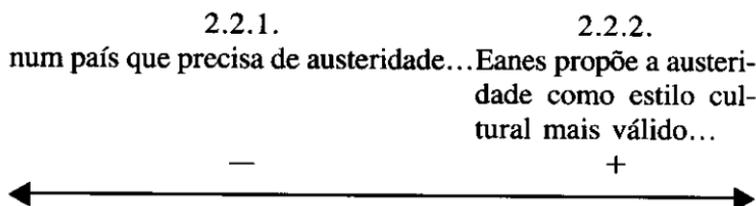
- a-b: relação de *inclusão* ou *hiponímia* | *hiperonímia*
 a₁-a₂: relação do *co-hiponímia* face a «estilo cultural», que os inclui.

3. *Nexos semânticos entre 2.2.1. e 2.2.2.*

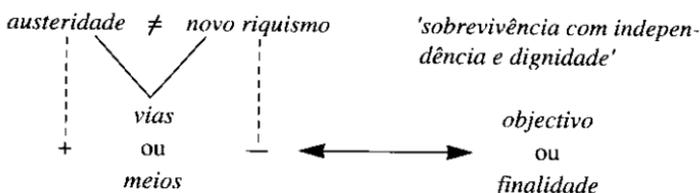
1. a. 'carência de austeridade' vs 'domínio de novo riquismo'
 (i) (ii) (i) (ii)

- b. 'carência de austeridade' vs 'proposta de austeridade'

- c. Perante a 'carência de austeridade' («país que precisa de austeridade...») a que *associamos* um traço negativo (-), a 'proposta de austeridade' representa algo de marcadamente positivo (+). Daí, o *eixo semântico* também *antinómico* que percorre todo o segmento 2.2. (2.2.1. e 2.2.2.)



- d. Por via da *recorrência* de *austeridade* em 2.2.2 (por *retoma* da mesma *lexia* presente em 2.2.1.) e por via das *antinomias* desenvolvidas entre *austeridade* e *novo riquismo* em 2.2.2., configura-se esta outra *conexão* no seio do segmento 2.2 globalmente considerado:



2. Para além dos nexos referidos, onde se salientam diferentes dimensões antinómicas, 2.2.1., *adjunto circunstancial incidente* sobre 2.2.2., comporta ou enuncia uma *contraposição* valorativa da 'proposta de austeridade' contida neste último segmento.

Esta relação conecta globalmente os dois segmentos. Sublinhe-se o sentido da *contraposição* enunciada em 2.2.1.: ela valoriza, reforça o pólo positivo (+) que preenche 2.2.2. — a ‘proposta de austeridade’ é reforçada na sua pertinência, no seu valor positivo quer pela ‘carência de austeridade’ que se atribui ao país quer pelo alcance cometido à mesma austeridade, que é tomada como *condição necessária* para a independência e dignidade do povo português. (Ver ainda adiante 5.).

4. Nexos semânticos entre 2.1. e 2.2. (1. e 2.)

O segmento 2.1. está apagado (por **elipse**), mas está necessariamente presente. Daí, a consideração dos nexos entre 2.1. e 2.2.:

1.a. O relator *porque* explicita um nexo de **razão**.

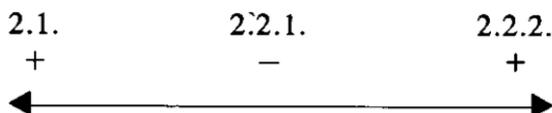
b. Anotam-se estes outros nexos evidentes:

2.1.	2.2.1.	2.2.2.
[GRE]	—————	Eanes
[(Eu)-GRE]	— país —	Eanes → (Eu e Eanes são co- -membros incluídos em país
[apoio-can- didatura]	—————	propõe
(i)		(i)

(i) um nexo de *associação* reúne o conteúdo destas lexias.

2.1. Como no EN₁, também aqui — e pelos mesmos motivos invocados — 2.1. e 2.2. estão conectados não apenas por **razão**, mas também por um laço de (quase) **necessidade**: o apoio *impõe-se* face às *virtualidades positivas* de Eanes, valorizadas agora pela *contraposição* contida, como se observou, em 2.2.1.. (Ver ainda adiante 5. para a explicitação das *virtualidades negativas* dos adversários, fortemente indutoras desta noção de (quase) *necessidade*).

2.2. Pelas mesmas razões invocadas para o EN₁, 2.1. averba globalmente um traço positivo (+). Daí, o *eixo semântico* (preenchido pela *recorrência* de + e pela *antinomia* +—), que aglutina de forma específica todos os termos do EN₂:



ou, de preferência,

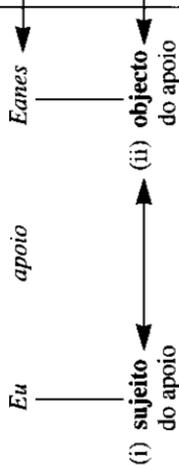


5. Também no EN₂ reconhecemos a presença de *pólos de informação* fortemente ligados, que organizam a mensagem nele veiculada. Tais pólos e suas relações constituem factor importante da coesão do EN₂.

1. Darei de imediato uma representação desses pólos e suas conexões. Tal representação suscita algumas observações explicativas, que averbarei logo em seguida à esquematização proposta.

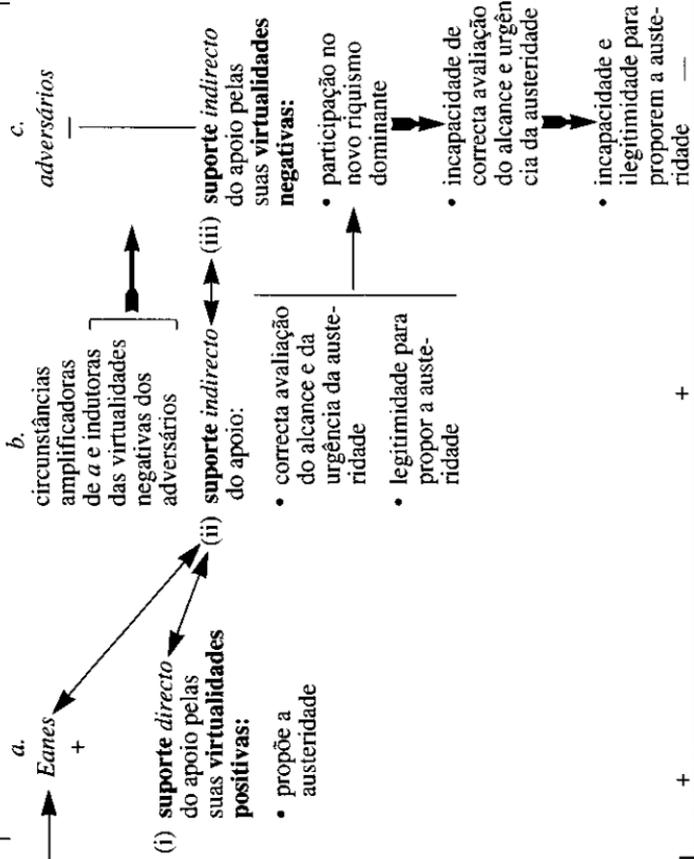
I.

1. Apoio de A a B



2.

2.1. RAZÃO



2.2. (quase) NECESSIDADE

Esta representação suscita, entre outras, as seguintes notas explicativas:

- a. O termo **b** do *pólo de informação 2* está contido no *adjunto circunstancial 2.2.1.*. Enunciando, como se viu, este segmento uma *contraposição* valorativa do contido em 2.2.2. (sobre que *incide*), nele se especifica afinal uma «razão» do apoio. Daí, a sua inscrição no pólo 2. **Razão**.
- b. As *virtualidades negativas* dos adversários de Eanes não surgem no EN₂ de modo *explícito*. **Decorrem**, porém, das formulações contidas tanto no *adjunto circunstancial* como em 2.2.2., e ainda (e talvez sobretudo) do *contraste* entre Eanes e seus opositores evidenciado não apenas no EN₂ como em todo o texto, e suscitado pelas *expectativas* ligadas ao *conhecimento do contexto* (ou dele parte integrante).
Aproveito, assim, para sublinhar, por um lado, o influxo do **contexto** e do **co-texto** na definição de certos nexos no interior de um EN, e, por outro lado, o *igual papel* que, na configuração da *coesão*, atribuo a nexos *explícitos* e a nexos *implícitos (inferidos)*.
- c. Anotei como circunstância amplificadora das virtualidades positivas de Eanes a 'legitimidade para propor a austeridade'. Salientarei que tal dimensão é também **inferida** na base do «conhecimento do mundo», aqui do conhecimento da personalidade e modo austero de vida do candidato.
- d. As linhas e as setas inscritas na esquematização apresentada pretendem assinalar conexões (explícitas ou implícitas) entre os diversos termos presentes. Anotam, pois, a *interdependência* que reúne as informações disponíveis no EN.

(*Convirá reter estas observações, pois elas revelam-se pertinentes para a compreensão da análise que proporei de outros ENs*).

2. A representação dada dos *pólos de informação* está em clara sintonia com o *esquema semântico-sintático* que suporta o EN₂:

[<A <apoiar> B>] <Razão> <Adj. circ.> <B FAZER ALGO>

O conteúdo dos dois últimos termos permite reter a fórmula que condensa a mensagem carregada pelo EN₂:

A <apoiar> B (vs C)		
PORQUE		
B	C	circunstâncias amplificadoras de
+	—	B e indutoras de C
	+	—

EN₃:

3.1. [(Eu apoio a candidatura do GRE)] / porque /

3.2.1. para além de acidentais inabilidade [suas] de expressão
ou formulação,

3.2.2.a. Eanes é uma garantia da democracia,

3.2.2.b. [Eanes é o presidente que sempre respeitará as maiorias
e [que] nunca perseguirá as minorias.

Retomarei para uma análise sumária alguns dos laços indexados numericamente, em articulação com alguns outros não assinalados, mas fortemente actuantes na coesão do EN₃.

1. Nexos semânticos em 3.2.2.b.

a. Presença de *antinomias*:

sempre ≠ *nunca*
respeitar ≠ *perseguir*
maiorias ≠ *minorias*

b. Presença de *equivalências*:

(i) *sempre respeitar* ~ *nunca perseguir*

(ii) *equivalência* consubstanciada na *recorrência* de um traço positivo (+) que percorre todo o segmento 3.2.2.b.:

sempre respeitará as maiorias e nunca perseguirá as minorias



2. *Nexos semânticos* entre 3.2.2.a. e 3.2.2.b.

a. 3.2.2.a.

garantia

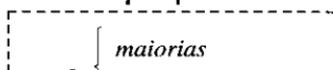
(i)

democracia

3.2.2.b.

sempre-nunca

(i) (i)



(i) reúne-os o traço [+ *perduração no tempo*], que é pois, **recorrente**.

b.

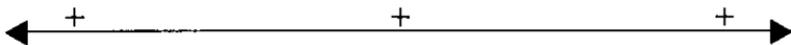
3.2.2.a.

3.2.2.b.

garantia da democracia

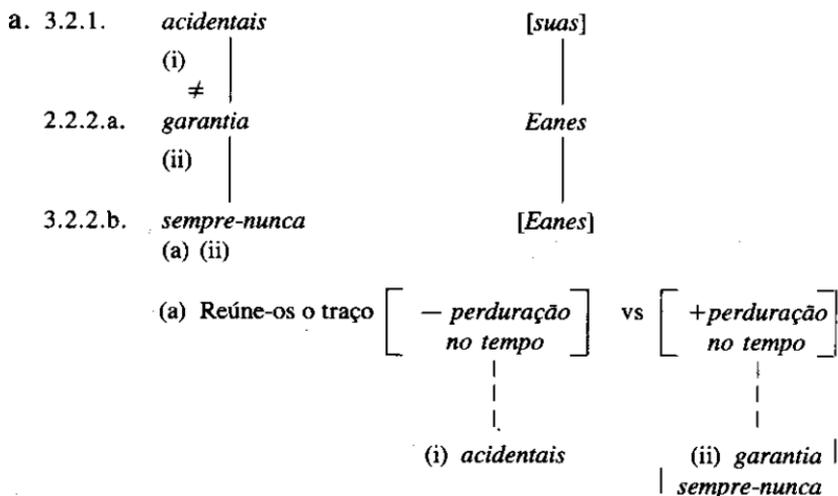
~ *sempre respeitará as maiorias e nunca perseguirá as minorias*

c.



(*eixo semântico* preenchido pela *recorrência* de (+))

3. Nexos semânticos entre 3.2.1. e 3.2.2.



b. 3.2.1. é *adjunto circunstancial incidente* sobre 3.2.2., e comporta o enunciado de uma *concessão* («para além de»), relação *opositiva* que conecta globalmente os segmentos em análise.

c. Entre, de um lado, «acidentais inabilidades de formulação ou expressão», e, do outro, «garantia da democracia, o presidente que sempre respeitará as maiorias e nunca perseguirá as minorias», configura-se uma *oposição*, subtilmente introduzida, **marginal vs essencial** no que tange ao significado para a colectividade dos aspectos em cada segmento referidos. *Indicia* o carácter **marginal** do contido em 3.2.1. o mesmo relator que exprime a *concessão* que marca o mesmo segmento. (Analisarei, mais adiante, o alcance desta *concessão* e desta *oposição*, subtilmente desenhada, **marginal | essencial |**).

Anote-se ainda que 3.2.1. é afectado por traço valorativo negativo (-), enquanto ao contido em 3.2.2. convém o traço valorativo positivo (+) — dimensão *antinómica* inscrita cumulativamente com as outras já assinaladas (*concessão*, e *marginal vs essencial*). Daí, o *eixo semântico*.



4. Nexos semânticos entre 3.1. e 3.2.

a.	3.1.	3.2.1.	3.2.2.a.	3.2.2.b.
	[GRE]	[suas]	<i>Eanes</i>	[<i>Eanes</i>]

b. |—— *razão* —————|
(*porque*)

c. |—— (quase)-*necessidade* —————|
(pelos motivos já considerados na análise dos ENs anteriores)

d. ← + - + + →
(*eixo semântico* já justificado).

5. A presença de *pólos de informação* interligados é também aqui factor central da coesão de todo o EN. Para o bom entendimento do que inscrevo nesses pólos convirá ter presentes as observações formuladas no ponto 5. da análise do EN₂ (ver atrás).

1.

1. Apoio de A a B
(ver ENs anteriores)

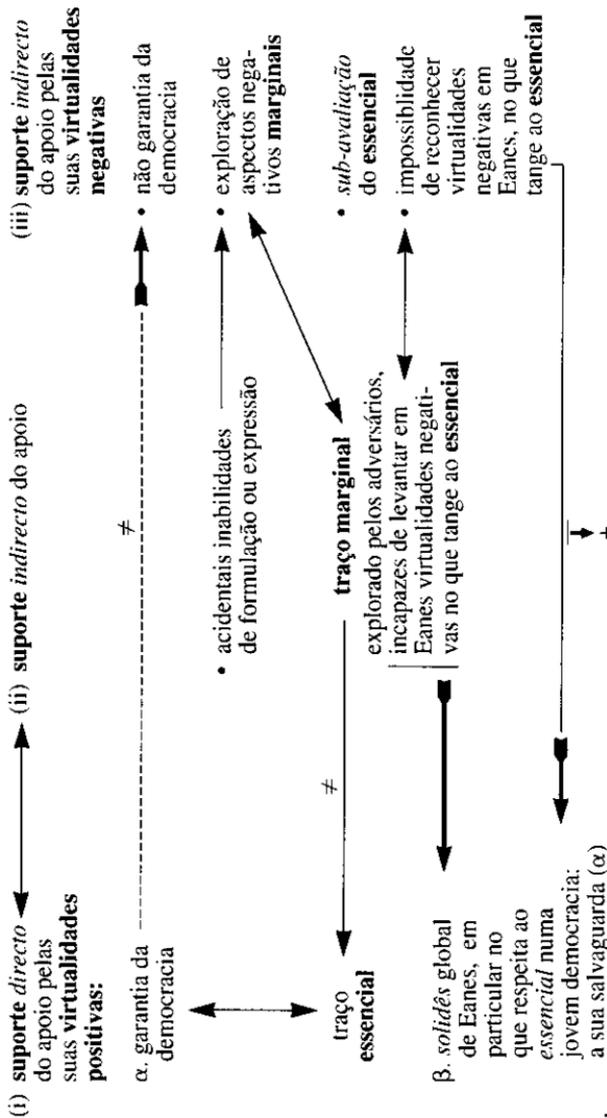
2.

2.1. RAZÃO

a. Eanes +

b. Circunstâncias amplificadoras de a e indutoras de c

c. adversários



Observe-se que também aqui os *pólos de informação* e suas *relações* estão em sintonia com o *esquema semântico-sintáctico* que informa o EN₃:

[<A <apoiar> B>] <razão> <Adj. circ.> <B ~ X>
EQUAT.

O conteúdo desenvolvido nos dois últimos termos deste esquema permite reter a fórmula já conhecida

A <apoiar> B (vs C)		
PORQUE		
B C	<i>circunstâncias amplificadoras</i> de B	
+ —	e <i>indutoras</i> de C	+
	—	

EN₄:

4.1. [(Eu apoio a candidatura do GRE | porque)
2 1

4.2.1. tendo [ele] exercido o seu mandato nas circunstâncias mais
2 2 3
difíceis, cercado pelo contínuo tricot 4 de intrigas que é
6 2 3 4
a vida política actual,

4.2.2.a. ele soube defender a sua independência e
2 5 6 2 7

4.2.2.b. [ele soube] ser diferente dos seus inimigos.
2 5 8 2 6

Retomarei, como habitualmente, alguns dos laços indexados, em articulação com alguns outros que intervêm na coesão deste EN.

1. *Nexos semânticos em 4.2.1.*

(i) [ele] — seu — [ele]
 (Base de *cercado*, indiciada no morfema de acordo que sublinhei na reprodução do EN)

(ii) *nas circunstâncias mais difíceis* ⊂ *cercado pelo contínuo «tricot» de intrigas*

(iii) *contínuo «tricot» ... ~ vida política actual*
 (EQUATIVO)

(iv) *recorrência* de traço negativo (—) agregado a estes dois termos do *Equativo* (traço alargado ao 2.º termo a partir da sua presença inequívoca no 1.º).

2. *Nexos semânticos entre 4.2.2.a. e 4.2.2.b.*

a. 4.2.2.a.	<i>ele — sua</i>	<i>ele soube</i>	<i>defender</i>	
				e
4.2.2.b.	[<i>ele</i>] — seus	[<i>ele soube</i>]	<i>inimigos</i>	
			(i)	(ii)

(i) *defender* suscita, por oposição, *atacar*, logo, *inimigos* (relação de associação)

(ii) *coordenação* de tipo *aditivo*.

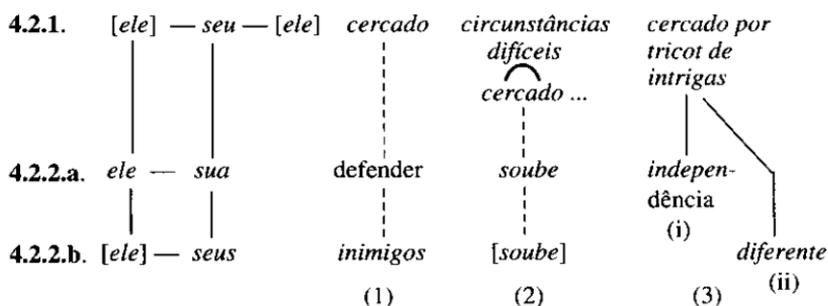
b. *recorrência* de um traço positivo (+), que percorre os dois segmentos:

soube defender a sua independência e (soube) ser diferente dos seus inimigos

+ + + + +

3. *Nexos semânticos entre 4.2.1. e 4.2.2.*

a.



- (1) *cercado* convoca (*associação*) quer *defender* quer *inimigos*, termos que, de resto, se conectam também entre si (ver número anterior (i)). Daí:



- (2) *soube* assinala a capacidade, valorizada pelo confronto com a «dificuldade» das circunstâncias. Nesta relação há, pois, a presença de um traço *antinómico*.

(3) (i) *cercos de intrigas* \Rightarrow geradoras de *servidões*, de *dependências* vs *independência*

(ampliadas por *tricot*
e carácter *continuado* do *cercos*)



(ii) *cercos de intrigas* \Rightarrow / - *dignidade* / - \uparrow

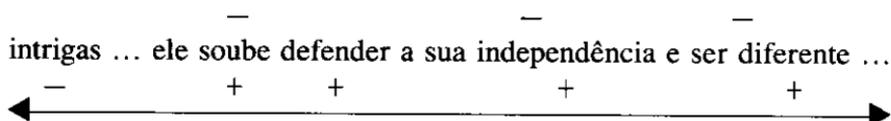
diferente

~ / + *dignidade* / + \downarrow (/ + *dignidade* / que *decorre* do facto de que Eanes não se envolve em intrigas, não as tece, delas se afasta...)

Diferente é fortemente coesivo, pois *convoca termos de comparação* que envolvem os elementos inscritos em 4.2.1. e 4.2.2.

b. 4.2.1., *adjunto circunstancial incidente* sobre 4.2.2., enuncia circunstâncias dificultadoras da acção de Eanes no exercício do seu mandato, permitindo a *contraposição* valorativa do seu comportamento (especificado em 4.2.2.). Instaura-se assim o *eixo semântico* onde recorrem e se opõem (+) (-):

... nas circunstâncias mais difíceis, cercado pelo contínuo *tricot* de



4. *Nexos semânticos entre 4.1 e 4.2.*

- | | | | |
|-------|-------|--|--|
| | 4.1 | 4.2 | |
| (i) | [GRE] | [ele] — seu — [ele] — ele — sua [ele] — seus | |
| (ii) | | | |
| (iii) | | | |
| (iv) | | | |

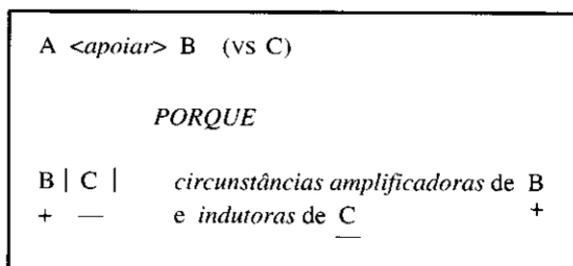
(Para (iii) e (iv) tenham-se presentes as considerações já feitas para idênticos aspectos dos ENs anteriormente analisados, e bem assim os pontos já salientados nos números anteriores no comentário a este EN).

5. Dos **pólos de informação** (e suas relações) que organizam o conteúdo do EN₄ darei a seguinte representação:

A realização dos últimos termos do *esquema semântico-sintático* que suporta o EN₄

[<A <apoiar> B> <Razão>] <Adj. Circ.> <B saber | fazer | algo>
| ser |

conduz-nos à fórmula já conhecida, inscrita também neste EN, de cujo conteúdo nos dá uma visão condensada:



EN₅:

5.1. [(Eu apoio a candidatura do GRE / porque]

5.2.1. assediado por miseráveis campanhas de calúnias, mentiras,
deturpações e especulações,

5.2.2. ele soube não descer ao nível daqueles que o atacavam.

1. *Nexos semânticos em 5.2.1.*

- (i) Para além da *continuidade semântica* que aproxima e conecta *calúnias, mentiras, deturpações e especulações*, este segmento conta como factor de coesão também evidente a *recorrência* de um traço negativo (—) que atinge todas as lexias que o integram. Daí o *eixo semântico*:

assediado por miseráveis campanhas de calúnias, mentiras, deturpações
 — — — — —
 e especulações

- (ii) A sequência *calúnias, mentiras, deturpações e especulações* é marcada por uma *ordenação decrescente* no que tange à *intensidade* do traço negativo (—):

2. *Nexos semânticos em 5.2.2.*

Anotarei tão só a *equivalência* (em termos de *designação*) entre *ele e o*, e a *catáfora* contida em *aqueles*, logo resolvida no FA_{TR} *que* *o atacavam* (em que, de resto, *que retoma aqueles*).

3. *Nexos semânticos entre 5.2.1. e 5.2.2.*

1. *Equivalência* entre *assediar (assediado)* e *atacar (atacavam)*, que torna o segmento *por miseráveis campanhas de ...* a especificação daquilo em que se consubstancia o *assédio*, o *ataque* — especificação *comum*, portanto, a ambos aqueles termos.

2. A *Base* de *assediado (ele)*, indiciado no *morfema de acordo* — *o* é *retomada* em *ele*, que abre o segmento 5.2.2..

3. O segmento 5.2.1. configura um «*nível baixo*» de estatura moral dos adversários de Eanes — autores ou instigadores dos ataques *sistemáticos* (traço comportado em *campanhas*) em termos fortemente negativos (ver acima). Ora, o segmento 5.2.2. *retoma* (em «descer ao nível»)

essa designação *implícita* «*nível baixo*», **contrapondo** o «*nível superior*» da estatura moral de Eanes (que, justamente, «soube não descer ao nível dos que o atacavam»). Ou seja, 5.2.1. e 5.2.2. estão globalmente conectados pelo desenho de uma **contraposição** valorativa da estatura moral de Eanes. Tal contraposição consubstancia-se na *antinomia*

adversários *Eanes*
/ - *dignidade* / vs / + *dignidade* /

4. Esta mesma *antinomia* — que faz também ressaltar o valor da capacidade enunciada em *soube* — pode ser referida ao *eixo semântico*:

assediado por miseráveis campanhas de...ele soube não descer ao nível...



4. Nexos semânticos entre 5.1. e 5.2.

(i) 5.1. 5.2.1. 5.2.2.
[GRE] — [ele] — ele — o

(ii) — porque —————

(iii) — (quase) necessidade ————— (a)

(iv) — + — — — — + ————— ou — + ————— + ————— (a)

5. Esquematizarei os *pólos de informação* (e suas relações) que organizam o conteúdo do EN₅ do modo seguinte:

Pólo de informação
1.

I. Apoio de A a B
(ver antes)

Pólo de informação
2.

2.1. RAZÃO

a.
Eanes
+

b.
Circunstâncias amplificadoras
de a e indutoras de c

c.
adversários
—

(i) **suporte directo** do apoio pelas suas *virtualidades positivas*:
(ii) **suporte indirecto** do apoio: ↔
(iii) **suporte indirecto** do apoio pelas suas *virtualidades negativas*

• / + *dignidade* /
(estatura moral de nível elevado)

• miseráveis campanhas de calúnias, mentiras, deturpações e especulações

• autores ou instigadores de tais campanhas → / — *dignidade* /
(estatura moral de nível baixo)

+

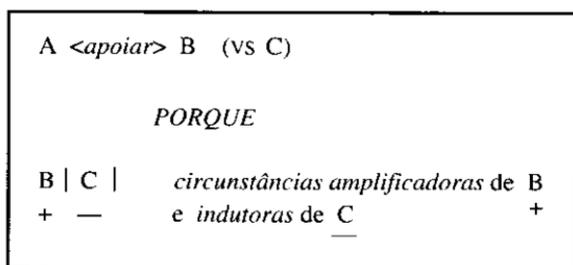
+

2.2. (quase) **NECESSIDADE**

O *esquema semântico-sintático* que suporta o EN₅ é similar ao que vimos *informar* o EN anterior:

[<A <apoiar> B> <Razão>] <Adj. circ.> <B saber fazer algo>

A análise desenvolvida permite mais uma vez reter a fórmula básica que condensa também a mensagem configurada no EN₅:

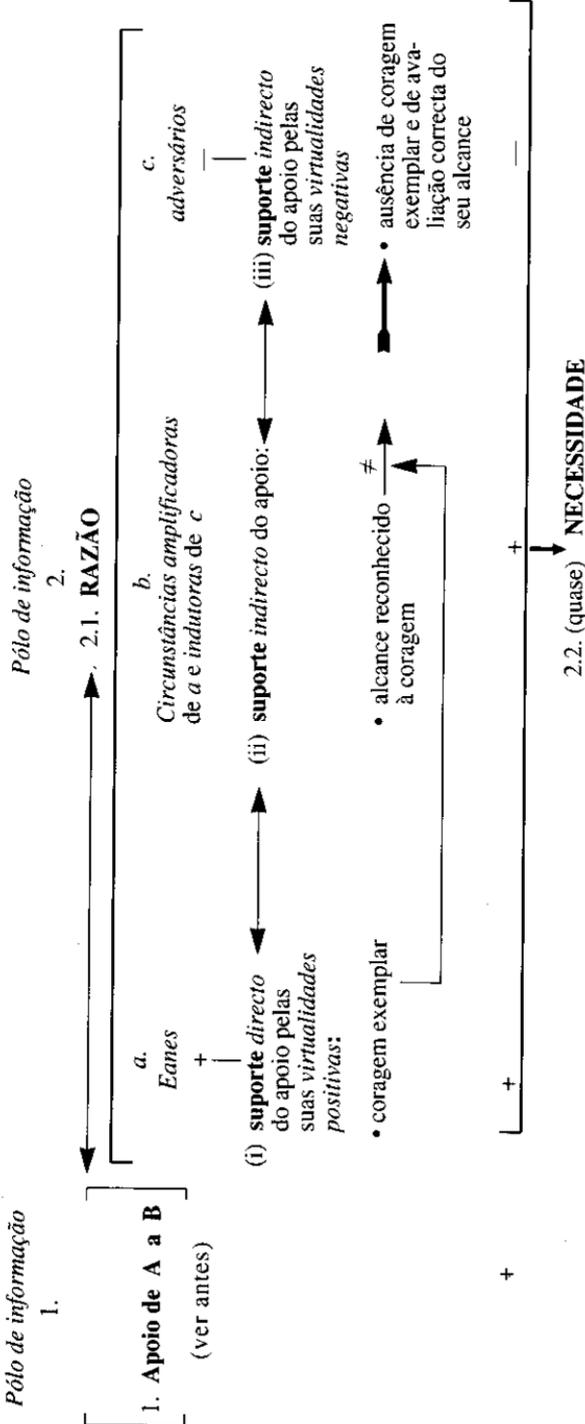


EN₆:

6.1. E (eu)₂ apoio a candidatura do GRE / porque₁

6.2. para mim₂ ele₃ é um exemplo daquela coragem frontal₄ sem a qual₅ os povos e a liberdade não podem sobreviver.

 4



Sublinhe-se que o termo *c* do pólo 2 constitui inequivocamente uma **inferência** que decorre de parâmetros já conhecidos: o influxo da *situação de comunicação* (do **contexto**, como complexo de *expectativas* geradas pelo *conhecimento* do *quadro conceptual* ligado a *eleições presidenciais* — ver acima) e do *co-texto* (o contexto verbal imediato e mediato — todo o Texto A — que rodeia o EN₆). Nessa **inferência** se desenha, afinal, a conhecida *antinomia* B | C .

+ —

É nessa mesma *antinomia* que se consubstanciam as informações contidas nos termos envolvidos no *Equativo* presente no *esquema semântico-sintático* que subjaz ao EN₆:

<A <apoiar> B> <Razão> <para A> <B ~ X>
EQUAT.

Sendo assim reterei uma vez mais a fórmula que condensa também a mensagem carregada no EN₆:

A <apoiar> B (vs C)	
PORQUE	
B C	circunstâncias amplificadoras de B
+ —	e indutoras de C

EN₇:

- 7.1. Nos momentos difíceis da luta contra a tentativas do poder totalitário,
- 7.2. sempre o GRE esteve na linha de fogo, no lugar do perigo, do risco, da decisão.

1. Levantarei como primeira dimensão da coesão deste EN a *recor-rência de Locativo*:

Nos momentos... sempre o GRE esteve na linha de fogo, no lugar do perigo.

Loc.	Loc.	verbo	Loc.	Loc.
temp	temp.	loc.	nocional	nocional

[no lugar] do risco, [no lugar] da decisão

Loc.	Loc.
noc.	noc.

2. Outros nexos se congregam ao que acabei de assinalar.

1. *Luta* (em 7.1) não apenas **convoca** ou **consignifica** dois actantes, como também suscita ‘momentos difíceis, circunstâncias adversas’. Este complexo semântico agregado a *luta* deixa-se representar do seguinte modo

$$X \frac{\text{Luta}}{\text{vs}} Y \leftrightarrow \begin{array}{l} \text{momentos difíceis} \\ \text{circunstâncias adversas} \end{array}$$

O termo X (actante 1) não está especificado. Deve tomar-se como **genérico**, envolvendo a maioria do povo português (**inferência** na base do conhecimento da situação, evocada no EN, vivida em Portugal no que correntemente se denomina «verão quente» de 1975) e incluindo Eanes (introduzido explicitamente em 7.2.). Por sua vez, o termo Y (actante 2) está especificado. Daí, o laço coesivo, gerado a partir do *semantismo* de **luta**, que percorre 7.1. (*X luta contra Y × momentos difíceis*) e se estende a 7.2., onde, como se acabou de referir, é introduzido Eanes — membro integrante e *representativo* da maioria (complexo tomado como o actante 1 de **luta-r**) opositora às ‘tentativas totalitárias’.

2. O *semantismo* de **luta** envolve também, por **associação**, *linha de fogo*, *perigo*, *risco*, *decisão*. Ou seja:

luta \implies $\left\{ \begin{array}{l} \textit{exposição de alguém ao perigo} \\ \textit{assumpção de responsabilidades} \end{array} \right.$

É Eanes $\left| \begin{array}{l} \textit{quem se expõe: «sempre esteve na linha de fogo, no} \\ \textit{lugar do perigo, do risco»} \\ \textit{quem assume responsabilidades: [«sempre esteve no} \\ \textit{lugar}] da decisão»} \end{array} \right.$

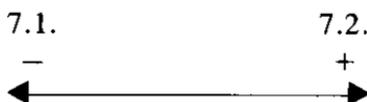
Por esta via, e, como se vê a partir do *semantismo* de **luta**, de novo se conectam os segmentos 7.1. e 7.2.

3. Percorre todo o EN₇ um *eixo semântico* preenchido pela *recor-rência* de traços valorativos (+) e (-) que se distribuem regularmente da seguinte forma:

7.1. Nos momentos difíceis da luta contra as tentativas do poder
totalitário

7.2. sempre o GRE esteve na linha de fogo, no lugar do perigo, do
risco, da decisão

Configura-se também por esta via uma *antinomia* que conecta globalmente os dois segmentos:



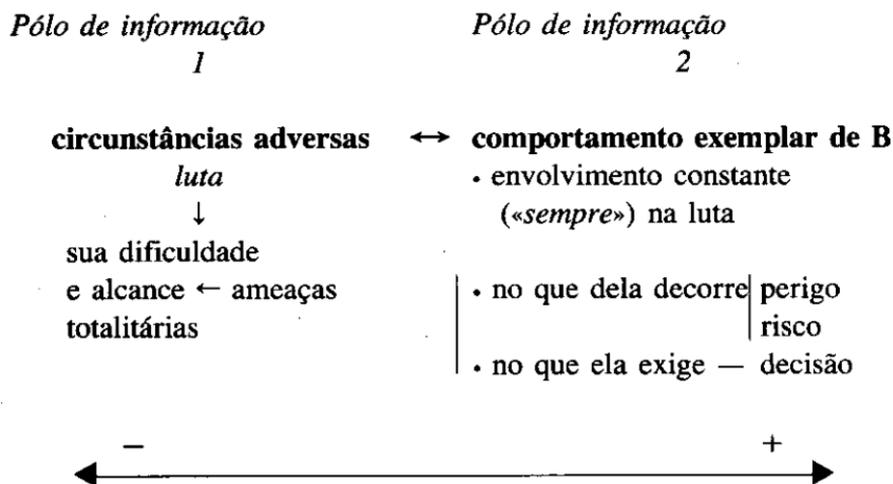
4. A *antinomia* assim desenhada comporta uma outra dimensão: ela inscreve no EN₇ uma **contraposição** valorativa do conteúdo do segmento 7.2..

A explicitação desta *contraposição* suscita as seguintes notas: como veremos melhor adiante, o EN₇ (como também o EN₈ e o EN₉) constituem uma *ilustração provatória* da asserção fundamental contida no EN₆ — a exemplaridade da coragem de Eanes. Ora o *quadro conceptual* tipicamente agregado a uma «manifestação de coragem» (que justamente se pretende ilustrar) envolve os seguintes elementos centrais:

- (i) especificação de circunstâncias adversas exemplares;
- (ii) especificação de um comportamento exemplar perante elas.

Justamente, o termo (i) (realizado no segmento 7.1.) põe em destaque o comportamento exemplar (termo (ii)) requerido como manifestação de coragem. Tal esquematização permite, pois, captar a *contraposição* que conecta 7.1. e 7.2., e o seu significado.

5. A análise levantada e as considerações formuladas permitem esquematizar os *pólos de informação* que organizam a mensagem contida no EN₆:

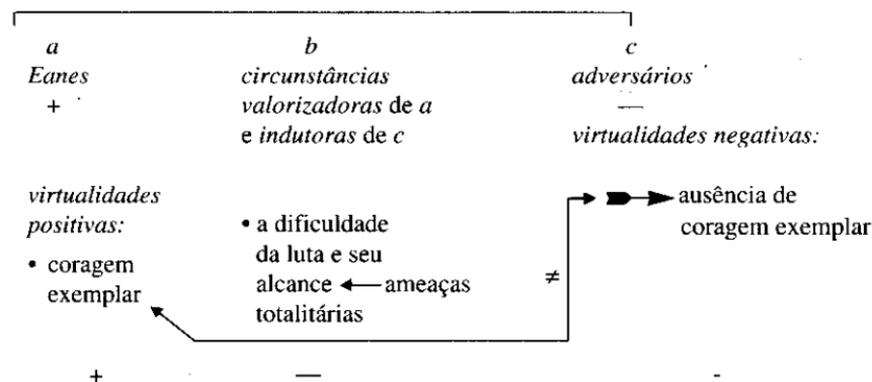


Sublinhe-se que o *pólo 2* reconhecido neste EN converge com o termo a (*Eanes — suporte directo do apoio pelas suas virtualidades positivas*) do *pólo 2* presente nos ENs anteriormente analisados.

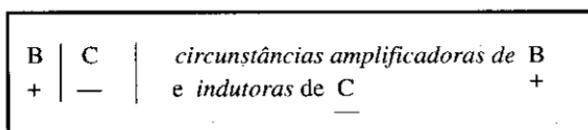
Observe-se também que, na base do **contexto** e do **co-texto** deste EN₇, se **inference** a presença (*implícita*, portanto) de um *pólo 3* que respeita a *virtualidades negativas* dos adversários de Eanes:

—► *ausência de coragem exemplar.*

Sendo assim, as informações disponíveis no EN₇ organizam-se segundo o esquema do *pólo 2* do ENs anteriores. Ou seja:



Por esta via, reencontramos, afinal, também o complexo altamente *recorrente*, no texto A



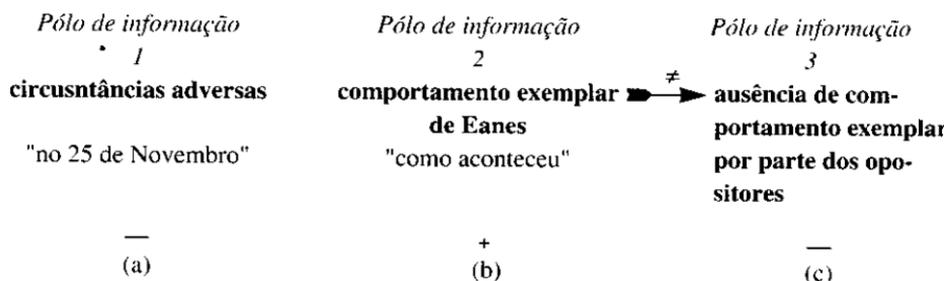
EN₈: Como aconteceu no 25 de Novembro.

A coesão deste EN esgota-se nos nexos que suportam a sua **construção** semântico-sintáctica (*coesão estrutural*), que não exploro aqui.

Todo o EN₈ é marcado por fortes conexões com o EN₇, e ainda com o EN₆ e o EN₉. Dessas conexões tratarei mais adiante, quando analisar a *coesão inter-ENs* e a *coesão global* do Texto A, onde estes ENs perfazem uma *sequência textual* específica.

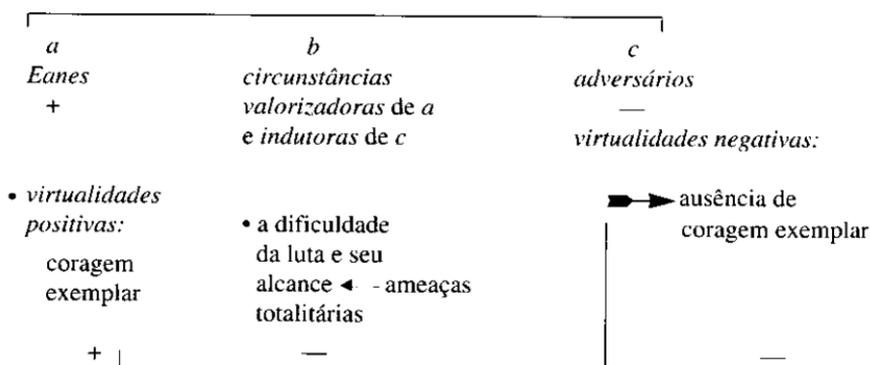
Saliente-se, entretanto, que também no EN₈ — surgindo como traço importante da sua coesão — se projectam os *pólos de informação*

levantados para o EN anterior. As considerações desenvolvidas no último número permitem compreender a seguinte esquematização:



- (a) «O 25 de Novembro» constituiu o momento alto da luta contra «as tentativas do poder totalitário» (informação disponível a partir do *conhecimento* da situação político-social vivida em Portugal em 1975). A referência a este momento representa, pois, uma ilustração particular das circunstâncias adversas invocadas no EN₇;
- (b) «como aconteceu» enuncia de forma sumária (permitida pelos itens *como* e *aconteceu*) a ilustração do comportamento exemplar de Eanes afirmado também no EN anterior;
- (c) a informação inscrita no *pólo 3* constitui, visivelmente, numa *inferência*, por *contraste*, já explicada no comentário ao EN anterior.

Sendo assim, e pelas razões já invocadas, as informações disponíveis no EN₈ organizam-se segundo o esquema do **pólo 2** dos EN anteriores:



Reencontramos, pois, também o complexo

B		C		circunstâncias amplificadoras de B	
+		-		e indutoras de C	+

EN₉:

9.1. E eu não esquecerei aquele dia no aeroporto de S. Miguel em que

9.2.1. cercado por uma multidão de provocadores separatistas,

9.2.2. Eanes avançou sozinho e perguntou: Quem lhes pagou?

1. Nexos coesivos em 9.1.

Assinalarei a *recorrência* de **Locativo**:

aquele dia no aeroporto de S. Miguel em que

loc.	loc.	loc.	loc.	
temp.	espac.	espac.	temp.	(que retoma o primeiro termo afectado por <i>loc.</i> , ou mesmo todos).

2. Nexos coesivos entre 9.2.1. e 9.2.2.

1. 9.2.1. _____ 9.2.2.

(Eanes) _____ Eanes

(Base de *cercado*, manifestada no morfema de acordo — o)

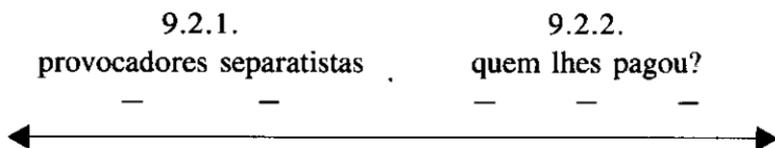
cercado _____ ≠ _____ *avançou* (relação de oposição)

multidão _____ ≠ _____ *sozinho* (idem)

provocadores separatistas _____ *lhes* (a)

- (a) inscrito em «discurso directo», **lhes** é basicamente *deíctico exafórico*. No entanto, o contexto verbal precedente reconstitui em parte a situação de comunicação em que «Quem lhes pagou?» foi enunciado. Nesse contexto verbal é justamente especificado o designado — *provocadores separatistas* — a que se refere **lhes**. Daí, considero este elemento também como **endofórico**, realizando uma *anáfora*, cujo valor coesivo não precisa de ser sublinhado.

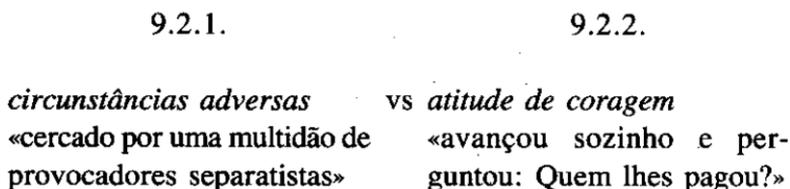
2. Um outro nexa conecta 9.2.1. e 9.2.2.. Reside ele na *recorência* do traço conotativo (–) agregado a



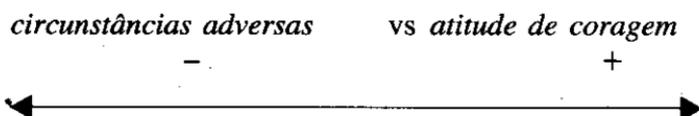
Tal traço valorativo negativo consubstancia-se em / — *dignidade* \uparrow , que recorre ao longo do *eixo semântico* desenhado.

3. Finalmente, reúne ainda os dois segmentos em análise do EN₉ uma *antinomia* global que se consubstancia

- (i) na *contraposição*



- (ii) na *contraposição* desenhada pelo *eixo semântico* preenchido pela oposição (–+):



Observe-se que o traço negativo se desdobra pelos itens em que se realiza o termo *circunstâncias adversas*; o mesmo acontece com o traço positivo inscrito no termo «*atitude de coragem*»: ele *recorre* também nos itens que concretizam esse termo. Por outro lado, as relações opostas assinaladas em 2.1. (*cercado ≠ avançou* ; *multidão ≠ sozinho*) inscrevem-se também na configuração da *contraposição* que me ocupa.

Repare-se, por último, que esta *contraposição* se revela *valorativa* do enunciado em 9.2.2., destacando a 'exemplaridade de coragem'.

(A propósito desta *contraposição* e dos termos a que ela é referida, veja-se o n.º 4 da análise do EN₇).

3. Nexos coesivos entre 9.1. e 9.2.

1. *aquele* (em «*aquele dia*» — 9.1.) realiza uma *catáfora*, imediatamente resolvida no segmento introduzido por *em que*, ou seja, em 9.2.2..

(Repare-se também na conexão por *retoma* realizada em *que*).

2. *S. Miguel* refere o lugar central da força e das actividades dos separatistas açoreanos. Daí (por via de *inferência* baseada no *conhecimento* da realidade portuguesa e especificamente da situação a que se alude), a conexão, por *associação*, entre

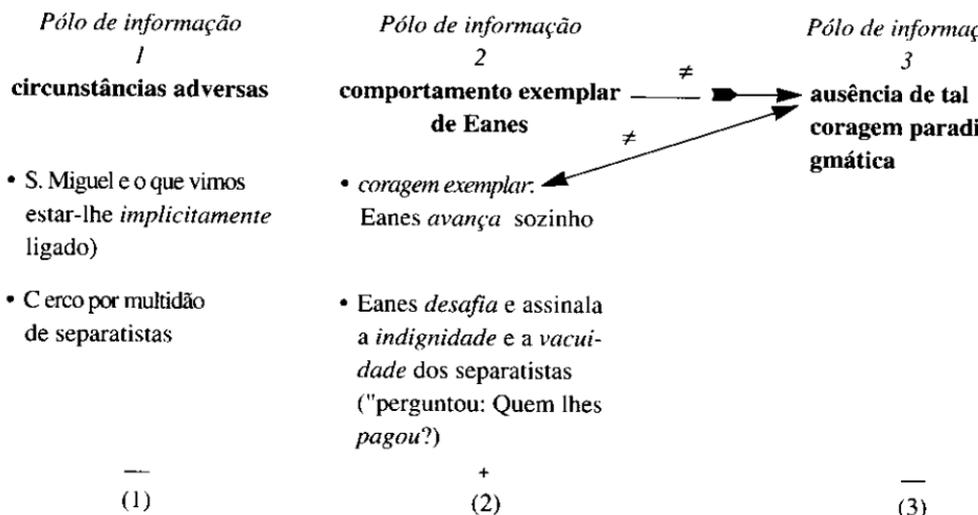
9.1.	9.2.1.	9.2.2.
<i>S. Miguel</i>	<i>separatistas</i>	<i>lhes</i>

Esta informação amplia a 'adversidade das circunstâncias' em que a atitude de coragem de Eanes (enunciada em 9.2.2.) teve lugar; por essa via, novo destaque advém a essa atitude. Ou seja, a informação agregada implicitamente a *S. Miguel* repercute-se nos outros segmentos do EN₉, configurando assim um outro nexos coesivo.

4. Para a representação dos *pólos de informação* (e suas *relações*) que organizam a mensagem veiculada no EN₉, revelam-se pertinentes as observações formuladas a propósito da análise de idênticos aspectos, que levantei no estudo do EN₇ (ver acima EN₇, número 4. e 5.), e que

vimos aplicarem-se também ao EN₈. Como já se anotou, o EN₉ (tal como o EN₇ e também o EN₈) enuncia, no seu todo, uma *ilustração provatória* da 'exemplaridade da coragem' de Eanes afirmada no EN₆, tomando um caso específico.

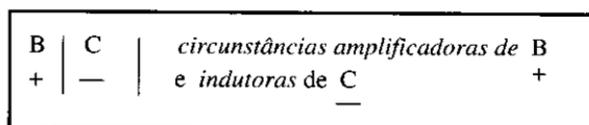
Sendo assim, poderei representar de imediato os *pólos de informação* (e suas relações) reconhecíveis no EN₉:



Também aqui, estas informações preenchem afinal o esquema consagrado no *pólo 2 (Razão)*, presente nos ENs anteriormente analisados, que reproduzo sumariamente:

<i>a.</i>	<i>b.</i>	<i>c.</i>
<i>Eanes</i> + <i>suas virtualidades positivas</i> (ver (2) acima)	<i>circunstâncias amplificadoras de a e indutoras de c</i> (ver (1) acima)	<i>adversários</i> — (ver (3) acima)

Dáí, finalmente, a *recorrência* do esquema



EN₁₀: Por isso, o meu apoio à candidatura do GRE significa para mim a defesa de uma democracia aberta para o futuro e a defesa de valores tradicionais que garantem a unidade e a dignidade do povo português.

1. Os índices numéricos localizam alguns dos nexos semânticos mais evidentes no EN₁₀. Deles bastará uma representação sumária.

meu (← *eu*) — *mim*

defesa — *defesa*

eu (em *meu*) — *mim* — GRE ⊃ *povo português*

apoio — *candidatura* (relação de *associação*, já conhecia de ENs anteriores)

futuro — *garantia* (reúne-os o traço/*prospectivo*/:

futuro — *tempo a vir*

garantia — *perduração* (no *tempo a vir*)

futuro ≠ *tradicionais*

2. Um *eixo semântico* inteiramente preenchido pela *recorrência* do traço valorativo positivo (+) percorre e congrega o conteúdo de todo o EN:

o meu apoio à candidatura do GRE ~ a defesa de uma democracia
 + (Equativo) + +
 («representa»)

aberta ao futuro
 +

e a defesa de valores tradicionais que garantem a unidade e a dignidade
 + + + + +
 do povo português.
 +

3. A presença de *pólos de informação* fortemente interligados surge também aqui como factor coesivo central.

Para a captação desses pólos e suas articulações partirei do *esquema semântico-sintáctico* que suporta o EN₁₀. Esse esquema é o mesmo que subjaz ao EN₁ acima estudado, ou seja:

<A <apoiar> B> <Razão> <para A> <B ~ X>
EQUAT.

Anote-se, porém, que o EN₁₀ representa uma *solução formal* que instaura uma *visão* a partir do termo **apoiar** do primeiro segmento (<A <apoiar> B>), acompanhada de algumas outras alterações.

Repare-se:

a. A <apoiar> B → o apoio de A a B → o meu apoio a B
(eu) (eu)

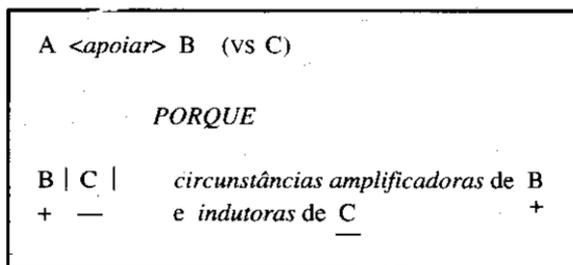
b. O Equativo <B ~ X> surge realizado em:

o meu apoio à candidatura do GRE *representa* a defesa de ... e a defesa de ...

c. o termo <RAZÃO> não está explicitamente presente no EN₁₀. (Por isso constitui *relator* que comporta, para além do traço /conclusivo/ ou /sumativo/, um traço de índole *causal* — mas articula não um segmento a outro do EN₁₀, antes, como se verá melhor adiante, este EN a todo o texto precedente). No entanto, todo o EN₁₀ constitui, sem dúvida, a especificação de uma *razão* (ou, melhor, de um complexo integrado de *razões*) que fundamentam, como em todos os outros ENs do texto, o apoio dado a Eanes. O EN₁₀ suporta uma leitura à imagem e semelhança de todos os outros, e, em particular, de modo similar à que fiz do EN₁ (a que subjaz, como se referiu, o mesmo esquema semântico-sintático):

‘Por isso, eu apoio a candidatura do GRE porque esta candidatura representa para mim a defesa de...’

Se assim é, o EN₁₀ representa uma realização condensada e reorganizada do já conhecido complexo integrado de *pólos de informação* que se deixam captar na fórmula consagrada no Texto



Eis, finalmente, a representação desses *pólos*:

Pólo de informação

1.

1. Apoio de A a B

Eu

apoio

Eanes

Eanes

(i) **sujeito**
do apoio

↔

(ii) **objecto**
do apoio

↔

a.

Eanes

+

b.

circunstâncias
amplificadoras
de a e indutoras
de c

c.

adversários

Pólo de informação

2.

2.1. RAZÃO

↔

(i)

suporte directo
do apoio pelas
suas *virtualidades*
positivas:

↔

(ii)

suporte indirecto
do apoio:

↔

(iii)

suporte indirecto
do apoio pelas
suas *virtualidades*
negativas:

garantia da
democracia
aberta ao futuro
fiel ao passado

↔

avaliação correcta
do alcance desta
garantia: salvaguarda
da unidade e dignidade
do povo português

↔

ausência de garan-
tia da democracia
e de correcta ava-
liação do seu al-
cance

+

+

+

-

2.2. (quase) **NECESSIDADE**

2. A COESÃO DO TEXTO A — II

II. Coesão inter-ENs

1. *Observações introdutórias*

a. Procurarei captar nesta secção os nexos semânticos que se estabelecem *entre os ENs* por que se realiza o Texto A. Numa primeira representação (já introduzida acima) tais nexos podem esquematizar-se como segue:

$$\{ EN_1 \leftrightarrow EN_2 \leftrightarrow EN_3 \leftrightarrow \dots \leftrightarrow EN_n \}$$

Este esquema revela-se, porém, de algum modo inadequado, pois que sugere que as conexões se restringem a ENs imediatamente contíguos. Ora, na realidade, vários nexos se instauram também entre ENs não imediatamente contíguos. Por razões meramente operatórias, manterei, no entanto, aquela representação, que deverá ser lida à luz da observação acabada de formular.

b. Aproveitando uma sugestão de B. Pottier (in B. Pottier, ed. 1976, p. 3) segundo a qual uma sequência textual (um texto) pode ser representada na fórmula (onde *rel* = *relator*)

$$\{ \text{rel. } EN^1, \text{rel. } EN^2 \dots \text{rel. } EN^n \}$$

direi que as relações semânticas de que agora me ocupo se configuram de acordo com o seguinte esquema (em que C representa *coesão* ou *nexos coesivos*):

$$\{ EN_1 .C., EN_2 .C., EN_3 .C. \dots EN_n .C. \}$$

É, pois, o termo C deste esquema que importa captar. Integram-no os nexos articuladores de ENs (contíguos ou não contíguos), suas marcas ou índices, e os elementos neles envolvidos.

Quanto a estes últimos, distinguirei:

- (i) *lexias* — consideradas quer na sua *forma do significado* (com eventuais variantes contextuais) quer na sua *substância do significado*, quer ainda na sua *designação* ou *referência*;
- (ii) *complexos semântico-sintáticos* — integrantes da organização dos ENs ou de algum dos seus segmentos;
- (iii) *cada um dos ENs*, globalmente tomado, articulado a outro ou outros
 - a. por *relator*;
 - b. por certas relações do tipo *catáfora-resolução de catáfora, genérico-específico, co-especificação...*;
 - c. por *simetria* ou *paralelismo* ou *equivalência* no que tange
 - α . à sua organização semântico-sintática global;
 - β . aos *pólos de informação* (e suas relações) que condensam o seu conteúdo.

2. Análise da coesão inter-ENs do Texto A

Na análise que aqui desenvolverei, centrar-me-ei sobre os nexos estabelecidos entre as *lexias*. De todos os outros acima discriminados, anotarei sumariamente os que se estabelecem por *relator*, pela *recorrência* de alguns complexos *semântico-sintáticos* e pelos que desenham conexões do tipo *catáfora-resolução de catáfora, genérico-específico, co-especificação*. Este tratamento sumário, tal como o abandono da caracterização dos nexos atinentes aos *pólos de informação*, justificam-se por duas ordens de razões: por um lado, a análise da *coesão dos ENs* do Texto A (desenvolvida no número anterior) permitiu já destacar a forte *recorrência* de esquemas de organização semântico-sintática e a de *pólos de informação*; por outro lado, na análise da *coesão global* do Texto A (ver 2.III) terei necessidade de voltar à consideração dessas *recorrências* (e de algumas outras). Tornar-se-ia, pois, amplamente redundante uma análise desses aspectos — redundância que ocasionaria uma ainda mais alongada exposição (que pretendo evitar).

Dos nexos que, nos termos das observações formuladas, serão aqui considerados, darei uma apresentação esquemática, que se revelará suficiente, dado ela ser complementada pelo tratamento da coesão situada nas duas outras zonas estabelecidas. Para o bom entendimento de alguns dos momentos da exposição que se segue, convirá ter presente a análise já desenvolvida nos números anteriores, sobre que se apoiarão algumas das anotações.

Nos quadros que se seguem, sob EN (0, 1, 2 ... n) inscreverei os elementos envolvidos por conexão; ao lado do primeiro EN de cada esquema especificarei o *tipo* denexo. Para não sobrecarregar cada um dos quadros não se indicará a natureza *gramatical* ou *lexical* do nexos — que facilmente se reconhecerá — nem o número total de laços estabelecidos.

No termo da análise tecerei algumas observações sobre pontos com ela relacionados.

a.	EN ₁	Tipo de nexos	EN ₀ (título)
1. <i>Nexos entre lexias</i>			
1. <i>Nexos entre lexias</i>	(eu) – mim	<i>reiteração da lexia e designado</i>	(eu)
	nossa	<i>reiteração de designados (incluídos em nossa)</i>	<i>Eu + Eanes</i>
	<i>porque</i>	<i>reiteração da lexia</i>	<i>porque</i>
	GR <i>Eanes</i>	<i>reiteração da lexia e designado</i>	<i>Eanes</i>
	<i>apoio</i>	<i>reiteração da lexia</i>	<i>apoio</i>
	<i>candidatura (2 vezes)</i>	<i>associação</i>	<i>apoio</i>
	<i>habilitados</i>	<i>oposição (configurada na base de que <i>habilitados</i> designa os adversários de Eanes e seus apoiados)</i>	<i>Eu + Eanes</i>

	EN ₁	Tipo de nexos	EN ₀
2. Nexos entre complexos semântico-sintácticos	(eu) apoio a candidatura do G.R. Eanes	<p>recorrência do complexo eu <apoiar> Eanes</p> <p>sujeito —————> objecto do apoio do apoio</p> <p>modalidade de declaração</p>	(eu) apoio Eanes
3. Nexos entre ENs globalmente considerados	—————	<ul style="list-style-type: none"> • resolução de catáfora instituída no título; • especificação do genérico contido em <i>Porque</i> do título 	—————
		(Ver 2. III. 3.)	

b.	EN ₂	Tipo de nexos	EN ₁	EN ₀
1. Nexos entre lexias	<i>porque</i>	<i>reiteração da lexia</i>	<i>porque</i>	<i>porque</i>
	<i>Eanes</i>	<i>reiteração da lexia e designado</i>	<i>Eanes</i>	<i>Eanes</i>
	<i>país</i>	<i>inclusão de designados</i>	(eu) Eanes (EU)+Eanes — <i>nossa habilidosos (adver- sários de Eanes, com ele co-membros de país)</i>	(eu) Eanes (eu)+Eanes
	<i>propõe</i>	<i>associação</i>	<i>apoio candidatura</i>	<i>apoio</i>
	<i>dignidade</i>	<i>oposição</i>	[<i>estratagemas dos habilidosos</i>]	
				

	EN ₂	Tipo de nexos	EN ₁	EN ₀
2. <i>Nexos entre complexos semântico-sintáticos</i>	[eu apoio a candidatura do G.R. Eanes]	<i>elipse (reiteração do complexo já analisado)</i>	(eu) apoio a candidatura do G. R. Eanes	(eu) apoio Eanes
3. <i>Nexos entre (i) ENs globalmente considerados</i>		<i>co-especificação do genérico contido em Porque do título</i>		
		<i>co-resolução da catáfora instituída no título (Ver 2.III.3)</i>		

- (i) Reúne ainda o EN₂ ao EN₁ uma *coordenação aditiva* realizada por *relator zero*

	EN ₃	Tipo de nexos	EN ₂	EN ₁	EN ₀
c.	1. <i>Nexos entre lexias</i>	<i>porque</i>	<i>reiteração</i>	x	x
			<i>de lexia</i>		
	<i>Eanes</i>	<i>reiteração da lexia e designado</i>	x	x	x

2. *Nexos entre complexos semântico-sintáticos*
 Ver mesmo número na análise dos ENs anteriores.

3. *Nexos entre os ENS globalmente considerados*
 Ver mesmo número na análise dos ENs anteriores.

d.

1. Nexos
entre
lexias

EN ₄	Tipo de nexos	EN ₃	EN ₂	EN ₁	EN ₀
[<i>porque</i>]	<i>reiteração</i> por <i>elipse</i>	porque	x	x	x
(<i>ele</i>) – <i>seu</i> (<i>ele</i>) – <i>ele</i> (<i>ele</i>) – <i>seus</i>	<i>reiteração</i> de <i>designado</i>	Eanes	x	x	x
<i>independência</i>	<i>reiteração</i> da lexia		<i>independência</i>		
<i>inimigos</i>	• <i>reiteração</i> de <i>designado</i> (por infe- rência)			<i>habilitados</i>	
<i>mandato</i>	• associação associação	<i>presidente</i> <i>democracia</i> [<i>candidatura</i>]		<i>resistir</i>	[<i>candidatura</i>]

2. *Nexos entre complexos semântico-sintáticos*

Ver mesmo número da análise desenvolvida em a. e b., acima.

3. *Nexos entre ENs globalmente considerados*

Ver mesmo número da análise desenvolvida em a. e b., acima.

e.	EN ₅	Tipo de nexos	EN ₄	EN ₃	EN ₂	EN ₁	EN ₀
1. <i>Nexos entre lexias</i>	[<i>porque</i>]	<i>reiteração por elipse</i>	[<i>porque</i>]	<i>porque</i>	×	×	×
	(<i>ele</i>)- <i>ele-o</i>	<i>reiteração do designado</i>	(<i>ele</i>)- <i>seu</i> (<i>ele</i>)- <i>ele</i> (<i>ele</i>)- <i>seus</i>	<i>Eanes</i>	×	×	×
	<i>assediado</i>	[<i>associação</i>]	<i>cercado</i>			[<i>habilidosos</i> <i>resistir</i>]	
	<i>atacavam</i>		<i>defender</i> <i>inimigos</i>				

EN ₅	Tipo de nexo	EN ₄	EN ₃	EN ₂	EN ₁	EN ₀
<i>aqueles que atacavam o atacavam</i>	<i>reiteração do designado (paráfrase)</i>	<i>inimigos</i>			<i>habilidosos</i>	
<i>não descer ao nível ...</i> [= + dignidade]	<ul style="list-style-type: none"> • <i>equivalência (sinoníma)</i> • <i>oposição</i> 	<i>diferente</i> [= + dignidade]		<i>dignidade</i>		
<i>sube</i>	<i>associação</i>	<i>diffíceis</i>			<i>estratagemas dos habilidosos</i> ⇓ [- dignidade]	
<i>calúnias mentiras deturpações especulações</i> ⇓ [= --- dignidade]	<ul style="list-style-type: none"> • <i>oposição</i> • <i>equivalência</i> 	<i>intrigas</i>				
		<i>diferente</i> [= + dignidade]		<i>dignidade</i>		
					<i>estratagemas dos habilidosos</i>	[= --- dignidade]

2. Nexos entre complexos semântico-sintáticos

Ver idêntico número na análise desenvolvida em **a.** e **b.**, acima.
veja-se ainda:

EN₅
ele soube + Infinitivo

*reiteração
do
complexo*

EN₄
*ele soube + Infinitivo
(ele soube + Infinitivo)*

3. Nexos entre os ENS globalmente considerados

Ver idêntico número na análise desenvolvida em **a.** e **b.**, acima.

**1. Nexos
entre
lexias**

	EN ₆	Tipo de nexo	EN ₅	EN ₄	EN ₃	EN ₂	EN ₁	EN ₀
	<i>porque</i>	<i>reiteração da lexia</i>	[<i>porque</i>] (<i>elipse</i>)	[<i>porque</i>] (<i>elipse</i>)	<i>porque</i>	x	x	x
	(<i>ele</i>) – <i>mim</i>	<i>reiteração do designado</i>	[<i>(eu)</i>]	[<i>(eu)</i>]	[<i>(eu)</i>]	[<i>(eu)</i>]	(<i>ele</i>) – <i>mim</i>	(<i>eu</i>)
	<i>G.R. Eanes</i>	<i>reiteração do designado</i>	(<i>ele</i>) – <i>ele – o</i>	(<i>ele</i>) – <i>seu</i> (<i>ele</i>) – <i>ele</i> (<i>ele</i>) – <i>seus</i>				
		<i>reiteração da lexia e designado</i>			<i>Eanes</i>	x	x	x
	<i>povos</i>	<i>associação</i>				<i>país</i>		
	<i>liberdade</i>	<i>associação</i>			<i>democracia</i>	<i>independência</i>		
	<i>coragem</i>	<i>associação</i>	<i>assediado atacavam</i>	<i>cercado circunstâncias difíceis inimigos defender</i>			<i>resistir habitudosos (enquanto designando os adversários de Eanes)</i>	

2. Nexos entre complexos semântico-sintáticos

(eu) apoio a candidatura do G.R. Eanes	reiteração do complexo (Já analisado)	Implicitamente presente (por <i>elipse</i>) nos ENs 2, 3, 4, 5 <i>explicitamente</i> presente nos ENs 1 e EN ₀ (título)
--	---------------------------------------	--

Ver também os outros nexos especificados em idêntico número na análise desenvolvida em a. e b., acima.

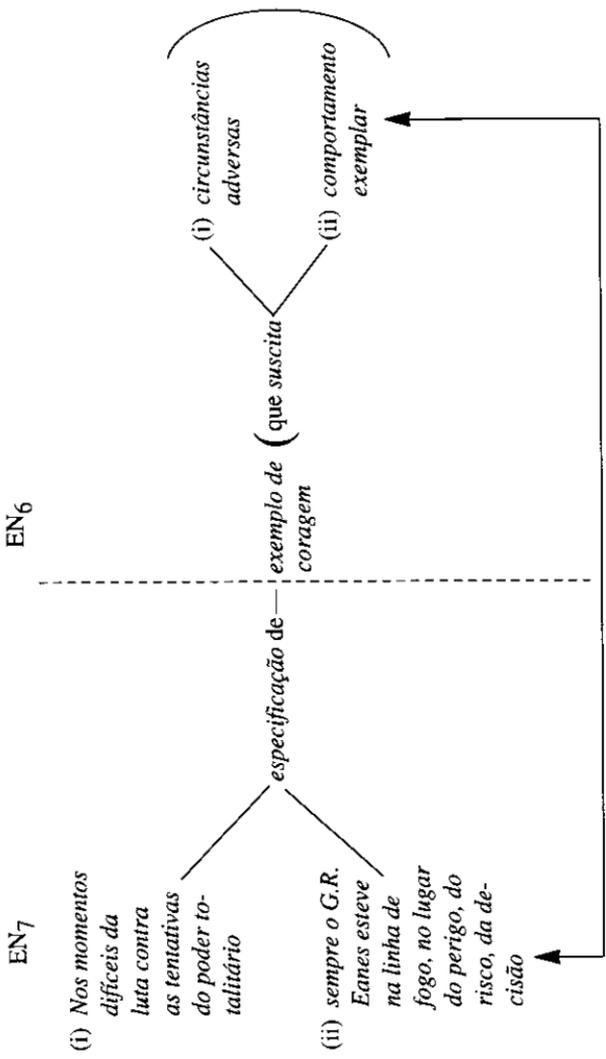
3. Nexos entre os ENS globalmente considerados

Ver os nexos especificados em idêntico número na análise desenvolvida em a. e b., acima.
Veja-se, porém ainda:

O EN₆ articula-se globalmente — por *coordenação* de tipo *aditivo*, marcada pelo relator e — a todo o segmento textual desenhado pelos ENs 1, 2, 3, 4, 5. (Ver também **2.III**).

B. 1. <i>Nexos entre lexias</i>	EN ₇	Tipo de nexos	EN ₆	EN ₅	EN ₄	EN ₃	EN ₂	EN ₁	EN ₀
<i>G.R. Eanes</i>	<i>reiteração de designado</i> (presente, sob modos diversos, já analisados, em todos os ENs precedentes)								
<i>diffíceis</i>	• <i>reiteração de lexia</i>	<i>diffíceis</i>							
<i>luta</i>	• <i>associação</i>	<i>coragem</i>	<i>soube</i>	<i>soube</i>	<i>soube</i>				
<i>poder totalitário</i>	<i>oposição</i>	<i>coragem</i>	<i>assediado atacavam</i>	<i>cercado defender</i>	<i>resistir</i>				
		<i>liberdade</i>	<i>democracia</i>						

2. Nexos entre complexos semântico-sintáticos



3. Nexos entre

os *ENS* globalmente uma (primeira) ilustração provatória da coragem paradigmática anunciada, como atributo de Eanes, no EN₆. Por esta mesma via, o EN₇ resolve o carácter *catafórico* do EN₆, que justamente *anuncia*, genericamente, essa coragem exemplar atribuída a Eanes

siderados

(Para a boa compreensão pds aspectos referenciados em 2. e 3., tenha-se presente a análise do EN₇ e do EN₆ desenvolvida antes em 2.1.).

h.

Acabou de ver-se que o EN₇ *especifica* a exemplaridade da coragem anunciada no EN₆ como atributo de Eanes. Por sua vez, o EN₈ esgota-se na *ilustração* dessa coragem, referida a um acontecimento particular que se invoca — o 25 de Novembro. Desse modo, fica patente a íntima conexão entre todos estes ENs.

Repare-se no modo como é realizada a conexão imediata entre o EN₈ e o EN₇, que o precede:

- (i) **como**, enquanto *relator*, marca uma primeira ligação, de índole claramente ilustrativa;
- (ii) **aconteceu**, projecta a *reiteração* do conteúdo informativo vazado no EN₇; marca esta lexia um carácter de *substituto*, aqui de todo um EN;
- (iii) **a 25 de Novembro**, *locativo temporal*, especifica o momento decisivo na “luta contra as tentativas do poder totalitário” — *incluído*, pois, na designação genérica “*Nos momentos difíceis...*”

i.	EN ₉	Tipo de nexo	EN ₈	EN ₇	EN ₆	EN ₅	EN ₄	EN ₃	EN ₂	EN ₁	EN ₀
1. Nexos entre lexias	(Eanes) – Eanes – Eanes)	reiteração de lexia e/ou designado	Eanes	Eanes	Eanes – ele	(ele) – ele – ele – sua (ele) – seus	(ele) – (ele) Eanes	Eanes	Eanes	Eanes	Eanes
	(eu)	reiteração de lexia e designado			(eu)	[(eu)]	[(eu)]	[(eu)]	[(eu)]	(eu)	(eu)
	cercado	• reiteração de lexia e designado					cercado				
	S. Miguel	• associação		luta		assediado atacavam	defender inimigos		país (= Portugal)	habituados resistir	
	pagou (– dignidade)	• associação				calúnias mentiras (– dignidade)					estratagemas dos habitados (– dignidade)
		• oposição									dignidade

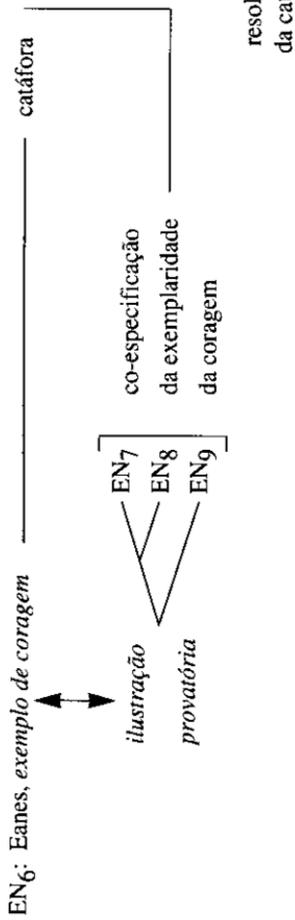
2. *Nexos entre complexos semântico-sintáticos*

Assinale-se a recorrência de complexos *locativos*:

EN ₉	EN ₈	EN ₇
aquele dia no aeroporto de S. Miguel em que	a 25 de Novembro locativo	Nos momentos difíceis ... sempre esteve na linha de fogo no lugar do perigo (no lugar) do risco (no lugar) da decisão
locativo		locativo

3. *Nexos entre ENs globalmente considerados*

Tal como os EN₇ e 8, o EN₉ especifica circunstâncias particulares adversas e o comportamento exemplar assumido perante elas por Eanes. Como esses mesmos ENs, o EN₉ contém uma *ilustração provatória* da exemplaridade da *coragem* que lhe é atribuída. Sendo assim, o EN₉ resolve o carácter *catáforico* do EN₆ (onde justamente se *anuncia* a *coragem* agora ilustrada). Daí o complexo de relações a representar como segue:



Para além destes nexos, anote-se a presença do *relator* e que coorderna (*coordenação de tipo aditivo*) o EN9 à sequência desenhada pelos ENs 7 e 8.

EN10	Tipo de nexos	EN9	EN8	EN7	EN6	EN5	EN4	EN3	EN2	EN1	EN0
<i>democracia</i>	<i>reiteração de lexia e designado</i>										
	• <i>associação</i>				<i>candidatura</i>	[<i>candi-datura</i>]	[<i>candi-datura</i>]	[<i>candi-datura</i>]	[<i>candi-datura</i>]	<i>candidatura</i>	
	• <i>oposição</i>				<i>liberdade</i>			<i>maiorias/</i> <i>minorias</i>			
<i>garantem</i>	• <i>reiteração de lexia</i>			<i>poder totalitário</i>				<i>garantia</i>			
<i>futuro</i>	<i>contiguidade semântica</i> (pela recorrência dos traços sémi-cos) [+ <i>perduração no tempo</i>] [+ <i>Prospectivo</i>]			<i>sempre</i>	<i>sobreviver</i>			<i>garantia</i> <i>sempre</i>			
<i>unidade</i>	<i>associação</i> (de índole contrastiva ou opositiva)	<i>separatistas</i>									
<i>dignidade</i>	• <i>reiteração de lexia</i>										<i>dignidade</i>
	• <i>associação</i>										

(ver análise em e, onde se averbou a diferentes lexias ou expressões a presença do traço *inferido*/± *dignidade*)

2. *Nexos entre complexos semântico-sintáticos*

- a. O segmento “o meu apoio à candidatura do General Ramalho Eanes” representa uma solução formal específica configurada sobre o complexo “eu apoio a candidatura do General Ramalho Eanes”, a que está reunida por uma conexão de *equivalência* (ou, mais rigorosamente, de *parasínonimia*). Por essa via, se instaurará uma ligação entre o EN₁₀ e todos os outros em que aquele segmento está *explicitamente presente* (EN₀, EN₁, EN₆), ou apenas *implicitamente* (por *elipse*: EN₂, EN₃, EN₄, EN₅).
- b. A solução formal projectada naquele mesmo segmento inicial do EN₁₀ não obscurecerá a *recorrência* do complexo semântico-sintático (que comporta *Equativo*) desenhado no EN₁. Veja-se:

EN₁: (eu) apoio a candidatura do General Ramalho Eanes porque esta candidatura *representa* para mim...”
EQUAT.

EN₁₀: Por isso, o meu apoio à candidatura do General Ramalho Eanes *significa* para mim...
EQUAT.

(Ver acima em 2.I a análise proposta para cada um destes Ens.
ver ainda adiante, 2.III.).

3. *Nexos entre os ENS globalmente considerados*

Anotar-se-á que o relator **Por isso** conecta o EN₁₀ não ao EN₉, antes a todo o texto precedente (*retornado* no *substituto isso*). Ver a análise já proposta deste EN em 2.I.; ver também adiante 2.III.

3. Observações finais à análise da coesão inter-ENs do Texto A

a. A análise desenvolvida converge com as propostas básicas contidas em Halliday-Hasan, 1976. As *dimensões consideradas representam, porém, uma reduzida parcela da configuração do Texto A* — o que atesta a incapacidade notória da noção de *coesão* proposta por aqueles Autores para a caracterização minimamente satisfatória da constituição desta unidade linguística (6).

Certo é, porém, que este tipo de análise permite captar algumas dimensões efectivamente actuantes na constituição do texto — dimensões que se inscrevem num duplo eixo (7)

(i) *um eixo de equivalência* — em que se inscrevem os nexos entre *lexias* e os que concernem à **recor-rência** de *complexos semântico-sintácticos*, de *pólos de informação...*;

(ii) *um eixo de junção* — que tange à conexão entre os ENs via *relatores* (no Texto A, opera generalizadamente uma conexão *coor-denativa*, de tipo *aditivo*, assinalada quer por *relator zero* quer pelo relator **e**; um outro relator — **por isso** — de cariz eminentemente *conclusivo-sumativo*, articula o EN₁₀ a todo o segmento textual precedente: o *substituto isso* presente nesse *relator retoma* justamente todo o segmento textual precedente. Deste modo, congrega-se no *relator por isso* uma conexão por *junção* e uma conexão por *equivalência*).

b. A análise apresentada nos quadros sucessivamente introduzidos permite salientar diferentes *graus de densidade* de nexos projectados: alguns ENs surgem com maior número de elementos envolvidos em conexões, cada uma delas apresentando uma diferenciada força coesiva (ver alínea seguinte). É, no entanto, visível uma distribuição grandemente equilibrada dos nexos por todo o espaço textual.

O tipo de representação dos nexos que respeitam aos ENs 6-7-8-9 indica por si mesmo uma certa demarcação do complexo semântico por eles desenhado no desenvolvimento do Texto A. Ter-se-á presente aqui a análise já apresentada em 2.I. destes ENs, e ainda o que se exporá em alguns números de 2.III.

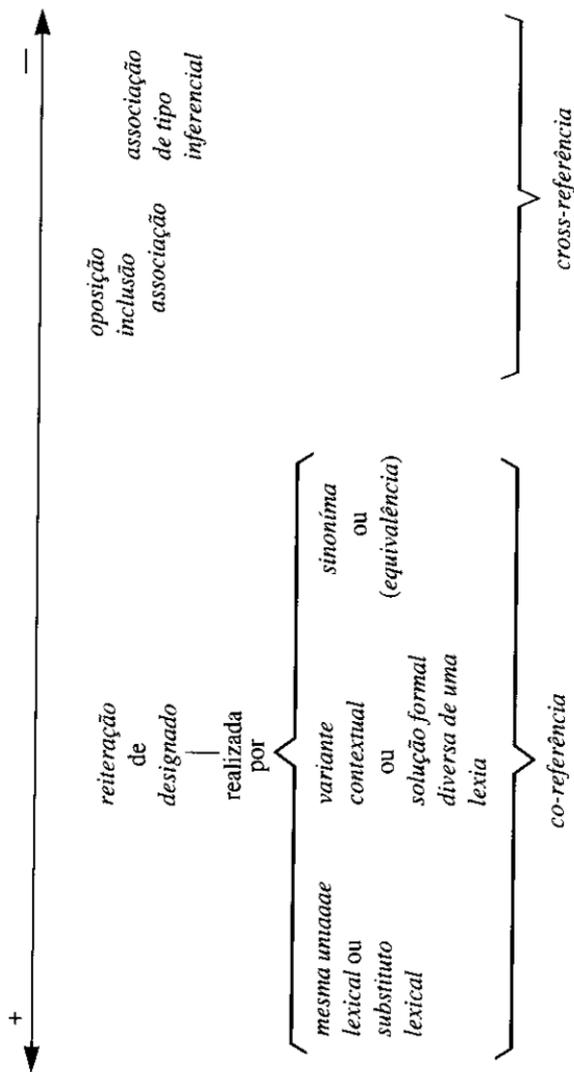
c. Tomando à parte os nexos que cabem no eixo das conexões *por equivalência* (ver alínea a), e em particular os que tangem às *unidades lexicais*, retenham-se os tipos fundamentais de laços reconhecidos:

- *reiteração de lexia* (algumas vezes em variantes contextuais — *eu/mim* — ou em soluções formais diferentes — (eu) *apoio*/(o meu) *apoio*; *garantia/garantem*; *defesa/defender...*);
- *reiteração de lexia e de designado*;
- *reiteração de designado* (por diferentes vias, tais como, *substitutos lexicais*, *sinonímia* ou *equivalência*);
- *oposição*;
- *inclusão*;
- *associação* (e dentro desta uma associação de tipo *inferencial* — que assinalei, umas vezes com →, outras vezes com =).

Para além de um valor básico comum — o do estabelecimento de *equivalências*, por si mesmas coesivas dada a projecção das *recorrências* que ocasionam (de *forma do significado* e/ou de *semas da substância do significado*, e/ou de *designado*) — deve, porém, reconhecer-se uma clara *hierarquia* no que toca à *força coesiva* de cada um dos diferentes laços instaurados.

Representarei essa diferenciada força coesiva no seguinte eixo, onde se desenha um continuum matizado:

força coesiva
dos laços ins-
taurados no ei-
xo das conexões
inter-ENs por
equivalência

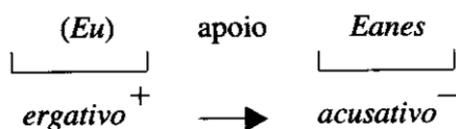


d. A representação dada nos quadros de análise permite detectar a presença de *cadeias de co-referência* que percorrem segmentos mais ou menos extensos do Texto A, ou até todo ele.

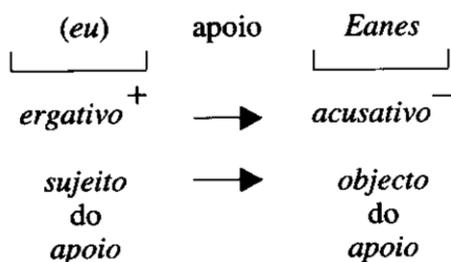
Entre essas cadeias, duas sobressaem nitidamente. Uma delas respeita à presença do locutor, nomeado no *substituto funcional* eu. Esta cadeia só é interrompida, quebrada, nos ENs 7 e 8. Em todos os outros ENs ela está realizada, algumas vezes não explicitamente mas *implicitamente* (por *elipse* do complexo altamente *recorrente* no Texto A (**eu apoio Eanes** — ou seu equivalente (**eu apoio a candidatura de Eanes**).

Uma seguida *cadeia de co-referência* concerne ao termo *Eanes*. Ela realiza-se em todos os ENs do Texto A, mesmo no EN₈, onde se apresenta de modo *implícito* permitido pelo *substituto aconteceu* (que funciona como pro-EN).

Importa, porém, assinalar um aspecto altamente significativo para a *coesão* do Texto A que se prende ao estabelecimento destas *duas cadeias de co-referência*. A elevada *recorrência* do complexo (**eu apoio Eanes** — presente como tal ou em soluções equivalentes, tais como (**eu apoio a candidatura do General Ramalho Eanes** ou **o meu apoio à candidatura do General Ramalho Eanes** — não apenas ocasiona o *desenvolvimento paralelo* das *duas cadeias de co-referência*, como sobretudo as marca com um traço particular: os termos recorrentes são regularmente afectados a um mesmo *papel funcional*



Articulando este complexo aos *pólos de informação*, e suas *relações*, que organizam a mensagem de cada um dos ENs em que ele está presente (explícita ou implicitamente), teremos:



(Para complemento da análise dos aspectos aqui focados, ver 2.III.).

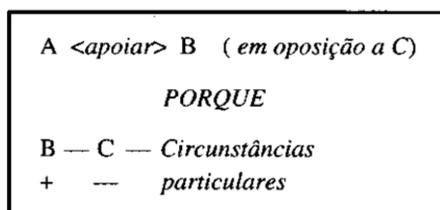
2. A COESÃO DO TEXTO A — III

III. A coesão global

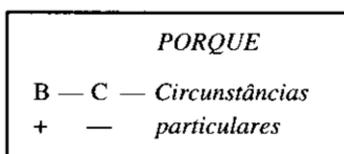
1. O esquema lógico-conceptual que suporta globalmente o Texto A

A análise do *contexto* em que se inscreve o Texto A (ver acima, 1. Preliminares) permitiu levantar um quadro genérico que o *informa* decisivamente — o *quadro conceptual* ou *lógico-conceptual* tipicamente agregado a ‘*eleições presidenciais*’. Nesse quadro se inscrevem um complexo de dimensões, entre as quais a *produção de discurso polémico*, onde caiba a formulação de *apoios* aos *candidatos* e sua conveniente *fundamentação*, em ordem a *persuadir*, a congregar uma *maioria*. Esta fundamentação envolve o *confronto* entre *candidatos* (ou entre blocos à sua roda configurados, cada qual com um *projecto* que se propõe levar a cabo), apelando-se, então, basicamente, a *virtualidades positivas* de um em *contraste* com *virtualidades negativas* de outro(s) — umas e outras eventualmente amplificadas por ou articuladas a *circunstâncias* particulares (de ordem pessoal, institucional, sócio-política, cultural...). Em 1.1 foi dada uma esquematização global destas dimensões integrantes do *quadro conceptual* activado pelo conhecimento tipicamente agregado ao *tópico* que preenche o Texto A, logo, agregado ao acto comunicativo que nesse texto se consuma.

No Texto A, eminentemente *argumentativo-persuasivo*, reflectem-se todas as dimensões levantadas, suportando-o, enquanto unidade semântica global, um esquema *lógico-conceptual*, já atrás invocado, que constitui, sem dúvida, a dimensão decisiva da sua **coesão global**. Esse esquema deixa-se *traduzir* na seguinte representação:



Em relação a este esquema, observar-se-á que uma análise mais aprofundada do *semantismo* de **apoiar** permitirá re-organizá-lo, na base da consideração do complexo



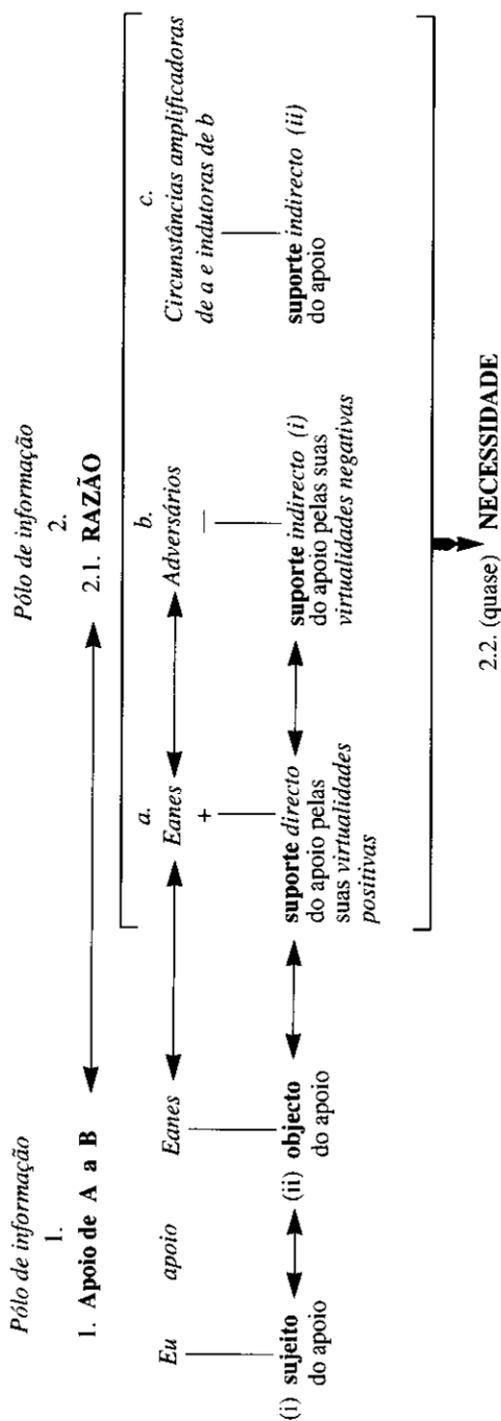
como *actante-circunstante* afectado por marca casual CAUSA ou ORIGEM, e situado, em **chromo-logia**, num ANTES. Este complexo será, então, visto como dimensão **integrada** no *semantismo* de **apoiar**, conduzindo ao desenho de um *FACTITIVO* que marca profundamente todo o Texto A. (Ver adiante 10).

A análise levantada nos números anteriores (particularmente a que respeita aos nexos coesivos no interior dos ENs — cada um deles também, como se viu, *informado* basicamente por este esquema) tornou patentes quer a identidade e a realização dos termos A, B, C, quer o significado e a pertinência dos traços /+ /-/, quer, enfim, o teor do termo «Circunstâncias».

Este *esquema lógico-conceptual*, levantado a partir do texto através de um processo de **redução semântica** e em consonância com as dimensões que perfazem o *universo de conhecimento* (incluindo neste as *expectativas* activadas pelo *tópico* configurado) suscitado pelo acto comunicativo, constitui, assim, a representação integrada da *intenção comunicativa global* que preside a, e por isso domina e unifica, todo o Texto A.

2. O recorte de **pólos de informação**, e suas relações, que organizam o Texto A

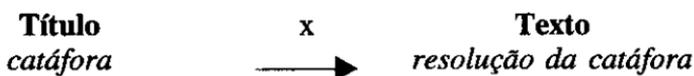
Em clara sintonia com os termos do *esquema lógico-conceptual* que *informa* todo o Texto A, levantarei um complexo integrado de *pólos de informação*, e projectarei neles, também através de um processo de **redução semântica**, toda a mensagem desenvolvida. O esquema que se apresenta, encontrámo-lo já subjacente à maioria dos ENs do Texto (a ele se furtam, mas apenas parcialmente e de forma aparente os ENs 7, 8 e 9 que ilustram a asserção contida no EN₆). A insistente *recorrência* de tal complexo integrado de *pólos de informação* legitima mais fortemente o carácter *sumativo*, que o marca, de toda a mensagem do Texto A.



Como já se observou acima, em **crono-logia**, o termo **RAZÃO** (*pólo de informação 2*) constitui um **Antes**, em sintonia com o seu estatuto do *actante-circunstante indutor* (*causa ou origem*) do *apoio*. Ver adiante 2.III.10. Poderei condensar do seguinte modo os termos *a* e *b* do *pólo 2*:

3. Este complexo de relações torna patente o carácter eminentemente *catafórico* do *título*, em particular do seu termo **Porque**. É certo que sempre o título é, de alguma maneira, catafórico, pois anuncia a intenção comunicativa global a desenvolver. No entanto, o carácter exemplar do título do Texto A — ele *anuncia de forma directa* o **tópico global** — e o carácter *genérico* do seu elemento **Porque** seguidamente *especificado* em cada EN (e, globalmente, em todo o Texto, que neles se realiza) tornam transparente a *catáfora* que comporta: esta resolve-se, e de imediato, justamente na *especificação* das *razões*.

Esta relação é fortemente integradora do complexo *Título x Texto*, e amplifica a *coesão global* do todo. Daí, a esquematização seguinte, complementar da representada acima:



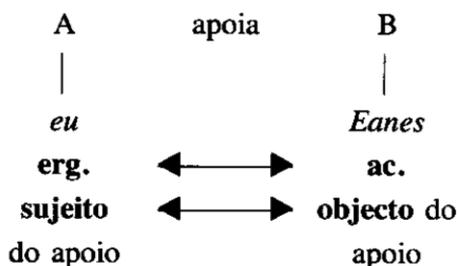
4. No complexo relacional analisado que reúne *Título x Texto* um outro nexos se evidencia. O texto encerra com um EN de índole *sumativa* ou *conclusiva* (indicada por **por isso**, relator que introduz o EN₁₀). Significa tal que este EN mais do que especificar uma *razão* do apoio, *sumariza as razões* já invocadas. Deste modo, tal EN apresenta a *súmula* de todo o Texto. Por outras palavras, o EN₁₀, que fecha o Texto, *especifica* de forma unitária o *genérico* do **Porque** do título. Esta *condensação* torna saliente a sintonia *Título x Texto*, a *relevância* que reúne o conteúdo do Texto (sumariado no EN₁₀) e o seu **tópico global**.

5. Finalmente, o facto de que cada EN (excepto os ENs 7, 8 e 9) é introduzido explicita ou implicitamente (*elipse*) pelo segmento **(Eu) apoio a candidatura do GRE porque** (tenha-se presente a forma «indirecta» da presença deste segmento no EN₁₀, já acima explicitada) — segmento que retoma o título **(Porque (eu) apoio Eanes)** — constitui também nexos a sublinhar: a forte *recorrência* de tal segmento é factor integrativo importante de todo o complexo *Título x Texto*.

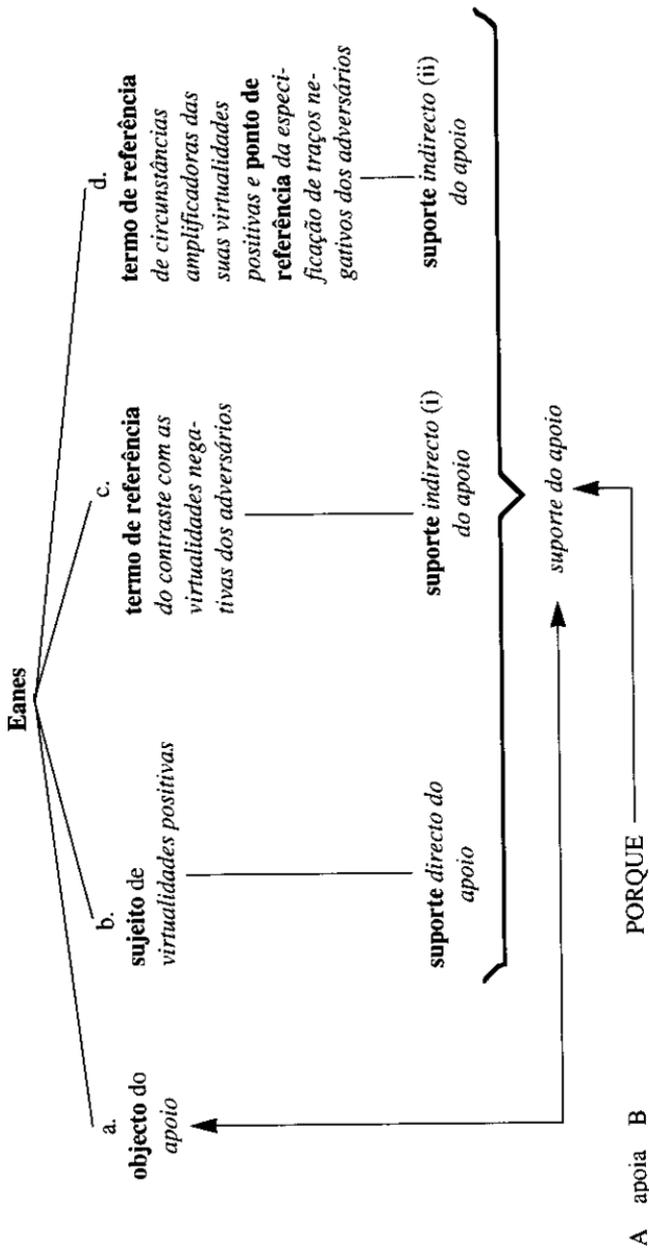
4. A *omnipresença* de *Eanes* como *referente central* do *Texto A*

Eanes é, sem dúvida, o *designado* central do Texto A. Tal condição provém imediatamente da presença regular e *directa* do designado *Eanes* em cada EN (onde, de resto, não raro é *retomado* uma ou mais que uma vez), mas também de uma presença *indirecta* configurada pelo seu *envolvimento* nos diferentes *pólos de informação* que organizam o Texto A.

O primeiro destes aspectos é imediatamente reconhecível pela *cadeia de co-referência* instituída ao longo do texto, e a partir do próprio título. Interessa salientar que a esta cadeia se conecta sistematicamente uma segunda: a que respeita à presença do apoiante **eu**. Daí, a relação sistemática:



O esquema seguinte condensa a presença *indirecta* de Eanes como *designado central* do texto (alíneas b., c. e d.) em articulação com a sua presença *directa* (a), que acabámos de analisar:



Nesta quádrupla dimensão, Eanes surge, efectivamente, como o *designado central* do Texto A, envolvido cumulativamente como o *objecto do apoio* que se lhe manifesta e como o *suporte* (*directo e indirecto*) desse mesmo *apoio* — aspectos à roda dos quais, como se viu já, gravita toda a mensagem do Texto A.

5. *A recorrência insistente de esquemas semântico-sintácticos. A proeminência do esquema* $\langle A \langle \text{apoiar} \rangle B \rangle \langle \text{Razão} \rangle \langle B \sim X \rangle$
EQUAT.

1. Fortes regularidades se tornam salientes na organização semântico-sintáctica dos ENs do Texto A. Na verdade, facilmente se surpreende a *recorrência de esquemas semântico-sintácticos* ao longo do texto. Pela sua insistência, tal *recorrência* constitui traço da *coesão global* do Texto A. Sublinharei aqui esta *recorrência*, deixando de lado a *recorrência* igualmente elevada do que caracterizei acima como complexo integrado de *pólos de informação* — sem dúvida momento significativo também da *coesão global* do texto em análise.

1.1. Subjaz ao EN_1 e ao EN_6 o *esquema semântico-sintáctico*

$$\langle A \langle \text{apoiar} \rangle B \rangle \langle \text{Razão} \rangle \langle \text{para } A \rangle B \sim X$$

EQUAT.

O mesmo esquema recorre ainda no EN_{10} , embora aqui se configure uma solução formal diversa, já assinalada atrás (ver 2.I, EN_{10} , n.º 3), que conduz ao complexo $\langle \text{o apoio de } A \text{ a } B \sim X \langle \text{para } A \rangle \rangle$.
EQUAT.

Observe-se:

$$A \langle \text{apoiar} \rangle B \rightarrow \text{o apoio de } A \text{ a } B \rightarrow \text{o meu apoio a } B$$

(eu) (eu)

Trata-se, pois, da instauração de uma *visão* centrada sobre *apoiar* e não sobre o seu actante 1, com algumas outras reorganizações.

Repare-se na equivalência entre *a* (que retoma o EN_{10}) e *b* (solução forjada sobre o esquema acima introduzido):

a. Por isso, o meu apoio à candidatura do GRE *significa* para mim... (EQUAT.)

b. Por isso, eu apoio a candidatura do GRE porque esta candidatura *significa* para mim... (EQUAT.)

Repare-se que *b* coincide com o EN₁:

(Eu) apoio a candidatura do GRE porque esta candidatura *representa* para mim... (EQUAT.)

A força coesiva da *recorrência* do esquema em análise (EN₁, EN₆ e EN₁₀) é ampliada por alguns factores que considerarei mais abaixo (ver 2.). Trata-se basicamente de aspectos que sublinham a *proeminência* que a este *esquema semântico-sintáctico* (ou aos ENs a que subjaz) advém no todo do Texto A.

1.2. O EN₃ actualiza um esquema similar ao analisado em 1.1. (que mais uma vez recorre), apenas dele divergindo em três aspectos marginais:

- (i) por um lado, o primeiro segmento (<A apoiar B>) está apagado por *elipse*;
- (ii) por outro lado, também não é realizado o segmento <para A>;
- (iii) finalmente, o segmento <B ~ X> é precedido de um *adjunto*

EQUAT.

circunstancial, que sobre ele *incide*. Daí, o esquema:

[<A <apoiar> B>] <Razão> <Adj. Circ.> B ~ X
EQUAT.

(Anote-se que, por via de (iii), e também por traços particulares que marcam o *Adjunto Circunstancial*, o *esquema semântico-sintáctico* do EN₃ aproxima-se do que suporta os ENs que analisarei em seguida).

1.3. Ao EN₂ subjaz o esquema

[<A <apoiar> B>] <Razão> <Adj. Circ.> <B Fazer Algo>>

Esquema muito próximo suporta também o EN₄ e o EN₅.
Vejam os:

(i) [<A <apoiar> B>] <Razão> <Adj. Circ.> <B Fazer Algo> (EN₂)

(ii) [<A <apoiar> B>] <Razão> <Adj. Circ.> <B Saber Fazer Algo>
(EN₄ e EN₅) (Modal.)

(ii) envolve, pois, por um lado, a *elipse* não apenas de <A apoiar B>, mas também a do elemento (*porque*), que introduz <Razão>, e, por outro lado, a presença de *modalidade*, que afecta **saber**.

Os EN₄ e 5 surgem, assim, realizados de modo muito próximo. Neles se projectam ainda outras *equivalências* notórias, entre as quais salientarei (ver adiante 6.1.2.):

a. *recorrência de «ele soube + Infinitivo»*

EN₄: «*ele soube defender a sua independência e (ele soube) ser diferente...*»

EN₅: «*ele soube não descer...*»

b. *equivalências semânticas:*

EN₄: «*ser diferente dos seus inimigos*»

EN₅: «*não descer ao nível dos que o atacavam*»

Repare-se:

seus inimigos ~ os que o atacavam

ser diferente ~ não descer ao nível...

Como se explicitou mais acima, «*ser diferente*» aponta para a *dignidade* de Eanes face à *indignidade* dos seus adversários, (implicitamente) referidos como autores ou instigadores de intrigas, calúnias, mentiras... É para o mesmo traço / +*dignidade*/ de Eanes que aponta «*não descer ao nível dos que o atacavam*», isto é, ‘*não descer ao nível indigno dos adversários*’.

1.4. As regularidades observadas prolongam-se ainda por outros aspectos da organização semântica e semântico-sintáctica dos ENs. Reterei aqui apenas dois aspectos de entre os mais salientes:

- a. Em primeiro lugar, a *recorrência* de uma organização *antinómica*, muitas vezes desdobrada em múltiplas dimensões.
- b. Em segundo lugar, nos ENs que comportam o termo <Adj. Circ.>, este configura uma circunstância posta em *contraposição* com o contido no segmento que se lhe segue e sobre que *incide*. Essa *contraposição* surge, de resto, como uma das dimensões da organização *antinómica* referida na alínea precedente.

2. Anotei atrás que uma particular *proeminência* advém ao *esquema semântico-sintáctico* que suporta os EN₁, 6 e 10 (ver 1.1):

$$A \langle \text{apoiar} \rangle B \rangle \langle \text{Razão} \rangle \langle B \sim X \rangle$$

EQUAT.

Eis os factores que contribuem para tal proeminência:

- a. naqueles ENs estabelece-se, através do *Equativo*, a *identificação* de Eanes (B) com aspectos essenciais (em jogo nas eleições a que o Texto se reporta) para a comunidade portuguesa:

EN₁: resistência aos «habilitosos» (adversários de uma democracia autêntica, onde deverá prevalecer a transparência, a dignidade);

EN₆: coragem, condição de sobrevivência dos povos e da liberdade (que Eanes garantirá);

EN₁₀: democracia e os valores que ela representa para os portugueses (democracia aberta para o futuro na fidelidade ao passado — condição da unidade e da dignidade do povo português).

Atente-se em que, como se observou, um outro EN (o EN₃) comporta também *Equativo*, onde de novo se estabelece a *identificação* de Eanes com a democracia, a sua salvaguarda: «... Eanes é uma garantia da democracia, o presidente que sempre respeitará as maiorias e nunca perseguirá as minorias».

É visível a *força persuasiva* que se pretende retirar desta *identificação*. (Tenha-se presente a circunstância — *inscrita no conhecimento da situação de comunicação*, logo disponível para a *compreensão* do Texto — de que Portugal é uma jovem democracia, em fase de consolidação contrariada através de dificuldades de monta, de ordem institucional, social, económica...). Daí, a centralidade e a força coesiva que da *recorrência* deste *esquema semântico-sintáctico* advêm para o Texto A globalmente considerado.

b. O lugar que no *espaço textual* é reservado àqueles três ENs *informados* por este esquema amplia a sua proeminência. Repare-se que se trata do EN₁ — que *abre* o Texto — e do EN₁₀ — que *fecha*. (O carácter *sumativo* deste último não é irrelevante, sob o ponto de vista que agora foco). Quanto ao EN₆, ele surge no centro do espaço do texto. Ou seja, tais ENs ocupam um *lugar de charneira* no espaço textual.

c. Os três ENs em referência comportam explicitamente o primeiro segmento do esquema (<A <apoiar> B>), apagado por *elipse* em todos os outros.

d. Finalmente, a proeminência do esquema em questão assenta também no facto de que cada um dos ENs que ele *informa abre* uma *sequência Textual* (ver adiante): o EN₁ abre a ST₁, o EN₆ abre a ST₃, e o EN₁₀ perfaz a ST₄.

6. Sequências Textuais e suas articulações

Configuram-se no Texto A, de modo suficientemente claro, quatro *sequências textuais* (ST) adequadamente articuladas:

1. As Sequências Textuais

1.1. ST₁

Abarca a ST₁ os três primeiros ENs do texto. Constituem índices desta ST os seguintes aspectos:

a. os verbos do segmento que realiza o termo <Razão> surgem no *presente* do indicativo

EN₁: «... esta candidatura *representa*...»

EN₂: «... Eanes *propõe*...»

EN₃: «... Eanes *é*...»

b. Os ENs 2 e 3 são introduzidos directamente por *porque*: a *elipse* do segmento <A <apoiar> B> congrega fortemente estes ENs ao primeiro.

c. O *suporte do apoio* faz apelo regularmente a *dados da experiência contemporânea da enunciação* ou *imediatamente recente*:

— os «estratagemas dos habilidosos» (EN₁) tornam-se particularmente inequívocos no período da pré-campanha eleitoral e no lapso já decorrido da campanha;

— no EN₃, o *Adj. Circ.* «para além de acidentais inabilidades de formulação ou expressão» alude a uma Conferência de Imprensa dada, dias antes, por Eanes — Conferência «infeliz» em muitos aspectos (que Eanes procurou rectificar em entrevista concedida a um diário lisboeta, poucos dias depois).

1.2. ST₂

Realizam esta ST os ENs 4 e 5, que um complexo de traços liga intimamente.

a. Num e no outro, estão apagados (*elipse*) não apenas o segmento <A <apoiar> B>, mas também o relator *porque*.

b. ambos os ENs abrem com um *Adj. Circ.* centrado sobre um *particípio*:

EN₄: «Tendo exercido...»

EN₅: «Assediado...»

c. Tanto o *Adjunto* como o *Núcleo* sobre que *incide* são marcados por *tempo passado*:

EN₄: «Tendo exercido... ele soube...»

EN₅: «Assediado... ele soube»

d. Entre ambos os ENs projectam-se *equivalências* notórias (já analisadas atrás). Confrontem-se:

Adjunto

EN₄: «Tendo exercido... cercado pelo contínuo «tricot» de intrigas...»

EN₅: «Assediado por miseráveis campanhas de calúnias, mentiras...»

Núcleo

EN₄: «ele soube... ser diferente dos seus inimigos»

EN₅: «ele soube não descer ao nível dos que o atacavam»

(Para a explicitação das *equivalências* aqui retidas, ver atrás a análise dos nexos coesivos operantes em cada um destes ENs).

e. Num e no outro EN tomam-se como *suporte do apoio dados da experiência* referidos ao *mandato* de Eanes (invocado explicitamente no EN₄, a referência a este mandato, que então se aproxima do seu termo, domina também o EN₅). Trata-se, pois, de *experiência localizada em momento anterior à invocada na ST₁*. O *tempo passado* dos verbos (ver alínea c.) é claramente revelador.

1.3. ST_3

São múltiplos os *índices* desta sequência, que abrange os ENs 6, 7, 8 e 9:

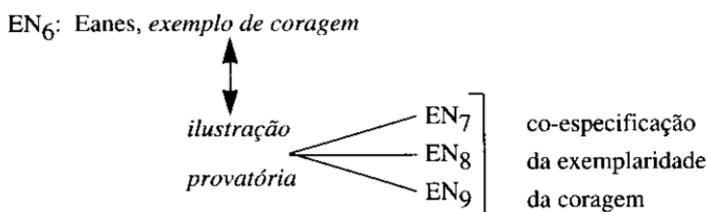
a. a ST_3 é introduzida pelo EN_6 , que apresenta alguns traços que interessa reter pelas suas incidências na configuração da mesma sequência:

(i) O EN_6 abre com o relator de *coordenação aditiva* e. Visivelmente, o termo 1 da coordenação é, não o EN anterior, *antes todo o texto precedente* (as suas STs já configuradas);

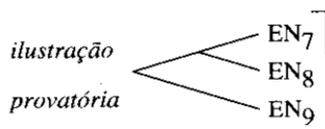
(ii) o mesmo EN retoma, agora explicitamente, o segmento <A <apoiar> B> e o relator *porque*, antes «ausentes» por *elipse*. Destaca-se ainda dos anteriores (3, 4, 5) por não comportar um *Adjunto Circunstancial*;

(iii) o EN_6 introduz Eanes como *modelo de coragem*. Tal se apresenta como o **tópico** que é desenvolvido nos ENs 7, 8 e 9, que justamente comportam a *ilustração provatória* daquela asserção; neste sentido, ele apresenta-se globalmente *catáforico* — sendo a *catáfora* nele desenhada imediatamente resolvida nos ENs 7, 8 e 9;

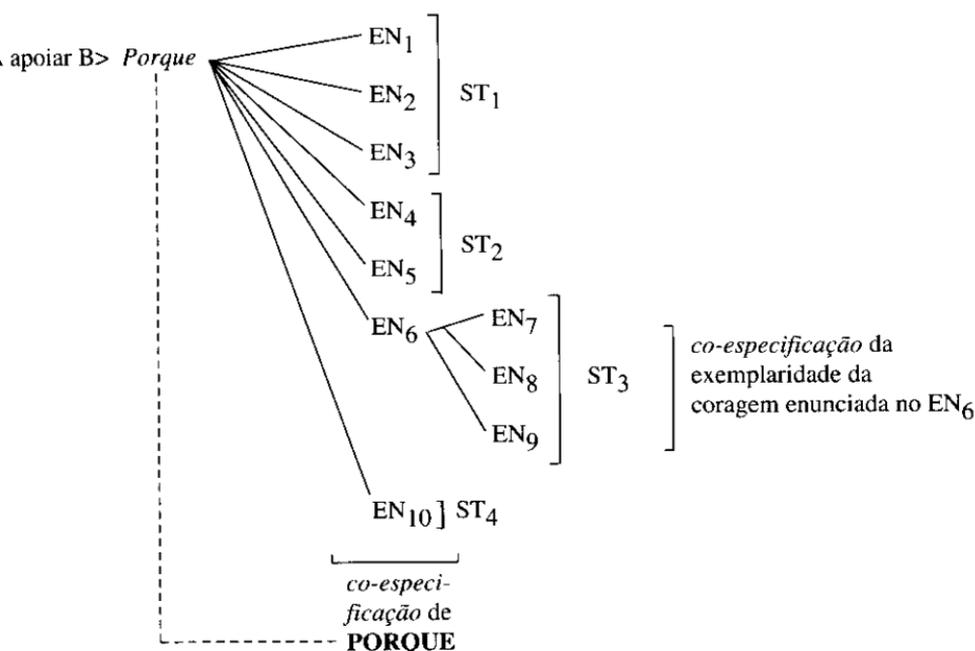
b. por força do referido em a. (iii), os ENs 7, 8 e 9 ficam fortemente ligados entre si e, globalmente, com o EN_6 . Uma representação esquemática visualizará estes nexos:



Mais rigorosamente, o EN_8 apresenta-se como *especificação* da ilustração proposta no EN_7 . Daí a representação mais adequada.



No quadro global do Texto, a ST_3 pode representar-se assim:



c. como *suporte do apoio* são invocados aqui *dados da experiência* colectiva do povo português e do comportamento exemplar assumido por Eanes, situados em 1975-76: trata-se, pois, de *dados da experiência anteriores ao mandato* de Eanes que, como vimos, *domina* a ST_2 ;

d. as indicações temporais especificadas nos ENs 7, 8 e 9 (em *locativos temporais* e nos *verbos*) referem-se — em sintonia com o que ficou apontado em c. — ao *passado*; esta «concordância» é também *índice* do complexo integrado que perfaz a *sequência textual* em análise;

e. o *quadro conceptual* tipicamente agregado, na base do «conhecimento do mundo», a uma *manifestação de coragem* (que justamente se pretende ilustrar) suporta globalmente a *coesão* desta ST_3 . Como vimos, tal *quadro conceptual* envolve os seguintes termos:

- (i) especificação de momentos adversos, difíceis;
- (ii) especificação do modo exemplar por que se manifesta a coragem.

Repare-se que o termo (i) valoriza, põe em destaque, a exemplaridade do comportamento assumido (nos termos de (ii)).

As *expectativas* activadas por este *quadro conceptual* são integralmente realizadas nos ENs 7, 8 e 9, que ilustram com casos concretos exemplares a asserção contida no EN₆. (Ver acima a análise, e as considerações que a acompanham, dos nexos coesivos operantes em cada um destes ENs).

1.4. ST₄

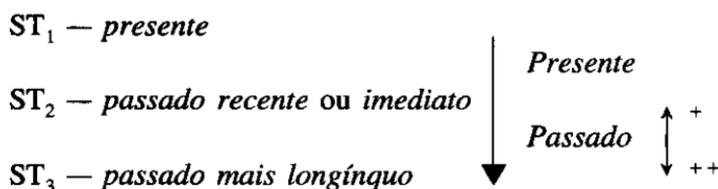
Coincide esta quarta ST com o EN₁₀, que fecha o Texto A, sumariando o seu conteúdo.

O relator **por isso**, que introduz este EN, articula-o, não ao EN anterior, *mas a todo o corpo textual* (às STs anteriores), e assinala também o carácter *sumativo* ou *conclusivo* que individualiza, demarca esta sequência.

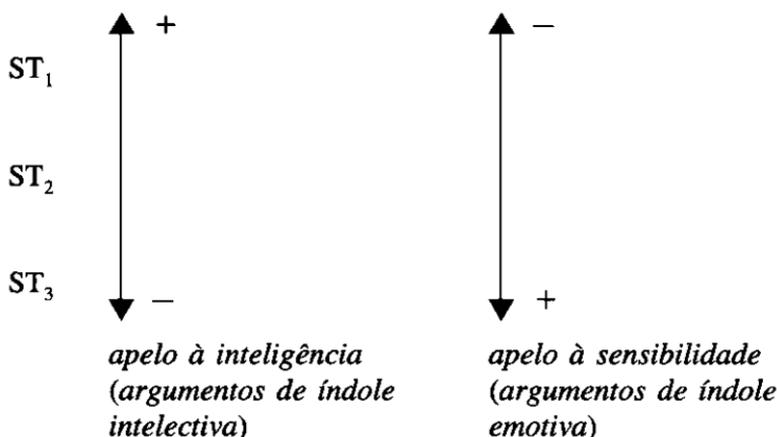
2. As articulações entre as STs

Mais do que a presença de articulações entre as STs configuradas por diversas *retomas* de elementos, pela *recorrência* de *esquemas semântico-sintácticos* ou de *complexos de polos de informação*, e por *relatores* (e que introduz a ST₃; **por isso**, que abre a ST₄), pretendo sublinhar aqui dois outros aspectos significativos:

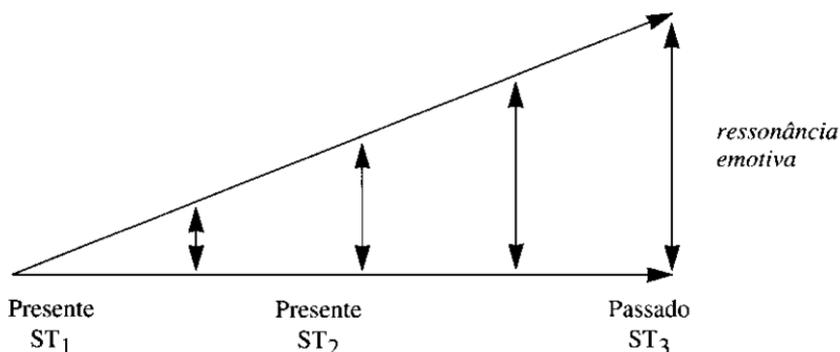
a. A análise dos *índices* das STs permitiu mostrar que se desenha um *eixo* específico na distribuição dos *argumentos* invocados como suporte do apoio manifestado a Eanes. Tal eixo assenta na *ordenação cronológica* que é feita aos *dados da experiência invocados*. Essa ordenação desenvolve-se do *presente* para um *passado imediato*, e conclui com um *passado remoto*:



b. Paralelamente, um *outro eixo* se desenha na distribuição dos *argumentos*, distribuição que esquematizo da seguinte forma: os *argumentos* invocados na ST_1 são **predominantemente** de ordem *intelectiva*, dirigem-se **basicamente** à *razão* dos interlocutores. Na verdade, insiste-se aí sobre as virtualidades da democracia, sobre o alcance da austeridade, sobre a solidês global do candidato Eanes, sobre a sua identificação com a democracia, de que é uma garantia. Certo é, porém, que se inscrevem também aí dimensões *emotivas*, consubstanciadas na *carga conotativa* comportada em elementos lexicais e em formulações utilizadas. No entanto, julgo que *tais ressonâncias emotivas se ampliam da primeira para a segunda ST* (nesta recorre-se, porém, ainda a elementos de ordem intelectual, nomeadamente com a invocação das provas já dadas por Eanes no exercício do primeiro mandato) e *atingem o seu grau mais elevado na ST_3* : a evocação da época agitada de 1975 e inícios de 1976 (culminando a primeira no 25 de Novembro — referido expressamente no EN_8) atinge fortemente a *sensibilidade* da maioria do povo português, que «sentiu» ao vivo a ameaça da perda da liberdade conquistada em 25 de Abril de 1974 e também a iminência da desagregação da unidade da Nação via *separatismo* (EN_9). Daí, o *eixo* seguinte, referido à *índole* ou *natureza* dos *argumentos invocados*:



Uma representação integrada dos dois eixos referidos atrás (com base na *ordenação cronológica* dos dados da experiência invocados e na *natureza* desses mesmos argumentos) daria o seguinte esquema:



Veremos adiante que esta distribuição cumpre uma *função* específica no seio deste Texto *persuasivo*: ela inscreve-se como *componente básica* de uma **linha estratégica** que marca o desenvolvimento do Texto A, linha estratégica que terei a oportunidade de caracterizar.

O Texto A encerra com uma congregação exemplar dos dois tipos de *argumentos* utilizados. A ST₄ põe, simultaneamente, o acento na *razão* (i) e no *sentimento* (ii):

- (i) *democracia aberta para o futuro* — pela via da resolução adequada, *reflectida*, em suma, **pensada**, dos grandes e urgentes problemas da sociedade portuguesa;
- (ii) *democracia fiel aos valores tradicionais*, fortemente *sentidos* pelos portugueses.

Sobre essas duas condições, ou seja, sobre *uma democracia pensada e sentida*, assentará a garantia da *dignidade* e da *unidade* do povo português, a garantia da sobrevivência de Portugal.

7. O Texto A como texto persuasivo. A configuração de um acto de persuasão

7.1. O Texto A ganha globalmente um carácter *argumentativo-persuasivo*, como tal se inscrevendo adequadamente no **contexto**, gerador, como se viu, de *discurso polémico* (onde, como sub-tipo, cabe o *discurso argumentativo-persuasivo*).

A afectação de um texto a um *tipo* representa o reconhecimento de uma *organização global* específica, fortemente integradora de todos os elementos nele inscritos. Trata-se, pois, também de um traço essencial da *coesão global* de um texto, pois que constitui ao mesmo tempo quer uma *coordenada central da constituição do sentido do texto*, quer uma *dimensão decisiva desse mesmo sentido*, quer, enfim, uma *força unificadora* de todas as informações vasadas no texto. Na noção de *tipo de texto* fica, assim, reunido um complexo de traços caracterizadores da estruturação global de um texto, referidos ao *tema* nele desenvolvido, à atitude do locutor perante o seu próprio discurso e perante o interlocutor, à *orientação* que imprime ao desenvolvimento da mensagem...

Indiciam a índole *persuasiva* do Texto A, unificando-o sob essa óptica, um conjunto de traços de que selecciono os que se me afiguram de maior relevo.

1. Como tem sido visto, preenche o Texto A a especificação das *razões* que suportam a manifestação de *apoio* de A (seu autor) a B (o candidato Eanes). Nele avulta, pois, o elemento *Razão*, *traço reconhecidamente argumentativo-persuasivo*.

2. A especificação deste elemento *Razão* visa, inequivocamente, *motivar a adesão* dos interlocutores, na *base do reconhecimento da validade dos argumentos invocados*: eis a *função* última que preenche o Texto A na situação de comunicação. O compromisso explicitamente assumido por A, fundamentado num certo número de asserções, *pretende valer como atitude geradora de novos apoios, de larga adesão*, em ordem à congregação de uma *maioria* — ideia, de resto, subtilmente introduzida no EN₁, que abre o Texto. (Ver acima o comentário tecido a este EN).

3. Com tal objectivo por base, o Texto A gravita em torno do levantamento de *virtualidades positivas* de Eanes, em *contraste*, que as amplifica, com *virtualidades negativas* dos opositores, umas e outras sublinhadas pela invocação de *circunstâncias* particulares.

4. No *apelo* deste modo dirigido à *inteligência* e ao *sentimento* (ver atrás) dos interlocutores, desenha-se, por força dos argumentos invocados, o traço de uma (quase) *necessidade*, galvanizadora da *vontade* e indutora da *adesão* insistentemente procurada pelo locutor: *eis outros tantos traços eminentemente caracterizadores de um discurso argumentativo-persuasivo*.

O traço de (quase) *necessidade* pode traduzir-se neste esquema, sem dúvida, inscrito no Texto A:

Se p, então q

ou seja,

Se B | C \implies então, urge aderir a B (ver também, adiante, 10)
+ -

5. Servem exemplarmente à configuração deste *apelo mobilizador*

a. a alta percentagem de termos e formulações de índole *avaliativa* (presentes no desenho do *contraste* entre Eanes e seus adversários, na especificação das *virtualidades positivas* do primeiro face às *virtualidades negativas* dos segundos). Aqui se inscrevem adequadamente as *antinomias*, as *contradições* e os *eixos semânticos* / + - / que percorrem, como se assinalou, todo o texto em cada um dos seus ENs;

b. a insistência em noções-chave no âmbito da vivência democrática numa jovem democracia a braços com dificuldades múltiplas. Repare-se, a este propósito, na continuada invocação:

- da democracia e seu alcance para os portugueses;
- da independência e dignidade;
- da liberdade;
- da unidade do povo português.

Repare-se, sobretudo, na *identificação* proposta entre Eanes e a *democracia*, através de *Equativo* presente em ENs centrais (a vários títulos: ver acima), ou seja, nos ENs 1, 6, 10 e também 3. Pelas razões invocadas, estes ENs comportam uma grande força *argumentativo-persuasiva*;

c. a forte *carga conotativa* dos termos referidos na alínea anterior e de muitos outros presentes no Texto A: *resistência, luta, coragem, austeridade, abertura para o futuro, fidelidade ao passado, inimigos, estratégias dos habilidosos, miseráveis campanhas de mentiras, calúnias, intrigas..., separatistas...*;

d. a forte *carga conotativa* agregada à evocação de momentos essenciais para a salvaguarda da liberdade e da democracia, como os que colectivamente foram vividos em intensidade em 75/76 (ver análise da ST₃);

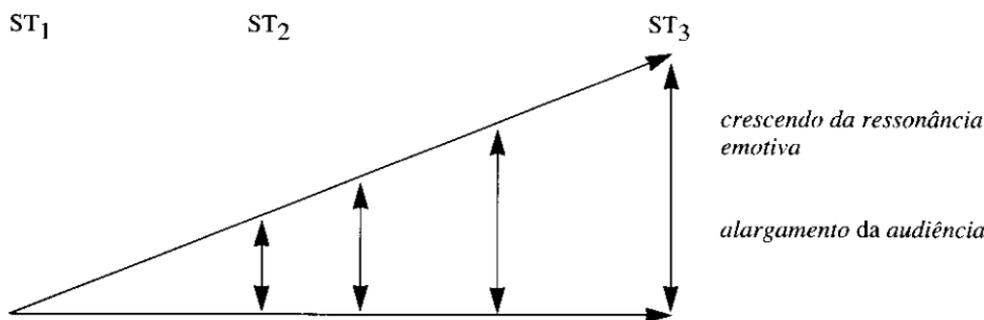
e. a *distribuição* dos argumentos invocados ao longo do Texto segundo uma *linha estratégica* potencializadora da *persuasão* nele desenhada — dimensão fortemente interveniente no desenvolvimento e na *eficácia* de um texto *persuasivo*. Em 6.2.b. (ver acima), apontou-se que os argumentos invocados em suporte da *persuasão* procurada se ordenam segundo um *eixo* específico que comporta um *crescendo de ressonância emotiva*, que culmina na ST₃:



Observava, então, que tal ordenação cumpria uma *função* clara no Texto A, como *componente básica* de uma *linha estratégica*. Quanto a mim, tal função é preenchida do seguinte modo: o primeiro tipo de argumentos (de índole **predominantemente** intelectual) atingirá uma franja já considerável de interlocutores (isto é, do eleitorado), capazes de aceder «racionalmente» à força persuasiva do que lhes é proposto;

o segundo tipo de argumentos (de índole *mais fortemente emotiva*), para além de poder consolidar as adesões já motivadas na base do primeiro, alargará substancialmente a «base de apoio» a Eanes, mobilizando a *grande maioria* do povo português, que em 75-76 «*sentiu*» a ameaça totalitária e a iminência do desmembramento da comunidade nacional via separatismo (então no auge da sua afirmação — real ou artificialmente forjada). Em suma, este segundo tipo de argumento atingirá potencialmente aqueles que, «impreparados» para aceder à *cabal compreensão* dos factos invocados no primeiro tipo de argumentos, ou «desatentos» ao seu significado e alcance, *sentem (mais do que pensam)* a *liberdade* e a *unidade* do povo português.

Nestas circunstâncias, torna-se claro que a distribuição dos argumentos procura ir ao encontro das diferentes «sensibilidades» dos interlocutores, adequando-se às suas «crenças», «convicções», à sua «visão do mundo». Ao *crescendo de ressonância emotiva* corresponderá o *alargamento da massa social mobilizável a favor de Eanes*, garantindo a *eficácia da acção persuasiva* desenvolvida. Numa representação esquemática:



Como já se observou, o fecho do Texto A (ST₄) retém o duplo tipo de argumentos, insistindo nas virtualidades de uma democracia *aberta ao futuro* na *fidelidade ao passado*, de uma democracia *pensada e sentida* como garantia da sobrevivência de Portugal na *dignidade* e *unidade*. Recorta-se, pois, no Texto A uma clara hierarquização dos argumentos invocados, que se manifesta também na sua distribuição ao longo do desenvolvimento textual. (Ver ainda os números seguintes).

7.2. O carácter *persuasivo* que marca o Texto A pode enunciar-se noutros termos: o Texto A constitui globalmente um *acto de linguagem* (um *acto de discurso*) afectado pela *força ilocutória* /+ *Persuasão*/.

Encarado sob a óptica que procura captar a **dimensão accional** da linguagem, o Texto A comporta o desenvolvimento de um *acto persuasivo* que suscita «*condições de felicidade*» específicas que garantam a sua *adequação* e a sua *eficácia*. De entre essas condições, destacar-se-á:

1. o *estatuto* do locutor;
2. o *modo como ele assume* o seu texto;
3. a *adequação* dos argumentos invocados.

1. *O estatuto do Locutor*

Num *acto verbal persuasivo*, o Locutor deve ser marcado por uma **legitimidade** suficiente, elemento por si mesmo indutor da adesão que se pretende motivar nos interlocutores.

No caso em análise, em que se insiste fundamentalmente na garantia que Eanes representa para a democracia, liberdade, unidade e dignidade do povo português, requere-se a *sintonia* do Locutor com tais valores. Essa sintonia impõe-se aos interlocutores: Sophia de Mello Breyner Andersen é figura destacada da vida democrática em Portugal, membro prestigiado do Partido Socialista, e, no passado, militante antifascista. Tais predicados — conhecidos da grande massa de interlocutores — asseguram imediatamente a *legitimidade* do Autor do Texto A na *intenção persuasiva* que manifesta.

Para além deste aspecto, não é irrelevante sob o ponto de vista da «feliz» consecução do acto persuasivo a **representatividade** que afecte o Locutor. Sob esse ângulo, referir-se-á tão só que Sophia de M. B. A. é também figura destacada da cultura portuguesa, onde intervém como escritora (em verso e em prosa) de méritos reconhecidos de longa data.

Por esta dupla via advém ao Autor do Texto A, ao Locutor, um forte **poder simbólico** ou **autoridade** requeridos para o desenvolvimento *adequado e eficaz* do *acto persuasivo*.

2. *O modo como o Locutor assume o seu texto*

Percorre todo o Texto A, e a partir do próprio título, um forte *compromisso explícito* de Sophia de Mello Breyner Andersen com a candidatura de Eanes. Ou seja, o Locutor *assume* por inteiro o seu texto, o seu *acto persuasivo*, nele *projectando uma inequívoca convicção*.

Em 8. tentarei levantar os múltiplos modos por que se revela a presença do locutor no seu discurso. De momento, interessa-me apenas pôr em relevo o *compromisso* explicitamente assumido — em (eu) **apoio**, como vimos altamente recorrente em todo o texto — pelo locutor com a candidatura de Eanes, e ainda a *exaltação das virtualidades positivas* dessa candidatura (*dos valores que ela pretende salvaguardar*) e o *repúdio pelas virtualidades negativas* dos opositores (que comprometem a salvaguarda daqueles valores).

Sublinhar-se-á que esta tripla dimensão do modo como o locutor assume o seu texto — *compromisso* com e *exaltação* de Eanes, e *repúdio* pelas virtualidades negativas dos opositores — por um lado, é *elemento do sentido* do texto, e, por outro lado, constitui *elemento de persuasão* potencializador de *adesão motivada* que o locutor explicitamente *intende* desencadear nos interlocutores.

3. *A adequação dos argumentos invocados*

3.1. *A natureza e a distribuição no Texto dos argumentos*

A natureza dos argumentos invocados e a sua distribuição ao longo do Texto A testemunham uma clara adequação às **pressuposições** que o Locutor faz em relação ao *entendimento*, à *sensibilidade*, à *mundividência* dos seus interlocutores. Esta adequação é factor básico da *eficácia* do texto, da «feliz» *consecução do acto persuasivo* que nele se realiza, inscrevendo-se numa linha estratégia já antes caracterizada (ver acima), definida *em ordem à obtenção do maior efeito mobilizador possível junto da mais vasta audiência possível*.

3.2. *O valor de verdade dos argumentos*

Para além do aspecto referido em 3.1., um outro se apresenta aqui como central, e respeita ao **valor de verdade** (no «mundo» ou «situação de comunicação» em que o acto se desenvolve) que deve marcar os argumentos utilizados.

Não será preciso sublinhar a importância da *verdade* que deve afectar os argumentos aduzidos em suporte de um *acto persuasivo*. Dela depende directamente a *validade* das razões, e daí, a *eficácia* que estas colherão junto dos interlocutores.

Se, como se viu, toda a *persuasão* desenvolvida no Texto A assenta sobre o esquema

Se p, então, q

ou seja,

Se B	C	=>	então urge aderir a B
+	-		

ressalta como imprescindível a comprovada *verdade* do segmento **p**, isto é, a inequívoca e indiscutível *excelência* de B face a C. (Ver ainda, adiante, 10).

A este propósito convirá salientar alguns pontos:

a. O Locutor dá (**pressupõe**) como consabidas, como irrefutáveis, as *dimensões positivas de Eanes* e as *virtualidades negativas dos opositores*. Do mesmo modo, pressupõe da parte dos interlocutores o reconhecimento e a aceitação pacífica das *circunstâncias* potencializadoras daquelas dimensões avaliativas. Dispensa-se, pois, de **provar** efetivamente as suas afirmações, averbado como *irrecusáveis tanto a excelência de Eanes como a carga negativa dos opositores*.

Há, porém, uma exceção: o Locutor não dispensa a *ilustração provatória da exemplaridade da coragem de Eanes*. Tal não acontece por acaso. Curiosamente, trata-se, talvez, da *virtualidade positiva de Eanes de mais fácil aceitação geral*. Qualquer das outras dimensões positivas atribuídas a Eanes poderia suscitar dúvidas, hesitações, interrogações... — não, com certeza, a exemplaridade da sua coragem nas circunstâncias adversas que são invocadas. No entanto, o locutor **sabe da forte potencialidade mobilizadora da evocação dessas circunstâncias**: daí, a *ilustração provatória*, a extensão que lhe dá (toda uma ST preenchida por *quatro* ENs), e o lugar que lhe reserva no corpo do texto (imediatamente antes do seu fecho *sumativo*).

b. As virtualidades positivas de Eanes são regularmente referidas de forma *directa* e *explícita*. Não assim no que tange às virtualidades negativas dos opositores; muitas vezes, ou melhor, com uma ou outra exceção, a elas acedem os interlocutores por **inferência**.

Um só exemplo: ficou assinalado o peso argumentativo da *identificação de Eanes com a democracia, com a sua defesa*. Decorre daí que os opositores representam uma ameaça à democracia, cujo alcance e significado não sabem avaliar. Tal virtualidade negativa (fortemente negativa) dos opositores a Eanes constitui, pois, o produto de uma **inferência**. Repare-se: *nunca se diz explicitamente* no Texto A que os *adversários de Eanes visam a destruição da democracia, a sua subversão, mas ao mesmo tempo não se deixa de o dizer / comunicar* (por *implícitação pragmática*).

Numa situação de comunicação geradora de *discurso polémico* (em que se inscreve o Texto A como *discurso argumentativo-persuasivo*) *este prudente equilíbrio entre dizer e não dizer*, ou esta doseada conjugação de (*aparentemente*) **não dizer, mas (efectivamente) dizer** revelam-se de um alcance crucial: instaura-se por esta via uma «ambivalência difusa» que põe o texto a coberto de potenciais **refutações** públicas ou privadas (neste último caso, ao nível do *juízo* individual), que poderiam *inviabilizar, suspender, o efeito persuasivo* procurado, ou *mesmo invertê-lo*, e ao mesmo tempo alarga o espectro de «leitura» possíveis. Na verdade, para uns, mais exigentes da inequívoca excelência de Eanes e da inferioridade dos opositores, o texto **diz**; para outros, mais criteriosos, o texto **não diz**; para outros, enfim, o texto **diz e não diz**, ou ainda, **não diz, mas diz / comunica**.

Esta «ambivalência difusa» procura, no fundo, salvaguardar a *verdade* dos argumentos aduzidos, ciente que é o Locutor de que toda a sua construção persuasiva se apoia sobre esta *verdade*, que *se deve impor sem violentar o juízo, a avaliação individual, as «crenças», as «convicções», a «visão do mundo» dos interlocutores*.

c. Um outro aspecto do Texto A está em consonância com este cauteloso desenvolvimento persuasivo que visa salvaguardar a *verdade* dos argumentos invocados. Muitas vezes, a antinomia Eanes-opositores apresenta-se como *absoluta*. Outras vezes, porém, o Locutor contenta-se com a anotação de uma superioridade *relativa* de Eanes.

Ilustrarei brevemente: no EN₃, por exemplo, diz-se que Eanes «é **uma** garantia da democracia» — não **a** garantia...; no EN₆ afirma-se que Eanes «é **um** exemplo daquela coragem frontal...» — não **o** exemplo...

A salvaguarda da *verdade* dos argumentos constrange, pois, o Locutor a *relativizar* o posicionamento de Eanes, mesmo em aspectos

centrais do desenvolvimento argumentativo. Para um interlocutor atento e criterioso, tal cuidado redundava, sem dúvida, em *credibilidade averbada ao Locutor e seus argumentos, amplificadora da persuasão intendida*.

d. Tributário deste mesmo aspecto surge ainda no Texto A um outro traço. Vejo-o inscrito no EN₃, onde «*se concede*» a uma *virtualidade negativa* de Eanes: «Porque, para além de *acidentais inabilidades de formulação ou expressão*, Eanes é uma garantia da democracia...».

Trata-se, visivelmente, da *aceitação* por parte do Locutor de uma *crítica* levantada a Eanes, *em seu desfavor*. (Recorde-se que, como se anotou oportunamente, se faz nesse EN alusão a uma Conferência de Imprensa controversa e «infeliz» de Eanes). Esta *concessão*, ao fazer eco de um facto reconhecido por todos, a começar pelo próprio Eanes (que, dias depois, procurou recuperar em entrevista concedida a um diário lisboeta), inscreve imediatamente no texto um traço de *imparcialidade*, de *objectividade*, de *isenção*, que alarga consideravelmente, por si só, a *credibilidade* dos argumentos invocados, a *verdade* que os informa.

Sublinhe-se, porém, que essa mesma *concessão* é *astuciosamente* utilizada pelo Locutor. Com efeito, o conteúdo, *negativo para Eanes*, desse segmento do EN₃, logo é *neutralizado, superado, dele retirando o Locutor uma dupla vantagem para Eanes*: por um lado, assinala-se a **marginalidade** de tal aspecto negativo (destaque para «*acidentais*» e «*para além de*»), em contraste com o que de **essencial** representa o candidato — garantia da democracia; por outro lado, faz-se **inferir** a *solidês global* de Eanes no que toca ao **essencial**, evidenciada pela impossibilidade de os opositores levantarem, *nesse domínio do essencial, virtualidades negativas*. (Ver acima a análise do EN₃).

Estas dimensões do EN₃ testemunham — e interessa aqui sublinhá-lo — um *traço típico* de um *discurso argumentativo-persuasivo*: basicamente, a utilização astuciosa em proveito de causa própria de argumentos dos opositores, que se começa por aceitar (*concessão*) para de imediato se *neutralizar* e *inverter*. Este é um aspecto interessante de **intertextualidade**, fortemente interveniente em textos argumentativos ou, mais genericamente, em *discurso polémico*.

Importa salientar que o EN₃ constitui o *único* momento do Texto A em que o Locutor aceita «*discutir*» *virtualidades negativas de Eanes*, ou melhor, *abrir-se a argumentos contrários*. Em todo o Texto A não

mais há lugar a uma tal abertura: o *discurso alheio em desfavor de Eanes* está, sem dúvida, presente em outros momentos do Texto A, mas logo é *reduzido* a «tricot de intrigas», a «miseráveis campanhas de calúnias, mentiras, deturpações». Tal qualificação (de que se retiram imediatas dividendos) e, com ela, também a *verdade* que suporta a maior parte dos argumentos são tomadas (**pressupostas**) pelo locutor como pacíficas, como irrecusáveis pelos interlocutores.

7.3. Analisei nos números e alíneas anteriores alguns dos aspectos mais salientes que marcam o Texto A como inequivocamente *argumentativo-persuasivo*. Ressalta dessa análise a *força coesiva* que eles comportam, em suma, a sua evidência e o seu alcance como factor importante da **coesão global** do mesmo texto.

Deixarei, porém, para um momento posterior a referência a *uma outra dimensão central* da configuração do *acto argumentativo-persuasivo* que se revela constituir o Texto A. Essa dimensão tem a ver directamente com uma análise mais aprofundada do *semantismo* de **apoiar** — semantismo que marca decisivamente toda a configuração do Texto A (ver, adiante, 10).

8. *A omnipresença do Locutor no seu discurso. A formulação modal de declaração. A interlocução no Texto A*

8.1. Ficou referido em 7.2. — e como dimensão importante do Texto A na sua qualidade de texto *argumentativo-persuasivo* — o modo explícito como o seu Autor (o locutor) **assume** o seu discurso: nele se configura, observei então, um forte *compromisso*, em que se projecta também uma inequívoca *convicção* pessoal.

Pretendo retomar agora estes aspectos, e juntar-lhes alguns outros, para salientar que sobre eles se desenha uma nova dimensão da *coesão global* do Texto A, dimensão que denominarei *omnipresença do locutor no seu discurso*. Ela manifesta sob vários ângulos, que referenciarei.

1. Interessa sublinhar, em primeiro lugar, a forte *recorrência* do *designado* pela lexia *eu* (que *nomeia*, como se sabe, o locutor, apresentando-se como *substituto funcional*).

Essa *recorrência* é notória ao longo de todo o Texto A, *directamente* na referida lexia **eu** (como tal, ou na sua variante contextual **mim**) presente na grande maioria dos ENs, não raro mais que uma

vez, e ainda nas lexias **nossa** (EN₁) e **meu** (EN₁₀); recorrência «indirecta» do mesmo *designado* surge, por *associação* ou *inclusão*, em **país** e **povo português**.

2. Para além disso, a projecção do locutor no seu discurso é claramente marcada através do carácter **avaliativo** da adjectivação, como também através da presença de *semas conotativos* que afectam o semema de elevado número de unidades lexicais seleccionadas (ver análise nos números anteriores). A projecção de todos estes aspectos está em sintonia com o *contraste* desenhado no texto entre *virtualidades positivas* de Eanes face a *virtualidades negativas* dos opositores (de novo a *avaliação*), contraste que se salda numa ampla *superioridade* reconhecida ao primeiro (mais uma vez, a *avaliação*).

A projecção do locutor no seu discurso surge também inequivocamente através da sua própria *identificação* com os *valores* cuja salvaguarda é atribuída a Eanes, e ainda através do tom de *exaltação* que é dado tanto a esses *valores* como ao candidato que os defende. Correlativamente, fica também patenteado o *repúdio* que ao locutor merecem as *virtualidades negativas* dos opositores.

3. A presença do locutor e a assumpção que faz do seu discurso são ainda testemunhadas por três outros aspectos:

a. Em ENs centrais do texto, o locutor *chama a si*, explicitamente, o alcance que atribui à candidatura de Eanes: repare-se na expressão **para mim** que surge, *junto a Equativo*, nos EN₁, EN₆ e EN₁₀:

EN₁: ... porque esta candidatura *representa para mim*...

EN₆: ... porque *para mim* ele é um exemplo...

EN₁₀: ... o meu apoio à candidatura do General Ramalho Eanes *significa para mim*...

b. Nos EN₄ e EN₅ *recorre* o segmento «*ele soube* + *Infinitivo*»

EN₄: ... ele *soube* defender a sua independência e [ele *soube*] ser diferente...

EN₅: ... ele *soube* não descer ao nível dos que o atacavam.

Em **soube**, para além da expressão, uma vez mais, de *virtualidades positivas* de Eanes (**soube** envolve, como já foi anotado, a noção de *esforço*, da *capacidade* de Eanes face a *dificuldades* que lhe foram criadas por várias vias assinaladas no texto) e, logo, da presença *avaliativa* do locutor, este revela-se aí ainda através da *formulação comunicativa modal*: **saber** é um verbo de *modalidade*, e nesta está sempre envolvido o **EU** (o locutor) — «... seul le Je peut assumer les modalités. Chez les autres, il les suppose, ou il en est informé» (B. Pottier, 1974, p. 48). Ou seja, «*ele soube...*» equivale a «**eu** — locutor — *sei que ele soube...*»

Esta análise, que sublinha a presença da *subjectividade* do locutor em **saber**, vale para outros verbos presentes no Texto A, de idêntico modo marcados por *sema de modalidade* (*precisar, poder, propor, garantir...*) (Ver também alínea seguinte e 4.).

c. No EN₉, **não esquecerei** sublinha o carácter fortemente *impressivo* que sobre o locutor obteve o comportamento exemplar de Eanes nas circunstâncias adversas evocadas: a *impressão*, recolhida em tempo já um pouco longínquo (daí o emprego de *esquecer*) mantém-se como indelével, ao lado de todas as outras — como esta sempre *positivas* — que são invocadas como móbil da atitude *pessoal* de *compromisso* com e *exaltação* de Eanes.

4. É, porém, sobretudo através da forte *recorrência* de (**eu**) **apoio** (a partir do próprio título do Texto) que se manifesta a presença do locutor no seu discurso, e mais que isso, a *assumpção* explícita que do mesmo ele faz. Tal está configurado no semantismo de **apoiar** que comporta o *sema de modalidade de declaração* (ver B. Pottier, 1974, especialmente p. 160 e seguintes):

Eu apoio ~ **Eu declaro apoiar**

A partir, pois, do próprio título — que *condensa*, como se viu, de *forma directa* toda a intenção comunicativa manifestada — o Texto A surge globalmente como uma **declaração**, explicitamente *assumida* como *compromisso* moral e político. (O *semantismo* de **apoiar** merecerá, mais adiante, uma análise mais desenvolvida, pois que às dimensões já referenciadas se congregam ainda outras de grande alcance na configuração de todo o Texto A. Ver 10.).

Sem diminuir a *força coesiva* que representam, para o Texto A, os aspectos da presença do Locutor no seu discurso referenciados nos números 1., 2. e 3. anteriores, interessa sublinhar esta outra forma por que se reveste essa mesma presença, pois que a *formulação modal de declaração* (e o *compromisso* por ela suscitado) marca, efectivamente e de modo fundamental, toda a mensagem veiculada no texto em análise.

Acentuar-se-á, finalmente, a cabal *relevância* desta marca de *declaração (de apoio)* no que tange à inscrição adequada do Texto A no *contexto*, já antes caracterizado: em contexto de «eleições presidenciais», as «declarações de apoio» e o compromisso nelas envolvido têm total pertinência, inserem-se naturalmente nas *expectativas* activadas pelo «conhecimento do mundo», aqui, o referido *quadro conceptual* tipicamente agregado a «eleições presidenciais».

8.2. A insistência que venho pondo na *omnipresença do locutor no seu discurso* não deve ocultar um traço correlativo deste, a saber, uma similar *omnipresença do(s) interlocutore(s)*.

Esta correlação é, na verdade, um dado de todo e qualquer texto, regularmente marcado, explicita ou implicitamente, pela *interlocução* que todo o acto verbal por si mesmo *cria*. Quer isto dizer não apenas que em toda a produção verbal o locutor *se dirige a um outro*, mas também que *com esse outro constrói o seu discurso*. Nesta dupla dimensão se perfaz a marca central da linguagem — a *alteridade*.

Se tal é verdadeiro, como se escreveu, para todo e qualquer produto verbal, é-o, porém, em particular para o discurso *argumentativo-persuasivo*: neste, a *interacção entre o EU e o TU* apresenta-se particularmente vincada, intervindo aí um «jogo de imagens» a contar como *dimensão estruturadora de todo o texto* — a «imagem» que o locutor tem do seu interlocutor (considerado na sua *mundividência*, na representação do próprio *tema* do discurso), e, inversamente, a «imagem» que o interlocutor faz do locutor (e/ou aquela que este se interessa em revelar-lhe). Cabem justamente aqui todas as dimensões do Texto A levantadas quer em 7. quer em 8.1. (ver ainda, adiante, 10).

9. O recorte de domínios temáticos no Texto A

1. Uma reprodução do Texto A que contivesse, através de indexação numérica (como a que foi estabelecida em alguns ENs — ver acima 2.1. *Nexos coesivos ao nível dos ENs*), a indicação de todos os laços

e dos itens ou segmentos do texto neles envolvidos mostraria que muito poucos termos surgem aí «isolados», isto é, não enlaçados, de algum modo, com outro ou outros. Na verdade, fica saliente no Texto A o envolvimento generalizado das unidades lexicais em conexões semânticas — envolvimento que tem lugar ao longo de todo o espaço textual.

Esta é também uma dimensão importante da *coesão global* do Texto A. Repare-se que a *reduzida extensão* do texto amplifica a saliência deste generalizado envolvimento das unidades lexicais em conexões semânticas, que facilmente são *memorizadas* pelo receptor (ou seja, *retidas em «memória a curto termo»* — conceito amplamente utilizado, em articulação com o de «*memória a longo termo*», nos *modelos cognitivos da compreensão do texto* ⁽⁸⁾).

Por outro lado, muitas das conexões entre as unidades lexicais projectadas no Texto A *desenham-se à medida que a mensagem se vai desenvolvendo*: a configuração global da mensagem é geradora da instauração de «novos» nexos, apreendidos ou «descobertos» pelo receptor na base da interacção entre o *local* e o *global* (interacção efectivamente actuante na *compreensão do texto*).

Tenha-se presente que sobre esta saliência do generalizado envolvimento em conexões semânticas dos termos inscritos no Texto A se apoia fortemente o processo de *redução semântica* que suportou tanto o levantamento dos *pólos de informação* (e suas relações) que vimos organizarem a mensagem, como a configuração do complexo semântico em que se deixa condensar o conteúdo fundamental do Texto em análise.

2. Para além das observações feitas no número anterior, mas em articulação com elas, torna-se também patente no Texto A o recorte de *zonas temáticas* ou de *domínios temáticos* por que se distribuem as unidades lexicais. A instauração num texto de uma *zona temática* ou de *zonas temáticas dominantes* interligadas é factor fundamental do estabelecimento de uma *isotopia semântica* que *unifica* a mensagem. Por outras palavras, o *recorte de domínios temáticos* interligados indicia a configuração num texto de um *campo integrado de designações* (de um *campo temático integrado*) fortemente actuante na *coesão global* do mesmo texto.

No Texto A — e sem curar de fazer uma caracterização exaustiva e aprofundada, que passaria pela análise sémica atenta das unidades lexicais — desenham-se nitidamente duas *zonas temáticas* fundamentais em que se inscrevem os itens lexicais.

Uma primeira *zona temática* respeita a um domínio que direi *político-ideológico* ou *político-social*, onde cabem lexias tais como

democracia	separatistas
maiorias/minorias	povo português
vida política	candidatura
liberdade	mandato
poder totalitário	presidente
	independência
...	...

Uma segunda *zona temática* concerne a um domínio que direi *moral*, onde se inscrevem lexias tais como

estratagemas	coragem
habilidosos	luta
austeridade/novo-riquismo	resistir
dignidade	risco
respeitar/perseguir	decisão
intrigas	dignidade
calúnias	pagar (em «Quem lhes pagou?» do EN ₉)
mentiras	valores
deturpações	inimigos
	atacar
	assediar
	nível (de estatura moral)
...	...

O entrosamento destas *zonas temáticas* é evidente no Texto A, onde ele se faz nos termos que a análise do texto desenvolvida nos números anteriores deixou já assinalados.

10. O semantismo de apoiar e a coesão global do Texto A

1. Duas dimensões centrais do *semantismo* de **apoiar** ficaram já explicitadas na análise do Texto A desenvolvida em 2.I. e 2.II. Relembramos, brevemente, essas duas dimensões (a. e b.):

a. Uma primeira respeita à sua *configuração modular*, que foi já representada

A <apoiar> B em oposição a C

O alcance coesivo desta *configuração modular* foi posto em evidência na análise de cada um dos ENs do Texto A, onde esse complexo surge explícita ou implicitamente presente (neste último caso, por *elipse*). (Averbou-se que só nos ENs 7, 8, 9, tal complexo não está presente).

b. Uma segunda dimensão do *semantismo* de **apoiar** tange à sua afectação por *modalidade de declaração*. O alcance deste traço foi posto em destaque no número 8., acima. Por ele se configura um *compromisso* explicitamente assumido pelo locutor (A) com Eanes (ou a sua candidatura). Vimos o alcance desse *compromisso* na configuração global do Texto A como *argumentativo-persuasivo*.

2. O *semantismo* de **apoiar** suscita, porém, uma análise globalizante, que permitirá mostrar o seu carácter *nuclear* na *coesão global* do Texto A. Apresentarei essa análise nos seguintes termos, referidos directamente a esse mesmo texto:

semantismo
de
apoiar
(com referência
directa ao
Texto A)

1. Eanes assumiu comportamentos e manifestou virtualidades exemplares e de grande alcance na representação do Estado, no equilíbrio institucional, na salvaguarda da democracia e seus valores, na defesa da liberdade;

2. Os adversários de Eanes, ao invés, assumiram comportamentos negativos e manifestaram virtualidades negativas no que tange ao funcionamento das instituições democráticas, à dignidade no desenvolvimento das relações humanas e sócio-políticas

3. Eu (locutor) ACHAR
(visão do EU; *modalidade de sensação*)

(i) que 1. é BOM (Positivo);

(ii) que 2. é MAU (Negativo);

4. EU (locutor) FAZER
(visão do EU; *modalidade de causatividade*)

que 1. vingue

(i) *solidarizando-me* com Eanes (a sua candidatura)

(ii) *alargando a outros a minha visão*

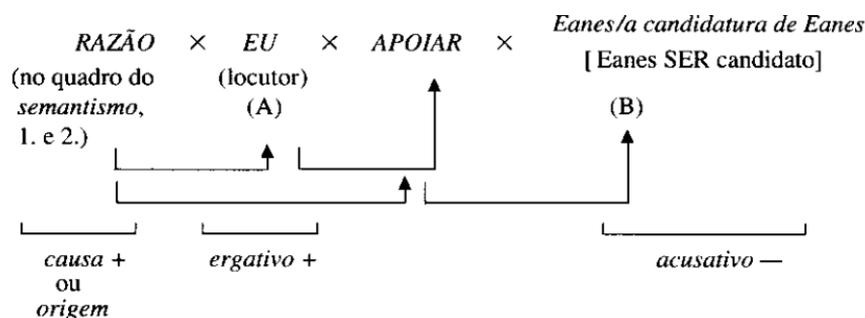
(iii) *repudiando* 2.

Como se vê, esta representação aglutina informações disponíveis no Texto A, **integrando-as** especificamente. No *semantismo* de **apoiar** avultará, assim, o traço da *modalidade de causatividade*, sobre que repousa não apenas o forte *dinamismo* ou a *forte actividade* de **apoiar** (e uma forte *ergatividade/Potência* do actante₁ (A)) ⁽⁹⁾, como também o *compromisso* do locutor em fazer vingar, resultar, a candidatura de Eanes, logo, a persuasão desenvolvida no Texto A — onde **apoiar** ocupa lugar de destaque.

Paralelamente, esta análise do *semantismo* de **apoiar** permite mostrar que as dimensões 1. e 2. (ver o quadro) — que, como se nota, *convergem com as Razões do apoio* (ver a análise desenvolvida nos números anteriores) — constituem, em *crono-logia*, um **ANTES**, sobre que assentam as dimensões 3. e 4. do mesmo *semantismo* de **apoiar**.

Decorre daí que todo o *pólo de informação 2* (presente nos ENs e no Texto A em bloco), que foi justamente designado por **RAZÃO**, constitui o *termo indutor do apoio* — *termo indutor* a que convirá a marca casual CAUSA ou ORIGEM (afectado por forte *ergatividade/Potência*).

Sendo assim, o *semantismo* de **apoiar** configura claramente um **FACTITIVO** (um *duplo Causativo*), que, *em profundidade*, congrega todas as dimensões da mensagem carreada no Texto A, que se poderá reduzir ao complexo seguinte:

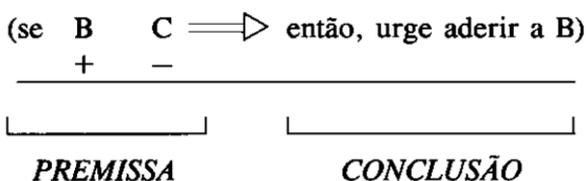


Ou seja: as *Razões* (*pólo de informação 2* dos ENs e do Texto em bloco) conduzem A (locutor, actante 1) a FAZER vingar, resultar, a candidatura de Eanes.

Importa sublinhar a perfeita sintonia desta representação do *semantismo* de **apoiar** com o carácter *argumentativo-persuasivo* do Texto A. Em consonância com o **ANTES** (em *crono-logia*) que corresponde ao termo (ao *actante-circunstante*) em que se consubstanciam as «razões

do apoio», está, sem dúvida, o seu estatuto de *PREMISSA* de uma *CONCLUSÃO* — sendo esta o termo final do desenvolvimento de um *acto argumentativo-persuasivo*: o *compromisso explícito de apoio gerador de outros compromissos a congregar em maioria*. Ou seja, segundo já ficou anotado (ver 2.III.7.1. e 7.2.),

Se p, então q



O desenvolvimento de um *acto argumentativo-persuasivo* pode ser referido às categorias *PREMISSA* e *CONCLUSÃO*, que aqui vemos inequivocamente «pré-figuradas» no próprio *semantismo* de **apoiar** — termo nuclear na configuração do Texto A, no desenho da sua *coesão global*.

O **rumo discursivo** (*argumentativo-persuasivo*) — anunciado de forma clara no título do Texto A — é regularmente marcado ao longo da sequência de ENs, onde se desenvolve de modo adequado e homogéneo. A **interlocução**, ou, mais amplamente, o **dispositivo da enunciação** (também ele homogéneo em todo o texto) *informa* todo o discurso de forma pronunciada, *unificando* globalmente o *comunicado*, que visivelmente se condensa no *semantismo* de **apoiar**.

Outubro de 1981.
(Abril de 1992).

NOTAS:

(1) Tomo neste estudo como globalmente disponíveis os elementos teóricos e descritivos avançados em Fonseca, 1981, nomeadamente «Primeira Parte», «Segunda Parte» e «Terceira Parte», cap. 2. Ver também o estudo que abre este volume.

(2) Ver, neste volume, «Coerência e coesão nas unidades linguísticas», particularmente 2.2.10.

(3) Ver Pottier, 1974 e 1987.

(4) Ver Fonseca, *obras citadas* e 1986.

(5) Adopto o sistema casual de B. Pottier; ver Pottier, *obras citadas*. Ver aí também, de novo, a noção de *crono-logia*.

(6) Ver Fonseca, 1981, particularmente 1.8. (Ver o estudo que abre este volume).

(7) Ver, de novo, Fonseca, 1981.

(8) Ver Fonseca, 1981, 2.2.10. (Ver o estudo que abre este volume).

(9) Sobre *ergatividade* e *Potência*, ver Pottier, *obras citadas*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fonseca, J. — 1981 — *Coesão em português. Semântica-Pragmática-Sintaxe*, Porto.

Fonseca, J. — 1986 — *A centralidade do verbo no enunciado*, «Revista da Faculdade de Letras — Línguas e Literaturas», vol. III, Porto.

Halliday, M. A. K./Hasan, R. — 1976 — *Cohesion in English*, Londres.

Pottier, B. — 1974 — *Linguistique Générale. Théorie et Description*, Paris.

Pottier, B. — 1987 — *Théorie et analyse en linguistique*, Paris.

Pottier, B. (ed.) — 1976 — *Sémantique et Logique*, Paris.

Porque apoio Eanes



Sophia de Mello Breyner Andersen

Apoio a candidatura do general Ramalho Eanes porque esta candidatura representa para mim a nossa forma de resistir aos estratagemas dos habilidosos.

Porque num país que precisa de austeridade para poder viver com independência e dignidade, Eanes propõe a austeridade como um estilo cultural mais válido do que o novo-riquismo dominante. Porque, para além de accidentais inabilidades de expressão ou formulação, Eanes é uma garantia da democracia, o presidente que sempre respeitará as maiorias e nunca perseguirá as minorias.

Tendo exercido o seu mandato nas circunstâncias mais difíceis, cercado pelo contínuo «tricot» de intrigas que é a vida política actual, ele soube defender a sua independência e ser diferente dos seus inimigos.

Assediado por miseráveis, campanhas de calúnias, mentiras, deturpações e especulações ele soube não descer ao nível daqueles que o atacavam.

E apoio a candidatura do general Ramalho Eanes porque para mim ele é um exemplo daquela coragem frontal sem a qual os povos e a liberdade não podem sobreviver. Nos momentos difíceis da luta contra as tentativas do poder totalitário, sempre o general Eanes esteve na linha de fogo, no lugar do perigo, do risco, da decisão. Como aconteceu a 25 de Novembro.

E não esquecerei aquele dia no aeroporto de S. Miguel em que, cercado por uma multidão de provocadores separatistas, Eanes avançou sozinho e perguntou:

— Quem lhes pagou?

Por isso o meu apoio à candidatura do general Ramalho Eanes significa para mim a defesa de uma democracia aberta para o futuro e a defesa de valores tradicionais que garantem a unidade e a dignidade do povo português.

Campanha de Eanes Escândalo e veio de

O escândalo a que o semanário *«Tempo»* de ontem, na sua primeira página quinta-feira, chama-se «Trans de «back-projection», francês no nosso país.

Ajudando o leitor que, eventualmente, não tenha lido o «Tempo» de ontem, dir-se-á que este semanário, dirigido por Nuno Rocha escreveu: «Um escândalo à volta da candidatura de Ramalho Eanes parecia estar para rebentar ontem nos meios ligados à Televisão Portuguesa. Efectivamente, soube-se que os tempos de antena da campanha do Presidente da República foram gravados em «video-tape» usando até «cro-makey», o que só poderia ter sido feito em Portugal nos estúdios da RTP ou, então, com um carro de exteriores.»

O «Tempo» acerta ao escrever que «as gravações não foram efectuadas na RTP nem ocupado qualquer dos seus carros de exteriores», mas erra logo a seguir, ao concluir (por ignorância, má-fé, descuido ou qualquer outro motivo) que «tudo indica ter sido utilizado um carro de exteriores que é propriedade do Estado-Maior-General das Forças Armadas e está adstrito ao Conselho da Revolução».

O jornal
28 de Novembro de 1970



ANEXO

Porque apoio Eanes

Sophia de Mello Breyner Andersen

(1) Apoio a candidatura do general Ramalho Eanes porque esta candidatura representa para mim a nossa forma de resistir aos estratagemas dos habilidosos.

(2) Porque num país que precisa de austeridade para poder viver com independência e dignidade, Eanes propõe a austeridade como um estilo cultural mais válido do que o novo-riquismo dominante.

(3) Porque, para além de acidentais inabilidades de expressão ou formulação, Eanes é uma garantia da democracia, o presidente que sempre respeitará as maiorias e nunca perseguirá as minorias.

(4) Tendo exercido o seu mandato nas circunstâncias mais difíceis, cercado pelo contínuo «tricot» de intrigas que é a vida política actual, ele soube defender a sua independência e ser diferente dos seus inimigos.

(5) Assediado por miseráveis campanhas de calúnias, mentiras, deturpações e especulações, ele soube não descer ao nível daqueles que o atacavam.

(6) E apoio a candidatura do general Ramalho Eanes porque para mim ele é um exemplo daquela coragem frontal sem a qual os povos e a liberdade não podem sobreviver. (7) Nos momentos difíceis da luta contra as tentativas do poder totalitário, sempre o general Eanes esteve na linha de fogo, no lugar do perigo, do risco, da decisão. (8) Como aconteceu a 25 de Novembro.

(9) E não esquecerei aquele dia no aeroporto de S. Miguel em que, cercado por uma multidão de provocadores separatistas, Eanes avançou sozinho e perguntou:

— Quem lhes pagou?

(10) Por isso o meu apoio à candidatura do general Ramalho Eanes significa para mim a defesa de uma democracia aberta para o futuro e a defesa de valores tradicionais que garantem a unidade e a dignidade do povo português.

in *O Jornal*, de 28.11.1980

A FRASE NO TEXTO.

ALGUMAS PROPOSTAS DE TRABALHO PARA A AULA DE LÍNGUA MATERNA

1. É bem sabido que, na aula de língua materna, todas as actividades giram à roda do texto. Na verdade, de um modo ou de outro, todas elas partem de um texto ou a ele conduzem. A análise e a produção de textos constituem, sem dúvida, momento central, regularmente presente, no ensino da língua materna.

Reconhece-se igualmente que, hoje, o texto literário já não goza na aula do estatuto de privilégio que alguns anos atrás lhe estava consagrado. É que a escola se abriu irreversivelmente à pluralidade dos discursos — no que se consuma, afinal, uma abertura às situações reais de comunicação e de interacção e, logo, à dinâmica interpessoal, à práxis social. Até mesmo o texto oral ganhou o direito a uma presença efectiva (que, no entanto, importa reforçar e ampliar) como objecto de tratamento na aula.

Estes dois aspectos incontrovertidos — presença regular do texto na aula e consideração da pluralidade dos discursos — não acarretam, porém, necessariamente que o texto tenha vindo a instituir-se em objecto de tratamento adequado de um ponto de vista linguístico. Na verdade, o texto não é (ou muito raramente é) tomado como objecto de uma reflexão ou de uma exploração que explicita apropriadamente a sua estruturação e o seu funcionamento na interacção comunicativa.

É evidente que uma tal reflexão ou exploração se impõe como necessária, pelo que comporta de elucidação sobre a organização da língua e seus recursos para a constituição de textos e, logo, pelo que representa para o desenvolvimento, tanto ao nível da produção como ao da recepção-interpretação, da competência comunicativa dos alunos, que é antes de tudo e sempre uma competência textual. Não será necessário lembrar aqui as grandes dificuldades que mostram os alunos no domínio da interpretação de textos ou no da sua produção.

2. Todos o sabemos, a frase é ainda hoje o objecto se não exclusivo pelo menos largamente privilegiado na reflexão linguística praticada na aula.

Alguna renovação tem aqui tido lugar. A voga dos modelos transformacionais de descrição-explicação das línguas não apenas ocasionou na aula um mais rigoroso tratamento da frase em termos de análise distribucional e de análise em constituintes imediatos como também, naturalmente, impôs uma abordagem nova de muitos aspectos da estruturação sintagmática e das relações entre frases. Por outro lado, a caracterização de algumas categorias linguísticas, ou, mais rigorosamente, das de natureza deíctica, tem conduzido à consideração de aspectos que relevam do campo enunciativo-pragmático. Também algumas tentativas se vêm realizando na exploração da dimensão accional da linguagem e na análise dos princípios que comandam a comunicação, com a conseqüente atenção às coordenadas da enunciação.

No entanto, no que respeita a estes últimos aspectos, trata-se de iniciativas de certo modo balbuciantes e sobretudo não suficientemente apoiadas num conhecimento ajustado quer do papel que representam os contextos na produção e na recepção-interpretação das mensagens verbais quer dos mecanismos e dispositivos accionados na interacção comunicativa.

De qualquer modo, as actividades de reflexão ou de exploração dos produtos verbais numa base eminentemente linguística que têm lugar na aula de língua materna, se não se circunscrevem já estritamente à imanência da frase como construção gramatical, raramente atingem o nível do transfrástico e do texto. Neste domínio, a reflexão ou a exploração não é de natureza linguística nem sequer se revela informada das contribuições recentes de uma Linguística interessada pela estruturação do texto e seu funcionamento nas situações de comunicação.

3. É tempo de, na didáctica da língua materna, se assumir o texto como a unidade «originária» da interacção verbal, e de desenvolver uma actuação e uma reflexão à luz de propostas de base saídas da Linguística do Texto — pesem embora a marcada variedade das orientações e a efervescência que reinam na indagação teórica nesse domínio.

É claro que não se tratará de transferir para aula a aparelhagem teórica e os instrumentos de análise configurados e utilizados na Linguística do Texto. Trata-se antes — como, de resto, deveria acontecer em

todas as áreas que cabem na Linguística Aplicada à didáctica de línguas — de fazer envolver no ensino alguns princípios, noções e instrumentos da reflexão linguística, no que se consumaria uma Linguística *implicada* mais do que *aplicada*.

4. Na reflexão de índole linguística sobre o texto, uma tarefa se impõe de imediato: captar o que perfaz — e como se perfaz — a sua unidade semântica global e a sua relevância contextual. Realizando-se o texto numa sequência de frases, trata-se basicamente de indagar sobre o que garante a continuidade de sentido que ao mesmo tempo as percorre e as incorpora num complexo significativo unitário que funciona adequadamente numa dada situação de comunicação.

Os grandes conceitos aglutinadores da reflexão parecem ser os de *coerência/coesão macroestrutural* (ou global) e de *coerência/coesão microestrutural* (ou local). Estas noções subsumem propriedades que asseguram a *textura* que detém o texto e basicamente o caracteriza como unidade semântico-pragmática.

Não cabe aqui a análise aprofundada de tais noções, nem da sua interacção e interdependência. Por isso, limitar-me-ei a focar, de um modo genérico, algumas pistas de trabalho no que respeita às relações entre as frases por que se realiza o texto. Situam-se, pois, estas considerações ao nível da estrutura local ou linear do texto, mas ter-se-á sempre presente que as relações configuradas entre as frases do texto são dominadas regularmente pela globalidade da mensagem nele desenhada e, de modo mais imediato, pelos complexos de sentido correspondentes às macroestruturas intermédias (aproximáveis *grosso modo* aos diversos tópicos ou sub-tópicos detectáveis no desenvolvimento textual).

Nesta perspectiva, é ainda a frase que se apresenta como objecto de reflexão. Atente-se, porém, em que não se trata agora de a encarar como uma construção gramatical descontextualizada, mas como segmento particular de um todo em cuja configuração participa e do qual resultam incidências específicas no seu próprio desenho. Fundamentalmente, a frase constitui no texto o lugar de intersecção da totalidade de significação *intendida* pelo locutor com o *comunicado* que se configura nas outras frases que preenchem o seu co-texto. Daí que cada frase do texto suscita uma análise que atenda ao complexo de interdependências em que está mergulhada — interdependências desenhadas num plano vertical (com a intenção comunicativa global e, mais imediatamente, com

a que corresponde a um dado tópico e, logo, em qualquer dos casos, com a situação de comunicação) e num plano horizontal (com o manifestado no contexto verbal).

Como se depreende, a análise de tais interdependências conduz a captar na frase dimensões do texto. Trata-se, assim, de descobrir na *gramática da frase* dimensões da *gramática do texto*. Aquelas interdependências objectivam-se em certos instrumentos e mecanismos de que dispõe uma língua para a articulação de frases em sequência, nelas intervindo também princípios gerais que regem a comunicação. Garantem esses recursos e princípios o que se poderá chamar «boa formação do transfrástico», em que se inscreve de modo básico uma necessária continuidade de sentido que salvaguarda a progressão «homogénea», «ligada» da mensagem veiculada no todo textual.

4.1. É necessário explorar adequadamente na aula as dimensões da formação do transfrástico, descrevendo e sistematizando os recursos disponíveis na língua para tal, e elucidando o seu funcionamento.

A ligação explícita entre frases no texto realiza-se através de instrumentos de junção ou combinação (*relatores*), de elementos vários que instituem relações de *co-referência* e de *cross-referência*, e ainda mediante arranjos internos na organização da frase (que podem envolver opções globais, como, por exemplo, entre activa e passiva) suscitados nomeadamente pela boa articulação tema-rema, pelo bom desenvolvimento da informação investida na sequência textual.

Não é difícil imaginar toda uma vasta gama de práticas orientadas para a exploração destas dimensões que permitam pôr em evidência fenómenos de economia do já verbalizado ou da sua expressão condensada em substitutos, a selecção adequada de artigos e diafóricos, a projecção ajustada de relatores. O estudo das condições do uso de cada um destes recursos, a caracterização do tipo de continuidade do sentido que permitem realizar, a análise da distribuição no texto dos nexos desse modo instituídos, com a devida anotação dos termos que imediatamente resultam articulados — eis algumas pistas de trabalho neste domínio. A sistematização dos resultados da análise através do levantamento dos tipos de dependência encontrados revelar-se-á de elevado interesse.

A ligação de frases através de relatores presta-se a variados exercícios. A transformação de frases complexas numa sequência de frases sintacticamente independentes (ou o inverso) permitirá captar as condições do uso das várias classes ou sub-classes desses instrumentos de

conexão. Os diversos tipos de articulação prestam-se a soluções léxico-gramaticais diferenciadas, que devem ser exploradas e contrastadas, pois que através delas se re-definem relações, se obtêm perspectivas matizadas, se recortam novas arrumações de eventos, se marcam diferentes orientações discursivas. Ao levantamento das várias soluções teoricamente possíveis deve seguir-se sempre a selecção, fundamentada, da que surja como (mais) adequada no contexto. Por uma tal via — importa sublinhá-lo — congrega-se o estudo das virtualidades do sistema que é a língua com a reflexão sobre o seu uso efectivo. Por outras palavras, conjuga-se o trabalho orientado para a captação e caracterização de operações gramaticais e das estruturas linguísticas nelas envolvidas com o que visa a elucidação dos factores que presidem a, ou têm incidência sobre, uma dada solução ajustada aos contextos.

Dentro da mesma óptica, será de explorar a ligação ao co-texto e ao quadro enunciativo de certas propriedades ou traços reconhecíveis na organização interna da frase, tais como deslocação de constituintes, clivagens, emprego da passiva... Impõe-se, naturalmente, aqui a avaliação das incidências que tais arranjos ocasionam quer no comunicado quer, eventualmente, na própria aceitabilidade de soluções alternativas, justamente a seleccionar em função dos parâmetros co-textuais e contextuais.

O estudo das relações inter-frases deveria ainda dar ocasião a um tratamento particular do léxico. Procurar-se-ia, então, captar e caracterizar não apenas a projecção, sob diversas modalidades, de elementos lexicais em fenómenos de natureza diafórica como também a instituição de redes de isossemia. A partir destas facilmente se chegaria à definição de isotopias que percorrem o texto. Por outro lado, impor-se-ia a configuração do universo das referências e das predicções instituídas no texto e bem assim a análise dos diversos tipos de nexos que as inter-relacionam.

Fica assim recortado, embora em linhas sumárias, um já vasto campo de actividades a desenvolver sobre as microestruturas do texto, ou seja, sobre as conexões entre as frases por que ele se nos apresenta. No entanto, cabe ainda neste domínio a exploração de laços de tipo *funcional*, que têm a ver com o papel semântico ou semântico-pragmático específico que, globalmente, uma dada frase desempenha em relação a outra (ou a uma sequência de outras) que lhe é contígua. Uma tipologia adequada destas relações funcionais entre as frases por que se concretiza o texto — relações que alguns autores tratam sobre a designação

de *coerência/coesão funcional* do texto — está ainda por levantar, mas algumas delas (como as de *especificação, generalização, correcção*, etc.) apresentam-se recortadas de modo suficientemente claro e estão ao alcance de um tratamento interessante.

Não se esquecerá, finalmente, a possibilidade de captar nexos entre as frases do texto sob o ponto de vista accional, isto é, sob o ângulo da teoria dos actos de discurso. Trata-se, em síntese, de captar a força ilocutória de cada frase, os índices que a revelem e/ou os parâmetros contextuais que a determinam (ao mesmo tempo que preenchem as condições da sua realização). Uma tal análise convoca também a atenção sobre a sequência de actos de discurso que se desenvolvem no texto, e, logo, sobre os modos por que se realizam e articulam. Ou seja, importa tentar captar a «boa formação sequencial» de actos de discurso, que exige que a realização de um determinado acto se apoie noutro(s) configurado(s) em segmentos discursivos contíguos.

4.2. Nas considerações tecidas até aqui e nas pistas de trabalho brevemente apontadas, poderá ter ficado entendido que as relações entre as frases do texto se apresentam de modo regular explicitamente marcadas através dos vários recursos referenciados.

Ora é sabido que tal não acontece. Daí que surja um novo campo de trabalho, que respeita à explicitação das ligações implicitamente estabelecidas. Esse trabalho envolve a consideração e o bom entendimento do alcance das dimensões significativas implícitas agregadas a uma frase contextualizada, que determinam que o *comunicado* seja sempre mais (e não raro diverso) do que é *dito*.

A boa captação das relações implícitas ente frases no texto põe particularmente em jogo, por um lado, as indicações que cada uma delas fornece sobre a sua enunciação e as directivas que de algum modo comporta para o desenvolvimento discursivo, e, por outro lado, o universo de conhecimentos, de crenças e de valores suposto partilhado entre locutor e alocutário. Tal universo é utilizado, em articulação com o domínio de princípios que comandam a comunicação, como *elemento de sentido* tanto na instância da produção como na da recepção-*interpretação*.

É vastíssimo o campo de trabalho que deste modo se desenha. A exploração de pressuposições, de alusões, de implicaturas, de inferências — agregadas a, e apoiadas em, o conhecimento do mundo,

mecanismos centrais da interação comunicativa, e, naturalmente, elementos integrantes da organização sintáctico-semântica da frase e sua configuração global — torna-se aqui inevitável.

É, pois, necessário, conduzir os alunos, por um lado, a captar as indicações que cada frase contextualizada fornece sobre o quadro enunciativo em que foi produzida e sobre o próprio desenvolvimento discursivo, e, por outro lado, a reconhecer e a explorar as articulações entre os produtos verbais e o referido universo de conhecimentos, crenças e valores envolvido na configuração dos discursos e na produção do sentido. Em particular, é preciso mostrar como este universo se organiza em termos de *moldes* ou *quadros* (inglês, *frames*) ligados a um dado domínio de experiência, a uma dada situação (ou tipo de situação) e como tal organização esquemática é activada na recepção-interpretação dos discursos ou suscitada na sua produção, possibilitando, assim, e guiando, a criação do sentido sobre o texto. Conviria ainda analisar as circunstâncias envolvidas nas *implicitações* e os nexos que se instituem entre estas e as estratégias discursivas.

5. Algumas pistas de trabalho referenciadas (em particular as que se assinalam em 4.2.), porque ultrapassam claramente a consideração estrita da sintagmática imanente da mensagem verbal, só podem ser adequadamente desenvolvidas numa base eminentemente textual, que atenda ao texto como unidade semântico-pragmática globalmente contextualizada.

Significa isto que a exploração das relações que ligam as frases por que se realiza o texto tem de articular-se (como mais acima já se deixou referido) com a consideração da sua coerência/coesão global ou macroestrutural, ou seja, com as estruturas globais segundo as quais ele se organiza e desenvolve.

Neste domínio, que respeita basicamente às representações semânticas e semântico-pragmáticas próprias de uma sequência de frases ou do todo textual (onde se desenham temas e sub-temas), cabe explorar os modos por que cada frase participa no recorte dessas representações. Em particular, o trabalho a desenvolver deverá conduzir à descoberta e caracterização de frases que desempenhem um papel específico no texto, ou porque assinalam explicitamente um tema (*frases temáticas*), ou porque marcam um momento saliente na orientação discursiva, ou porque contêm índices relevantes de uma efectiva presença no texto da *interlocução*. Naturalmente, impõe-se também desenvolver nos alunos

a capacidade de, por um lado, reconstituir frases desse tipo (em particular frases temáticas) quando o texto as não contém explicitamente e, por outro lado, de as introduzir na planificação e realização dos seus próprios discursos. Tais frases testemunham, na verdade, estruturas globais do texto, rumos e momentos centrais do seu desenvolvimento, revelando-se, por isso, objecto privilegiado de uma reflexão sobre as relações frase-texto ou texto-frase, que convém praticar na aula.

6. Não se pretendeu apresentar aqui um programa de trabalho com o texto na aula, numa base eminentemente linguística, mas tão somente esboçar algumas propostas para uma abordagem da frase tomada como segmento de manifestação do texto. Apontou-se, pois, para um alargamento da reflexão sobre a frase que contemple a sua inserção e o seu funcionamento no texto. Tal perspectiva permitirá, com êxito, articular o estudo das possibilidades teóricas da língua com a análise do seu uso em situações diversificadas de interacção comunicativa. Este uso impõe opções a realizar no conjunto das virtualidades contidas no sistema da língua. É preciso fazer compreender aos alunos os fundamentos destas opções, e, através disso, criar as condições para que acedam a um poder efectivo de utilização da língua em textos bem estruturados e adequados às situações concretas do intercâmbio verbal.

Setembro de 1984.

ENSINO DA LÍNGUA MATERNA COMO PEDAGOGIA DOS DISCURSOS

1. Tomo como ponto de partida para as reflexões que me vão ocupar a ideia de que na linguagem verbal, através de cada uma das línguas históricas em que se objectiva, se apoiam e se fundamentam todos os sistemas semióticos, nos quais e pelos quais organizamos e apreendemos o mundo. A língua revela-se, assim constituir o sistema modelizante primário do mundo — com tal se significando basicamente que ela nos oferece, ou melhor, que com ela cada falante constrói uma visão do mundo específica, em que às invariantes que respeitam ao homem em geral enquanto ser inteligente, livre e social, se congregam peculiaridades várias determinadas por factores complexos no âmbito de cada comunidade. A língua constitui, na verdade, não apenas o instrumento mas sobretudo a raiz e o ponto de referência fundamental da construção do conhecimento e do exercício das actividades culturais. Nela se contém e nela e por ela continuamente se afirma e se renova, através da pluralidade dos discursos em que se actualiza, a memória cultural de cada comunidade. Desse modo, a língua representa, como apontou Wittgenstein, uma «forma de vida» (1), de que os falantes participam, em que se inserem, que reconstróem e que fruem.

Aprender a falar representa, assim, para um indivíduo aprender/ /construir uma «forma de vida», ou seja, realizar o conhecimento de si mesmo, dos outros e das «coisas», dominar o sistema de normas, de valores e de crenças vivos na comunidade, integrar-se e intervir activamente na dinâmica das relações interindividuais.

Se é assim, fica patente o alcance do ensino-aprendizagem da língua. Se é assim, tornam-se irrecusáveis as responsabilidades de quem ensina a língua: é que ensinar a língua comporta uma acção educativa integral, porque o ensino da língua atinge, nos termos acima invocados, os níveis fundamentais da construção do eu e do comportamento do indivíduo.

2. A língua é, com certeza, um inventário de signos e de princípios que regem a sua organização e a sua actualização em discurso. Mas importa ver este complexo de recursos não em si mesmos, antes enquanto vivos na multiplicidade dos «jogos de linguagens» (2) que os falantes realizam, neles e por eles (se) conhecendo e (se) dando a conhecer, neles e por eles se inscrevendo activamente na práxis social. Na verdade, a língua objectiva-se nesta pluralidade de «jogos de linguagem» que se projectam na multiplicidade dos discursos — cada um dos quais traz em si e consigo, no sempre inacabado diálogo com outros discursos/outros «jogos», o homem, a sua relação com outros homens e com o mundo. Nos discursos palpita, efectivamente, essa «forma de vida» de que se falou acima: neles se concretizam ou objectivam diferentes experiências e vivências do real, neles se perscrutam e actualizam ou presentificam «mundos possíveis», neles se pressupõem tanto quanto se criam e se transformam relações intersubjectivas, neles se contém a representação e activação da interacção social, neles se avalia, recria e perpetua a identidade da comunidade.

Deste modo, a pedagogia da língua não é outra coisa que *pedagogia dos discursos*, visando a que cada indivíduo tenha, tanto como produtor quanto como receptor-intérprete, acesso efectivo à palavra como raiz/instrumento da descoberta e fruição de si mesmo, dos outros e do mundo, e como condição para uma intervenção na realidade social.

3. São múltiplos os caminhos que vem percorrendo a reflexão de índole ou de base linguística sobre os discursos. Referenciarei de seguida, de modo muito breve e condensado, alguns pontos dessa reflexão de que decorrem incidências consideráveis numa pedagogia da língua concebida como pedagogia dos discursos. Arrumá-los-ei em torno de dois pólos, de resto fortemente interdependentes.

1. Os discursos são acontecimentos sociais — e isto a vários títulos, de entre os quais destacarei os que se prendem às seguintes dimensões:

- os discursos pressupõem e criam e transformam relações interpessoais, neles se realizando actos de alcance social;
- os discursos envolvem sujeitos socialmente organizados, e por isso:

- são marcados pelas intenções, crenças e valores que os animam, pelos estatutos e papéis que assumem ou encarnam no processo comunicativo;
 - são percorridos por estratégias que visam assegurar-lhes uma adequada eficácia;
- os discursos estão ligados a quadros enunciativos específicos, cujos elementos fundamentais (EU-TU/AQUI/AGORA) eles próprios instituem, de modo implícito ou explícito; através desses elementos, estão naturalmente ligados também a situações sócio-culturais determinadas, neles deixando, umas e outros, marcas ou índices vários;
 - os discursos testemunham o processo fortemente interativo da sua produção;
 - os discursos inscrevem-se no contexto global de outros sistemas semióticos que com eles interagem.

2. Os discursos organizam-se, tanto ao nível microestrutural como ao nível macroestrutural, segundo princípios idiomáticos, próprios de cada língua, que dispõe de instrumentos que a tal função são ou estão cometidos, mas também segundo princípios de ordem psicológica, cognitiva, cultural e comunicativa que relevam de componentes não estritamente linguísticas da competência de comunicação.

4. Nos pontos atrás referenciados, um tópico surge como verdadeiramente dominante e integrador — o que assinala a natureza social dos discursos e a dinâmica interactiva que os marca.

Estas dimensões são, parece-me, largamente secundarizadas em muitas das abordagens dos discursos desenvolvidas em situação escolar. Quanto a mim, nelas se tem valorizado excessivamente o nível informativo dos produtos verbais — que é um nível relativamente elementar do seu conteúdo. De resto, nessas abordagens quase nunca se faz atentar no modo como este conteúdo representativo-descritivo está linguisticamente conformado, como está estabelecido o sistema de referências, como ou em que perspectiva são apresentados os estados de coisas. É claro que, mesmo neste domínio, valeria a pena atender-se sempre tanto ao que é dito como ao modo como é dito.

Deixando de lado estas últimas observações, direi que aquela excessiva preocupação com o domínio referencial-informativo dos discursos decorre de uma visão redutora da comunicação, que ignora a sua natureza eminentemente interactiva. Por outras palavras: aquele vício assenta no predomínio erradamente atribuído à função representativa da linguagem ou, se se preferir, numa concepção míope desta função que não deixa ver que os sistemas de referências instituídos nos discursos não são nunca apresentados de um modo neutro, antes são percorridos por forças orientadoras que tentam valorizá-los, apoiá-los, ou, ao invés, desvalorizá-los, infirmá-los.

Importa então não cair naquela visão redutora ou míope e atentar em que os sistemas de referência, os estados de coisas, são habitualmente qualificados por uma dada orientação argumentativa do discurso em que se contém e são ainda marcados por configurações modais várias, ajustadas ao tipo de comunicação instaurada e ao seu desenvolvimento adequado.

Trata-se de dimensões dos discursos atinentes a uma *função interpersonal* da linguagem que se inscreve nas dimensões referenciais-informativas ou a elas se agrega. Estas dimensões são centrais nos discursos, pois nelas assenta o jogo da influência que neles sempre se joga. Esta, que não a representação-descrição, é a orientação primeira dos discursos, como bem assinalou Wittgenstein:

«Ne pas dire: sans langue nous ne pourrions pas nous comprendre les uns les autres. Mais bien plutôt: sans langue nous ne pourrions pas influencer les autres de telle ou telle façon.» (3)

Os discursos testemunham, efectivamente, uma generalizada orientação causativa ou factitiva: neles será de surpreender um mais ou menos subtil mas sempre operante papel de influenciador assumido, quase sempre veladamente, pelo locutor — papel que vai do instituir o alocutário em testemunha e/ou juiz das suas crenças, atitudes ou propósitos às alterações de natureza cognitiva, emotiva ou comportamental desse mesmo alocutário. Este multifacetado jogo é desenvolvido com precauções adequadas, pois estão sempre envolvidos aspectos atinentes à *face* (positiva ou negativa) dos protagonistas da comunicação, aos custos que o tomar da palavra implica e que são devidamente calculados, dados os desequilíbrios que provoca.

É inequivocamente por força desta orientação causativa ou factiva que os discursos contêm que eles se constituem em agentes indutores de valores e atitudes, em agentes inculcadores de representações ou modelos do real, logo, em agentes reguladores de condutas e práticas individuais e sociais.

Convém assinalar que uma tal concepção dos discursos não envolve, obviamente, defender que todos eles apresentam uma estruturação argumentativa explícita. Envolve, antes, defender que eles cumprem generalizadamente uma função de persuasão/manipulação, quase sempre estrategicamente ocultada, mas, até por isso mesmo e pela perversidade que essa ocultação não deixa de conter, adequadamente potencializada.

Intervêm particularmente neste jogo da influência que nos discursos se joga os objectivos que o locutor persegue, os interesses e valores que perfilha ou finge perfilhar, mas igualmente a imagem que o locutor faz ou dá de si mesmo, do alocutário e da relação que com este contrai. Em sintonia com tudo isso, o locutor tenta, ou dá como realizados, cumplimentos e envolvimentos, esvazia ou avoluma tensões, constrói ou desmonta clivagens, ensaia seduções e conivências, instaura imposições, assume, rejeita ou endossa responsabilidades, põe desafios...

Estas dimensões, claramente interactivas, que se projectam nos discursos atestam a sua forte *orientação dialógica*, que lhes advém imediatamente da própria natureza semiótica da linguagem. Mas é preciso ir um pouco mais além e tomar esta orientação dialógica (4) dos discursos também no sentido, de resto fundamental, de que cada um deles incorpora, sob modalidades várias, a imagem que o locutor se dá, por antecipação, do próprio discurso de resposta do alocutário — tomando-se como tal quer, em primeiro lugar e sempre, o discurso interior em que se objectiva a interpretação-compreensão quer a reacção, verbal ou outra, que nesta se apoia. Nesta óptica, os discursos contêm sempre em si próprios, mesmo quando aparentemente monológicos, a encenação da interacção comunicativa, pois são, eles mesmos, lugar de um diálogo implícito entre os protagonistas do processo comunicativo — o que faz que deles seja verdadeiramente constitutiva a *interlocução*: nos discursos estão sempre presentes tanto o locutor como o alocutário, convocados em profundidade como co-enunciadores, logo como sujeitos de um contrato que envolve direitos e obrigações (de resto continuamente renovados e redefinidos ao longo da interacção), na base do qual estabelecem uma negociação dinâmica — a da construção do discurso e a do seu sentido. Esta negociação — se não mesmo este confronto — que

todo o discurso contém, que todo o discurso empreende, constitui o cerne do seu funcionamento e responde pela sua própria organização, incluindo aí aspectos que tangem a dimensões metacomunicativas, que se objectivam em actos de composição e de reformulação discursiva (5) indicadores do trabalho investido pelo locutor na configuração ajustada dos seus enunciados tendo em conta as condições contextuais em geral e, em particular, as relações interpessoais subjacentes à produção ou por ela convocada.

Revela-se necessário seguir este trabalho do locutor onde intervêm a imagem das competências e formações que ele se dá do alocutário, a representação das hipóteses que este formulará no processo de recepção-interpretção, a pré-figuração que desenha da resposta potencial da parte desse mesmo alocutário, ou seja, de um discurso, não raro contra-discurso, que advinha ou pressente e que enfrenta numa estratégia de anulação da palavra do outro antes mesmo que ela seja proferida.

Esta concepção dialógica dos discursos abre-se, porém, à consideração de outras vozes, para além das do locutor e do alocutário, que neles se inscrevem, tornando mais complexa a heterogeneidade enunciativa e até composicional que neles se reconhece, e instituindo-os definitivamente em lugar ou espaço de negociação/confronto: cada discurso retoma outro(s) — quer este(s) outro(s) tenha(m) já sido avançado(s) quer constitua(m) mera potencialidade que o locutor, como se disse, antecipa e enfrenta.

Estamos, assim, no domínio da *polifonia* (6) do discurso, ou, se se preferir, no domínio da interdiscursividade, ou seja, da retoma e qualificação (positiva ou negativa) do já dito e do anúncio, igualmente avaliativo, do que há-de ou pode vir a ser dito. Estamos, afinal, no domínio do discurso de um eu sempre habitado por um outro ou outros (isto é, pelos seus discursos, reais ou potenciais), ou melhor, por ele(s) constringido.

É, pois, o homem que nós encontramos sempre nos discursos e, naturalmente, na língua, que é o lugar da intersubjectividade. A palavra fala com certeza do mundo — mas fala igualmente de si mesma, dos seus utilizadores e suas circunstâncias. A todos ela convoca tanto quanto re-interpreta, redefine e recria.

É então, forçoso incrementar nas actividades de ensino-aprendizagem da língua materna o contacto com todas estas dimensões dos discursos, e, desde logo, abordar os constringimentos com que o tomar da palavra se confronta e os modos como esses constringimentos

são ultrapassados ou resolvidos e até aproveitados como ingredientes de estratégias diversificadas desenvolvidas em ordem à eficácia dos discursos.

5. Se a instância da produção dos discursos se revela, nos termos considerados, fortemente dinâmica, não o é menos a atitude própria da recepção-interpretação. Direi que ao receptor-intérprete está cometida a tarefa, não singelamente de reconhecer a intenção comunicativa do locutor, antes de assignar, de atribuir ao locutor essa intenção — formulação que pretende justamente sublinhar que a compreensão dos discursos exige uma atitude eminentemente activa.

Mas o dinamismo imediatamente contido nesta atribuição ao locutor por parte do alocutário de uma intenção comunicativa prolonga-se por uma dimensão fundamental: é que o alocutário não pode mais fazer de conta que ignora o jogo em que o locutor tenta envolvê-lo, não pode mais furtar-se a tomar em consideração as consequências derivadas desse jogo afinal já em curso. Ou seja: ao atribuir ao locutor uma intenção comunicativa, o alocutário necessariamente aceitou ver o seu território invadido, a sua face, positiva ou negativa, afectada, e não pode mais ficar indiferente — ele é agora pelo menos a testemunha e/ou o juiz dos complexos cognitivos, emotivos ou volitivos que, no seu entender, animam o locutor, e é sempre, até por isso mesmo embora não só por isso, o experienciador das modificações cognitivas e passionais desencadeadas pelo discurso ou o sujeito dos novos comportamentos ou o agente das novas acções que igualmente pelo discurso lhe são cometidas, quer a tudo isso adira quer tudo isso rejeite.

No que se acabou de afirmar encontramos, afinal, de novo o dialogismo, agora como princípio de interpretação dos discursos: o cerne da compreensão dos discursos reside na emergência de um sujeito, na sua afirmação por um discurso de resposta desenvolvido no seu íntimo — discurso interior que é o do acordo ou o do desacordo, sendo sempre, por isso mesmo, um discurso de avaliação, em que imediatamente se consuma a negociação/confronto que propõe o locutor.

A compreensão dos discursos apoia-se necessariamente em instruções de decodificação que eles próprios contêm. Essas instruções são variadas e referem-se a níveis diversos da configuração dos discursos e do seu conteúdo. Muitas delas são dadas de forma explícita, mas muitas outras surgem apenas de modo implícito. A decodificação passa pela reconstrução dessas instruções implícitas, a agregar às explícitas

— mas passa igualmente pela convocação de um mais ou menos largo conjunto de elementos que os materiais verbais imperiosamente suscitam por terem sido utilizados, se bem que não ditos, na sua produção. Estes elementos são, naturalmente, as condições contextuais pertinentes, que, por sua vez, suscitam, por a ele estarem ligados, o universo de saberes supostamente partilhados pelos interlocutores: o saber comunicativo, o saber acerca do mundo, incluindo aí as representações que a ele agregamos e as expectativas de todos esses saberes derivados, e também o domínio dos princípios que presidem ao exercício do pensamento e à construção do conhecimento em geral.

Tal significa que a compreensão dos discursos envolve a consideração ou a reconstrução da situação interactiva mais ou menos complexa em que são ou foram produzidos, mas também a sua re-interpretação à luz do universo de saberes disponível e pertinente — o que de novo nos remete para o dialogismo, para a emergência de um sujeito.

Ficou observado que a compreensão suscita tanto quanto utiliza a activação de segmentos ajustados do universo de saberes do alocutário, alimentando-se de sucessivas inferências que esses saberes, em interdependência com o saber linguístico, autorizam e guiam. Interessa assinalar que opera aqui de um modo saliente um princípio fundador de todo o discurso — o princípio da *coerência* — que deve suportar o trabalho de cálculo interpretativo (sendo naturalmente suposto que suportou de forma similar o trabalho de produção). Importa ter presente que este cálculo interpretativo não se processa de forma linear, antes se desenvolve através de interacções múltiplas que se travam entre o local e o global, isto é, entre as microestruturas e as macroestruturas (intermédias e global) dos discursos. Relembre-se, a propósito, que a compreensão global dos discursos possibilita e guia a compreensão local e ao mesmo tempo resulta dela.

É imperioso seguir este continuado vai-vém entre o local e o global, e atender às reelaborações do sentido que então se dão e aos modos como nelas intervém o universo de saberes. Haverá, então, lugar nas actividades de ensino-aprendizagem para o reforço e alargamento de tarefas de explicitação das coordenadas que fundamentam «leituras» diferentes, quando não divergentes, de um mesmo discurso, para o levantamento criterioso dos *quadros* (comuns e interdiscursivos) em que condensamos o conhecimento do mundo activado pelos discursos, para a exercitação apropriada da habilidade de projectar esses *quadros* com pertinência sobre os produtos verbais. Muitas das deficiências obser-

vadas na compreensão dos discursos têm com certeza a sua origem na incapacidade de utilizarmos adequadamente o conhecimento do mundo ou as condições contextuais em geral na indagação/construção do sentido.

Assinalar a forte interdependência discursos-universo de saberes é também assinalar que os discursos são enformados de cultura tanto quanto geradores de cultura: a produção e a interpretação dos discursos mobilizam esse universo de saberes, ao mesmo tempo que o modificam, alargando-o, matizando-o, re-organizando-o. E a este propósito conviria realizar uma efectiva tomada de consciência das implicações que aquela interdependência discursos-universo de saberes contém: «deficits» em preparação cultural, ou seja, deficiências e insuficiências na estruturação e matização dos *quadros* em que se compendia a apreensão cognitiva do mundo e que são, por isso, pontos de referência centrais na integração, alargamento e recriação de representações, vivências, apetências e curiosidades, condenam-nos irremediavelmente a compreender apenas o que já compreendemos (ou julgamos ter compreendido), a não aprender mais do que o que já sabemos (ou julgamos saber). Não é esta a situação vivida por largas camadas da nossa população escolar?

É bom de ver que nestas diferenciações atinentes a níveis de preparação cultural não encontramos diferenças, antes desigualdades, que urge anular mediante acções apropriadas. As mais decisivas encontram-se, inequivocamente, de acordo com as considerações que venho produzindo, na esfera do ensino-aprendizagem da língua materna.

6. Uma das linhas de reflexão que ficou desenhada aponta, como se deve ter notado, para a necessidade de explorar a articulação entre, de um lado, propriedades, instrumentos e mecanismos linguísticos e comunicativos presentes e operantes na estruturação e funcionamento dos discursos e, do outro lado, as condições de produção desses mesmos discursos.

Tal objectivo determina também um novo sentido para a reflexão sobre a frase, que nos discursos nos surge como unidade linguística em que se projectam soluções semântico-sintácticas escolhidas pelo locutor para a manifestação da sua intenção comunicativa, atentas as restrições impostas tanto pela linearização (sujeita aos quadros formais da língua) dessa intenção como pelos contextos.

Neste quadro, a frase será tomada, não como unidade formal desinserida dos contextos em que é produzida, antes como segmento parti-

cular por que se realiza o discurso — logo, como unidade contextualizada quer, num plano horizontal, em relação ao co-texto, quer, num plano vertical, em relação à intenção comunicativa global que preside à produção discursiva e, portanto, também em relação à situação de comunicação.

A contextualização da frase, desenhada no duplo plano assinalado, responde, na verdade, por aspectos específicos da sua configuração interna, nela assentando igualmente o seu funcionamento no todo discursivo.

Instituir-se-á, pois, nesta base um novo tipo de reflexão sobre a frase, preocupada agora não com a apreensão de regularidades e constâncias de algum modo caracterizadas no vazio, antes com a explicitação de regularidades vivas na produção adequada das unidades linguísticas e suscitadas ou mesmo impostas pelo enquadramento contextual.

Ver-se-á, assim, imediatamente a frase mergulhada num complexo de dependências, interdependências e correlações de vária ordem, que convirá caracterizar e explicar adequadamente.

Gostaria de sublinhar que não se está com isto a advogar o abandono da reflexão sobre as regularidades e constâncias da frase enquanto unidade formal da língua. Isso é impensável, porque essas regularidades e constâncias são necessariamente suscitadas tanto na produção como na interpretação dos enunciados constituindo aí ponto de referência obrigatório e fundamental enquanto *modelos construcionais* memorizados em competência. O que se advoga, então, e isto de modo imediato, é que justamente se capte e elucide a actualização diversificada desses modelos construcionais em função dos contextos, pondo em destaque mais do que as operações e mecanismos intervenientes a sua funcionalidade enquanto recursos da língua. As diferentes soluções semântico-sintácticas virtuais para cada modelo construcional devem ser contrastadas, em busca não apenas dos efeitos semânticos ou comunicativos a que cada uma serve, mas também em ordem à determinação daquela que se revela mais adequada a um dado enquadramento contextual. Por esta via, pretende-se, em suma, congregar o estudo das virtualidades do sistema da língua com a reflexão sobre o seu uso efectivo.

Mas advoga-se mais ao suscitar uma reflexão sobre a frase que complementemente a que a toma como unidade formal da língua. Numa formulação genérica, direi que o essencial estará em mostrar que a frase, enquanto unidade descontextualizada, enquanto *tipo*, tem um *significado*, mas que, contextualizada, enquanto *ocorrência*, ela é investida

de um *sentido*, que é sempre mais que o significado e não raro dele diferente. Daí resulta a necessidade não apenas de captar a distância, maior ou menor, que medeia entre o significado e o sentido, mas também de dar conta de como este último se constitui.

Conviria, porém, retomar aquela formulação genérica e matizá-la, orientando-a para a consideração de alguns aspectos específicos respeitantes ao funcionamento da frase no discurso. De entre eles reter-se-ão aqui os seguintes: as indicações que a frase fornece sobre a sua enunciação, as qualificações que lhe atribui e até os comentários que sobre ela formula — domínio que abarca as dimensões ilocutórias (directa ou indirectamente manifestadas), as atitudes de locução e, de um modo geral, toda a área da *subjectividade*; as expectativas que a frase abre a respeito do desenvolvimento discursivo, as propostas de tematização que desenha, as instruções que comporta quanto à *coerência funcional* do discurso (domínio em que se recortam relações particulares entre enunciados, que são de cariz largamente metacomunicativo); o papel que a frase eventualmente desempenha na progressão do discurso, na marcação do rumo discursivo, na configuração de unidades temáticas; a determinação que a frase estabelece de mundos ou universos de referência e do quadro intelectual em que devem inscrever-se sequências discursivas; a arrumação, tanto espacial como temporal, que ela define para os acontecimentos e as situações recriados no discurso... Estes e outros aspectos ligados predominantemente às *ocorrências* da frase são habitualmente ignorados na reflexão que sobre ela se pratica correntemente na aula — sem se reparar que eles operam com vigor na construção dos discursos e na configuração do seu funcionamento.

Decididamente, a reflexão linguística sobre a frase que tem lugar nas actividades de ensino-aprendizagem da língua materna deve orientar-se também, e até mesmo predominantemente, para estas dimensões discursivas — não devendo, por isso, ser concebida, como quase sempre é, como momento da aula relativamente isolado, relativamente compartimentado. É-o, porque surge na aula total ou quase totalmente desligado daquilo que a deve preencher: a produção e a análise de discursos, um trabalho continuado e criativo com os discursos e sobre os discursos. Cumpre integrar neste trabalho a reflexão sobre a frase: *é aí que essa reflexão adquire plena legitimidade e plena relevância.*

7. Antes de encerrar estas considerações, devo avançar uma observação.

Ter-se-á notado que não fiz qualquer referência ao discurso literário. Justifico, dizendo que a especificidade do discurso literário não invalida que no seu estudo sejam aplicados princípios que se mostram relevantes na análise de todo e qualquer produto verbal. Mais do que isso, a correcta equação e apreensão da especificidade do discurso literário deverá estabelecer-se no quadro da análise da prática comunicativa em geral.

Apresso-me a acrescentar que esta posição não significa, pelo menos da minha parte, uma qualquer manifestação de imperialismo da Linguística, não raro acusada de pretender aglutinar, integrar — outros diriam anular — a ciência da literatura nas ciências da linguagem.

É óbvio que na aula de língua materna tem de estar presente o discurso literário — *e desde cedo e de forma insistente*. Não é a literatura um largo complexo de discursos que, até pela sua especificidade e sobretudo pela sua exemplaridade, obtêm um alcance fundamental na projecção e na recriação da «forma de vida» contida na língua? Não é o discurso literário o lugar privilegiado da revelação das potencialidades da língua? É com certeza tudo isso e algo mais, como sabemos.

Importaria, no entanto, dosear adequadamente a presença do discurso literário na aula, abrindo-a à consideração de todos os outros discursos vivos na comunidade, que não se esgotam — interessa observar — nas produções de cariz utilitário ou ligadas às interacções elementares, ao exercício das tarefas imediatas do quotidiano.

Há que ocasionar a presença equilibrada na aula dos vários tipos de discurso. No seu todo, eles contêm uma imagem correcta das virtualidades da língua e da matizada dinâmica das práticas sociais da comunidade, e, nesta circunstância, revelam-se constituir a via para a integração ajustada dos alunos nessas mesmas práticas, pelo desenvolvimento, a que dão azo, da competência de comunicação e das outras competências que esta convoca e activa.

8. É tempo de concluir.

As actividades de ensino-aprendizagem da língua materna devem centrar-se num intenso e diversificado contacto com a pluralidade dos discursos, que tornará patente aos alunos a natureza social da linguagem, favorecerá neles a descoberta e a fruição de si mesmos e do mundo tanto quanto neles desenvolverá uma real capacidade de participação-intervenção na vida da comunidade. Isso se conseguirá porque as práticas discursivas em que os alunos são chamados a intervir, tanto na

qualidade de produtores ou de receptores-intérpretes como na qualidade de observadores atentos e interessados, se lhes apresentarão como espaço onde se projectam relações interpessoais, onde se opera a construção do eu e da realidade social, e bem assim a sua avaliação e organização criativas.

A pluralidade dos discursos, testemunho de uma multiplicidade de situações e de tipos de interacção comunicativa, ocasionará a interiorização dos princípios de ordem idiomática, mas também psicológica, cognitiva, cultural e comunicativa que intervêm na organização e funcionamento das práticas discursivas, ou seja, favorecerá a matização e a reorganização da gramática já interiorizada, *que é com certeza uma gramática da língua mas não menos uma gramática da comunicação-interacção.*

Por estas vias, acederão os alunos ao domínio efectivo da língua, nas dimensões de correcção, adequação e mesmo de estesia — domínio da língua que deve ser tomado como condição indispensável para uma plena afirmação pessoal e para uma movimentação conseguida na dinâmica das relações interindividuais, em suma, *para o exercício desenvolvimento da cidadania.* Esta exige que cada um de nós esteja desperto para a produção e recepção críticas dos discursos, meio por excelência de recusar ou pelo menos de discutir os papéis que neles são distribuídos, os quadros que neles são propostos. Trata-se, enfim, da exigência que a cidadania nos comete de passarmos de objecto a sujeito da persuasão/manipulação que, como acima se viu, nos discursos se empreende. É claro que aquela passagem, que se advoga, envolve necessariamente o respeito pelo Outro, a solidariedade com o Outro, a abertura ao Outro, a considerar igualmente não como objecto antes como sujeito, ou seja, como parceiro de um diálogo efectivo.

Considerar nos discursos o homem e as suas circunstâncias não é, como pretendi fazer notar, abandonar a língua, antes assumi-la em plenitude. Ensinar a língua será, pois, necessariamente proporcionar aos alunos que construam com consistência o seu mundo interior e o mundo em que se movimentam — e será, então, como se assinalou logo no início destas considerações, proporcionar-lhes a construção criativa e a fruição da «forma de vida» que na língua se compreende e que por ela, na multiplicidade dos seus usos, se torna manifesta e continuamente se renova.

NOTAS:

(1) L. Wittgenstein, 1958. Ver especialmente §§ 19, 23, 241.

(2) Ver L. Wittgenstein, *obra cit.*

(3) L. Wittgenstein, *obra cit.* (trad. francesa), § 491. Convém observar que o que se contém nesta formulação, como de resto no todo da obra citada, é basicamente a substituição na reflexão sobre a linguagem do paradigma da representação-descrição pelo paradigma da comunicação-interacção. Como se sabe, neste último paradigma se inscrevem as orientações enunciativo-pragmáticas da Linguística.

(4) Sobre a *concepção dialógica* dos discursos ou *dialogismo* ver, para além das propostas fundadoras contidas nas hoje bem conhecidas obras de M. Bakhtine, T. Todorov, 1981, e, numa perspectiva mais estritamente linguística (necessariamente enunciativo-pragmática) O. Ducrot *et al.*, 1980; E. Roulet *et al.*, 1985, e *Tranel*, número spécial, 1985. Ver ainda os vários números de *Cahiers de Linguistique Française* (Genève) e *DRLAV — Revue de Linguistique*, n.º 26, 1982.

(5) Ver, em particular, T. Kotschi, 1986. Ver também *DRLAV — Revue de Linguistique*, n.º 32, 1985.

(6) Ver as indicações bibliográficas contidas na nota 4.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Todorov, T. — 1981 — *Mikhail Bakhtine: le principe dialogique*, Paris.
- Ducrot, O., et al. — 1980 — *Les mots du discours*, Paris.
- Kotschi, T. — 1986 — «Procédés d'évaluation et de commentaire métadiscursifs comme stratégies interactives», *Cahiers de Linguistique Française*, 7.
- Roulet, E., et al. — 1985 — *L'articulation du discours en français contemporain*, Berne.
- Tranel, numéro spécial, 1985 — *Actes du Colloque Dialogisme et Polyphonie* (Université de Neuchâtel, décembre 1985).
- Wittgenstein, L. — 1985 — *Philosophisch Untersuchungen/Philosophical Investigations*, Oxford (Trad. franc. *Les investigations philosophiques*, Paris, 1961).

HETEROGENEIDADE NA LÍNGUA E NO DISCURSO

0. São dois os objectivos que tentarei alcançar neste estudo:

- caracterizar a noção de heterogeneidade e enquadrá-la devidamente;
- perspectivar e articular os lugares ou momentos e as modalidades principais da inscrição/revelação da heterogeneidade na língua e no discurso.

O bom entendimento do modo por que procurarei realizar estes objectivos, em particular o segundo, suscita uma observação, muito breve.

A orientação de base que imprimirei à exposição traduzir-se-á, não em apresentar um articulado de sínteses parcelares correspondentes aos vários tópicos por que se distribui o tratamento do assunto, antes em insistir sobre algumas linhas de força ou sobre alguns princípios integradores da reflexão, sublinhando as dimensões de maior relevância e centralidade e os nexos que as percorrem e organizam. Compreender-se-á, assim, que algumas outras dimensões não me mereçam mais que uma referência sumária.

1. É sabido que não há nenhum sistema semiótico homogéneo. Pelo contrário, todo e qualquer sistema semiótico é mais ou menos marcadamente heterogéneo, e isto num duplo sentido.

Em primeiro lugar, cada sistema semiótico é, do ponto de vista da sua organização interna, um complexo de sistemas parcelares. Nele operam, então, princípios organizativos e regras de ordenação de natureza diversa, ou seja, códigos diferenciados. O mesmo se passa do

ponto de vista do funcionamento de qualquer sistema semiótico. Este funcionamento não apenas é pautado por princípios de ordem desigual, como também regularmente convoca outros sistemas e seus códigos: na verdade, as mensagens que num dado sistema semiótico se vazam representam a resultante de uma mais ou menos forte interacção que se trava entre ele e outros sistemas. Eis a primeira acepção de heterogeneidade, que rotularei de *heterogeneidade*₁.

Aplicando o que acabei de esquematizar às línguas naturais, falarei de uma *heterogeneidade*₁, que se refere, por um lado, à diversidade de natureza e sobretudo de estatuto semiótico das entidades linguísticas, e, por outro, à diversidade de natureza dos princípios enformadores da organização e do funcionamento da língua e do discurso.

Em segundo lugar, todo e qualquer sistema semiótico revela-se constituir um complexo ao mesmo tempo depositário e mediador de intersubjectividade, existindo e organizando-se internamente em função de actividades de comunicação-interacção. Como já se compreendeu, está configurado o segundo domínio de heterogeneidade, que designarei de *heterogeneidade*₂.

Transferindo-nos mais uma vez para as línguas naturais, falarei, assim, de uma *heterogeneidade*₂, que, tendo por pano de fundo a natureza intersubjectiva da linguagem verbal, nos remete essencialmente para a *polifonia* e para o *dialogismo* incristos na língua, e ainda para o que chamarei *conjugação* e *conjunção* ou *junção de vozes* que se fazem ouvir ou se dão a ouvir no discurso.

2. A caracterização acabada de apresentar da noção de heterogeneidade deixou já entrever o quadro em que o seu estudo se deve situar. Tudo aponta no sentido de que as dimensões centrais da heterogeneidade presentes na língua e no discurso se inscrevem no nível enunciativo-pragmático da linguagem. E é, na verdade, na reflexão desenvolvida no campo enunciativo-pragmático que pela primeira vez e de modo explícito se assume a heterogeneidade.

Lembrarei que as dicotomias saussurianas fundadoras da Linguística representam declaradamente a anulação ou a suspensão metodológicas da heterogeneidade, em busca de um objecto de reflexão suficientemente uno, homogéneo. A *langue* constitui exactamente um princípio de classificação, ou seja, um princípio ordenador e integrador do complexo de dimensões heteróclitas que são tanto a linguagem como a fala.

N. Chomsky e a gramática gerativo-transformacional, através da noção de *competência linguística*, assumem e até reforçam, como se sabe, a mesma atitude metodológica de base.

Há que reconhecer, no entanto, que à Linguística do Sistema, em particular às suas orientações estruturalistas, não escapam alguns aspectos da heterogeneidade — mas trata-se de aspectos menos centrais ou até relativamente triviais, como são os que se ligam à dualidade do signo linguístico e à natureza plurissistemática da língua... A consideração da natureza diassistemática da língua não ocupa aí senão um lugar secundário, e a própria natureza intersubjectiva da língua nunca é aí mais do que superficialmente assumida, em primeiro lugar, porque apenas invocada, no fundo, para fundamentar a natureza opositiva das unidades linguísticas, e, em segundo lugar, sobretudo porque se abandona o domínio do discurso — quer o discurso considerado em si mesmo como objecto de indagação quer o discurso enquanto realidade absolutamente imprescindível para o esclarecimento da própria organização interna da língua.

Não é de estranhar esta atitude da Linguística do Sistema: ela decorre linearmente da actividade de modelização que desenvolve, pondo no centro das suas preocupações um *falante-ouvinte* (não uma instância de produção diferenciada de uma instância de recepção-interpretação), e, mais do que isso, um falante-ouvinte fortemente idealizado, subtraído aos contextos, concebido como dominando um sistema de signos e de regras arquitectado como asépticamente isolado de outros sistemas semióticos, dado como disponível para actividades de índole prevalentemente representativo-descritiva e tomado essencialmente como complexo de invariantes e de funcionalidades estritas que operam até ao limite da frase...

Ora, as dimensões centrais da heterogeneidade relevam inequivocamente da natureza comunicativo-interactiva da língua e do discurso — e é justamente a consideração desta natureza comunicativo-interactiva que a reflexão enunciativo-pragmática se dá como objecto... Só pode, então, ser este o quadro em que se inscreve o tratamento da nossa questão.

3. Seguindo o esquema acima delineado, é tempo de encarar a heterogeneidade inscrita na língua. Começarei com a consideração de *heterogeneidade*₁.

3.1. Uma primeira zona deste primeiro tipo de heterogeneidade foi já de passagem mencionada e até rotulada de relativamente trivial. Respeita ela à inequívoca diferença de natureza que separa significante e significado. Esta dimensão de heterogeneidade prolonga-se pela diversa natureza dos planos linguísticos que assentam nesta dualidade do signo, onde operam princípios ordenadores diferenciados. Acresce que o plano da significação ou do conteúdo se organiza, por sua vez, numa pluralidade de níveis ou estratos hierarquizados, onde de novo vemos operar códigos não coincidentes. Tal responde por uma radical não homologia entre todos estes planos de estruturação interna da língua.

Mencionarei ainda um outro segmento de heterogeneidade neste domínio, que é atinente a uma diversidade de outra ordem: na língua congregam-se recursos para a construção das unidades frásticas e intrafrásticas, de um lado, e, do outro, para a formação do transfrástico. Ter-se-á presente que, embora alguns desses recursos se apliquem nos dois níveis de estruturação, estes são suficientemente diversos na sua natureza (1).

Deixarei sem mais comentários esta relativamente matizada zona de heterogeneidade, e ainda uma segunda, já também muito rapidamente atrás evocada — a que assenta na natureza diassistemática da língua, considerada, de momento (2) no que respeita à irrupção no seu interior de variáveis de ordem regional, sócio-cultural e situacional determinantes de modalidades funcionais ou modos interindividuais de uso diferenciado. Visivelmente, estas variáveis são exteriores à língua, mas nela actuam, configurando correlações sistemáticas entre ela e o mundo, a sociedade, as situações de comunicação.

3.2. Passarei, então, a uma terceira área de heterogeneidade, que é verdadeiramente nuclear. Diz ela respeito à incricção na língua de dimensões fundamentais que relevam de um outro nível da sua organização que é o nível pragmático.

O nível pragmático é duplamente fonte de *heterogeneidade*₁ na língua.

Em primeiro lugar, as dimensões pragmáticas originam-se, como se sabe, nas relações dos signos com os seus utilizadores e circunstâncias de utilização. Bastará esta apresentação genérica para tornar saliente a radical diversidade deste nível em relação aos níveis clássicos — gramatical e léxico-semântico. É sabido que estes níveis consideram exclusivamente as relações dos signos com o mundo dos «objectos»

e dos estados de coisas que capturam, ou melhor, representam-descrevem, deixando de lado aquelas outras relações dos signos com os utilizadores/circunstâncias de utilização.

Em segundo lugar, esta heterogeneidade de base reforça-se e amplia-se, mercê do modo peculiar de inscrição deste nível na organização da língua: é que o nível pragmático aparece radicalmente *integrado* nos outros níveis. Lembrarei que isto quer dizer que ao considerarmos um nível pragmático não estamos a acrescentar, numa óptica linearista, mais um nível aos já conhecidos, estamos antes a suscitar um conjunto de dimensões que percorrem e enformam os outros níveis e os põem em interacção. Mais simplesmente: o nível pragmático *funde-se*, surge fortemente *imbrincado* nos níveis gramatical e léxico-semântico.

3.3. Será conveniente pôr em relevo que no que se acaba de escrever está contida uma linha argumentativa básica que percorrerá todas as considerações a tecer sobre a *heterogeneidade* (1 e 2) presente na língua. Importará, então, explicitá-la cabalmente. É a seguinte: a organização interna da língua não pode ser alheia às condições básicas do seu uso. Ou então: as condições do uso da língua são determinantes na sua organização interna. Talvez ainda melhor: a língua *incorpora* as suas condições básicas de uso.

Pois bem, — e faço aqui uma transição decisiva — as condições básicas do uso da língua estão compendiadas na enunciação.

Podemos, então, muito linearmente aceitar o seguinte: a língua incorpora a enunciação. Mais do que isso: a enunciação desempenha um papel de tão largo alcance na organização da língua que dela se deverá dizer que constitui a trave mestra dessa organização.

Não poderei furtar-se a fundamentar esta pretensão de que a enunciação constitui a trave mestra da organização interna da língua. Espero bem conseguir fazê-lo, e nesse caso estará encontrada a própria raiz das grandes questões da heterogeneidade inscrita na língua. Na verdade, toda elas se originam ou se apoiam, como se verá, na enunciação.

Entretanto, convirá reparar bem no que estou a advogar: uma realidade claramente externa à língua — a enunciação — está a ser convocada como princípio fundamental da sua organização interna. A ser assim, estamos confrontados com um princípio de natureza radicalmente heterogénea em relação aos outros que actuam na estrutura da língua,

pois se trata inegavelmente de um princípio que vem de fora (3). Por isso, a esta luz, se diz correntemente que as condições do uso da língua *irrompem* no interior da sua estrutura.

3.3.1. Marcada que está a heterogeneidade deste princípio ordenador básico da língua que é a enunciação, a tarefa imediata é fundamentar isso mesmo, ou seja, que a enunciação é a trave mestra da organização da língua.

O modo 'natural' de apoiar esta asserção fundamental para os meus propósitos consiste em mostrar que a enunciação determina na língua arrumações paradigmáticas. Esta será uma exigência mínima... Não me contentarei com isso. Procurarei, então, dois outros fundamentos, e cuidarei de sublinhar o significado e o alcance daquele primeiro.

Assim, vou organizar a fundamentação que nos ocupa — e que realmente se impõe — em torno de três pólos:

- 1.º — a enunciação promove à existência efectiva signos, estruturas formais e mecanismos fundamentais na economia global da língua e do seu funcionamento discursivo;
- 2.º — a enunciação configura paradigmas específicos, quase sempre transcategoriais, e mais do que isso, paradigmas que se revelam centrais na organização e funcionamento da língua;
- 3.º — a enunciação inscreve na língua uma matriz dialogal.

Anotarei que este terceiro ponto diz preferentemente respeito à *heterogeneidade*₂, pelo que o retomarei mais adiante. Antes, porém, queria salientar que ele também está profundamente implicado na *heterogeneidade*₁, e que no conjunto da fundamentação a desenvolver ele é pelo menos tão decisivo quanto os outros dois, e isto porque a matriz dialogal que está inscrita na língua representa a implantação no sistema dos termos da enunciação. Vemos, assim, que a língua inclui em si mesma a representação do processo da sua actualização, em estreita correspondência com a própria natureza e com a vocação primeira, que é discursiva, da linguagem como sistema semiótico.

Deixando, então, este terceiro ponto para mais tarde (4), ocupar-me-ei imediatamente dos outros dois, não sem antes observar que o desenvolvimento da fundamentação que procuro me trará o ensejo de visitar os lugares privilegiados da inscrição da heterogeneidade na língua.

O primeiro ponto é, como ficou dito, que a enunciação promove à existência signos, estruturas formais e mecanismos de alcance fundamental.

3.3.2. Os signos que a enunciação promove à existência são os *sui-referenciais*.

3.3.2.1. Entre eles surgem-nos de imediato os deícticos. Os deícticos são caracterizados por condições de significação e de referência *sui generis*: remetem directa ou indirectamente para segmentos de uma realidade específica que são o *EU-TU / AQUI / AGORA* criados na e pela enunciação — isto é, segmentos da realidade discursiva, que não são nem anteriores à enunciação nem dela independentes — e aí fundam as suas virtualidades referenciais, pois obtêm referência a partir exactamente da enunciação sempre única que os contém. Ou seja: os deícticos estão radicalmente vinculados à enunciação, dela sendo absolutamente dependentes: a remissão, que eles operam, para a enunciação é *constitutiva* do seu significado-referência.

Trata-se claramente de signos que projectam a enunciação no sistema da língua, ou que, em termos benvenistianos, integrando o nível semiótico da língua aí se apresentam como operadores da articulação desse plano com o plano semântico da mesma língua ⁽⁵⁾, revelando-se instrumentos imprescindíveis da sua conversão em discurso. Na verdade, os deícticos assinalam os actantes da comunicação-interacção e as suas relações interpessoais, instanciam no tempo e no espaço as produções discursivas, e, por tudo isso, determinam, directa ou indirectamente, os valores referenciais de todos os signos actualizados no enunciado/discurso ⁽⁶⁾, pois que a referência tem uma origem *egocêntrica*, ou seja, apoia-se sobre o EU da enunciação ⁽⁷⁾. Numa palavra: os deícticos embraiam/desembraiam o discurso nas/das situações de comunicação-interacção, sem o que — repare-se — simplesmente a actividade discursiva não seria possível.

Fica claro que, com os deícticos, se configura na língua uma incontornável heterogeneidade, pois que ao lado de signos de natureza plenamente *simbólica*, que remetem para realidades anteriores ao discurso e dele independentes, e que são, por isso mesmo, portadores de virtualidades referenciais estáveis ou permanentes, vemos surgir signos de natureza não só *sui-referencial* como também (largamente) *indicial*, já que a referência que manifestam varia sistematicamente com a enun-

ciação que os actualiza. Como salienta E. Benveniste, «ils sont engendrés á nouveau chaque fois qu'une énonciation est proférée, et chaque fois ils désignent à neuf» (8).

3.3.2.2. São ainda sui-referenciais os *performativos*, cujo semantismo se perfaz numa qualificação ou num comentário ou numa tematização da enunciação que os actualiza (na primeira pessoa do presente do indicativo). Os performativos não só remetem para a sua própria ocorrência, como sobretudo instauram a realidade que constitui a sua referência — a realidade que converge com o estatuto comunicativo-interactivo da enunciação, com o valor ilocutório do enunciado. Sendo assim, as suas virtualidades significativo-referenciais — aí se incluindo as atitudes ou relações intersubjectivas (da ordem dos direitos e dos deveres) contraídas no discurso (9) — estão também vinculadas à enunciação, nela se originam.

Dado esse seu particular estatuto semiótico, assente na sui-referencialidade, os performativos constituem também mais um (duplo) foco da *heterogeneidade*₁ inscrita na língua que vimos considerando: eles, como sui-referenciais, introduzem na língua a enunciação, mas fazem-no inscrevendo aí também a dimensão accional do discurso, o discurso como *acção* (10).

3.3.2.3. Revelam-se também particularmente penetrados de sui-referencialidade os *delocutivos*. Como bem assinalou E. Benveniste (11), eles representam também, como todos os signos sui-referenciais, a cristalização da enunciação no léxico, mais especificamente, a cristalização no léxico do acto de pronunciar no discurso as expressões ou locuções de que, por um processo marcado, derivam.

3.3.2.4. Como (também) bem salientou E. Benveniste, origina-se ainda na enunciação a instauração das condições necessárias «aux grandes fonctions syntaxiques» (12) e das modalidades de funcionamento das formas que lhes estão ligadas — as formas lexicais e sintácticas da *interrogação*, da *intimação* e mesmo da *asserção* (13), que constituem outros tantos potenciais indicadores ilocutórios.

Do mesmo modo, emanam da enunciação, segundo aponta ainda E. Benveniste, as modalidades formais (14) da manifestação das atitudes proposicionais do Locutor, entre as quais figuram as que encontram expressão nos modos dos verbos, nos advérbios de enunciação e

nos modalizadores em geral, onde se incluem os verbos atitudinais. Nestes — como também nos verbos que designam «operações mentais» — projecta-se uma sistemática não permanência do significado — a interpretar, mais rigorosamente, como mudança de estatuto semiótico ⁽¹⁵⁾ — na alternância 1.ª pessoa do presente do indicativo/outras pessoas ou outros tempos-modos ⁽¹⁶⁾, no que se consuma verdadeiramente a sua vinculação à enunciação ⁽¹⁷⁾.

3.3.2.5. O que se acabou de referenciar seria já bastante para suportar a pretensão de que a enunciação se inscreve na língua e aí recorta uma heterogeneidade assinalável.

Acontece, porém, que não é tudo. Em particular, a sui-referencialidade actua a um nível muito mais vasto na estrutura da língua, ocasionando a configuração específica de instrumentos e de mecanismos de uma igualmente larga saliência, que constituem, naturalmente, outros tantos focos da *heterogeneidade*₁ presente no sistema linguístico.

Na verdade, nascem ainda da enunciação mecanismos de adequação co(n)textual que operam no ordenamento interno dos constituintes do enunciado, nomeadamente o mecanismo básico *tema/remã*, tributário da ordenação ‘conhecido’/‘não conhecido’, assente, como se nota, sobre os segmentos do universo de saberes que o Locutor dá como partilhados pelo Alocutário.

Articulam-se, finalmente, à enunciação os mecanismos da construção do enunciado/discurso, e do seu sentido, que relevam do vasto âmbito das *implicações pragmáticas*. Cabem aqui os recursos da língua ligados, por um lado, à natureza específica dos morfemas argumentativos, dos activadores de pressuposição e mesmo dos activadores de implicaturas convencionais, e, por outro, às regras ou princípios — conversacionais e não conversacionais — do dizer, que são imediatamente responsáveis pelas implicaturas não convencionais.

Para além da vinculação destes recursos à enunciação, importa sublinhar que eles não só instauram as componentes implícitas do sentido — que se prendem a amplificações e transformações do *dito* — mas também trazem consigo a configuração de dimensões sequenciais dos enunciados em que figuram ou actuam. Observe-se que, efectivamente, por força dos activadores de pressuposição e dos morfemas argumentativos também ficam recortadas num enunciado instruções discursivas, tais como efeitos focalizadores e constrangimentos respeitantes à progressão do discurso (delineando, por exemplo, encadeamentos sobre

o posto, sobre a conclusão para que aponta dado argumento ou sobre o argumento apresentado, segundo o semantismo dos morfemas argumentativos, como mais forte). Algo de semelhante se projecta a partir das significações activadas pelas implicaturas não convencionais — que passam a constituir o comunicado, logo, o verdadeiro objecto do discurso, sobre que se deve encadear a sua progressão — e ainda a partir das condições de adequação dos actos ilocutórios e, em particular, das condições configuradas pelas dimensões sequenciais e interaccionais desses mesmos actos, que estão necessariamente pré-figuradas na língua como outras tantas instruções discursivas.

3.3.2.6. Como se pôde ver, todos os signos, estruturas formais e mecanismos referenciados têm em comum um traço fundamental: são originados na enunciação, a ela se vinculam, a ela aludem, dela emanam ou nascem — em suma, dela são dependentes, basicamente por força da sui-referencialidade que comportam ou que, pelo menos, envolvem. Todos eles carregam referências, alusões ou invocações constantes e sistemáticas à/da enunciação. Não nos podem restar dúvidas: a enunciação atravessa, percorre, decisivamente a estrutura da língua e nela recorta uma saliente heterogeneidade.

Virá a propósito esclarecer que o que se está a considerar não é senão a existência de um vincado *desnívelamento semiótico* entre as entidades linguísticas. O que se viu foi que na língua há signos, estruturas e mecanismos (e dimensões significativas que deles derivam) absolutamente dependentes da enunciação, contrastando com outros que dela não dependem, que dela não emanam.

Temos, assim, uma clara heterogeneidade entre os recursos da língua, e dela é eminentemente responsável a enunciação.

3.3.2.7. Esta heterogeneidade de estatuto semiótico das entidades linguísticas pode, e deve, ser apresentada numa outra perspectiva — de resto já ocasionalmente anunciada nos números precedentes. O que esse desnívelamento semiótico revela na globalidade é que estão consagrados na língua dois modos absolutamente heterogêneos de significar: temos o modo de significar por *representação-descrição*, de um lado, e do outro, o modo de significar por *mostração-indicação*. É a conhecida distinção entre *dizer*₁ e *dizer*₂, respectivamente (18).

Relevam genericamente da ordem do *dizer*₂ todas as dimensões pragmáticas da linguagem (19), que exactamente não são representadas

no discurso, antes tão só mostradas. Justamente nesse nível se inscrevem os signos, as estruturas formais e os mecanismos que passei em revista, e que, no essencial, atestam que o enunciado ou o discurso tem uma estrutura largamente reflexiva e que esta reflexividade não pode senão representar um recurso básico inscrito na língua para o seu funcionamento discursivo e para a construção do sentido (20).

Como se vê, temos aqui a verdadeira raiz das dimensões centrais da *heterogeneidade*₁ presente na língua, raiz que reside essencialmente na diferença que separa o *dizer*₁ e o *dizer*₂, que, como se sublinhará mais adiante, se imbricam na comunicação-interacção verbal. Ao mesmo tempo, ficou claro o estatuto de força organizadora da língua que a enunciação constitui, precisamente ao promover à existência e ao modelar esses recursos de inegável centralidade.

3.3.3 Consideremos agora o segundo momento da fundamentação de que a enunciação é a trave mestra da organização da língua. Como anunciei em 3.3.1., esse segundo momento consistirá em evidenciar que a enunciação recorta na língua organizações paradigmáticas decisivas do ponto de vista do seu funcionamento.

São disso exemplo:

- a ordenação dos elementos, distribuídos por várias categorias, que realizam ou que são afectados pela *pessoa* gramatical, elementos que são percorridos, todos, por uma correlação de pessoalidade que se desdobra numa correlação de subjectividade;
- a ordenação dos localizadores espaciais e temporais sobre o AQUI e o AGORA, termos de raiz egocêntrica, que remetem, portanto, ainda para aquelas correlações de pessoalidade e de subjectividade;
- a delimitação e ordenação dos delocutivos e dos performativos;
- a delimitação e ordenação dos advérbios de enunciação e dos morfemas argumentativos;
- a ordenação de relatores segundo articulam o *dito* no enunciado ou o *dizer* do enunciado;
- a ordenação dos tempos e pessoas verbais segundo planos que a enunciação recorta — os celebrados planos do *discurso* e da *história* de E. Benveniste (21) ou os genericamente equivalentes avançados por H. Weinrich (22) ou por J. Lyons (23);

- a reordenação dos deícticos a partir deste duplo plano enunciativo em deícticos primários e deícticos secundários;
- a delimitação e ordenação dos potenciais indicadores ilocutórios ligados, como se assinalou em 3.3.2.3., às funções sintáticas básicas da interrogação, intimação e asserção;
- a delimitação e ordenação dos verbos atitudinais e dos que denotam «operações mentais» (24);
- a delimitação e ordenação dos elementos intrinsecamente subjectivos, face aos ocasionalmente subjectivos... (25).

Suponho que este elenco de paradigmas recortados pela enunciação na língua é já suficiente. Afinal, eles assinalam a vocação discursiva da língua, ou seja, a incorporação na língua das suas condições básicas de uso — e isto porque, como se deve ter notado, estas arrumações paradigmáticas se fundamentam em semelhanças já não de ordem formal ou estritamente semântica, antes de ordem marcadamente enunciativa ou funcional-discursiva.

4. Para além da heterogeneidade de base assente no que caracterizei essencialmente como desnivelamento semiótico dos recursos da língua, cuja apresentação preencheu os números anteriores, ficou já substancialmente desenhado nesse mesmo segmento desta exposição um outro eixo a que deve referir-se ainda a *heterogeneidade*₁ impressa na língua.

Na verdade, nos números precedentes ficou patente que as entidades linguísticas carregam significações de uma extrema heterogeneidade. De facto, vimos integrarem o sistema linguístico instrumentos e mecanismos cujas virtualidades significativas se repartem:

- pelo domínio da significação lexical e das significações gramaticais (onde, de resto, se recortam matizações conhecidas);
- pelo domínio das significações de ordem informativa e das significações de índole não informativa, nomeadamente argumentativa ou interpessoal em geral;
- pelo domínio das significações de ordem explícita e das significações de ordem implícita (26), havendo aqui ainda a distinguir a área do implícito ligado ao *dito* e a do implícito ligado ao *dizer*;
- pelo domínio das significações da ordem do dizer-*representar* e das significações da ordem do dizer-*fazer* (27);

- pelo domínio das significações de índole simbólica e das significações de índole indicial;
- pelo domínio das significações representadas-descritas e das significações indicadas-mostradas;
- pelo domínio das significações que falam do mundo exterior à língua e ao discurso e das significações que se aplicam à enunciação e ao discurso, constituindo, pois, significações de natureza metalinguística, metadiscursiva e metacomunicativa (28);
- pelo domínio das significações/instruções envolvidas na configuração da frase e das significações/instruções actuaes no desenho do transfrástico e do discurso.

Poderíamos ver alargar-se ainda mais esta diversificada natureza significativa das entidades linguísticas. Bastará, no entanto, evocar somente a diferença que separa as significações conotativas das significações denotativas ou então a que se institui entre signos e mecanismos que endossam, no enunciado/discurso, a origem ou até a responsabilidade do dito ou do dizer ou do fazer ao Locutor efectivo ou, pelo contrário, a um outro Locutor, real ou fictício, ou mesmo ao Alocutário (ele mesmo também apresentado como Alocutário efectivo ou potencial, e neste caso real ou fictício) (29).

5. Entremos agora no sector respeitante à *heterogeneidade*₂ inscrita na língua.

Como se avançou em 1., a *heterogeneidade*₂ remete-nos para o sistema linguístico enquanto complexo depositário e mediador de intersubjectividade.

5.1. Encaremos em primeiro lugar a língua como complexo depositário de intersubjectividade.

5.1.1. Sobre este tópico, apenas recordarei que a língua é uma complexa realidade histórico-cultural — basicamente porque se constitui como a memória dos usos que aos signos foram e são dados na diversidade dos discursos. Nessa memória que a língua efectivamente é projectam-se as vozes que nos discursos se fizeram ouvir, e até, pelo menos em tese, as circunstâncias da proferição dessas vozes. Essas vozes e o que elas testemunham da sua proferição — acontecimentos e seus protagonistas, tempos, espaços, ambientes, tensões, acordos e desacordos... — habitam os signos em cada sincronia e constituem virtua-

lidades disponíveis para de novo se darem a ouvir quer na interpretação dos discursos já produzidos quer na produção e na interpretação de novos discursos.

5.1.2. Interessa aqui evocar também, e de novo ⁽³⁰⁾, a condição *diassistemática* da língua, agora para destacar que o complexo multilectal que a língua constitui dá testemunho de micromundos, quadros e cenários — culturais, sociais, religiosos, regionais, ideológicos, profissionais, etários e outros — que ficam plasmados e memorizados nas unidades linguísticas.

Se é assim, como de facto é, a língua representa a cristalização de vozes várias que se congregam virtualmente nos signos e nas outras entidades e recursos linguísticos e que estão prontas a ressoar nos discursos. Tal cristalização enraíza na reconhecida iterabilidade das entidades linguísticas, que contrasta com a estrita não iterabilidade das situações de comunicação-interacção em que elas são actualizadas, rigorosamente sempre novas, porque inelutavelmente únicas, irrepetíveis.

5.1.3. Não é preciso ser mais explícito: estou a referir-me à *polifonia* inscrita no sistema linguístico. É o domínio da heteroglossia memorizada nas unidades da língua e, com esta, aberta à absorção de novas vozes, e dos correspondentes horizontais ideológicos, que o uso na pluralidade das situações de comunicação ocasionará... ⁽³¹⁾.

Esta condição histórico-social da língua faz dela, em suma, a memória dos «jogos de linguagem» que percorrem e enformam a existência humana numa comunidade, que compendiam a *forma de vida* dessa comunidade ⁽³²⁾.

5.2. Tomemos agora a língua como complexo mediador de intersubjectividade. É, obviamente, o reconhecido carácter interindividual da língua que permite o seu funcionamento efectivo em actividades comunicativas-interactivas, em que se concretiza aquela sua natureza de agente mediador de intersubjectividade.

5.2.1. Salientarei que o ponto essencial neste domínio da *heterogeneidade* ₂ inscrita na língua não estará, porém, em assinalar que esta é, enquanto tesouro partilhado pelos falantes, condição das variadas interacções que se dão no discurso. O ponto essencial residirá antes em evidenciar as incidências que este carácter de intersubjectividade da língua obtém na sua organização interna.

Direi o fundamental sobre estas incidências se afirmar que o carácter intersubjectivo da língua implanta na sua organização uma estrutura dialógica. Ou seja, e como avancei em 3.3.1., a organização interna da língua tem uma matriz dialógica ou dialogal.

Sendo assim, à polifonia que antes considerámos, junta-se agora um *dialogismo* fundamental inscrito na língua.

Importa compreender bem este ponto.

É com certeza no discurso que se dão as interacções dialógicas entre interlocutores. Tal não deve, porém, conduzir à ideia de que essas interacções dialógicas representam efeitos exteriores às virtualidades da língua. A ser assim, esta seria basicamente um código neutro ou um mero instrumento disponível para ser actualizado, e posto, então, ao serviço daquelas interacções. É claro que se rejeita tal concepção: é que o que se obtém na interacção discursiva não é algo de acrescentado à natureza e à organização da língua, antes algo que nela está pré-figurado e até plenamente recortado.

Veja-se bem: — se a língua existe para a comunicação-interacção, que se dá no discurso, esta sua finalidade há-de estar marcada na sua organização interna. O sistema compreende todos os propósitos comunicativo-interactivos dos seus utilizadores, e, mais do que isso, está ordenado internamente para a sua expressão no discurso.

5.2.2. Já se percebeu que, mais uma vez, estou apenas a defender que a língua incorpora as suas condições de uso. De resto, convém recordar, pôr em evidência que a língua tem uma matriz dialogal constitua o terceiro momento da fundamentação que tenho vindo a desenvolver de que a enunciação é a trave mestra da sua organização.

5.2.2.1. É isso mesmo. Repare-se em que justamente a estrutura da enunciação é eminentemente dialogal, já que é dominada pela correlação EU-TU.

Pois esta correlação percorre bom número das arrumações paradigmáticas que acima, em 3.3.3., referenciei e que vimos assentarem sobre a enunciação. Tal testemunha inequivocamente que a língua constitui o espaço ou o lugar em que se fundam as relações interpessoais reveladas no discurso: a estrutura interlocutiva da enunciação está implantada na língua, é dela constitutiva, nela imprimindo a «condição do diálogo», a inter-relação fundadora de todo o sistema semiótico, a saber, a *alteridade*, a *intersubjectividade*: «La consicence de soi n'est possible

que si elle s'éprouve par contraste. Je n'emploie *je* qu'en m'adressant à quelqu'un, qui sera dans mon allocution un *tu*. C'est cette condition de dialogue qui est constitutive de la *personne*, car elle implique en réciprocité que je deviens *tu* dans l'allocution de celui qui à son tour se désigne par *je*» (33).

5.2.2. Outros dados se podem juntar que tornam porventura ainda mais evidente a matriz dialogal ou interlocutiva da estrutura da língua.

Sirvam de exemplo, para além dos advérbios de enunciação que caracterizam a relação interlocutiva e dos elementos e estruturas sintáctico-semânticas orientados para o exercício da função interpessoal da linguagem, os instrumentos e mecanismos citacionais. Trata-se, genericamente, de recursos variados, de natureza lexical, semântico-sintáctica, metalinguística e até entonacional, que permitem, de modo explícito e segundo modalidades diferenciadas (abarcadas no *discurso relatado*), projectar num dado discurso outras enunciações (34).

Sirvam ainda de exemplo, e de modo muito particular, os elementos cujo semantismo comporta como traço dominante uma deixis interdiscursiva, ou seja, uma dimensão citacional, por inscreverem no discurso de um Locutor o discurso, real ou fictício, de um outro Locutor — individual ou colectivo: é, entre outros, o caso dos activadores de pressuposição e de implicaturas convencionais (35), e é ainda o caso dos operadores e conectores argumentativos. Sobre estes últimos convirá lembrar que eles se oferecem ao Locutor para que este oriente o Alocutário para determinadas conclusões ou até para que ele lhe imponha essas mesmas conclusões em detrimento de outras, reais ou fictícias.

O que acabo de referir permitiu explicitar que na matriz dialogal que vimos considerando entronca a «argumentação na língua»: é o campo dos signos que ou mobilizam elementos escalares disponíveis na língua ou se definem como activadores de relações de ordem no seio das chamadas classes argumentativas — classes argumentativas de cujo recorte são responsáveis os referidos operadores e conectores argumentativos. Ou seja: a língua aparece, na verdade, como lugar privilegiado da elaboração da força argumentativa dos discursos — e isto particularmente em virtude da conflitualidade ou da controvérsia — formas marcadas de dialogismo — que o semantismo dos morfemas argumentativos alberga (36).

5.2.2.3. Uma outra área central desta matriz dialógica inscrita na língua é claramente recortada pelos performativos e outros indicadores de força ilocutória: eles trazem consigo a transformação da situação interlocutiva, pois arrastam um complexo de direitos e de deveres distribuídos pelo Locutor e pelo Alocutário. Estes direitos e deveres, que se repartem pela ordem do crer, do dizer e do fazer, representam dimensões interactivas, desencadeadoras de consequências discursivas, que estão desenhadas na estrutura da língua, devendo ser tidas como con-significadas por aqueles marcadores ilocutórios (37).

Acresce que as condições de boa execução convocadas por cada marcador ilocutório abarcam regularmente a consideração da competência modal dos interlocutores, ou seja, dos interesses, desejos, crenças ou disponibilidades de que o Locutor e/ou o Alocutário estarão animados, ou envolvimento particulares entre eles — com o que se perfaz o claro dialogismo virtualmente contido nos indicadores ilocutórios.

Anotarei, finalmente, que muitos verbos performativos são activadores de pressuposições que remetem para uma intervenção anterior de um Locutor. Esta dimensão dialógica, interactiva, é patente em performativos assertivos que denotam um acordo, seguido ou não de contra-argumentação (38), ou um desacordo (39). Outros performativos contêm igualmente uma dimensão acentuadamente dialógica por designarem actos que reciprocamente se convocam por estarem ordenados tipicamente em *pares adjacentes*.

5.2.2.4. Anotarei, finalmente, que uma mesma orientação dialógica está também delineada nos paradigmas dos tempos-pessoas verbais que se originam nos já acima evocados planos da enunciação *discurso-história*: é que o que se torna particularmente funcional nos planos da enunciação por que se distribuem as produções verbais não será apenas a localização e a articulação temporal e espacial dos estados de coisas ou dos eventos verbalizados, mas também — e talvez sobretudo — o modo de comunicação estabelecido ou o tipo de relações interpessoais aí instauradas por força da *atitude de locução* (40) que aqueles morfemas (também) assinalam. Por isso, é pertinente dizer-se que a enunciação discursiva instaura um modo de comunicação experimental, subjectivo, comentativo, não distanciado — em contraste com o modo objectivo, distanciado, que é próprio da enunciação histórica.

Em todo o caso, os planos da enunciação e as modalidades, que eles configuram, de ancoragem do discurso nas/sobre as situações de comunicação-interacção determinam contornos específicos para a interpretação referencial e modal do enunciado/discurso.

5.2.2.5. Fica assim, creio, reforçada a tese central que venho desenvolvendo: a enunciação é bem a trave mestra da estrutura da língua, aí recortando, como se acabou de ver, esquemas ou padrões interactivos, ou seja, aí inscrevendo um marcado dialogismo que percorre as entidades linguísticas. A estrutura da língua consagra, na verdade, a preocupação dos virtuais locutores com o Outro, a sua orientação para/sobre o Outro, desenhando nós e laços que os interligam e que suportam o consenso e o dissenso, a convergência e a divergência, a harmonia e a conflitualidade, a concórdia e a discórdia.

5.3. Antes de entrar no domínio do discurso, será aconselhável explicitar algo de bem importante que está contido no que se afirmou nos números anteriores.

É o seguinte: as observações sucessivamente avançadas configuram para a língua um conceito teórico novo. O traço definidor desse novo estatuto teórico poderá resumir-se assim: a língua apresenta-se como um sistema que integra em si mesmo o processo que é o seu próprio funcionamento. Por outras palavras: a língua é um sistema dinâmico, e esse dinamismo provém de ela compreender não apenas a multifuncionalidade a que serve, para que está orientada, mas sobretudo a matriz dessa multifuncionalidade que é a *interacção*, o *dialogismo*. Uma e outro dão-se concretamente no discurso — mas precisamente só aí se podem dar porque estão contidos, configurados, na própria organização daquilo mesmo que permite o discurso, isto é, a língua.

Esta é decisivamente enformada por uma matriz interactiva/dialógica correspondente, como já deixei vincado, à própria natureza e também à vocação primeira, que é discursivo-interactiva, da linguagem.

E a este propósito há que acrescentar que, se é verdade que a enunciação só se manifesta concretamente como *enunciação enunciada*, ela revela-se de modo muito mais efectivo e pleno precisamente como princípio ordenador básico que é da própria língua. Foi isso mesmo que tentei destacar.

Convém articular com o que ficou dito esta outra observação: aquele estatuto teórico novo que se reclamou para a língua casa-se com uma

atitude metodológica igualmente nova, a saber, a rejeição do princípio da imanência na indagação das unidades e da organização da língua. Tal rejeição não é apenas necessária, note-se, para a caracterização do discurso e do sentido; ela é também imprescindível, como já se compreendeu, para caracterizar a língua.

6. Entremos agora no domínio do discurso.

6.1. Começemos de novo pela *heterogeneidade*₁. Convirá aqui separar metodologicamente o que, na verdade, se revela indissoluvelmente articulado — o nível da organização do discurso e o nível do seu funcionamento.

6.1.1. Consideremos, em primeiro lugar, a *heterogeneidade*₁ ao nível da organização do discurso.

6.1.1.1. Surge-nos aqui de imediato uma primeira zona de heterogeneidade — a que respeita a um duplo princípio que actua na constituição do texto: o princípio da boa formação das frases e do transfrástico, e o princípio da adequação.

A heterogeneidade destes princípios é irrecusável — e, no fundo, está por detrás da separação entre uma Linguística da Frase e uma Linguística do Texto ou do Discurso, ou até mais amplamente entre uma Linguística do Sistema e uma Linguística do uso/funcionamento do Sistema. Como já se compreendeu, a concepção enunciativo-pragmática da linguagem procura articular estes dois princípios, sem, no entanto, esbater ou camuflar a sua heterogeneidade.

Este mesmo segmento de heterogeneidade pode, e deve, ser visto de um outro ângulo. É que as dimensões da boa formação são sem dúvida idiomáticas, próprias de cada língua, que para tal dispõe de recursos ajustados: no que respeita à boa formação da frase, a maior parte desses recursos convergem claramente com as virtualidades combinatórias dos signos, captáveis em termos de propriedades distribucionais de ordem formal e semântica; quanto à boa formação do transfrástico, esses recursos abarcam instrumentos variados de co-referência e de retoma não estritamente co-referencial, relatores, o já citado mecanismo tema-remática, e ainda outros, entre os quais figuram efeitos focalizadores e outras restrições sobre as possibilidades de continuação do discurso ligados a certos elementos ou construções (41). Ao contrário, as dimen-

sões que respeitam à adequação são generalizadamente não idiomáticas, pois que se prendem a realidades de natureza cognitiva, psicológica, comunicativo-interactiva, social e cultural imbrincadas na actividade discursiva em geral.

6.1.1.2. Uma segunda zona de *heterogeneidade*₁ ainda ao nível da organização do discurso está ligada ao funcionamento dos deícticos, em particular dos morfemas de tempo-pessoa dos verbos.

Na verdade, o funcionamento dos deícticos testemunha dois modos diversos de construção textual, que correspondem aos dois planos da enunciação — *discurso* e *história* — já antes evocados.

Na enunciação discursiva projecta-se uma ancoragem dos produtos verbais sobre as coordenadas AQUI/AGORA, que lhes são exteriores: em contrapartida, na enunciação histórica tem lugar uma ancoragem imediatamente sobre tempos e espaços representados no próprio texto.

Como é sabido, de um modo geral não há que procurar nos textos estes dois modos ou planos em estado puro; os textos combinam esses modos de múltiplas formas — pelo que em cada solução o desenvolvimento textual se dá segundo isotopias enunciativas diversas, projectando-se, então, encadeamentos heterogéneos. Segmentos discursivos há que se apoiam directamente sobre o tempo e o lugar da enunciação, enquanto outros se apoiam imediatamente sobre o tempo e o lugar dos acontecimentos enunciados. É justamente nestas transições que se objectivam encadeamentos discursivos heterogéneos do ponto de vista enunciativo, pois envolvem comutações de nível, que se concretizam em passagens de uma deixis primária/exofórica a uma deixis secundária/endofórica, ou desta para aquela.

6.1.1.3. Há ainda no domínio das articulações discursivas uma terceira zona de heterogeneidade. É que há que distinguir articulações operadas sobre o conteúdo dos enunciados e encadeamentos operados sobre a enunciação. Ou seja: encadeamentos realizados sobre o *dito* e encadeamentos apoiados sobre o *dizer*.

Esta diversidade de natureza das articulações discursivas ficará plenamente recortada se lembrarmos que as articulações desenvolvidas sobre o conteúdo de ordem representativo-descritiva dos enunciados relevam do *dizer*₁ e são subsumidas na *coerência semântica* do discurso (42), enquanto que as articulações operadas sobre a enunciação

são genericamente da ordem do *dizer*₂ e são subsumidas no essencial na *coerência pragmático-funcional* do discurso (43), que respeita fundamentalmente às dimensões sequenciais dos actos ilocutórios.

6.1.1.4. Valerá a pena explicitar que aos aspectos apontados é preciso juntar a consideração de articulações que relevam, em primeiro lugar, de uma ordem especificamente argumentativa, e, em segundo lugar, de uma ordem metadiscursiva.

As primeiras dão-se na *coordenação argumentativa* (44), ou seja, no encadeamento de enunciados em que as informações contidas num deles são mobilizadas para apoiar ou infirmar o conteúdo ou a própria enunciação de um outro ou mesmo uma conclusão que este último favoreça.

As segundas, isto é, as articulações de ordem metadiscursiva e metacomunicativa, realizam-se notoriamente em *actos de composição textual* — quer de *planificação* ou de *reformulação* quer de *avaliação* e de *comentário* metalinguístico ou metacomunicativo (45).

Tais articulações metadiscursivas e metacomunicativas projectam-se generalizadamente em todas as produções verbais, onde surgem enunciados ou segmentos que se aplicam ao discurso ou ao processo comunicativo em curso — comentando-os, clarificando-os, planificando-os, reorganizando-os, reorientando-os, corrigindo-os, regularizando-os, reajustando-os, questionando-os, relançando-os, condensando-os, encerrando-os... Presentes e operantes na generalidade dos discursos, tais articulações são, porém, particularmente visíveis em discursos ou em segmentos de discurso refutativos, em que são problematizados, sob modalidades diversas, o enunciado e/ou condições da sua produção. Na verdade, nestes discursos, muitos encadeamentos são feitos não sobre o conteúdo comunicado, antes sobre as condições de comunicação, provindo, então, de disputas a respeito de papéis assumidos pelos interlocutores, a respeito da própria adequação de dado segmento discursivo, ou reflectindo momentos de legitimação e de ilegitimação da palavra, qualificações e desqualificações transaccionais. É isso mesmo que acontece também, e de um modo muito marcado pelas consequências que acarreta no desenvolvimento discursivo, nas intervenções *não preferidas* no quadro dos *pares adjacentes*. Todas elas constituem *réplicas*, de nítida natureza metadiscursiva/metacomunicativa, que se encadeiam, não sobre o conteúdo comunicado no primeiro membro do par, antes sobre a sua enunciação, que comentam de modos diversos (46).

No seu todo, estes fenómenos remetem-nos para um mais ou menos aturado trabalho de *figuração* (47) que os interlocutores desenvolvem e que deixa marcas ou índices no discurso. Tal trabalho de *figuração* alarga-se, de resto, a outras componentes da organização e funcionamento dos discursos, pois neles operam constrangimentos *rituais*, ligados basicamente à *face* e ao *território* de cada falante, que convocam específicas normas sociais, como a cortesia, o tacto, a generosidade, a modéstia, a respeitabilidade... (48).

Neste segmento particular das articulações heterogéneas do discurso, não vou ao ponto de considerar como alguns (49) que estes momentos metadiscursivos/metacomunicativos constituem um «discurso subsidiário» (de natureza comentativa) de um «discurso principal» (de natureza «informativa»). Entre estas dimensões do discurso dá-se antes uma forte imbricação, embora seja irrecusável a disparidade das significações assim actualizadas e dos níveis e princípios de estruturação que elas testemunham.

6.1.1.5. Será ainda de realçar que a organização do discurso se desenvolve segundo dois planos diferenciados; por um lado, o discurso organiza-se *localmente*, no que tange à estruturação de cada um dos enunciados e da sequência imediata de enunciados por que se realiza (nível *microestrutural*); por outro lado, ao nível *global*, o discurso articula-se segundo ordenações *macro* e *superestruturais*.

Naturalmente, estes planos estão fortemente entrelaçados, já que as microestruturas do discurso não representam senão a *linearização* dos agregados significativos concretizados nas macro e superestruturas; estas sobredeterminam, assim, aquelas, em que ou por que se realizam. Mais que isso: apesar da sua relativa autonomia, as microestruturas contêm múltiplos índices ou mesmo marcas daquelas estruturas globais, que verdadeiramente objectivam a presença do discurso no interior de cada enunciado em que ele se concretiza. Esses índices ou marcas produzem efeitos de sequencialização e de integração, organizando na linearidade do discurso estruturas sequenciais e configuracionais, complexos significativos hierarquizados, ordenadores do todo comunicado.

Apesar desta necessária interpenetração, aqueles dois níveis apresentam-se como realidades ordenadoras de natureza não homogénea. Particular evidência desta heterogeneidade é constituída pela comutação de nível operada, por exemplo, no domínio da sequência de actos ilocutórios: no discurso, eles integram-se em sucessivos complexos

ilocutórios ou *macro-actos*, o que é acompanhado por ou dá ocasião a transfigurações da força ilocutória originária de cada um dos enunciados agrupados ou a transposições dessa força ilocutória para *funções ilocutórias* hierarquizadas (⁵⁰).

6.1.1.6. As zonas de articulação heterogénea do discurso já consideradas são ainda particularmente reforçadas pela congregação que em regra em todo o discurso se dá de vários tipos ou géneros (narração, descrição, argumentação...). O entrosamento destes géneros — cada um deles caracterizado por um particular universo de discurso, por macroestruturas e superestruturas específicas — ocasiona transições não homogéneas vinculadas ao diversificado estatuto representativo e enunciativo-comunicativo-interactivo de cada um dos segmentos que compõem o discurso resultante (⁵¹). Em qualquer discurso congregam-se, assim, estruturas sequenciais e configuracionais de tipos diferentes, que alternam ou se encaixam apropriadamente uma nas outras.

Casa-se com esta tripla modalidade básica de articulação do discurso que acabei de referenciar a sua habitual condição de complexo *poli-isotópico*, condição que convoca princípios ordenadores das transições, naturalmente não homogéneas, de isotopia e da configuração de uma isotopia dominante.

6.1.2. Passemos agora à *heterogeneidade*₁ que se torna manifesta ao nível do funcionamento do discurso.

Numa formulação condensada, direi que neste domínio a heterogeneidade converge com a diversidade de natureza dos ingredientes, princípios e mecanismos operantes na configuração do sentido.

6.1.2.1. Esta formulação comporta um vastíssimo programa que não pode aqui nem sequer ser esquematizado. Limitar-me-ei, por isso, a lembrar que a construção do sentido do discurso envolve dimensões estritamente linguísticas, mas também de modo poderoso e decisivo competências translinguísticas — elas mesmas claramente heterogéneas. O sentido é a resultante de uma interacção complexa entre o significado, e até não raro a materialidade do significante, a situação/contextos, e em particular o universo de saberes e de crenças — aí se incluindo os segmentos referentes ao saber acerca da língua, dos discursos, da comunicação-interacção e dos princípios que os ordenam (⁵²) — e a tábua de valores dos interlocutores. Anotar-se-á, pois, que à conhecida

omnipresença e omniformação do sistema semiótico das línguas naturais em relação aos outros sistemas semióticos corresponde no funcionamento das línguas naturais uma similar (se bem que, em certos aspectos, certamente não tão radical) projecção de vários outros sistemas semióticos sobre o sistema semiótico verbal.

Importa explicitar que naquela formulação genérica cabe a referência à memória dos discursos (e à memória dos discursos sobre os discursos) disponível numa comunidade, que actua fortemente na produção e na recepção-intrepretação das mensagens verbais, em particular através das normas e convenções que configuram cada género ou tipo de discurso. Estas normas e convenções são, naturalmente, interiorizadas na aquisição da língua pelos falantes e percorrem toda a actividade verbal: «Pour parler, nous nous servons toujours des genres du discours, autrement dit, tous nos énoncés disposent d'une *forme* type et relativement stable... Ces genres du discours nous sont quasiment donnés autant que nous est donnée la langue naturelle... Nous assimilons des formes de langue seulement sous les formes que prend un énoncé, et conjointement avec ces formes. Les formes de langue et les formes types d'énoncés, c'est-à-dire les genres du discours, s'introduisent dans notre expérience et dans notre conscience conjointement et sans que leur corrélation étroite soit rompue... Les genres du discours organisent notre parole de la même façon que l'organisent les formes grammaticales (syntaxiques). Nous apprenons à mouler notre parole dans les formes du genre et, entendant la parole d'autrui, nous savons d'emblée, aux tout premiers mots, en pressentir le genre, en deviner le volume..., la structure compositionnelle donnée, en prévoir la fin...» (53).

Observe-se ainda que aquela mesma formulação genérica abrange também a consideração de outros princípios actuantes na configuração do sentido do discurso, designadamente princípios que o próprio discurso largamente gera ou, pelo menos, larga e fortemente activa, e que são, em particular:

- o recorte de isotopias, tomadas como complexos ordenadores das significações múltiplas inscritas, intencionalmente ou não, no texto pelo seu produtor, e que se oferecem à interpretação;
- a coerência discursiva, tomada como princípio interpretativo enquanto mecanismo ordenador das significações em continuidades semânticas e semânticas-pragmáticas e ainda segundo linhas argumentativas ou rumos discursivos integrados em ordem à eficácia do discurso.

6.1.2.2. Importa, entretanto, não esquecer a grande zona de *heterogeneidade*₁ ao nível do discurso que é recortada pela conjunção que nele se projecta do *dizer*₁ e do *dizer*₂, já apresentada em 3.3.2. e seus desdobramentos.

Tal acontece porque no enunciado/discurso se congregam indissoluvelmente o falar do/sobre o mundo e o falar da/sobre a enunciação — sendo até, como se observou, que estas dimensões do falar da/sobre a enunciação se apresentam como determinantes no cálculo do falar do/sobre o mundo dos objectos e dos estados de coisas.

A projecção do *dizer*₂ no enunciado/discurso resulta, como se viu, da actualização dos signos sui-referenciais e das estruturas formais e mecanismos que se vinculam à enunciação. No seu todo, estes elementos objectivam a *estrutura reflexiva* do enunciado/discurso: o enunciado/discurso representa-descreve objectos, estados de coisas... mas não o pode fazer sem indicar-mostrar que o faz; o enunciado/discurso significa-representa o mundo, que dele é independente, mas não o pode significar-representar sem significar-mostrar algo a seu próprio respeito, a respeito da facticidade — e do que daí decorre — que é a sua própria ocorrência. Ou seja: o enunciado/discurso significa pelo que *diz*₁ e pelo facto de o dizer.

Convém, finalmente, ter presente que, como se anotou em 4., o que se acabou de referir pode ser perspectivado, e integrado numa óptica mais ampla, como a congregação no enunciado/discurso de componentes de significação de ordem extremamente diversa.

6.1.3. Congregando as observações e comentários sucessivamente avançados, talvez se possa condensar o essencial da *heterogeneidade*₁ no domínio do discurso do seguinte modo: as mensagens verbais envolvem um alargado e matizado espaço de articulação *discurso-metadiscurso* e comportam a construção simultânea de uma multimodal *instanciação enunciativa*, de uma *estruturação local*, de uma *organização sequencial* e *configuracional*, de um *rumo* ou *orientação global*. A acentuada disparidade de natureza destas dimensões, que se prolonga e se reforça quer pela heterogeneidade que resulta do seu entrosamento e das interacções que este ocasiona quer pela variedade das competências convocadas, foi suficientemente analisada nos números anteriores.

6.2. Todas as dimensões, de declarada heterogeneidade, que foram mencionadas actuam, sem dúvida, na configuração do discurso e do seu sentido. Mas é claro que há um elemento primeiro nesta configuração — a identificação de *quem fala* e *a quem*...

Tal identificação respeita, como se compreende, à *heterogeneidade*₂ inscrita no discurso.

Globalmente, a área da *heterogeneidade*₂ inscrita no discurso converge com o que habitualmente se denomina de *heterogeneidade enunciativa*.

Valerá, no entanto, a pena distinguir aqui dois grandes subdomínios: um dirá respeito à heterogeneidade enunciativa tomada como o que chamo de *conjugação de vozes* que se dão a ouvir ou se fazem ouvir no discurso; outro, à heterogeneidade enunciativa perspectivada como o que designo de *conjunção* ou *junção de vozes* no discurso.

6.2.1. A consideração da *conjugação de vozes* no discurso deve ser distribuída por dois grandes eixos:

- o primeiro é o eixo do discurso como unidade global dominada pela correlação EU-TU, ou seja, Locutor e Alocutário;
- o segundo é o eixo dos «discursos no discurso», isto é, do encaixe ou da irrupção no discurso de um dado Locutor de outras enunciações, outros discursos/discursos de Outros.

6.2.1.1. Tomemos de imediato este segundo eixo da heterogeneidade enunciativa.

Nele cabe imediatamente a *retoma explícita* de outros discursos — retoma que se dá, como sabemos, segundo as várias modalidades do *discurso relatado*, que actualiza recursos citacionais disponíveis na língua. Através deles, o Locutor dá explicitamente a vez a outras vozes, que ao mesmo tempo *menciona* e *usa*, adoptando em relação a elas diferentes atitudes, basicamente atitudes de avaliação, que os recursos citacionais envolvem: «Rapport actif d'une énonciation à une autre, le discours rapporté c'est le discours dans le discours, l'énonciation dans l'énonciation, mais c'est en même temps un discours sur le discours, une énonciation sur l'énonciation» (54).

Mas a *menção-uso* de outros discursos surge também de forma velada, constituindo a área das *retomas* ou *citações implícitas*.

É o que acontece por força da actualização de elementos cujo semantismo comporta um diálogo virtual: já discriminei acima, nomeadamente em 5.2.2.2., estes elementos, de entre os quais obtêm saliência os activadores de pressuposição e de implicaturas convencionais, e os morfemas argumentativos.

A actualização no discurso destes elementos arrasta uma vincada plurivocidade: o Locutor fala, mas a sua voz retoma ou responde a outra ou outras — do seu interlocutor ou de um Locutor ou Alocutário fictícios, ou de uma *doxa* ou de um *topos* ou mesmo a voz das coisas, do mundo (55). Muitas vezes, o Locutor suscita essas vozes para nelas se apoiar, mas fá-lo não raro para as anular ou para, após uma fase de acordo, as orientar ou delas se servir para outras conclusões ou rumos argumentativos. No fundo, e quase regularmente, para delas se distanciar.

É exactamente isto o que acontece também, e de modo particularmente claro, em casos marcados de citação implícita como são os que globalmente recortam as *figuras da distância enunciativa*, como a *ironia* e a *paródia*.

Mas há ainda um terceiro — e, de resto, vasto — domínio de plurivocidade no discurso.

Refiro-me, em primeiro lugar, a outras vozes que num dado discurso irrompem por força da projecção da *polifonia* inscrita, nos termos já acima caracterizados, na língua. Os signos, que já foram usados, fazem imediatamente de todo e qualquer discurso uma entidade polifónica: «Pour l'individu parlant sa langue naturelle, le mot ne se présente pas comme un mot tiré du dictionnaire, mais comme faisant partie des énonciations les plus variées des locuteurs A, B ou C, appartenant à la même communauté linguistique, ainsi que des multiples énonciations de sa propre pratique langagière» (56). Na verdade, cada palavra traz consigo e ao mesmo tempo continuamente absorve índices dos contextos dos seus usos: «Notre parole, c'est-à-dire, nos énoncés, est remplie des mots d'autrui, caractérisés, à des degrés variables également, par un emploi conscient et démarqué. Ce mots d'autrui introduisent leur propre expression, leur tonalité, des valeurs, que nous assimilons, retravaillons, infléchissons» (57).

E refiro-me também, em segundo lugar, às vozes convocadas pelo *interdiscurso* que todo o discurso activa.

Estamos, como já se notou, em pleno no domínio da *interdiscursividade* — da alusão mais ou menos transparente, da invocação discreta ou explícita, da glosa velada ou aberta, já que todo o discurso convoca outros discursos, para eles remete, com eles dialoga de múltiplas formas.

Está, assim, em interacção com um dado discurso uma vasta memória discursiva (58), que constitui um contexto global que envolve, e largamente condiciona ou sobredetermina, a actividade linguística,

nela interferindo fortemente tanto ao nível da produção como ao nível da recepção-interpretação. Por isso mesmo, a interdiscursividade é um traço constitutivo do discurso.

As considerações tecidas sobre a *conjugação de vozes* que se dá no discurso tornaram claro que as nossas palavras, para além de se aplicarem sobre os seus referentes se aplicam ao mesmo tempo sobre as palavras dos outros — reais ou virtuais, já produzidas ou antecipadas — sendo necessariamente que esta aplicação se reveste de fundamental relevância na determinação dos valores referenciais e modais de todas as produções linguísticas.

Escusado será dizer que todas as vozes que, por vontade ou independentemente da vontade do Locutor, ressoam nos discursos se oferecem a quem as souber/puder ouvir — e isto envolve muito simplesmente a enciclopédia, e as expectativas que sobre ela se apoiam, dos receptores-intérpretes, que é desigual de indivíduo para indivíduo. Será também conveniente acrescentar que esta polifonia e este dialogismo discursivos atingem a plenitude da sua revelação no discurso literário — e isto por razões conhecidas, tais como a força da memória do sistema literário, a circunstância de o discurso literário representar a projecção máxima da multifuncionalidade da linguagem e, sobretudo, de nele se operarem elaborações e reelaborações estilizadas da heteroglossia social...

Abro aqui um parêntesis para observar que na ficção literária outros focos de dialogismo/polifonia se concentram, designadamente os que são constituídos pelos diálogos entre as personagens e entre estas e o autor textual, e ainda os que têm a ver com a desmultiplicação das figuras discursivas que são o autor implícito, o narrador e o narratário... que entre si também dialogam. Aproveito este mesmo parêntesis para lembrar que o discurso literário é sem dúvida o mais heterogêneo dos discursos — e isto, como se sabe, imediatamente em virtude da *policodificação* que nele não só tem lugar como também, e sobretudo, é explorada, adquirindo, então, uma mais ou menos assinalável saliência geradora de múltiplos efeitos de sentido.

Voltando ao ponto em que nos encontrávamos, é inquestionável que polifonia e dialogismo se dão em qualquer discurso. Já se terá notado isso mesmo nesta minha presente produção — onde, por minha interposta pessoa, yêm falando algumas outras vozes — e, nem seria pre-

ciso dizê-lo, entre elas se conta certamente a voz de um contra-discurso que pressinto e que, em muitos momentos, estou a anular antes mesmo de ser proferido...

6.2.1.2. Com base no que se avançou, parece claro que o discurso nos surge como o espaço onde várias vozes se orquestram, apoiando-se ou degladiando-se, num jogo interlocutivo e interactivo diversificado.

Restará dizer que este jogo é conduzido pelos locutores que alternadamente tomam a palavra, dando-se, então, um diálogo explícito — a forma natural da actividade verbal.

Estou com isto a entrar no primeiro eixo desenhado em 6.2.1. na consideração da heterogeneidade enunciativa como *conjugação de vozes* — exactamente o eixo preenchido pela correlação Locutor-Alocutário, que domina globalmente o discurso.

6.2.1.2.1. O discurso, sendo obviamente *locução*, é necessariamente *alocução*, ou seja, no discurso o Locutor significa/significa-se a outro ou outros: «...dès qu'il se déclare locuteur et assume la langue, il implante l'autre en face de lui, quel que soi le degré de présence qu'il attribue à cet autre. Toute énonciation est, explicite ou implicite, une allocution, elle postule un allocutaire» (59).

Convirá, no entanto, explicitar que a alocução comporta sempre um agir sobre este outro ou outros: o discurso traduz e produz influências do Locutor sobre o Alocutário, e isto no domínio cognitivo, passional ou dos comportamentos verbais e não verbais. Nesta base se dirá que o discurso, porque dirigido a/*sobre* alguém, comporta uma inequívoca dimensão causativa: na verdade, ele é agente de mudança. Importa até anotar que o discurso rigorosamente só se consoma como objecto mediador de intersubjectividade quando o Alocutário dá mostras, explícita ou implicitamente, de que foi atingido nos seus estados cognitivos, passionais ou comportamentais. Antes disso, sem isso, não há verdadeiramente discurso. Não basta, então, reconhecer, com E. Goffman, que o discurso suscita, tanto quanto se apoia em, duas «necessidades fundamentais» — a necessidade por parte do Locutor «de savoir si son message a été reçu, et si oui, s'il a été passablement compris à quoi s'ajoute le besoin du destinataire de montrer qu'il a reçu, et correctement, le message...» (60); é preciso ir mais longe e sublinhar que o discurso só se torna efectivo quando o Alocutário 'entra no jogo' que lhe propõe o Locutor, ainda que seja para o recusar...

Mas o discurso, sendo alocução, é também *interlocução*, pois se objectiva, como imediatamente acima se anotou, na troca de enunciados em que está envolvida a intermutabilidade ou reversibilidade sequencial dos papéis de Locutor e de Alocutário. Por outro lado, sendo *interlocução*, o discurso é também, necessariamente, *interacção*: com a troca dos enunciados, vai um jogo de recíproca influência entre Locutor e Alocutário (61).

Com a alternância das vozes, institui-se o discurso em espaço de tensão, de litígio, de sedução, de manipulação — mas também de cumplidade, de envolvimento, de apaziguamento. Na mesma linha de reflexão, interessará ter presente que o discurso se revela também objecto de disputa, para o que remete a distribuição desigual da palavra, a sua sonogação ou usurpação, a sua legitimação e ilegitimação. No todo e sempre, encontramos afinal o discurso como tradutor, produtor e também objecto de guerra e paz, e como o lugar da gestão de uma e outra, gestão que é suportada por um *contrato de comunicação*, fonte de uma deontologia e de um juridismo que instauram direitos e deveres.

6.2.1.2.2. A marcada heterogeneidade enunciativa de base que se dá na *interlocução*, ou seja, na alternância efectiva dos papéis de Locutor-Alocutário, desdobra-se por força da habitual desmultiplicação da instância de produção — em Locutor/Enunciador — e da instância de recepção-interpretação — em Alocutário/Enunciatário ou ainda Audiência.

Não me demoro sobre estas distinções hoje bem conhecidas (62), de resto já implicitamente invocadas, no que tange à instância de produção, na consideração da polifonia e do dialogismo no discurso.

Globalmente — e será isso que aqui importa reter —, a não coincidência, que largamente se verifica no discurso, entre Locutor e Enunciador, significa que *quem diz* não é habitualmente *quem fala* — o que envolve de imediato, e só por si, a rejeição da unicidade do falante, logo, a rejeição do carácter monódico de todo e qualquer discurso, mesmo que este se apresente em forma não dialogada ou que não contenha retomas explícitas de outros discursos/discursos de Outro(s).

6.2.1.2.3. Continuando, entretanto, a falar, por comodidade de ordem expositiva, do par Locutor-Alocutário, é preciso ver neles o que eles fundamentalmente são: indivíduos histórica, social, ideológica,

cultural e até situacional e biologicamente modelados e condicionados — e isto abandonando zonas subliminares da configuração da individualidade...

Nestas circunstâncias, a «situação pressupositiva complexa» (63) ligada a cada discurso comporta, ao nível da relação interlocutiva, uma mais ou menos acentuada dissimetria, que decorre da dualidade irreduzível do Locutor e do Alocutário — dualidade que o discurso não só traduz como quase regularmente agrava.

Esta dualidade irreduzível do Locutor e do Alocutário pode ser condensada no que, com F. Jacques (64), chamarei *bi-contextualização* e *bi-codificação*, que representa a situação de partida de cada momento da actividade discursiva.

Ao falar de *bi-contextualização*, pretende-se dizer que o Locutor significa num contexto largamente próprio, exclusivo, porque inelutavelmente vinculado aos seus «espaços mentais» (65), ou seja, às suas mundividências e mundivivências, ao seu sistema de representações e de avaliações do mundo, dos objectos e dos indivíduos — a começar por si próprio e pelo seu interlocutor. Do mesmo modo, o Alocutário decodifica num contexto também largamente próprio, exclusivo — e pelas mesmas razões avançadas.

Ao falar de *bi-codificação*, pretende-se assinalar que, se o sistema dos universos simbólicos e das tábuas de valores do Locutor e do alocutário não são soincidentes, o mesmo se passa no que tange ao saber linguístico, ou mais globalmente, à competência de comunicação — que igualmente nunca são coincidentes nos vários indivíduos. Observe-se que com isto não estou certamente a recusar a intersubjectividade da língua — estou tão somente a salientar a sua diferenciada partilha pelos diversos falantes. Dir-se-á até que o «núcleo público» da significação das unidades linguísticas, isto é, a convergência de subjectividades cristalizada no que entendemos por significação das unidades linguísticas, é largamente matizado e que a sua configuração é mesmo relativamente instável. Tar-se-á a este propósito presente o que se escreveu acima sobre a polifonia inscrita na língua e ainda a conhecida fluidez ou vaguidade das fronteiras ou dos contornos recortados pelas unidades linguísticas no continuum da substância do significado.

Pois bem — do que ficou dito decorre que a actividade verbal exige uma larga e continuada gestão da dualidade das instâncias envolvidas, gestão que é desenvolvida de modo participativo pelo Locutor e Alocutário e que faz imediatamente do discurso uma ampla negociação.

É vasto o campo dessa co-gestão que o discurso exige do Locutor e do Alocutário. Ela aplica-se, em particular:

- à ratificação continuada dos seus papéis de interlocutores;
- à coordenação, ajustamento ou sincronização dos seus estados epistémicos e passionais;
- à coordenação da distribuição da palavra, e da manutenção e da transição ajustadas de temas ou tópicos;
- à regulação das relações interpessoais, em particular no que tange à aceitação ou negociação de *lugares* ⁽⁶⁶⁾ e à eleição de modalidades discursivas — coloquial, familiar, distensa ou, ao invés, formal, tensa, distanciada...

6.2.1.2.4. Vemos, assim, que Locutor e Alocutário enquanto co-gestores da empresa comunicativa são personagens fortemente activas.

Mas há um segmento particular desta actividade que merece ser aqui destacado. Abrange ele, da parte do Locutor, os cálculos a que este procede a respeito da recepção que o Alocutário fará do seu discurso, e isto — importa sublinhá-lo — porque o Locutor é bem ciente de que o sentido final da sua mensagem está na interpretação que lhe *atribui* o Alocutário. A interpretação é, consabidamente, um processo activo, eminentemente dinâmico — mas importa reter que esse dinamismo reside sobretudo em que ela é a *atribuição* — e não o mero reconhecimento — por parte do Alocutário de uma intenção ao Locutor. A significação deve, na verdade, ser vista como uma interpretação por parte do Alocutário: o que conta não é propriamente a intenção do Locutor, mas a intenção que lhe pode ser assignada pelo receptor. Isto é rigorosamente verdade, e a prova cabal disso (se ainda dela carecemos) está nos subentendidos ou nas implicaturas não convencionais em geral: aqui o Locutor deixa ou dá a entender que diz precisamente o que o Alocutário-intérprete 'lhe faz dizer'... No mesmo sentido apontam claramente quer os casos de cancelamento dessas implicaturas quer os casos de hétero-reformulação, que cabem no domínio, considerado em 6.1.1.4., dos *actos de composição textual*.

Decorre daqui que o Locutor antecipa a interpretação: ele orienta-se na produção segundo as capacidades interpretativas que supõe no Alocutário e segundo o que ele mesmo, Locutor, crê saber das convenções válidas para o receptor-intérprete.

Contam-se, então, ainda neste segmento particular da actividade do Locutor os cálculos da estratégia a eleger para levar de vencida resistências, para suspender réplicas e invalidar contra-discursos que adivinha da parte do Alocutário (67) — a começar pelas resistências, réplicas e contra-discursos não exteriorizados que preenchem uma zona decisiva do processo a que chamamos compreensão dos discursos: «Comprendre l'énonciation d'autrui signifie s'orienter par rapport à elle, la replacer dans un contexte adéquat; à chaque mot de l'énonciation à décoder nous faisons correspondre une série de mots à nous, formant une réplique /.../. Comprendre, c'est opposer à la parole du locuteur une contre-parole» (68).

Será de anotar a este propósito que, contendo todo o enunciado/discurso, como acima já deixei assinalado, um programa de acção cognitiva, passional ou comportamental delineado pelo Locutor para o Alocutário, não haverá que estranhar que este ofereça resistências a essa pretensão do Locutor — ou que a ela reaja por um contra-discurso/réplica. Precisamente, a interpretação ocasiona indicações (explícitas ou implícitas) que fornece o Alocutário sobre se o Locutor obteve êxito naquela pretensão, aí se incluindo o juízo do Alocutário sobre se reconhece ou não ao Locutor a capacidade, a autoridade simbólica, o poder... para o exercício daquela pretensão. Ora, este processo é conhecido do Locutor, que o antecipa, moldando assim estratégias, reajustamentos, e orientações adequadas de ordem argumentativa.

6.2.1.2.5. Convém reparar em que toda esta intensa actividade do Locutor se origina por inteiro no Alocutário.

Ora bem — nisso se consuma uma parte extremamente relevante da participação activa do Alocutário no discurso. Consiste ela, muito concretamente, na influência crucial que o Alocutário exerce na própria elaboração semântica do discurso que lhe está a ser dirigido. Observe-se que isto se dá mesmo na comunicação disjunta e diferida — sendo até plausível que nestes casos essa influência seja ainda mais fortemente constringedora para o Locutor.

Com estas notas estou no limiar da consideração do que chamarei *dialogismo profundo do discurso*.

De que se trata, afinal?

Trata-se de conceber que enunciar, comunicar, não é apenas pôr em comum uma significação, mas também — e como condição para isso — estabelecer em comum, e gerir igualmente em comum, uma *actividade intersubjectiva*.

Por outras palavras: falar de um *dialogismo profundo do discurso* é falar de uma *interacção originária* sobre que repousa a comunicação e que se objectiva de imediato naquele trabalho de acomodação intersubjectiva, isto é, de co-gestão, de sincronização ou harmonização entre Locutor e Alocutário, mas que tem como ponto saliente e crucial:

- por um lado, a construção a que ambos procedem de uma língua comum, isto é, basicamente, a construção de uma convergência de subjectividades em torno das unidades linguísticas seleccionadas;
- e por outro, a construção de um contexto pertinente igualmente comum para cada discurso ou segmento discursivo — construção que envolve a selecção de perspectivas sobre os objectos e estados de coisas, a selecção de dimensões cognitivas e afectivas, e ainda extensões ou reduções de expectativas e de pressupostos de índole vária.

Trata-se, mais exactamente, de superar ou pelo menos de neutralizar, de suspender, a dualidade Locutor-Alocutário, a bi-codificação e a bi-contextualização de que antes se falou.

Só nesta base as unidades linguísticas actualizadas cumprem a sua função comunicativa — porque só nessa base se poderá estabelecer a referência efectiva ao mundo, que há-de ser encontro, consenso — ainda que aproximados e instáveis — de Locutor e Alocutário sobre um mesmo ponto de aplicação dos signos. Tal revela-se constituir *condição sine qua non da comunicação-interacção*.

Mas não é tudo. É que este dialogismo profundo tem o seu termo na *junção de vozes* que se dá em cada momento do discurso: em cada intervenção, o Locutor junta à sua a voz do Alocutário, no que se consoma uma *bivocalidade* ⁽⁶⁹⁾ que, se não é imediatamente transparente, não é seguramente menos efectiva.

Deverei explicitar o que está aqui fundamentalmente em jogo: a distinção entre Locutor e Alocutário é uma distinção relativamente superficial; há que suscitar um nível menos imediato da actividade discursiva em que Locutor e Alocutário tendencialmente se fundem num só.

A consideração do discurso como interacção tem apostado insistentemente na análise do jogo de influência que se desenvolve na actividade linguística. Ora uma tal análise privilegia largamente o discurso como já construído e consagra de algum modo a autonomia do Locutor e do Alocutário e até uma unidireccionalidade do discurso, que é visto como sequência alternada de intervenções, cada uma delas carreando um programa de acção — cognitiva, passional ou comportamental, como já anotei — do Locutor sobre o Alocutário.

No essencial, esta é ainda uma perspectiva demasiado *egológica* ⁽⁷⁰⁾ da produção verbal, em que não se assume a fundo a interacção como a matriz funcional do discurso.

Assumir a interacção como a matriz funcional do discurso envolve assumir, como sublinha F. Jacques ⁽⁷¹⁾, que na produção o Locutor não é dono e senhor absoluto de um querer dizer nem sequer o responsável único da configuração significativa que dá ao discurso. Pelo contrário, a actividade de produção do Locutor é largamente heterónoma, pois que o Alocutário nela se inscreve continuamente, partilhando com o Locutor a iniciativa semântica, co-determinando com ele uma boa parte da intenção comunicativa e em geral a configuração da mensagem. Dizendo de outro modo: o Alocutário, pelos constrangimentos que representa a imagem que dele faz o Locutor e pela antecipação que este realiza da interpretação que ele atribuirá ao seu discurso, exerce um controlo alargado e permanente sobre a produção — controlo que o Locutor aceita e integra nessa produção.

Reconhecidamente, tem-se insistido demasiado na múltimoda presença do Locutor no seu discurso, avaliando-se mal, em contrapartida, uma igualmente múltimoda presença do Alocutário.

Pois bem, corrigindo de certo modo E. Benveniste, há que dizer que a apropriação do aparelho formal da enunciação que se dá na produção do discurso não é um acto individual — antes um acto conjunto do Locutor e do Alocutário. Em vez de se falar de subjectividade no discurso, é imperioso falar de intersubjectividade no discurso. Só procedendo deste modo se estará a assumir por inteiro a matriz dialógica inscrita na língua e em consonância com isso a fazer da interlocução-interacção o que de verdade ela é — o núcleo primitivo ou a dimensão primeira, fundadora, da comunicação. Proceder deste modo é, afinal, dar-se conta do papel decisivamente interventor do Alocutário na génese, na elaboração e configuração da actividade discursiva do Locutor: «Dès qu'elles sont prises dans le processus d'une communication vivante,

humaine et réelle, les activités de signifier et de comprendre sont *indissociables*. Si le locuteur a l'initiative temporelle de prendre la parole, il partage avec son partenaire l'initiative sémantique» (72). Não há, pois, razões para privilegiar a presença do Locutor no discurso: o que deve ser privilegiado aí é a relação interlocutiva, encarecendo-se, então, o que na enunciação do Locutor é determinado, se não mesmo imposto, pelo Alocutário por força do largo e permanente controlo que este exerce sobre a produção do Locutor.

Se quisermos condensar o essencial de tudo isto, dir-se-á que o Locutor fala a escuta que pré-figura ou antecipa da parte do Alocutário: «Il n'y a pas d'un côté moi qui signifie et d'un autre côté toi qui comprends. Au fur et à mesure que je parle, j'écoute, ou plutôt: je parle l'écoute que je te prête de ma propre parole» (73). Nisto residirá a reversibilidade ou intermutabilidade dos papéis de Locutor e Alocutário tomada em sentido profundo — o Locutor proferirá o seu discurso à luz do que admite que faria o Alocutário se fosse ele o Locutor.

Justamente porque a escuta do Alocutário é pré-figurada pelo Locutor, a compreensão, isto é, a produção do sentido própria do Alocutário, é incluída, absorvida na produção do sentido por parte do Locutor.

Mais simplesmente: a produção do discurso incorpora, integra a imagem da sua compreensão pelo Alocutário, a imagem da escuta do Outro. Não se trata, portanto, apenas de aceitar que «Tout discours est dirigé sur une réponse» e que, em tais circunstâncias, ele «ne peut échapper à l'influence profonde du discours-réplique prévu» (74). Trata-se antes e acima de tudo de reconhecer que o Alocutário é co-autor, ou melhor, co-enunciador do discurso. Como escreve A. Culioli, «Ramener l'énonciation à la seule production et l'énonciateur au locuter, c'est, en fin de compte, ne pas comprendre que l'énoncé *n'a pas de sens* sans une double intention de signification chez les énonciateurs respectifs. Ces derniers sont *à la fois* émetteur et récepteur, non point seulement en succession, mais au moment même de l'énonciation» (75).

Aí temos o que chamei já *conjunção* ou *junção de vozes* que se dá em cada intervenção de um falante — no que se configura uma zona particular — ou antes um sentido específico e basilar — da *heterogeneidade enunciativa* que marca o discurso.

Posso resumir: — o discurso dá certamente testemunho do Locutor, mas não menos do Alocutário — «esse Outro que não só não está de

fora como também não está ausente da produção discursiva nem muito menos a ela é alheio, antes *com o qual* (sempre, e algumas vezes tanto ou talvez mesmo mais que para o qual) o Locutor enuncia» (76).

7. No termo do trajecto que efectuámos (77), poder-se-á concluir muito sumariamente que afinal a *heterogeneidade* (1 e 2) não representa na língua e no discurso uma contingência.

Pelo contrário, ela é *constitutiva* da língua e do discurso, porque está contida na própria configuração dos signos e outros recursos ou mecanismos linguísticos — e também na sua ordenação paradigmática e no seu funcionamento. No fundo, a heterogeneidade é consubstancial à natureza semiótica da linguagem.

Sendo assim, parece-me abusivo dizer, como talvez pretendam alguns, que a heterogeneidade (ou a «complexidade enunciativa», a que se vincula) 'está na moda' (78)... É sabido que a moda é algo de marcadamente efémero, transitório, e sobretudo um fenómeno inequivocamente autofágico... Tal não é aplicável à nossa questão, pela singela circunstância de que considerar a linguagem é necessariamente deparar com a heterogeneidade, já que ela comanda poderosamente a organização e o funcionamento da língua e dos discursos no que uma e outros têm de mais central, e por isso mesmo, de permanente e de irrecusável — a comunicação-interacção.

Fevereiro de 1989.
(Maio de 1991).

NOTAS:

(1) Ver, adiante, 3.3.2.5. e 6.1.1.1.

(2) Ver, entretanto, mais abaixo, 5.1.

(3) Em 3.1. assinalai já um outro princípio estruturador da língua que «vem de fora» — exactamente o que responde pela natureza diassistemática do sistema linguístico.

(4) Ver, mais adiante, 5.

(5) Quanto ao recorte deste duplo plano, ver Benveniste, E. — (1956), 1966, (1969) 1974.

(6) Anotar-se-á que todos os outros recursos da língua em cuja configuração, nos termos que serão expostos nos números imediatamente seguintes, opera a sui-referencialidade determinam também, directa ou indirectamente, a referência dos signos linguísticos actualizados no discurso, porque enquadram a remissão para os objectos ou para os estados de coisas num determinado estatuto enunciativo ou modo de comunicação, que é obra precisamente da sui-referencialidade ou da reflexividade do enunciado.

(7) Imediatamente por esta razão se dirá, pois, com E. Benveniste, que «La référence est partie intégrante de l'énonciation», (Benveniste, E. — (1970), 1974, p. 82).

(8) Benveniste, E. — *Ob. cit.*, p. 83. Ver, entretanto, 3.3.2.7. e 4. para a consideração de outros traços caracterizadores dos deícticos e de outras áreas de heterogeneidade que lhes estão associadas.

(9) Ver, mais adiante, 5.2.2.3.

(10) Ver 3.3.2.7. e 4. para a apresentação de outros traços caracterizadores dos performativos e de outras áreas de heterogeneidade que arrastam consigo.

(11) Ver Benveniste, E. — (1958), 1966.

(12) Benveniste, E. — (1970), 1974, p. 84.

(13) *Idem, ibidem*, pp. 84-85.

(14) *Idem, ibidem*, p. 85.

(15) Ver 3.3.2.6.

(16) Benveniste, E. — (1958), 1966, pp. 263-4. Observe-se que Benveniste introduz também a partir desta óptica a caracterização dos performativos.

(17) Como se sabe, os sui-referenciais, que passei em revista, constituem os lugares privilegiados da inscrição da «subjectividade» na língua, na concepção de E. Benveniste.

(18) Para uma apresentação destes dois modos básicos de significar, ver Récanati, F. — 1979.

(19) Observe-se que as dimensões pragmáticas não esgotam o modo de significar por mostração. Relevam, na verdade, do mesmo modo outras dimensões significativas ou funcionais da língua, nomeadamente, as significações gramaticais categoriais e estruturais. Por outro lado, inscrevem-se naquele mesmo modo de significar por indicação-mostração as dimensões significativas activadas pela recorrência obstinada de signos e estruturas (considerados no seu conteúdo, mas igualmente na sua estrita materialidade) que realizam a função poética da linguagem, tal como R. Jakobson a caracteriza.

(20) Como se compreendeu, boa parte do sentido de um enunciado/discurso deverá ser tomada como uma imagem que ele dá da sua enunciação. Consultem-se a este propósito os diversos trabalhos de O. Ducrot, cuja concepção, enunciativa, do sentido assenta na ideia de que «*dès qu'on parle, on parle de sa parole*» ou de que «*le dit dénonce le dire, même lorsqu'il ne le fait pas à l'aide de tel ou tel morphème explicite*» (Ducrot, O. — 1980, in Ducrot, O., *et al.* — 1980, p. 40).

(21) Benveniste, E. — (1959), 1966.

(22) Weinrich, H. — 1964.

(23) Lyons, J. — 1977. Ver também a este propósito e sobre os deícticos Fonseca, F. Irene — 1982, 1985 e 1989.

(24) Ver, acima, 3.3.2.4.

(25) Ver Kerbrat-Orecchioni, C. — 1980.

(26) Para uma panorâmica global das significações implícitas, ver Kerbrat-Orecchioni — 1986.

(27) Neste domínio, ao ilocutório, que foi considerado, haverá que acrescentar o perlocutório. Por outro lado, na área do ilocutório caberá distinguir os actos de discurso que criam realidades eminentemente discursivas daqueles que instauram realidades extradiscursivas.

(28) Convirá observar que me refiro apenas às significações *meta* contidas nos signos e mecanismos de natureza sui-referencial, de que se tratou em 3.3.2. e 3.3.3. Como se sublinhará mais abaixo, estas dimensões *meta*, que relevam, como se viu, do *indicar-mostrar*, surgem, no discurso, fortemente imbrincadas nas outras, de cariz *representativo-descritivo*. É que o discurso fala certamente do mundo, mas não o pode fazer sem falar da sua enunciação, sendo que, como já se escreveu na Nota 20, o sentido das produções verbais comporta sempre, a diversos títulos, uma imagem da sua enunciação. É claro que, para além destes aspectos particulares, a língua dispõe de variados recursos, que não se esgotam nas terminologias/nomenclaturas linguísticas, para se referir a si própria, ao discurso e à comunicação que neste se realiza (Ver mais adiante). Tudo isto se apresenta, obviamente, como manifestação da conhecida omnipotência semiótica das línguas naturais.

(29) Ver mais adiante, particularmente, 6.2.1.1. e 6.2.1.2.1.

(30) Ver, mais acima, 3.1.

(31) Sobre a polifonia inscrita na língua (e, necessariamente, também no discurso — ver, mais adiante), consultem-se as páginas verdadeiramente antológicas das diversas obras de M. Bakhtine.

(32) Para as noções de «jogos de linguagem» e de «forma de vida» consagrada numa língua, ver Wittgenstein, L. — 1958, especialmente os parágrafos 19, 23, 241.

(33) Benveniste, E. — (1958), 1966, p. 260.

(34) Ver, adiante, 6.2.1.1.

(35) Conviria ter presente que também as implicaturas não convencionais, cujo mecanismo activador e de cálculo está desenhado na língua (ver acima, 3.3.2.4.) trazem consigo um marcado dialogismo, no sentido de que o Locutor delas se serve ou pode servir para endossar, denunciando-o ou não, a responsabilidade da sua decodificação ao Alocutário. Ver também, mais abaixo, 6.2.1.1.

(36) Ver Anscombre, J.-C.; Ducrot, O. — 1988.

(37) Ver, acima, 3.3.2.5.

(38) Por exemplo, *concordar, admitir, conceder, aceitar...*

(39) Tomem-se como exemplos verbos como *discordar, contestar, refutar, rebater, desmentir, negar...*

(40) Ver, mais uma vez, Weinrich, H. — *Ob. cit.*

(41) Ver, acima, 3.3.2.5.

(42) Ver Fonseca, J. — 1981 e 1988.

(43) Ver Van Dijk, T. A. — 1980.

(44) Ver Anscombre, J. C.; Ducrot, O. — *Ob. cit.*

(45) Ver Gülich, E. — 1986; Kotschi, Th. — 1986; Roulet, E. — 1987; «Langue Française», 73, 1987. Observe-se que nos casos de *reformulação não parafrástica* há regularmente uma mudança de perspectiva enunciativa, que é particularmente marcada quando aquele tipo de reformulação se objectiva em *invalidação* ou em *correção, rectificação e suspensão* dos segmentos a que se aplica. Para o português, ver Fonseca, J. — 1991.

(46) Ver, em particular, Goffman, E. — 1976 e Moeschler, J. — 1982, especialmente pp. 110-118. Caberá lembrar que entre os comentários metalinguísticos que se projectam na actividade verbal se contam os que regularmente têm lugar no *discurso relatado* (ver, mais abaixo, 6.2.1.1.). Uma mesma natureza metalinguística/metadiscursiva deve também ser reconhecida nas pressuposições (ver a este propósito Berrendonner, A. — 1977) e ainda nos verbos de atitude proposicional e nos modalizadores em geral, e em todos os casos de obliteração ou cancelamento de implicaturas, de pressuposições e de inferências. Por outro lado, muitas das realizações indirectas de actos ilocutórios relevam igualmente do metadiscursivo/metacomunicativo se, com J. Searle, forem vistas como afirmações ou interrogações literais aplicadas sobre condições de felicidade do valor ilocutório comunicado (indirectamente, pois) — (ver Searle, J. — 1975, in Cole, P.; Morgan, P. (eds.), 1975).

(47) Ver Goffman, E. — 1973, especialmente caps. 2, 3 e 4.

(48) Visivelmente, entramos aqui em contacto com uma outra zona da *heterogeneidade*₁ ao nível da organização (e, necessariamente, do funcionamento) do discurso, que respeita à intervenção de *normas sociais*, que interagem com princípios estritamente linguísticos. Ver, mais abaixo, nomeadamente a Nota 52.

(49) Ver Couthard, M.; Montgomery, M. — in Couthard, M.; Montgomery, M. (eds.) — 1981.

(50) A consideração destes aspectos cabe no domínio já acima evocado da *coerência funcional* do discurso. Particular relevo obtêm aqui os casos dos enunciados que constituem *prefácios, preliminares* ou *pré-sequências* que introduzem um ilocutório subordinante, fixando o quadro interactivo adequado, recordando condições para a salvaguarda das *faces* do Locutor e do Alocutário, preparando o sucesso da enunciação dominante. Parece, assim, claro que estes enunciados estão penetrados de um estatuto metadiscursivo-metacomunicativo; neles se recorta, pois, mais uma zona da já apresentada articulação discurso-metadiscurso.

(51) Ver também 6.1.2.1.

(52) Convém anotar que entre estes princípios ordenadores do discurso e da comunicação-interacção se contam, como de resto já referenciei em 3.3.2.5., regras conversacionais (as conhecidas máximas de Grice, mas também as «leis do discurso» propostas por O. Ducrot; ver Ducrot, O. — 1979) e regras não conversacionais. Uma

e outras são claramente exteriores à estrutura da língua, mas operam fortemente, nos termos que já apresentei oportunamente, no seu funcionamento. Lembrarei que entre as regras não conversacionais se inscrevem normas sociais (a que já me referi em 6.1.1.4.) que intervêm amplamente na actividade verbal e actuam em particular na *indirecção* (configuração dos actos ilocutórios indirectos). Neste domínio, dão ocasião ao desenho de *convenções de uso* largamente estabilizadas e até sujeitas a um processo de progressiva projecção na estrutura da língua (como *convenções de língua*, de natureza pragmática). (Ver particularmente Morgan, J. L., in Cole, P. (ed.) — 1978). Interessa sublinhar que todas estas observações aludem, como se pode verificar, a múltiplos focos, que venho apresentando, de heterogeneidade no domínio do discurso.

(53) Bakhtine, M. — 1984, pp. 284-285.

(54) Bakhtine, M. — 1977, p. 161. Já se pôde compreender que, como de resto assinalava na Nota 46, o discurso relatado comporta dimensões metalinguísticas/meta-discursivas. Ver também Garavelli, B. M., 1985, e Reys, G., 1984.

(55) Ver Berrendonner, A. — 1977, e especificamente para a noção de *topos*, Ducrot, O., 1982 e 1983.

(56) Bakhtine, M. — 1977, p. 102.

(57) Bakhtine, M. — 1984, p. 296.

(58) Convém ter presente que esta memória discursiva contém também produções *meta* saídas da reflexão sobre a linguagem em geral, sobre as línguas, sobre as variedades discursivas.

(59) Benveniste, E. — (1970), 1974, p. 82.

(60) Goffman, E. — 1987, p. 18.

(61) Ver, entretanto, mais abaixo, 6.2.1.2.5. Sobre todas as dimensões dialógicas que vêm sendo, e serão ainda, evocadas, ver também Fonseca, J., 1988.

(62) Ver sobretudo Ducrot, O — 1984, cap. VIII. Ver também Fuchs, C., 1984 e Simonin, J. 1984.

(63) Ver Schemidt, S. J. — 1977, pp. 107-108.

(64) Jacques, F. — 1985.

(65) Ver Fauconnier, G. — 1984.

(66) Kerbrat-Orecchioni, C — 1987, 1984 e 1986.

(67) É claro que aí radica globalmente todo o trabalho de elaboração do discurso que vimos deixar índices nos *actos de composição textual* de que se falou em 6.1.1.4.

(68) Bakhtine, M. — 1977, p. 146.

(69) Ver Jacques, F. — *Obs. cit.*, que sigo de perto em alguns momentos deste número.

(70) Ver Jacques, F. — *Obs. cit.*

(71) Ver Jacques, F. — *Obs. cit.*

(72) F Jacques, F. — 1983, p. 62.

(73) JACQUES, F. — *Ob. cit.*, p. 62. É claro que da parte do Alocutário se suscita uma atitude simétrica, como sublinha imediatamente o Autor no mesmo passo: «Quant à l'allocataire, il s'efforce d'entendre le message pour ainsi dire de l'oreille du locuteur».

(74) Bakhtine, M. — 1978, p. 103.

(75) Culioli, A. — 1973, p. 86.

(76) Fonseca, J. — 1985, p. 250.

(77) Às referências bibliográficas já averbadas, junto estas outras: Authier-Revuz, J., 1984 e 1984 a; Petitjean, A., 1987; Roulet, E., 1985; Simonin, J., 1984.

(78) Ver Authier-Revuz, J. — 1984, p. 98.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Anscombe, J.-C./Ducrot, O.** — 1988 — *L'argumentation dans la langue*, Bruxelles.
- Authier-Revuz, J.** — 1984 — «Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours», *DRLAV, Revue de Linguistique*, 30.
— 1984 a — «Hétérogénéité(s) énonciative(s)» *Langages*, 33.
- Bakhtine, M.** — 1977 — *Le marxisme et la philosophie du langage*, Paris.
— 1978 — *Esthétique et théorie du roman*, Paris.
— 1984 — *Esthétique de la création verbale*, Paris.
- Benveniste, E.** — (1956), 1966 — «La nature des pronoms», *Problèmes de Linguistique Générale-I*, Paris.
— (1958), 1966 — «De la subjectivité dans le langage» *Problèmes de Linguistique Générale-I*, Paris.
— (1958 a), 1966 — «Les verbes délocutifs», *Problèmes de Linguistique Générale-I*, Paris.
— (1959), 1966 — «Les relations de temps dans le verbe français», *Problèmes de Linguistique Générale-I*, Paris.
— (1969), 1974 — «Sémiologie de la langue», *Problèmes de Linguistique Générale-II*, Paris.
— (1970), 1974 — «L'appareil formel de l'énonciation», *Problèmes de Linguistique Générale-II*, Paris.
- Berrendonner, A.** — 1977 — «Le fantôme de la vérité. Questions sur l'assertion», *Linguistique et Sémiologie*, 4.
- Couthard, M./Montgomery, M.** — 1981 — «The structure of monologue», in *Idem* (eds.) — *Studies in Discourse Analysis*, Londres.
- Culioli, A.** — 1973 — «Sur quelques contradictions en linguistique», *Communications*, 20.
- van Dijk, T. A.** — 1980 — «The semantics and pragmatics of functional coherence in discourse», *Versus*, 26/27.
- Ducrot, O.** — 1979 — «Les lois du discours», *Langue Française*, 42.
— 1980 — «Analyse de textes et linguistique de l'énonciation», in Ducrot et al., *Les mots du discours*, Paris.
— 1982 — «Note sur l'argumentation et l'acte d'argumenter», *Cahiers de Linguistique Française*, 4.
— 1984 — *Le dire et le dit*, Paris.
- Fauconnier, G.** — 1984 — *Espaces mentaux*, Paris.

- Fonseca, F. I.** — 1982 — «O Pretérito e o Perfeito e a teoria dos níveis de enunciação», *Biblos*, LVIII.
- 1985 — «Deixis et anaphore temporelle en portugais», *Revista da Faculdade de Letras — Línguas e Literaturas*, I, Porto.
- 1989 — *Deixis, Tempo e Narração*, Porto.
- Fonseca, J.** — 1981 — *Coesão em português. Semântica-Pragmática-Sintaxe*, Porto.
- 1985 — «Sintaxe, semântica e pragmática das comparações emblemáticas e estruturas aparentadas», *Revista da Faculdade de Letras — Línguas e Literaturas*, 1, Porto.
- 1988 — «Ensino da língua materna como pedagogia dos discursos», *Diacrítica*, 3.
- 1991 — «As articulações discurso-metadiscursos e a sua exploração na didática do Português como língua estrangeira», *Actas do Seminário Internacional «Português como Língua Estrangeira»*, Macau. (Agora também neste volume).
- Fuchs, C.** — 1984 — «Le sujet dans la théorie énonciative d'Antoine Culioli: Quelques repères», *DRLAV, Revue de Linguistique*, 30.
- Garavelli, B. M.** — 1985 — *La parole d'altri*, Palermo.
- Goffman, E.** — 1973 — *La mise en scène de la vie quotidienne — 2. Les relations en publique*, Paris.
- 1976 — «Replies and responses», *Language in Society*, 5.
- 1987 — *Façons de parler*, Paris.
- Güllich, E.** — 1986 — «Souñ c'est pas un mot très français». Procédés d'évaluation et de commentaire métadiscursifs dans un corpus de conversations en 'situation de contact', *Cahiers de Linguistique Française*, 7.
- Jacques, F.** — 1983 — «La mise en communauté de l'énonciation», *Langages*, 70.
- 1985 — «Do dialogismo à forma dialogada», *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 9 (Campinas).
- Kerbrat-Orecchioni, C.** — 1980 — *L'énonciation de la subjectivité dans le langage*, Paris.
- 1984 — «Les négociations conversationnelles», *Verbum*.
- 1986 — *L'implicite*, Paris.
- 1986 a — «'Nouvelle conversation' et 'Analyse conversationnelle'», *Langue Française*, 70.
- 1987 — «La mise en places», in Cosnier, C./K. Orecchioni, C. (eds.) — *Décrire la conversation*, Lyon.
- Kotschi, Th.** — 1986 — «Procédés d'évaluation et de commentaire métadiscursifs comme stratégies interactives», *Cahiers de Linguistique Française*, 7.

Langue Française, 73.

Lyons, J. — 1977 — *Semantics-2*, Londres.

Moeschler, J. — 1982 — *Dire et contredire*, Berne.

Morgan, J. L. — 1978 — «Two types of convention in indirect speech acts», in Cole, P. (ed.) — *Syntax and Semantics*, 9: *Pragmatics*, N. York.

Petitjean, A. — 1987 — «Les faits divers: polyphonie énonciative et hétérogénéité textuelle», *Langue Française*, 74.

Récanati, F. — 1979 — *La transparence et l'énonciation*, Paris.

Reys, G. — 1984 — *Polifonía Textual*, Madrid.

Roulet, E. — 1985 — «Structures hiérarchiques et polyphoniques du discours», in Roulet et al., — *L'articulation du discours en français contemporain*, Berne.

— 1987 — «Complétude interactive et connecteurs reformulateurs», *Cahiers de Linguistique Française*, 8.

Schmidt, S. J. — 1977 — *Teoría del texto*, Madrid.

Searle, J. — 1975 — «Indirect speech acts», in Cole, P./Morgan, J. (eds.) — *Syntax and Semantics*, 3: *Speech Acts*, N. York.

Simonin, J. — 1984 — «De la nécessité de distinguer énonciateur et locuteur dans une théorie énonciative», *DRLAV, Revue de Linguistique*, 30.

— 1984 — «Les plans d'énonciation dans *Berlin Alexanderplatz* de Döblin — ou de la polyphonie textuelle», *Langages*, 73.

Weinrich, H. — 1964 — *Tempus*, Stuttgart (Trad. franc. *Le Temps*, Paris, 1973).

Wittgenstein, L. — 1958 — *Philosophisch Untersuchungen/Philosophical Investigations*, Oxford (Trad. franc., *Les investigations philosophiques*, Paris, 1961).

AS ARTICULAÇÕES DISCURSO-METADISCURSO E A SUA EXPLORAÇÃO NA DIDÁCTICA DO PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA

1. As línguas naturais são dotadas, como se sabe, de uma onipotência semiótica — e esse é um dos seus traços definidores, e não certamente o menor, no seio dos sistemas semióticos.

Desta onipotência semiótica faz parte a capacidade de as línguas naturais se referirem a si próprias, à sua actualização e ao produto que dessa actualização resulta — o discurso — e à comunicação-interacção que neste se objectiva.

Configura-se deste modo o domínio amplo da metalinguagem, ou, mais especificamente, do metalinguístico, do metadiscursivo e do meta-comunicativo.

2. Tendo em conta as notas introdutórias que precedem, não será preciso observar que a metalinguagem não se esgota nas nomenclaturas ou terminologias saídas da reflexão sobre as línguas naturais. Mas, mesmo assim, poderá ainda pensar-se que as virtualidades metalinguísticas das línguas naturais se actualizam em momentos escassos e muito marcados da actividade discursiva. É claro que tal não acontece. Pelo contrário, nos produtos verbais, há uma forte e variada presença de dimensões *meta*, que neles desempenham um papel de grande relevo.

Por um lado, há dimensões *meta* que se inscrevem no enunciado/discurso de modo sistemático, constituindo parte central, nuclear, do sentido por ele carregado e respondendo por aspectos importantes da configuração da mensagem actualizada; por outro lado, a estas dimensões *meta* inevitavelmente presentes no enunciado/discurso juntam-se com larga regularidade algumas outras. No seu todo, estas dimensões integram com as demais componentes da organização e funcionamento dos discursos, e neles obtêm uma marcada saliência. Podemos, assim, falar de uma efectiva e múltipla imbricação discurso-metadiscurso.

Nestas circunstâncias, importará sublinhar desde já que nas actividades conducentes à aquisição, estruturação e desenvolvimento da competência de comunicação — objectivo integrador de toda a aprendizagem linguística — deverão ser adequadamente contempladas as habilidades para a metalinguagem e a tomada de consciência do seu papel no processamento de uma comunicação-interacção desenvolva e apropriada. Observo que, como esta última nota sugere, as considerações que desenvolverei têm particularmente incidência ao nível intermédio e ao nível superior de um programa de ensino-aprendizagem do português como língua estrangeira. No entanto, estou em crer que mesmo ao nível elementar de um tal programa devem ser adequadamente contempladas as habilidades para a metalinguagem.

3. Como acabei de referir, nas actividades lectivas dever-se-á atentar nas diversas dimensões *meta* agregadas aos discursos ou neles inscritas, e desenvolver um trabalho adequado em ordem à captação do seu papel na organização e funcionamento das mensagens verbais.

No ensino de uma língua visa-se, como se sabe, a interiorização pelos aprendentes de configurações formais e significativas constantes, mas não menos de modelos da sua actualização adequada, e ainda de princípios e mecanismos que operam na actividade verbal, na sua dupla vertente de produção e de recepção-interpretação.

Uma tal interiorização deve assentar basicamente sobre a experiência, sobre um trabalho insistente e continuado com a produção e a recepção-interpretação de discursos, os mais variados. No entanto, este trabalho *com* a língua e *com* os discursos deve ser fecundado com um outro a desenvolver *sobre* a língua e *sobre* os discursos, apropriadamente integrado com aquele primeiro.

Poderá, quanto a mim, discutir-se a profundidade e a extensão, e as modalidades, de um tal trabalho de reflexão *sobre* a língua e *sobre* os discursos nas situações formais de ensino-aprendizagem — mas carece de legitimidade discutir-se ou pôr-se em causa a sua presença e a sua relevância.

Observe-se, entretanto, que este trabalho de reflexão agora preconizado só em pequena parte converge com o que tem lugar nos tradicionais momentos de sistematização gramatical, quer de índole normativa quer de natureza descritivo-explicativa. É, na verdade, preciso ultrapassar as limitações de uma reflexão que ignora a quase totalidade das dimensões congregadas na noção de competência de comunicação,

privilegiando restritas regularidades frásticas e intrafrásticas e esquecendo regularidades fundamentais e altamente produtivas do uso concreto da língua — e isto, mesmo ao nível da frase, mas sobretudo ao nível do além-frase, do discurso. A reflexão agora preconizada, aplicar-se-á, pois, não tanto à elucidação do sistema da língua, mas sobretudo à captação e à caracterização ou, pelo menos, à sistematização de princípios, de índole linguística e de natureza não estritamente linguística, que percorrem a organização e o funcionamento da interacção verbal, a estruturação e o funcionamento dos discursos. Justamente aqui se integram, como complexo de aspectos de inegável saliência, as dimensões *meta* do enunciado/discurso.

4. Ficou acima anotado que toda a actividade verbal dá lugar, de modo sistemático porque inevitável, à projecção de elementos *meta* e que estes se revelam de alcance crucial na configuração e no funcionamento dos discursos.

O essencial deste ponto pode apresentar-se na seguinte formulação: o discurso fala obviamente do mundo dos seres e dos objectos, dos acontecimentos, seus protagonistas e suas circunstâncias, dos estados de coisas... — *mas não o pode fazer sem ao mesmo tempo falar de si mesmo.*

Se assim é, como de facto é, inscrevem-se de modo incontornável no discurso dimensões *meta*, dimensões que não se acrescentam às restantes componentes significativas e configuracionais do discurso, antes são *constitutivas* do falar e do sentido nele carreado.

Para ser breve e directo, direi que estas dimensões *meta* estão condensadas na *estrutura reflexiva* do enunciado-discurso.

O enunciado/discurso tem, na verdade, uma estrutura largamente reflexiva, no sentido essencial de que, explícita ou implicitamente, remete para a sua própria ocorrência, para a sua enunciação — em particular, para os termos e coordenadas da comunicação-interacção que se dá em cada acto verbal. Precisamente, esta específica remissão do enunciado/discurso para a sua enunciação constitui-se em parte nuclear do sentido por ele veiculado e ao mesmo tempo em ponto de referência ou de apoio imprescindível para a configuração das outras dimensões significativo-referenciais.

Esta reflexividade é obra, em particular, de uma classe de signos — os *auto-referenciais* —, mas também, em alguma medida, da estrutura léxico-semântica e sintáctica global de cada enunciado.

De todos estes elementos. ocupar-me-ei apenas, e brevemente, dos marcadores ilocutórios.

Os indicadores ilocutórios são, claramente, auto-referenciais, logo, metadiscursivos/metacomunicativos: eles assinalam, denominando-o no caso dos verbos ilocutórios ou de expressões nominais sobre eles construídas, o valor comunicativo-interactivo da enunciação que os contém — valor esse que aponta, note-se, para uma realidade que o próprio discurso, e só ele, cria. Sendo assim, os marcadores ilocutórios respondem por uma parte central do sentido do enunciado/discurso, precisamente aquela que, constituindo uma qualificação ou um comentário sobre a enunciação, lhe confere um decisivo valor *accional*. De resto, a centralidade da dimensão ilocutória do discurso prolonga-se pela circunstância de ela instaurar um cenário global de comunicação-interacção, em que se ancoram as referências contidas no enunciado/discurso e em que se enquadra o complexo jogo de relações intersubjectivas que tem lugar no exercício verbal.

A problemática do ilocutório percorre de um modo global, como é sabido, as orientações comunicativas ou comunicativo-funcionais do ensino de línguas. Creio, porém, que muitos dos espaços desenhados por estas orientações nem sempre são explorados de modo adequado ou consistente. Nos parágrafos que imediatamente se seguem, focarei alguns pontos que julgo fecundos, insistindo em que todos eles relevam da imbricação discurso-metadiscurso a que me venho referindo.

Apontarei de imediato que com os enunciados são *consignificadas* as condições basilares de satisfação do seu valor *accional*. Estas condições, de índole variada, têm que ser preenchidas na produção verbal, e desenham uma zona decisiva do uso adequado de um enunciado, cujo sentido se vê, dessa forma, regularmente amplificado. Impõe-se, então, articular os variados expoentes da realização dos vários tipos e sub-tipos ilocutórios com a consideração das condições do seu uso adequado e, conseqüentemente, com a elucidação da amplificação do sentido que tal uso arrasta. Por outro lado, cada enunciado recorta também conseqüências no domínio das relações interpessoais e no domínio da progressão do discurso. É que, como se sabe, o ilocutório traz consigo a instauração de um *juridismo* próprio, que respeita aos direitos e deveres contraídos pelos actantes da enunciação — e isto na ordem do crer, do dizer e do fazer — onde se englobam aspectos atinentes à continuação do discurso. Abre-se justamente aqui o espaço em que se inscrevem as dimensões sequenciais e as conseqüências conversacionais/discur-

sivas dos actos ilocutórios, a que me referirei mais abaixo, entre as quais figuram as que respeitam aos *pares adjacentes*, e, neles, às sequências *preferidas* vs *não preferidas*, às *estratégias*, ao trabalho de *figuração* (1).

É bom de ver que a consideração destes aspectos é inseparável da consideração de normas sociais e culturais que penetram a actividade discursiva e nela representam constrangimentos vários, nomeadamente de ordem *ritual* ou *relacional*, em que intervêm princípios como a cortesia, o tacto, a modéstia, a respeitabilidade... Tal põe em evidência que o exercício verbal se apoia num saber acerca da estrutura social, acerca das relações intersubjectivas, acerca das normas e princípios que as pautam ou que as percorrem. A actividade discursiva não prescinde destes saberes nem do domínio dos mecanismos segundo os quais se dá uma continuada interacção entre eles e os signos e as estruturas linguísticas. Observar-se-á, por outro lado, que o contacto e o trabalho com estas dimensões sócio-culturais e cognitivas do exercício verbal abrem, na aula de língua estrangeira, para a área do *intercultural* que, dessa forma, e — importa sublinhá-lo — a partir das estruturas linguísticas e do funcionamento dos discursos, se instala com toda a naturalidade e a propósito nas actividades lectivas, já que os «jogos de linguagem» vivos numa comunidade convocam e activam nos falantes os universos de representações simbólicas e os universos de avaliações do mundo. Com a língua e os discursos, os aprendentes de uma língua estrangeira contactam com uma específica *forma de vida* — e será de esperar, e de explorar devidamente, momentos de acerto e sobretudo de matização e extensão nos universos simbólicos e nas tábuas de valores originariamente transportados pelos estudantes.

A tudo isso acresce que a nossa actividade ilocutória se prolonga por aspectos perlocutórios, em que se deve atentar dadas as suas incidências nas relações intersubjectivas e no desenrolar da interacção, e ainda que ela se desenvolve amplamente de modo indirecto. Na codificação e na decodificação dos *actos indirectos* operam princípios comunicativo-activos que devem ser gradualmente dominados pelos aprendentes, pois que a indirectão está ligada a factores fortemente actuantes na comunicação, em particular à salvaguarda da *face* dos intervenientes, à obtenção de eficácia para o discurso, à manipulação que todos e sempre exercemos na actividade discursiva, mesmo a mais banal. Convém lembrar que o carácter metadiscursivo/metacomunicativo dos actos indirectos decorre também, pelo menos em elevado número de

casos (e entre eles se situam os mais correntes) da circunstância de que o sentido literal dos enunciados por que se realizam se aplica a afirmar ou a interrogar algumas das condições de felicidade do valor ilocutório resultante ou comunicado.

Para além dos aspectos focados, ter-se-á presente que a construção do discurso pelo locutor mobiliza não só, e como apontei, as dimensões sequenciais dos actos ilocutórios, mas em particular a sua congregação em complexos ilocutórios ou *macro-actos* devidamente integrados. Tal envolve também uma constante transposição da força ilocutória dos enunciados, que são afectados no domínio textual a *funções ilocutórias* subordinantes ou subordinadas, obtendo, então, no discurso um papel organizador e significativo acrescido. Desenha-se, assim, o domínio da *coerência funcional* do discurso: este deve apresentar-se, tanto ao nível local como ao nível global, dotado de uma continuidade de sentido, que não se esgota numa consistência semântica, antes abarca também a boa formação sequencial de actos ilocutórios, devidamente apoiados e entrosados uns nos outros. No discurso dialógico, específica manifestação desta consistência pragmático-funcional dos produtos verbais reside na afectação de enunciados à realização de *prefácios*, *pré-sequências* e mesmo *pré-pré-sequências*, que introduzem um ilocutório subordinante ou director, fixando o quadro interactivo adequado, recortando condições para a salvaguarda das *faces* do Locutor e do Alocutário, preparando o sucesso da enunciação dominante. As *sequências intercaladas* nos pares adjacentes funcionam de modo similar, cumprindo variadas funções ilocutórias devidamente entrosadas no desenvolvimento da interacção. De resto, não raro estas sequências intercaladas têm um marcado estatuto metalinguístico, por se aplicarem sobre o conteúdo, o valor ilocutório e/ou as condições de adequação da intervenção iniciativa. Tais *réplicas* reforçam o dinamismo da interacção e trazem expansões variadas ao discurso.

É também nesta área que encontramos a *qualificação dos actos ilocutórios*, a sua modificação por *mitigação* (2) ou por *intensificação* em ordem ao bom processamento e à eficácia do discurso — o que, de novo, nos remete para as relações interpessoais que percorrem a produção verbal, e consequentemente para as *estratégias* a activar e para o apropriado trabalho de *figuração*.

No seu todo, estas transposições e qualificações ilocutórias servem largamente à marcação de rumos discursivo e à instauração de apro-

priadas modalidades — do tenso ao distenso, do formal ao informal, do subjectivo ao distanciado... — do exercício da comunicação-interacção.

Inscribe-se igualmente na área em referência o que respeita à configuração de *actos de discurso por natureza sequencial*, tais como os que tematizam explicações, justificações, refutações, ilustrações, exemplificações, generalizações... — que justamente se concretizam em sequências mais ou menos extensas de enunciados devidamente articulados. Observe-se que estas acções discursivas comportam um duplo aspecto metadiscursivo, pois que, por um lado, relevam do ilocutório, e, por outro, se aplicam ao próprio discurso em desenvolvimento e/ou à sua enunciação. É claro que tais actos por natureza sequenciais cabem por inteiro no âmbito da coerência funcional do discurso, acima referida.

Estas notas apontam, como se vê, para segmentos basilares e de alta rentabilidade da competência de comunicação, pois dizem respeito a regularidades fortemente produtivas na área do alcance social ou inter-subjectivo das mensagens verbais, das consequências discursivo-interactivas dos enunciados, da construção do sentido. A menos que se faça da aprendizagem linguística a interiorização de uma competência mínima, de sobrevivência, todas as componentes da actividade verbal que foram abordadas têm que ser objecto de um trabalho alargado, aprofundado e prolongado. É claro que uma base elementar para tal trabalho é a presença nas actividades lectivas de discursos autênticos, de tipos e modalidades variadas.

Não encerrarei este segmento da minha exposição sem lembrar que se vinculam ainda à estrutura reflexiva do enunciado/discurso o diversificado campo das *implicitações pragmáticas*. O seu cálculo activa conhecimentos sobre o próprio funcionamento da comunicação-interacção, sobre regras e princípios do dizer, que não podem ser descurados no ensino de uma língua. E isto porque a cada momento estamos a jogar, na actividade verbal, com o *implícito* construído sobre e activado por estas regras e princípios, a expandi-lo ou a cancelá-lo, a admiti-lo ou a recusá-lo. Repare-se em que nos situamos ainda em pleno nas articulações discurso-metadiscorso, pois que tais componentes do sentido amplificam ou transformam o *dito* no enunciado/discurso e vinculam-se à reflexão que este faz da sua própria enunciação. Conviria não esquecer que estas regras e princípios do dizer, dada a sua natureza não idiomática (o que se aplica também às condições de felicidade dos actos ilocutórios), são já dominados pelos aprendentes, que as interiorizam com a língua materna, prestando-se, assim, ao desenvolvimento, sempre enriquecedor, de práticas contrastivas.

Posso resumir: todo o discurso comporta necessariamente dimensões *meta*, pois que remete regularmente para a sua própria ocorrência e para o quadro enunciativo que com ela fica desenhado. Tais dimensões, que obtêm uma saliente centralidade no enunciado/discurso, originam-se na incontornável circunstância de que, como escreve O. Ducrot. «dès qu'on parle, on parle de sa parole», sendo, então, que sistematicamente «le dit dénonce le dire, même lorsqu'il ne le fait pas à l'aide de tel ou tel morphème explicite» (3).

Em consonância com isso, importará dar lugar a actividade lectivas que proporcionem a apropriação por parte dos aprendentes de mecanismos e princípios básicos que operam nesta área da construção do discurso e do seu sentido — mecanismos e princípios que são componentes decisivas das habilidades comunicativas a dominar por quem aspira a falar uma língua com à vontade, eficácia e desenvoltura.

5. A par da presença, que se viu ser sistemática, de específicas dimensões *meta* no discurso, de que antes me ocupei, por força da qual se verifica na actividade verbal uma inevitável imbricação discurso-metadiscurso, a metalinguagem penetra ainda, ocasionalmente, o discurso, e desempenha, então, um papel não menos relevante na sua estruturação e no seu funcionamento.

Recorta-se, deste modo, uma outra zona da articulação discurso-metadiscurso, que, naturalmente, se congrega com a anteriormente considerada.

Na zona agora em análise, haverá que distinguir, de um lado, os casos em que as dimensões *meta* resultam da presença em discurso de determinados signos ou construções, e, do outro, os casos em que as dimensões *meta* relevam do que hoje correntemente se denomina *actos de composição textual* ou *discursiva*.

5.1. Alguns instrumentos linguísticos têm a particularidade de arrastarem consigo para o discurso dimensões significativas de natureza meta-discursiva/metacomunicativa. Referirei os *morfemas e conectores argumentativos*, os *activadores de pressuposição*, os *modalizadores* e os *verbos de comunicação* enquanto instrumentos ao serviço do relato.

5.1.1. A actividade discursiva, mesmo a mais banal, é profundamente penetrada por dimensões argumentativas. Tal dá ocasião à projecção em discurso de *operadores e conectores de argumentação*, que marcam o rumo das intervenções e actualizam relações variadas entre enunciados ou segmentos do discurso.

Esta área respeita claramente ao domínio da *coerência funcional do discurso*, já acima referenciada. Conviria, entretanto, assinalar a natureza *meta* dos morfemas e conectores argumentativos: eles dão expressão a variadas modalidades de *apoio* ou de *infirmiação-problematização* do discurso (do seu conteúdo, da sua adequação, da sua orientação, das modalidades do seu desenvolvimento...), marcam *relações de ordem* entre argumentos, configuram instruções discursivas ligadas a efeitos focalizadores, que ocasionam, e a padrões ou esquemas de progressão argumentativa, que recortam.

O manejo adequado dos operadores e conectores de argumentação e o domínio das dimensões discursivas que eles desenham revelam-se constituir uma habilidade básica na comunicação-interacção verbal que deve ser objecto de um largo tratamento nas actividades lectivas. Anotar-se-á a íntima conexão da actividade argumentativa com dimensões sequenciais-interactivas dos actos ilocutórios, nomeadamente com a condição de veracidade e a condição de argumentatividade suscitadas por grande número de tipos ilocutórios, e com as modalidades de realização de *sequências não preferidas* no quadro dos pares adjacentes (a que mais acima me referi). Observar-se-á ainda que o exercício da actividade argumentativa convoca e activa, por intermédio dos *topoi* (4) nela correntemente envolvidos, as representações simbólicas do mundo, as tábuas de valores dos falantes, e, conseqüentemente, normas sócio-culturais — o que de novo remete para a pertinência e o alcance de práticas contrastivas e da consideração do intercultural nas actividades lectivas.

5.1.2. A pressuposição tem um inequívoco carácter metadiscursivo, devendo ser vista como constituindo um comentário (genericamente, como se sabe, do tipo «verdadeiro/falso», mas também do tipo «positivo»/«negativo» ou «bom»/«mau») que num enunciado tematiza uma asserção ou um termo de uma asserção (5). É conhecida a importância que o dispositivo da pressuposição, pelo seu estatuto específico de ordem enunciativa e informativa, obtém na condução do discurso: é que, ao contrário do posto, que é apenas proposto, os pressupostos são verdadeiramente *impostos* ao Alocutário, visando encerrá-lo num dado quadro intelectual, do qual só poderá sair, atempadamente, através de uma réplica que os questione ou oblitere. Por outro lado, os activadores de pressuposição comportam uma clara e impositiva instrução discursiva: a progressão do discurso deve apoiar-se, não sobre o implícito que eles carregam ou despoletam, antes sobre o posto. Pois bem: um trabalho

adequado com e sobre os discursos deverá focar as virtualidades e as consequências discursivas desenhadas pelos activadores de pressuposição, salientando, em particular, o dinamismo fortemente manipulador a que eles servem, as manobras discursivas que permitem, as condições de adequação que suscitam e a amplificação do dito que actualizam.

5.1.3. Os verbos de atitude proposicional e todos os modalizadores comportam também um claro estatuto metadiscursivo ou metacomunicativo, pois que assinalam relações, variadas, do Locutor com o o seu próprio discurso e/ou com a sua enunciação. Não será preciso realçar a importância, no domínio da interacção verbal, da manifestação das atitudes do Locutor com o seu enunciado ou com a enunciação de que este provém: bastará ter presente que essas relações Locutor-discurso/enunciação indiciam, tanto quanto resultam de, relações intersubjectivas que se travam entre o Locutor e o Alocutário. É por demais evidente a importância do manejo apropriado dos modalizadores na condução de uma actividade verbal apropriada, natural, eficaz e desenvolta.

5.1.4. As formas do *discurso relatado* comportam regularmente dimensões metadiscursivas/metacomunicativas, que são veiculadas de imediato pelos *verbos de comunicação* (6) que introduzem o discurso objecto de relato. Reparar-se-á em que estes verbos dão expressão a acções discursivas projectadas noutras enunciações. Revelando a interpretação que delas realiza o Locutor que relata, esses verbos ao mesmo tempo explicitam uma atitude avaliativa, proporcionando, deste modo, que o Locutor indique o tipo de relação — intelectual e/ou afectiva — que adopta com o discurso relatado. Na verdade, todo o relato arrasta a adopção de uma perspectiva sobre o seu objecto e a a formulação de atitudes a seu respeito. Ao lado destes, que ficam, como se observou, capturados nos verbos de comunicação, outros comentários *meta* acompanham com frequência elevada a projecção do discurso relatado, nomeadamente os que se aplicam à reconstituição da situação enunciativa originária, que deve ser evocada para propiciar uma ajustada incrustação dessa produção discursiva na actual, que passa a contê-la. A esta luz, desenha-se um vasto campo de acção nas actividades lectivas, onde as formas do discurso relatado sempre estiveram presentes, mas onde são habitualmente tratadas de modo por demais incipiente. Não se deixou de reparar em que o relato de discursos se conecta largamente com toda a área, atrás considerada, do ilocutório — das acções discursivas —

e sobretudo que ele dá lugar actividades de alto rendimento, como o levantamento das diversas soluções lexicais e sintácticas aptas para o relato, a matizada reorganização discursiva suscitada pela boa acomodação de um outro discurso no actual, que passa a comportá-lo, a contracção de intervenções ou de segmentos de discurso com a especificação da sua orientação discursiva e a especificação das modalidades do desenvolvimento da comunicação que nessas intervenções ou segmentos tinha lugar.

5.2. Considerarei agora a zona das dimensões *meta* trazidas ao discurso através da realização dos já refridos *actos de composição textual* ou *discursiva* (?). Este é o domínio dos variados *comentários metalinguísticos* que muito correntemente têm lugar nas produções verbais, e é também a área da *pontuação*, da *planificação* e da *reformulação* do discurso.

No seu todo, estas dimensões *meta*, correntíssimas nos discursos quotidianos, em todas as suas modalidades, testemunham o trabalho de elaboração do discurso e do seu sentido por parte do Locutor, que atenta não só na plena e adequada configuração e revelação da sua intenção comunicativa, mas também na recepção-interpretação por parte do Alocutório, que a há-de reconstituir. Dir-se-á, assim, que os *actos de composição textual* de que releva a presença no discurso das dimensões *meta* agora em referência se originam em geral na necessidade de evitar ruídos na comunicação ou problemas comunicativos, ou então de os remediar, de os resolver, de os ultrapassar.

5.2.1. Os *comentários* ou as *avaliações* de natureza *meta* que encontramos com muito elevada frequência no discurso são de índole variada e de realização multiforme (8).

Todos os elementos convocados e activados no exercício verbal são susceptíveis de constituírem objecto destes comentários/avaliações, mas verifica-se que eles se aplicam as mais das vezes:

- aos signos e estruturas actualizados;
- ao Locutor e ao Alocutório, considerados como actantes discursivos e nas dimensões atinentes às suas capacidades linguísticas e comunicativas, nos seus universos de saberes, crenças e valores, nos seus estados psicológicos;

- às relações interlocutivas e às que ligam o Locutor ou o Alocutário com o discurso em fase de produção e de recepção-interpretção;
- ao processamento da comunicação-interacção;
- aos contextos e às condições da realização do processo comunicativo-interactivo, incluindo o canal ou suporte dessa realização;
- aos objectivos perseguidos, às estratégias que os servem e aos universos de referência instituídos;
- às reacções do Alocutário ao discurso que lhe é dirigido e às modalidades que reveste esse discurso;
- às características formais do discurso e suas múltiplas dimensões elocucionais...

Inscrevem-se, pois, neste domínio, comentários/avaliações de tipo muito diverso, que abarcam naturalmente os juízos que se situam nas áreas da correcção, da adequação, da aceitabilidade, da estesia, da eficácia... do discurso — correntemente formulados, em ordem a finalidades várias, por qualquer dos intervenientes no processo comunicativo. Mas inscrevem-se igualmente nesta área segmentos de disputa, de usurpação, de sonegação, de contestação, de distribuição ou de regularização do uso da palavra — aspectos, como se sabe, fortemente decisivos no desempenho desenvolvido do discurso.

Interessa observar que não raro estas actividades comentativas e avaliativas introduzem no discurso segmentos subsidiários, despoletam excursos, digressões, à partes... — mas todas elas trazem consigo algo de muito importante na economia da actividade verbal que é uma dimensão *negocial* da produção do discurso e do sentido, e a todas elas subjaz genericamente o exercício de uma indispensável *cooperação*, que se adopta ou que se requer ou suscita, em ordem ao bom processamento da comunicação-interacção.

Importa ainda acentuar que todo este desempenho comentativo/avaliativo envolve uma capacidade de distanciamento metodológico do Locutor em relação ao seu discurso e ao seu enquadramento enunciativo, para os observar. Por outro lado, há inequivocamente neste processo a convocação, explícita ou meramente implícita, de *normas* linguístico-discursivas e sócio-culturais.

A interiorização destas normas, que presidem à actividade verbal e são, como se vê, abundantemente invocadas em comentários de mati-

zada índole mesmo nos discursos correntes, resultará certamente do trabalho com os discursos, mas, mais uma vez, elas merecem uma sistematização e exploração reflectida que só podem potencializar aquele processo de interiorização e que se obtêm num trabalho sobre os discursos a implantar na aula.

5.2.2. Consideremos agora os *actos de composição textual* que se objectivam na *pontuação*, na *planificação* e na *reformulação* (9).

5.2.2.1. Os *actos de pontuação discursiva* orientam-se genericamente para a marcação da organização local ou global da mensagem e de estádios do seu desenvolvimento, para o enfoque particular a atribuir a algum dos seus segmentos, para a sinalização de transições que se pretende sublinhar, para a marcação da relevância, do a propósito, de transições temáticas ou outras, para a explicitação de momentos de apoio para a consistente progressão ou para o relançamento do discurso ou ainda para a convocação da cooperação do Alocutário. Conhecemos bem estes momentos metadiscursivos/metacomunicativos da produção verbal. Para além de recursos de ordem intonacional, instrumentos comuns de pontuação discursiva são os que encontram expressão em locuções ou fórmulas do tipo «Bom...», «Pois bem...», «Ora bem...», «Diga-se de passagem/entre parênteses...», «Convém reparar em que...», «Chamo a atenção para...», «Sublinho que...», «Continuando...», «Voltando a...», «Como vinha dizendo...», «Já se compreendeu que...», «Vem a propósito referir que...», «Posso concluir dizendo que...»...

5.2.2.2. Na generalidade dos discursos, projectam-se também segmentos em que o Locutor indicia ou explicitamente refere um trabalho de planificação. Por essa via, o Locutor clarifica mais cabalmente e ordena os seus propósitos comunicativos, imprime consistência interna ao desenvolvimento do discurso, e facilita desse modo ao Alocutário o processamento da recepção-interpretação.

Particular relevo assumem aqui os *enunciados programáticos*, que anunciam a organização global do discurso, cada um dos seus rumos, os seus sucessivos tópicos ou momentos e seu adequado entrosamento, em suma, que recortam o *programa* que se pretende desenvolver e até as modalidades que revestirá esse desenvolvimento. Estes *enunciados programáticos* introduzem, pois, uma perspectiva projectiva, configurando sucessivos objectos e modalidades de discurso. Deste modo,

afectam o desenvolvimento discursivo a unidades temáticas, a configurações sequenciais ou a orientações ou a modalidades suficientemente desenhadas.

Não raro, ou mesmo habitualmente, ao longo deste desenvolvimento voltam a ser assinalados essas dimensões e momentos programados, as suas articulações e as adequadas transições.

Serve de modo particular ao desempenho deste papel no seio do desenvolvimento de um programa discursivo a actualização de *enunciados temáticos*, tanto de cariz projectivo — dando o sentido, configurando o universo de referências, delineando a orientação ou o rumo discursivo dos segmentos imediatamente seguintes — como de cariz retrojectivo — operando de um mesmo modo em relação ao já dito. Desta forma, os *enunciados temáticos* explicitamente propõem ou impõem uma interpretação global de uma dada sequência discursiva ou mesmo de todo o discurso.

No seu conjunto, os *enunciados programáticos* e os *enunciados temáticos* desenharam no discurso *configurações sequenciais e globais*, mobilizando mais ou menos amplos segmentos discursivos, ou mesmo todo o discurso, para a construção de complexos significativos consistentes e devidamente entrosados ou articulados.

Entram aqui também as variadas e multiformes remissões internas ao discurso, que realizam uma coesão macroestrutural ou superestrutural ou mesmo meramente local, e ainda formulações várias que sublinham a relevância, o a propósito, a legitimidade de acrescentos ou extensões ou re-orientações imprimidas ao discurso. Bom número de fórmulas ou de esteriótipos se projectam neste campo, tais como «Começo por...», «Como anunciei...», «Como vimos...», «Como ficou claro...», «Importa dizer/acrescentar...», «Permito-me/seja-me permitido acrescentar/retomar/repetir...» e tantos outros.

Na modalidade oral do discurso, haverá ainda lugar a produções *meta* que se incluem nesta área de modo específico, por se aplicarem à planificação ou à regularização explícitas do revezar, da distribuição da palavra, ou à sua reivindicação atempada. São disso exemplo produções do tipo «Posso interromper?», «Agora é a vez de.../a minha vez», «Posso?», «Deixe-me continuar/acabar...», «Agora não me interrompa...», e muitas outras bem conhecidas.

Bom número de instrumentos linguísticos actuam nesta área que venho considerando — os que servem globalmente à expressão de enunciados programáticos e temáticos, fórmulas e esteriótipos como os já

exemplificados, mas também grande número de conectores que marcam quer nexos de integração linear (como os que se dão em enumerações) (10), de disposição espacial e temporal de objectos, acontecimentos, protagonistas e circunstâncias, quer relações de ordem no seio de argumentos. Cada tipo de discurso — expositivo, descritivo, narrativo, argumentativo... — e, em cada um deles, cada tipo de modalidade global de interacção — formal ou informal, tensa ou distensa, experiencial ou não experiencial, subjectiva ou distanciada... — darão ocasião à ocorrência de específicas e mais ou menos insistentes produções meta-discursivas/metacomunicativas da natureza em referência.

Mais uma vez se dirá que estas habilidades respeitantes ao trabalho de ordenação ou de disposição da própria configuração do discurso e do processamento da comunicação-interacção devem ser objecto de atenção nas práticas lectivas, onde caberão momentos de reflexão sistematizadora.

5.2.2.3. Também na generalidade dos discursos encontramos produções *meta* da ordem da *reformulação* (11). Na modalidade oral do uso da língua, surgem mesmo não raro casos de *hétero-reformulação* — precisamente aqueles em que a reformulação é feita pelo Alocutário, atento e cooperativo que é à/na produção discursiva que lhe é dirigida.

A reformulação pode ser basicamente da ordem *parafrástica* ou da ordem *não parafrástica*. Esta última revela-se seguramente como mais marcada, pois envolve um mais forte distanciamento do Locutor em relação à sua primeira formulação. Em qualquer dos casos, há sempre um mais ou menos nítido acréscimo informativo-argumentativo, que se congrega com outras dimensões do sentido.

A reformulação tem uma incidência variável, que vai da palavra ao enunciado ou até a segmentos mais largos do discurso. Podem, assim, ser objecto de reformulação as designações, a estrutura sintáctico-semântica, o acto ilocutório, o conteúdo proposicional, a atitude modal e, mais globalmente, o rumo discursivo. Trata-se, visivelmente, de uma actividade metadiscursiva/metacomunicativa em que o Locutor desenvolve uma interpretação do seu próprio discurso simultânea à sua produção. A versão reformulada obtida corresponderá, assim, ao objecto de discurso que o Locutor *intende* configurar, tendo em conta as condições efectivas da produção e da recepção-interpretação.

São certamente múltiplos os factores que intervêm na reformulação. Entre eles, conta-se em particular a tomada de consciência por parte

do Locutor da não adequação do seu discurso — às intenções designativas do universo de referências a activar, às condições do bom, eficaz e apropriado processamento da comunicação-interacção. Mas actua aqui igualmente a percepção por parte do Locutor de dificuldades no domínio da recepção-interpretação e sobretudo de contra-discursos que adivinha por parte do Alocutário ou que este indicia ou explicitamente realiza. Daí que a reformulação atinja também reajustamentos vários na esfera das relações intersubjectivas e das relações do Locutor com o seu discurso — reajustamentos que se estendem a mudanças ou inflexões de *estratégia* e a modificações ou acertos no domínio da *figuração*.

Na área da *reformulação parafrástica* (que pode revestir a modalidade da mera *repetição*), o procedimento básico é o da *equivalência*, se bem que haja sempre, como já anotei, um acréscimo de sentido mais ou menos nítido na versão reformulada. Esta é introduzida habitualmente por conectores do tipo de «ou», «por outras palavras», «ou seja», «quer dizer», «melhor dizendo»... Não raro, porém, a reformulação é feita por simples justaposição. Casos mais marcados são aqueles em que o Locutor completa, expande ou precisa e clarifica segmentos anteriores — casos que estão próximos já da *reformulação não parafrástica*.

Por sua vez, esta é acompanhada muito regularmente por um distanciamento do Locutor em relação à primeira versão e quase sempre pela adopção de uma nova perspectiva enunciativa.

Os nexos entre o segmento reformulador e o segmento reformulado são aqui muito variados e quase sempre marcados por conectores ou expressões de forte carga sémica, que precisamente fixam o tipo de relação não parafrástica.

Reconhecem-se, porém, com facilidade neste domínio três grandes pólos, onde cabem realizações multiformes: um primeiro abarca os casos de *condensação* e de *recapitulação*, servidos por fórmulas correntes como «Em suma...», «Resumindo...», «Numa palavra...», e tantas outras; um segundo pólo respeita a casos de *expansão*, variada; um último congrega casos de *invalidação*, quase regularmente seguidos de ou imediatamente objectivados em *correção*, *rectificação* e *suspensão*. Observar-se-á que estas últimas modalidades de reformulação se aplicam também a dimensões implícitas do discurso, nomeadamente a *implicaturas não convencionais*, amplamente canceláveis, como se sabe, e mesmo a *pressuposições*, que também são obliteráveis, embora tal

obedeça a constrictões bastante fortes. Resolução pela negativa de ambiguidades ou de indeterminações e suspensão de todo o tipo de inferências constituem outras manifestações correntes de reformulação não parafrástica da ordem da invalidação. Também aqui encontramos uma extrema variedade de recursos, entre os quais figuram elevado número de fórmulas e esteriótipos, tais como «Não é (bem) isso que quero dizer...», «Não quero com isto dizer...», «Não se conclua que...»...

6. Tive a oportunidade de passar em revista alguns dos momentos ou lugares da imbricação discurso-metadiscorso, ou seja, da inscrição multimoda da metalinguagem nos produtos verbais — desde aqueles em que a metalinguagem se revela *constitutiva* do enunciado/discorso e do seu sentido até àqueles em que ela é deles componente ocasional, embora altamente frequente e relevante. No seu conjunto, as dimensões *meta* agregadas, sistemática ou ocasionalmente, ao discurso constituem aspectos de uma marcada e diversificada *heterogeneidade* que penetra tanto a língua como o discurso e que neste assume um papel de forte centralidade no recorte e na condução da comunicação-interacção ⁽¹²⁾.

Procurei, por outro lado, salientar que as dimensões *meta* da actividade verbal desempenham um papel decisivo ou, pelo menos, fortemente relevante na organização e no funcionamento dos discursos.

Em consonância com isso, apontei que estas dimensões devem ser oportuna e adequadamente patenteadas aos aprendentes de uma língua estrangeira e com eles devidamente trabalhadas, tendo por base a consideração do funcionamento efectivo da língua em contextos diversificados, onde se projectam os variados «jogos de linguagem» que ela permite.

No seu conjunto, e também através dos factores que as convocam, por intervirem na sua actualização, tais componentes do discurso e do seu sentido jogam poderosamente nas habilidades comunicativas-interactivas que os aprendentes devem interiorizar, e, em tais circunstâncias, não podem ser subestimadas, e muito menos ignoradas, perante quem aspira a um desempenho verbal numa língua estrangeira que seja desenvolvido e adequado — tendencialmente próximo do desempenho de um falante nativo dessa mesma língua.

Ficou também assinalado que todo este campo se abre à consideração de diversificadas práticas contrastivas, proporcionando em par-

ricular a exploração dos conhecimentos dominados pelos aprendentes na ordem do saber comunicativo. Ou seja, haverá lugar a um ensino inteligentemente apoiado sobre os *conhecimentos relativos à linguagem* dominados pelos estudantes, a um ensino em que a interiorização da gramática da língua em aprendizagem se desenvolva em articulação estreita e explícita com uma gramática da comunicação-interação. Trata-se, visivelmente, de ocasionar a exercitação de um continuado vai-vém entre o estritamente idiomático e inequívocas regularidades de um *saber comunicar* que faz seguramente parte da experiência dos estudantes que se aplicam à aprendizagem de uma língua estrangeira.

Abril de 1991.

NOTAS:

- (1) Ver sobretudo E. Goffman, Paris, 1973, especialmente caps. 2, 3 e 4.
- (2) Para o português, e justamente numa perspectiva de aplicação que aqui nos interessa, ver R. Meyer-Hermann, 1984.
- (3) O. Ducrot, 1980, p. 40.
- (4) Ver O. Ducrot, 1983. Para uma panorâmica sobre argumentação no discurso e indicações bibliográficas de base, ver J. Moeschier, 1985.
- (5) Para uma tal concepção da pressuposição, ver A. Berrendonner, 1977.
- (6) Ver H. Gauvenet *et al.*, 1976; M. Charolles, 1976; J. Authier/A. Meunier, 1977; M. Bakhitine, 1977.
- (7) Ver, entre outros, os trabalhos reunidos em P. Bange (ed.), 1987; E. Keller, 1979; A Borillo, 1985; M. A. Morel, 1985; J. Authier-Revuz, 1987; B. Fraser, 1990; G. Redeker, 1990. Ver também a Nota seguinte.
- (8) Ver, entre vários e para além de algumas das indicações fornecidas na Nota anterior, Th. Kotschi, 1986; Carla Bazzanella, 1986. Para o português, ver M. Fernanda Bacelar do Nascimento, 1987, p. 113-149; M. Scotti-Rosin, 1984.
- (9) Para o português, ver alguns apontamentos interessantes em M. Aldina B. F. Rodrigues Marques, 1989.
- (10) Ver J.-M. Adam/F. Revaz, 1987.
- (11) Ver em particular, E. Roulet, 1987; *Langue Française* 73 (1987); *Études de Linguistique Appliquée* 68 (1987).
- (12) Ver Fonseca, J., 1991.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adam, J. M./Revaz, F.** — 1987 — «Aspects de la structuration du texte descriptif: les marqueurs d'énumération et de reformulation», *Langue Française*, 73.
- Authier-Revuz, J.** — 1987 — «L'auto-représentation opacifiante du dire dans certaines formes de 'couplage'», — *DRLAV*, 36-37.
- Authier, J./Meunier, A.** — 1977 — «Exercices de grammaire et discours rapporté», *Langue Française*, 33.
- Bakhitine, M.** — 1977 — *Le marxisme et la philosophie du langage*, Paris (Trad. port., *Marxismo e filosofia da linguagem*, S. Paulo, 1979).
- Bange, P.** (ed.) — 1987 — *L'analyse des interactions verbales. La dame de Caluire: une consultation*, Berne.

- Bazzanella, C.** — 1986 — «Connetivi di correzione nel parlato: usi metatestuale e fatici», in Lichen, K., et al. (eds.), *Parallela 2. Aspetti della sintassi dell'italiano contemporaneo*, Tübingen.
- Berrendonner, A.** — 1977 — «Le fantôme de la vérité. Questions sur l'assertion», *Linguistique et Sémiologie*, 4 (Também in **Berrendonner, A.**, *Éléments de pragmatique linguistique*, Paris, 1981).
- Borillo, A.** — 1985 — «Discours ou metadiscours?», *DRLAV*, 32.
- Charolles, M.** — 1976 — «Exercices sur les verbes de communication», *Pratiques*, 9.
- Ducrot, O.** — 1980 — «Analyse de textes et linguistique de l'énonciation», in **Ducrot et al.**, *Les mots du discours*, Paris.
- 1983 — «Opérateurs argumentatifs et visée argumentative», *Cahiers de Linguistique Française*, 5.
- Études de Linguistique Appliquée*, 68 (1987).
- Fonseca, J.** — 1991 — «Heterogeneidade na língua e no discurso», *Revista da Faculdade de Letras — Línguas e Literaturas*, VIII, Porto. (Agora também neste volume).
- Fraser, B.** — 1990 — «An approach to discourse markers», *Journal of Pragmatics*, 14.
- Gauvenet, H.**, et al. — 1976 — *Pédagogie du discours rapporté*, Paris.
- Goffman, E.** — 1973 — *La mise en scène de la vie quotidienne — 2. Les relations en public*, Paris.
- Herculano de Carvalho, J. G./Schmidt-Radefeldt, J.** (eds.) — 1984 — *Estudos de Linguística Portuguesa*, Coimbra.
- Keller, E.** — 1979 — «'Gambits': conversational strategy signals», — *Journal of Pragmatics*, 3.
- Kotschi, Th.** — 1986 — «Procédés d'évaluation et de commentaire métadiscursifs comme stratégies interactives», *Cahiers de Linguistique Française*, 7.
- Langue Française*, 73 (1987).
- Marques, M. A. Rodrigues** — 1989 — *Os conectivos internos. Contributo para a análise do seu funcionamento no texto escrito*, Braga.

- Meyer-Hermann, R.** — 1984 — «Fórmulas de 'atenuação' no ensino do português como língua estrangeira», in **Herculano de Carvalho/Schmidt-Radefeldt, J.** (eds.), 1984.
- Moeschler, J.** — 1985 — *Argumentation et conversation*, Paris.
- Morel, M. A.** — «Étude de quelques réalisations de la fonction métadiscursive dans un corpus d'échanges oraux», *DRLAV*, 32.
- Nascimento, M. F. B.** — 1987 — *Contribuição para um dicionário de verbos do português. Novas perspectivas metodológicas*, Lisboa.
- Redeker, G.** — 1990 — «Ideational and pragmatic markers of discourse structure», *Journal of Pragmatics*, 14.
- Roulet, E.** — 1987 — «Complétude interactive et connecteurs reformulatifs», *Cahiers de Linguistique Française*, 8.
- Scotti-Rosin, M.** — 1984 — «Fórmulas interlocutórias no texto português», in **Herculano de Carvalho/Schmidt-Radefeldt** (eds.), 1984.

«ELOGIO DO SUCESSO»:

A FORÇA DA PALAVRA / O PODER DO DISCURSO

0. O presente estudo assenta nas reflexões teóricas e prolonga as análises descritivas (e também as propostas de aplicação no domínio do ensino-aprendizagem do Português) contidas em alguns trabalhos que elaborei em momentos anteriores (1).

Situa-se, como aqueles, basicamente num lugar de confluência — e de interacção — entre a Linguística do Texto e a Análise do Discurso, consideradas na multiplicidade das orientações que conhecem nos dias de hoje, em que se inscrevem com influência decisiva as linhas de reflexão de índole enunciativo-pragmática, elas mesmas marcadas por uma conhecida efervescência teórica e por uma fecunda matização.

1. Todo o discurso é imediatamente dominado por uma situação enunciativa, que se organiza em torno das coordenadas *Eu-Tu/Aqui/ Agora*.

O discurso a analisar — reproduzido nos Anexos I e II — apareceu publicado no diário PÚBLICO da sexta-feira 11 de Outubro de 1991, inserindo-se no Suplemento FIM DE SEMANA daquele número do referido jornal.

Aquela data assinala, pois, o tempo da enunciação — o T_0 . Convém acrescentar que se trata da sexta-feira imediatamente subsequente ao domingo 6 de Outubro de 1991, dia em que tiveram lugar as eleições legislativas de que sairia vencedor o PSD.

Situando-se no rescaldo destas eleições (e de campanha que as precedeu), é de esperar desse discurso — ou do seu autor, director do referido diário — um comentário jornalístico oportuno, e é igualmente de esperar que tal comentário contenha elementos de uma polemicidade mais ou menos vincada.

A imagem pública do autor (que passarei a designar por Locutor) — conhecido e reconhecido pela sua competência profissional, pela

sua independência, e por uma formação ideológica que designarei por «esquerda moderna» — representa também um elemento importante desta situação enunciativa, que conta igualmente com um outro — o da imagem que de si pretende construir um jornal recentemente lançado e que vem congregando um crescente número de leitores, com formações ideológicas variadas, que o referido diário pretende abranger.

Deste modo sucinto, fica também esquematizada a imagem que o Locutor se dá do destinatário — do *Tu* — do seu discurso.

As referências que acabei de alinhar permitem ainda obter uma representação global da coordenada enunciativa *Aqui*.

Juntarei a indicação de que todos estes dados integram um universo de saberes, uma enciclopédia, seguramente mais vasta, que o Locutor faz igualmente presidir, de imediato, à produção (e à esperada recepção-interpretação) do seu discurso.

Não será preciso lembrar que esta enciclopédia está aberta à absorção de outros elementos, nomeadamente o sistema de referências e avaliações que vai ser construído no discurso — e os que estas activam — e ainda os que decorrem da imagem que o Locutor de si também vai construir nesse mesmo discurso ⁽²⁾ e os que se vinculam, correlativamente, à imagem que ele igualmente irá construir dos seus leitores.

2. Um discurso institui ou constrói um sistema de referências (e de avaliações, explícitas ou implícitas, dessas referências), e instaura ao mesmo tempo uma dimensão ilocutória e/ou perlocutória dominante (compatível com outras forças accionais, com as quais se articula, se entrosa). Aquela construção e esta instauração congregam-se, de forma complexa, no desenho simultâneo de uma configuração global do discurso, a tomar como configuração de um *tipo*, em que ele se inscreve.

Em sintonia com a irrecusável índole aproximativa que caracteriza a tipologia discursiva disponível, direi que o discurso em análise poderá ser tomado como comentário político, como discurso polémico, de feição marcadamente argumentativa, e que nele o Locutor realiza, como orientação básica ou central, um macro-acto ilocutório expressivo de elogio.

A análise a que procederei nos números seguintes permitirá matizar esta caracterização ilocutória, como também trará a oportunidade para se captar o sistema das referências e das avaliações construídas pelo Locutor.

De momento, anotarei apenas que o título — ELOGIO DO SUCESSO — condensa bem, e de forma directa, não alusiva, a orientação ou o

rumo dominante do discurso. E anotarei ainda que o mesmo título alberga, através do semantismo dos elementos «*elogio*» e «*sucesso*», uma representação compacta das grandes dimensões significativas que se objectivarão no sistema de referências/avaliações e no complexo de forças accionais actuantes no discurso. Seria particularmente moroso proceder aqui à comprovação do que acabei de afirmar — e, por isso, renuncio a fazê-lo. Mas insistirei em que o semantismo daqueles elementos, em íntima conexão com os dados da enciclopédia que eles e a situação enunciativa activam, fornece as pistas centrais sobre o plausível programa discursivo a desenvolver pelo Locutor, logo, sobre as hipóteses interpretativas a adoptar como guia de leitura. Resultando de uma condensação temática e ilocutória, provindo tendencialmente de um *Depois* (da produção discursiva), o título não pode senão desempenhar uma função cognitiva básica, pois lhe cabe um papel projectivo fortemente influente na decodificação.

3. A partir do título e das dimensões agregadas à situação enunciativa (acima apresentada, no essencial) e ainda da enciclopédia que se lhes liga/que eles activam, fica configurado, como esquematicamente acabei de apontar, um complexo ou um agregado de sentido nuclear, a desdobrar adequadamente no discurso.

A discursivização deste complexo ou agregado de sentido passa naturalmente pela sua enformação nos recursos da língua, e é desenvolvida — ao nível local, mas também ao nível sequencial e global — de modo a salvaguardar uma coerência/coesão imprescindíveis. Tal coerência/coesão é dimensão fundadora de todo e qualquer discurso, tanto ao nível da sua produção como ao nível da sua decodificação, actuando neste pólo como princípio interpretativo básico.

Percorrem também esta discursivização não apenas a projecção de estratégias várias — de que sucessivamente darei conta — mas também o recorte de grandes eixos organizadores (de ordem semântica e ilocutória/perlocutória) devidamente articulados e/ou entrosados. É óbvio que também eles imprimem/garantem aquela coerência/coesão ao desenvolvimento discursivo, e, de novo, ao nível microestrutural e ao nível macroestrutural, tanto intermédio como global.

De momento, salientarei quatro destes grandes eixos, que se tornam patentes no discurso que nos ocupa.

3.1. Destaca-se no todo discursivo, mas também nas suas macroestruturas intermédias e ainda nas suas microestruturas, um grande eixo organizador, de carácter opositivo. Na verdade, o desenvolvimento do discurso, em cada um daqueles níveis, dá lugar ao desenho de um *eixo de contraposições* sucessivamente afirmado, de que anotarei, de modo genérico e sumário:

— a contraposição entre momentos temporais — entre, de um lado, um tempo do *Passado* (do *Então*), e, do outro, um tempo do *Presente* (do *Agora*);

— a contraposição entre atitudes modais de distanciamento ou de adesão face aos estados de coisas sucessivamente configurados;

— a contraposição entre valores (com destaque para «*estabilidade*» e «*sucesso*»);

— a contraposição entre atitudes e avaliações axiológicas a respeito de estados de coisas e valores;

— a contraposição entre dimensões accionais (directa ou indirectamente realizadas), nomeadamente elogio, crítica/censura, persuasão, dissuasão;

— a contraposição entre *vozes* — entre a voz do Locutor e a voz de outros, que ele põe em cena — no que se consuma um *eixo de polifonia*, particularmente forte e diferenciada (3);

— a contraposição entre avaliações e atitudes aplicadas a estas vozes.

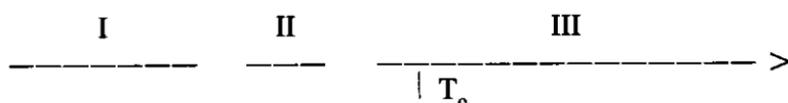
Estas contraposições são consistentes com o marcado carácter de polemicidade que se inscreve — e que é ao mesmo tempo e imediatamente resultante dessas mesmas contraposições — no discurso, que adquire, assim, uma vincada natureza de discurso argumentativo.

Registarei, muito sumariamente, que servem ainda este teor argumentativo de todo o discurso vários movimentos contra-argumentativos e refutativos, e as sucessivas conjunções / *asserção* + *justificação* / que se verificam em alguns dos enunciados e em algumas das articulações entre enunciados e entre macroestruturas.

Nem sempre procederei, nos números seguintes, a uma análise ou a uma referenciação sistemáticas de todos estes momentos de contraposição; por razões de economia, apenas destacarei algumas das manifestações mais relevantes desta feição particularmente notória da configuração do discurso em análise.

3.2. A par deste duplo eixo de contraposições e de polifonia, organiza todo o discurso — e também ao nível local, sequencial e global — um outro, de relevância básica ou mesmo nuclear, e que é um *eixo temporal* (que, de resto, e como acima deixei anotado, apresenta, ele próprio, uma estruturação opositiva, desenvolvida justamente em jeito de contraposição).

Apoiando-nos nas instruções fornecidas particularmente pelos tempos verbais dos enunciados, não é difícil esquematizar esse eixo temporal, naturalmente construído sobre T_0 , o tempo da enunciação, já acima identificado. Eis essa esquematização:



O segmento I corresponde aos segundo, terceiro e quarto parágrafos (com excepção dos seus enunciados D-4 e 5, e por razões a especificar oportunamente); os estados de coisas aí capturados localizam-se no *Passado* (se bem que se trate de um passado que se desenvolve de um momento mais remoto a um mais recente).

O segmento II (correspondente ao primeiro parágrafo) situa-se na contiguidade do termo daquele *Passado* e vizinha com o tempo da enunciação — o *Presente*, T_0 ; os estados de coisas aí referenciados respeitam a um passado recente, imediato, correspondente à campanha eleitoral e ao seu desfecho vitorioso para o PSD.

Já se reparou em que este segmento temporal II está deslocado para o início do texto, obtendo, logo por isso mesmo, e pela anacronia que essa deslocação projecta, um relevo particular.

O segmento III respeita, por sua vez, a um intervalo temporal centrado sobre o *Presente*; abre-se com naturalidade sobre um *Futuro*, delimitado no intervalo adjacente à direita, mas ao mesmo tempo converge com o segmento do passado recente correspondente a II e à parcela já identificada de I.

Terei de avançar que os estados de coisas capturados no segmento I — que preenchem o espaço/tempo do *Então* — contrastam fortemente com os estados de coisas referenciados em III — que preenchem o espaço/tempo do *Agora* (aberto ao *Futuro*): aqueles recebem uma avaliação nitidamente negativa, enquanto estes se apresentam como particularmente positivos. Tal avaliação — desenvolvida também, como

se vê, em jeito de contraposição, no quadro já referido de um eixo de contraposições — amplia o contraste entre aqueles Passado e Presente, que são mediados por um evento transicional que opera uma mudança. Significa isto que entre os segmentos I e III se interpõe o intervalo de tempo, por natureza pontual, em que tem lugar aquela mudança.

Este intervalo de tempo, pontual, não tem expressão explícita e directa no texto. Para ele apontam, no entanto — e é isso mesmo que eu quero sublinhar com as considerações acabadas de tecer —, os enunciados D-4 e 5, que visivelmente se destacam — imediatamente pelos tempos verbais, mas também por outros traços, a analisar oportunamente — no todo do quarto parágrafo, em que figuram.

3.3. Entrosado com os três grandes eixos organizadores já considerados, um outro percorre ainda o discurso em análise, e respeita à presença de um *dinamismo* particular que afecta o seu desenvolvimento. Tal dinamismo objectiva-se em diversos movimentos discursivos que surgem ligados quer à configuração argumentativa do discurso quer ao recorte dos momentos em que o Locutor põe em cena outras vozes, e os seus proferidores, quer ainda ao desenho de momentos de tensão, de expectativas e contra-expectativas, quer finalmente à activação de implícitos. A gestão deste *dinamismo discursivo* serve adequadamente as estratégias que o Locutor sucessivamente vai adoptando.

4. O primeiro parágrafo (A) realiza uma macroestrutura introdutória.

4.1. Preenche-se uma asserção inicial (A-1) (4), seguida de três outros enunciados com igual força ilocutória, mas que funcionam como *justificação*, suscitada pela condição de veracidade dos actos assertivos. Percorre, pois, imediatamente, esta macroestrutura uma coerência funcional transparente entre os enunciados por que se realiza, consubstanciada justamente na conjunção */asserção+justificação/*. Temos, deste modo, aqui um primeiro movimento argumentativo, sendo que os enunciados justificativos contêm os vários argumentos que suportam a asserção inicial.

Importa, entretanto, sublinhar que a referida justificação tem por escopo, não o todo da asserção de abertura, antes duas das suas dimensões: por um lado, a ‘contradição’ entre «*estabilidade*» e «*sucesso*», e, por outro, o carácter ‘mitigado’ dessa mesma ‘contradição’. Teremos

a oportunidade de verificar que os suportes mais específicos e mesmo mais fortes desta visão 'mitigada' da contradição entre aqueles dois valores se localizam noutros segmentos do texto. Encontramos, assim, neste ponto uma clara convocação de momentos subsequentes do discurso — convocação que foi programada pelo Locutor na elaboração de uma ajustada *disposição* do todo do seu discurso. Outros momentos de uma programada interacção entre microestruturas e mesmo macroestruturas não contíguas se contêm no discurso — interacção essa que se conta ao mesmo tempo como geradora de tensão, de dinamismo discursivo e de coerência/coesão.

4.2. Este segmento introdutório obtém uma particular relevância no todo do texto e na situação comunicativa em que ele se inscreve ou opera. Tais elementos, a par daquela organização global em */asserção + justificação/*, respondem de imediato pela configuração e identidade desta macroestrutura.

A asserção inicial ancora o discurso num passado imediato relevante, que constitui matéria jornalística óbvia, aberta a/suscitadora de, comentários: a vitória eleitoral do PSD, consumada dias antes. Já se compreendeu que a deslocação para o início do texto do segmento temporal — e dos estados de coisas aí captados — acima anotado com II (5) — serve adequadamente àquela ancoragem do discurso num passado imediato relevante, que constitui, como se sabe, o domínio por excelência do discurso de imprensa.

Por sua vez, o segmento justificativo da asserção inicial dá a oportunidade para uma primeira apresentação de um confronto — de uma contraposição, no quadro do eixo de contraposições já referenciado, que começa a ser construído — entre «*estabilidade*» e «*sucesso*», valores à roda dos quais (embora mais largamente sobre o segundo (6)) se ergue a edificação do texto.

4.3. Interessa, a vários títulos, ver como esta contraposição — servida pelo semantismo de «*enquanto*» (em A-2 e 3) e de «*mas*» (em A-4) — se desenvolve. Neste desenvolvimento encontramos outros eixos organizadores dominantes nesta macroestrutura.

4.3.1. Destaca-se, à partida, o carácter «*contraditório*» (A-1) apontado para aqueles valores. Esquematizo, seguindo A-2, 3 e 4.:

ESTABILIDADE	SUCESSO
a. apela à conservação do adquirido à protecção;	a'. apela à iniciativa, ao protagonismo ao risco;
b. valor estático passivo de sentido conservador;	b'. valor dinâmico activo de sentido progressista (aberto à mudança);
c. sensibiliza o colectivo, o espírito gregário;	c'. estimula a afirmação individual;
c. induz segurança.	d'. pode induzir tensões, choques, abalos, incertezas, instabilidade.

Esta esquematização deixa patente uma nítida simetria no estabelecimento da contraposição, surgindo como particularmente regular o contraste, a 'contradição' entre aqueles dois valores.

4.3.2. Esta simetria e esta regularidade são, porém, quebradas a um outro nível do semantismo dos elementos congregados em cada um dos itens (a/a', b/b', c/c', d/d') atrás referenciados — nível que respeita à avaliação axiológica que se inscreve, de modo mais ou menos estabilizado, em cada uma das referências anotadas.

Reconhecemos com facilidade que às referências congregadas em torno de «*estabilidade*» se junta uma avaliação /+positivo/ — com excepção no que tange ao item b, a que afectamos uma avaliação /-positivo/.

Em contrapartida, no que respeita às referências correspondentes a «*sucesso*», só ao item b' se junta de modo inequívoco a avaliação /+positivo/. Em d', há seguramente uma avaliação negativa — de resto, potencializada pelo contraste com as referências correspondentes em «*estabilidade*»; em c', a orientação tendencialmente positiva é neutralizada pelos termos «sensibiliza o colectivo, o espírito gregário» presentes em «*estabilidade*»; em a', há tendencialmente uma avaliação negativa, em particular ligada a «risco», mas sobretudo activada pelo contraste com «conservação do adquirido», dimensão inscrita em «*estabilidade*».

Numa representação esquemática, teremos, então:

ESTABILIDADE	SUCESSO
a. /+/	a'. /-/ (/+)
b. /-/	b'. /+/
c. /+/	c'. /-/ (/+)
d. /+/	d'. /-/

4.3.3. Resulta destas observações que só ao nível dos itens b/b' e d/d' se oferece uma regularidade opositiva entre «*estabilidade*» e «*sucesso*». Convém fixar esta regularidade:

ESTABILIDADE	SUCESSO
b. valor estático, passivo, conservador;	b'. valor dinâmico, activo, progressista;
d. induz segurança	d'. pode induzir ten- sões, choques, abalos, incer- tezas, instabi- lidade

Resulta também das mesmas observações que as referências e as avaliações axiológicas arroladas ao nível de b/b' constituem o pólo opositivo mais marcado e consistente, pois que, do lado de «*estabilidade*», se apresentam como o único segmento de avaliação /-positivo/, e, do lado de «*sucesso*», como o único segmento de inequívoca avaliação /+positivo/.

4.3.4. Os elementos avançados permitem também concluir que se gera neste parágrafo uma particular tensão: na verdade, não se recorta aí uma representação particularmente encarecedora de «*sucesso*», como seria de esperar a partir do título — «*Elogio do sucesso*» —, que claramente induz a expectativa de uma generalizada e forte avaliação positiva desse valor. Esta tensão, apoiada, pois, numa contra-expectativa,

convoca uma leitura atenta do desenvolvimento discursivo, revelando-se constituir mais um momento saliente da revelância co-textual desta primeira macroestrutura e da sua própria configuração.

Por outro lado, esses mesmos dados habilitam-nos a construir uma imagem de isenção, de seriedade, de objectividade (jornalística) para o Locutor — imagem, veja-se bem, resultante de uma estratégia de credibilização que ele sabe desenvolver desde o início do texto, e que encontrará outros momentos de afirmação. A consistência e a revelância de tal imagem provêm, como já seguramente se terá notado, do facto de o Locutor, num discurso de clara orientação para o encarecimento de «*sucesso*», não escamotear virtualidades negativas, alguns gérmenes de ‘perversão’ (?) que tal valor alberga.

Note-se que tal faz também seguramente adivinhar — e este será também um efeito procurado daquela tensão — que o Locutor, na sequência do seu discurso, tratará de anular tais ‘preversões’ potenciais, de «*sucesso*» — o que, visivelmente, contará como um (outro) momento importante da relevância cotextual do primeiro parágrafo, da sua organização interna e da tensão que, segundo anotei, o percorre.

4.3.5. O quadro antes desenhado possibilita o adequado entendimento de uma inequívoca mitigação que o Locutor faz inscrever na apresentação da «contradição» entre «*estabilidade*» e «*sucesso*». Tal mitigação traz consigo um distanciamento cauteloso que o Locutor adopta na construção daquela antinomia. Tal distanciamento revela-se como um elemento importante da coerência/coesão global do discurso em análise, como se tornará patente ao longo dos comentários a tecer.

4.3.5.1. A mitigação, e o correspondente distanciamento cauteloso do Locutor, manifestam-se logo na asserção inicial do parágrafo, em que o Locutor refere que «*estabilidade*» e «*sucesso*» são dois valores «de algum modo contraditórios» (A-1). O restritor «*de algum modo*» assinala bem essa mitigação/distanciamento.

Essa mesma atitude cautelosa percorre o enunciado A-2, onde é marcada pela expressão, igualmente restritiva, «*Em princípio*», que o introduz.

4.3.5.2. Consistente com, e complementar de, esta atitude de mitigação/distanciamento se apresenta o facto de o Locutor privilegiar no desenvolvimento que tem lugar no parágrafo seguinte da antinomia «*estabilidade*»/«*sucesso*» o pólo opositivo referenciado em 4.3.1.-3. como item b/b’.

Esta escolha, astuciosa, permite que fiquem na sombra — que fiquem esquecidos — os outros elementos da contraposição inicial — o que constitui objectivo estratégico importante, já que deles não se obtém, como ficou devidamente anotado acima, nem uma visão claramente desvalorizadora de «*estabilidade*» nem uma representação suficientemente encaucedora de «*sucesso*».

Assim, em A-2, põe-se em foco aquele pólo opositivo, através de travessão e através dos introdutores (de resto, isolados — destacados — por vírgula) «*nessa medida*» (que tem também uma dimensão de restritor) e «*por isso*». O enunciado A-4, que remata o parágrafo, reforça a focalização daquele pólo opositivo, sumariando em torno das referências «*passividade*»/«*dinamismo*» a contraposição entre os valores «*estabilidade*»/«*sucesso*»: «Somos sujeitos passivos da estabilidade, mas temos de ser sujeitos activos do sucesso». A contraposição «*Somos*»/«*Temos de ser*» compendia de modo feliz, económico e expressivo a orientação primeira que é imprimida ao desenvolvimento da antinomia em referência, justamente agora centrada exclusivamente sobre a contraposição «*passividade*»/«*dinamismo*». «*Temos de ser*», em contraste vincado com o contíguo «*Somos*», explicita cabalmente o sentido básico dado pelo Locutor à antinomia «*estabilidade*»/«*sucesso*», já que em «*Temos de ser*» se dá expressão a um sema *impulso voluntarioso e assumido*, que está ausente em «*Somos*». (Veja-se que esta oposição se prolonga em «Somos sujeitos passivos da estabilidade»/«Temos de ser sujeitos activos do sucesso», sendo ainda servida pelo semantismo do conector «*mas*», que, em A-4, articula, opondo-os, aqueles dois segmentos).

Observe-se ainda que este privilegiar do pólo opositivo em referência, ou seja, esta efectiva redução da contraposição «*estabilidade*»/«*sucesso*» às referências e avaliações axiológicas compendiadas no item b/b' acima delineado, se acentua no segundo parágrafo, onde o Locutor definitivamente vai identificar «*estabilidade*» com «*passividade*», termo aí (B-1) também destacado, por travessão.

4.3.5.3. O último parágrafo do texto — que, como veremos adiante, é capital na economia global do discurso — revela-se particularmente consistente com a mitigação/distanciamento cauteloso que o Locutor quis imprimir a esta primeira contraposição entre «*estabilidade*» e «*sucesso*».

A análise desse último parágrafo será apresentada mais abaixo⁽⁸⁾. Dela tenho, porém, de convocar para aqui um elemento central — a configuração que aí o Locutor estabelece para «*sucesso*», através do recorte de uma oposição entre um «*sucesso-1*» e um «*sucesso-2*».

A representação de «*sucesso-1*» faz dele um «sucesso» minado, adulterado, por ‘preversões’, que de algum modo — e este ponto é decisivo — convergem com algumas das virtualidades negativas associadas às referências anotadas acima nos itens a’, c’ e d’. Em contrapartida, a representação de «*sucesso-2*» faz dele um «sucesso» despido daquelas ‘perversões’, e a que genericamente convêm — e este ponto é igualmente decisivo — as avaliações positivas agregadas acima aos itens c. e d. de «*estabilidade*».

Importa salientar, então, que este «*sucesso-2*» — representação a que, como se verá, se vincula definitivamente o Locutor no seu acto de elogio — não é de todo contraditório com «*estabilidade*» (ponto particularmente relevante a ser devidamente esclarecido mais abaixo ⁽⁹⁾).

Nesta base, tornam-se mais inteiramente compreensíveis as medidas cautelares avançadas logo no início do discurso sobre a validade da oposição «*estabilidade*»/«*sucesso*»: a mitigação, e o distanciamento correlativo, então recortados a este propósito pelo Locutor resultam plenamente pertinentes e consistentes com o todo do discurso, contando-se como elemento vincado da sua coerência/coesão global.

4.4. O primeiro parágrafo — ou a macroestrutura que nele se objectiva — contém ainda outras linhas organizadoras importantes. A sua consideração possibilitará, de resto, em alguns casos, acompanhar de outros suportes a análise já avançada a propósito da mitigação — e do seu alcance — inscrita no estabelecimento da oposição «*estabilidade*»/«*sucesso*».

4.4.1. Logo na abertura do texto (A-1), o Locutor assinala que o PSD resolveu ‘com habilidade’ (Ver «*hábil*», mas também «*segredo*», que contém uma configuração sémica consistente com ‘habilidade’) aquela contradição entre «*estabilidade*» e «*sucesso*».

A resolução desta contradição deixa, por si só, entrever que ela não é total — e uma tal construção pelo Locutor da antinomia em referência já foi devidamente considerada e avaliada na economia global do discurso. É claro que isso mesmo faz compreender, por uma outra via, a mitigação já assinalada e amplamente comentada nos números anteriores.

Acrescentarei que aquela ‘resolução hábil’ da contradição inicial «*estabilidade*»/«*sucesso*» assentou sobretudo — e vêmo-lo agora com particular nitidez — no facto de o PSD ter sabido apostar, na campanha

eleitoral, não apenas em todas as virtualidades positivas de «*estabilidade*» (ligadas às referências e avaliações axiológicas arroladas atrás nos itens a., c. e d.), mas também nas virtualidades positivas agregadas aos similares elementos vinculados a «*sucesso*» — ou mais exactamente, de acordo com as considerações já tecidas, sumariamente, em 4.3.5.3., a um «*sucesso-2*». (Lembremos que, como de resto o texto refere, o discurso eleitoral do PSD se organizou estrategicamente em torno dos valores ‘estabilidade’ e ‘sucesso’).

Encontramos, assim, um outro dado esclarecedor para a mitigação introduzida pelo Locutor na construção da oposição «*estabilidade*» / «*sucesso*» e, mais uma vez, verificamos que ela serve adequadamente a coerência/coesão do discurso.

4.4.2. Neste mesmo quadro se compreende que o Locutor caracterize a vitória eleitoral do PSD como resultado de uma associação «*eficaz*» (A-1) daqueles dois valores.

É claro que essa ‘eficácia’ comprova, não apenas a viabilidade daquela articulação, mas sobretudo a efectiva realização feliz dessa articulação — prova complementenar da consistência da atitude cautelosa do Locutor a propósito da ‘contradição’ entre «*estabilidade*» e «*sucesso*».

Virá a propósito anotar que aquela ‘eficácia’ ficou imediatamente à vista nos resultados eleitorais. Mas importa vê-la numa outra perspectiva: ela foi resultante de uma estratégia discursiva igualmente «*hábil*». O discurso da campanha do PSD construiu dois — ou melhor, e à luz do que ficou disponível em 4.3.5.3., — três destinatários: o destinatário que se reveria, ou se reconheceria, na estabilidade, o destinatário que se reveria, ou se reconheceria, no «*sucesso-1*» e aquele que se reveria, ou se reconheceria, no «*sucesso-2*» (10).

Observe-se que não se trata, absolutamente, de dizer que o discurso eleitoral do PSD tenha sido, neste domínio, ambíguo: ele foi antes um discurso estrategicamente modulado em ordem à construção de destinatários múltiplos. Tratou-se, mais rigorosamente, da construção de um discurso percorrido, enformado, por uma *poli-audição* — noção correspondente a, mas não necessariamente simétrica de, uma adequada e específica polifonia. Esta polifonia esteve, seguramente, presente naquele discurso eleitoral, aí obtendo um elevado valor estratégico — mas não é isso que agora importa considerar.

4.4.3. Como as notas anteriores revelam, o primeiro parágrafo do texto em análise contém, se bem que por implicação, activada imediatamente por A-1, uma valorização de Cavaco Silva e do PSD. Esta é também uma linha estruturadora desta primeira macroestrutura do discurso, que, de resto, se prolonga (embora sempre de modo implícito — e nisso consistirá boa parte da sua relevância) por outros momentos do texto, que oportunamente anotarei e enquadrarei devidamente.

5.1. Um dos eixos dominantes na configuração do primeiro parágrafo é, como ficou sublinhado, o que respeita ao estabelecimento de um contraste entre «*estabilidade*» e «*sucesso*», estrategicamente centrado em torno das referências e avaliações axiológicas congregadas no item b/b' da esquematização apresentada em 4.3.1.-3.

5.2. É sobre este eixo opositivo — e, logo, como também já anotei, com o abandono das outras dimensões disponíveis — que se constrói de imediato o segundo parágrafo (B). Nele, o Locutor acentua de modo específico aquela antinomia «*estabilidade*»/«*sucesso*» por diversas vias, complementares.

Sobressai, em primeiro lugar, a identificação plena de «*estabilidade*» com «*passividade*» — termo de resto destacado por travessão (B-1) — logo caracterizada, com referência à situação portuguesa no *passado* (como veremos, e como também já anotei, num passado que se estende até às vizinhanças do tempo da enunciação, já localizado) de modo fortemente negativo: «*Uma estabilidade feita de resignação, quase sempre triste, melancólica, bisonha, fatalista*» (B-2).

Resulta daí, por conseguinte, uma representação eufórica de «*sucesso*». Mas esta representação encarecedora de «*sucesso*» — que acaba por constituir um outro elemento de desqualificação de «*estabilidade*» — é ainda feita pela evocação dos descobrimentos e das «*histórias exemplares da emigração*», apresentados como «os grandes momentos épicos do sucesso à portuguesa» (B-3).

Reconhecimento, uma e outra destas realidades (a primeira, mais remota, mas sempre presente e actuante no imaginário nacional, e ainda mais em tempos de comemorações oficiais...; a segunda, mais recente, mas sempre profundamente vivida e sentida...) obtêm uma vincada ressonância nos portugueses e concentram em si um largo poder de sedução — a sedução irresistível dos 'vencedores' (dos '*bem sucedidos*') e da 'exemplaridade'.

O Locutor não deixa de sublinhar que estes 'grandes momentos de sucesso' se projectaram em condições excepcionais, sem continuidade e «fora de portas»: o sucesso generalizado e permanente furta-se aos portugueses, nomeadamente no interior das fronteiras do país, «*apertados*» que estão «*na estreiteza sufocante do rectângulo pátrio*» (B-4).

Ao mesmo tempo, o Locutor faz inscrever com saliência na desvalorização da «*estabilidade*»-«*passividade*» um outro traço marcante — uma dimensão de «*fatalismo*» congregada com a de «*tristeza*»: já avançada em B-2, esta dimensão é retomada imediatamente nos outros enunciados e reiterada (sempre a par de «*tristeza*») no início do terceiro parágrafo como marca(s) de uma «*condição nacional*».

Fica, deste modo, construída neste segundo parágrafo uma imagem fortemente negativa de uma arreigada «*condição portuguesa*», marcada pela melancolia, pela passividade, pela resignação, pelo fatalismo — que são vistos como gerados pela «*estabilidade*».

5.3. Há, entretanto, que salientar que todo este segundo parágrafo é marcado pelo uso insistente, 'obstinado', do condicional e que é construído em formato discursivo de relato — e relato de opinião — indicado pela expressão introdutória «*Segundo a tradição e as raízes ancestrais do nosso imaginário nacional*», expressão que tem por escopo não apenas o enunciado B-1, em que explicitamente figura, mas todos os que no mesmo parágrafo o seguem. Tal expressão desenha, pois, o espaço de verificação em que deve situar-se a interpretação de todo o parágrafo.

5.3.1. Estes traços — relato de opinião e uso insistente do condicional — cumprem aqui algumas funções estratégicas, em que convém atentar.

Observe-se, de imediato, que o Locutor se pronuncia neste parágrafo sobre um intervalo temporal vasto e complexo, que vai de um passo sem dúvida remoto a um passado mais recente, vizinho, como de passagem já referi, de T_0 . Tenha-se também presente, por outro lado, que a avaliação global projectada sobre este período é fortemente negativa — sendo que as excepções (descobrimientos e casos exemplares da emigração) apenas confirmam, e dilatam, como já apontei, essa avaliação negativa. Registe-se ainda que o Locutor não pôde testemunhar pessoalmente, 'em directo', a maior parte das situações que este intervalo de tempo recobre.

Pois bem, tudo isto constituirá uma motivação forte para a escolha do relato e do condicional.

O uso do condicional traz consigo um distanciamento do Locutor em relação aos estados de coisas referenciados e às avaliações activadas. E o mesmo acontece, e também por implicação pragmática, quando o Locutor, em vez de dar a sua opinião pessoal, prefere relatar a opinião de outro(s).

É justamente um distanciamento assim activado que domina todo o segundo parágrafo — contando-se como dimensão de particular saliência na sua organização e funcionamento. É certo que o Locutor relata uma opinião qualificada — uma *doxa* estabelecida pela tradição e arreigada no «*imaginário nacional*». Socorre-se, pois, de uma voz autorizada e reconhecida (com o que inscreve no discurso um primeiro momento de polifonia, aqui configurada sob a óptica da convergência) —, mas nem assim se oblitera o distanciamento referenciado, que é, de resto, assumido pelo uso obstinado do condicional.

5.3.2. Saliente-se que com tal atitude, o Locutor desenvolve — e mais uma vez ⁽¹¹⁾ — uma estratégia de credibilização, procurando incutir — reforçar — uma imagem de seriedade, de isenção, de objectividade — de resto, de tão proclamada importância no serviço jornalístico. Por outro lado, e municiado com os créditos assim obtidos e acumulados aos já procurados, com idêntica estratégia já oportunamente montada e concretizada no primeiro parágrafo ⁽¹²⁾, o Locutor prepara também um contraste com os dois parágrafos seguintes (C e D), em que assumirá uma posição pessoal — levada até à avaliação crítica e mesmo à censura — a respeito de uma situação ou estado de coisas mais recente, que testemunhou ou que conheceu 'directamente'.

5.3.3. Importa, no entanto, complementar esta minha visão com uma observação de relevância talvez mais alargada: o distanciamento, a mitigação das asserções deste segundo parágrafo visam ainda a obtenção de um outro efeito. É que — e convém reparar nisso — aquele distanciamento tem exclusivamente por escopo o «*fatalismo*» atribuído à 'condição portuguesa'. Visivelmente, o Locutor não está com, não acompanha, aqueles que aceitam — ou aceitaram — este «*fatalismo*» da 'condição portuguesa', ainda que esses integrem a voz autorizada da *doxa* invocada e usada. Desses se quer apartar o Locutor — e justamente este afastamento habilita-o, credita-o, com a legitimidade neces-

sária para a crítica/censura que, como salientarei, desenvolve nos parágrafos C e D àqueles que, de um modo ou de outro, e contra as expectativas (13), acabaram por aceitar aquela mesma visão fatalista da situação portuguesa. E, ainda, tal distanciamento confere-lhe igual legitimidade para se juntar àqueles que, num passado mais recente e no presente, rejeita(ra)m essa mesma visão fatalista (14).

5.3.4. Registe-se ainda que a evocação desta situação do Passado e a sua avaliação fortemente negativa — evocação e avaliação que, de resto, vão prosseguir nos dois parágrafos seguintes — cumprem aqui — e cumprirão também naquelas duas outras sequências imediatas — uma função estratégica importante: a de preparar um contraste vincado com a situação ‘nova’ que o Locutor caracterizará de seguida, no que se concretiza mais uma manifestação do eixo de contraposições já apontado como linha organizadora de todo o discurso.

5.4. Os comentários tecidos mostram bem a relevância deste parágrafo na economia global do discurso e também as dimensões salientes que o organizam como macroestrutura intermédia e que concorrem para a coerência/coesão ao mesmo tempo local, sequencial e global do texto.

Não demorarei a registar os momentos, claros, de contraposição que se projectam neste parágrafo. Não deixarei, porém, de evidenciar que também aqui encontramos um movimento argumentativo transparente: os enunciados B-3,4 e 5 funcionam basicamente como sucessivas e matizadas justificações do enunciado B-1.

6.1. Construída, do modo que registei, no segundo parágrafo, uma imagem globalmente negativa de uma «condição nacional», o Locutor aplica-se a reforçar esta mesma imagem, identificando no terceiro parágrafo «*estabilidade*» com «*pobreza resignada*» (C-2) — momento saliente de uma cada vez mais vincada diminuição ou desqualificação daquele valor, diminuição/desqualificação que surge como grande linha estruturadora de toda esta sequência.

6.2. Verifica-se também que todo esse mesmo parágrafo está construído com asserções não mitigadas — em contraste com a mitigação generalizada que enforma, nos termos já caracterizados, o parágrafo anterior. Esta afirmação de uma força assertiva — traço também dominante na configuração deste terceiro parágrafo — coaduna-se com uma

outra dimensão — igualmente nele saliente — que respeita à circunstância de o intervalo de tempo agora recoberto ser mais recente, situando-se do salazarismo aos dias de hoje. É neste período de tempo que é agora guindado a primeiro plano — e, dada a sua proximidade, o Locutor, que seguramente o viveu ‘em directo’, está em condições de sobre ele emitir uma opinião pessoal, sem ter, pois de recorrer — como o fez no segmento anterior do seu discurso — ao relato, mesmo que qualificado. A estratégia de credibilização antes desenvolvida — e que ficou devidamente apontada e enquadrada — habilita-o com uma acrescida legitimidade para a emissão desta opinião pessoal assumida. Avançarei que esta particular legitimidade, devidamente preparada, como se viu, no texto, suporta a contundência de certos momentos desta sequência, adiante anotados.

6.3. Ao mesmo tempo que, nos termos acima registados, desvaloriza a «*estabilidade*», o Locutor comprova a existência, *estabilizada*, daquela «*condição nacional*» melancólica e fatalista: tal visão da situação portuguesa percorre, ‘atravessa’ toda a nossa cultura e enformou também «*a nossa cultura política, à direita e à esquerda*» (C-1).

Neste passo, o Locutor dá como garantida a presença de testemunhos na nossa cultura a respeito daqueles traços dominantes da «*condição nacional*», e dá também como pacífica a aceitação do valor probatório de tais testemunhos. Em contrapartida, não procede desse modo a respeito da presença dos mesmos traços na nossa «*cultura política*». Neste domínio, o Locutor não precisa de — ou não se furta a — especificar os suportes da sua opinião, que — note-se — é particularmente gravosa para a cultura política «à esquerda». Impõe-se, então, verdadeiramente, aqui uma justificação deste segmento da asserção do Locutor, mais uma vez em cumprimento da condição de veracidade dos actos assertivos — cumprimento que o Locutor assume também, seguramente, como índice da isenção e da objectividade já noutros momentos procuradas e garantidas.

6.4. Percorre este momento discursivo uma notória tensão, pois que nele se recorta uma *contra-expectativa*: seria de esperar que os «*resistentes antifascistas*» se tivessem demarcado inequivocamente de, não se tivessem deixado «*condicionar*» (C-1) por, a «*passividade*», a «*melancolia*» e sobretudo o «*fatalismo*» daquela «*condição nacional*», valores aceites e acolhidos pela cultura política «à direita». Desta não se estra-

nhará que tenha promovido a «*estabilidade*»-«*pobreza resignada*» a «*filosofia oficial do regime*» salazarista; mas, decididamente, não se esperaria que a ‘esquerda’ tivesse convergido com essa ‘direita’, através de uma alargada contemporização, de uma passividade cúmplice, como o Locutor registará.

Esta tensão, consubstanciada na contra-expectativa que assinala, combina-se com uma acutilante dimensão de crítica, ou, mais rigorosamente, de censura — também eixos vinculados da configuração deste parágrafo: a passividade cúmplice da ‘esquerda’ e, sempre segundo o Locutor, com particular relevo/responsabilidades para o PCP (C-3 e 4), redundou na aceitação tácita do «*fatalismo*» (de que o Locutor, como acima observei, soube estrategicamente distanciar-se, no parágrafo anterior) e conheceu um prolongamento trágico, e certamente mais pernicioso (que o Locutor igualmente critica/censura) — a saber, o que chamarei de ‘perda do sentido correcto da resistência’. Na verdade, o Locutor alinha — e repare-se na força das palavras que emprega, particularmente das que eu sublinho — como índices expressivos dessa cumplicidade operada pela omissão e pela perda do sentido correcto da resistência o «*miserabilismo neo-realista* e as narrativas *amargas* e quase *masoquistas* dos anos de prisão» dos resistentes, e em particular dos comunistas. Uma tonalidade fúnebre de *lamúria* desvaloriza ainda mais fortemente estas manifestações de uma resistência sem desígnios, também ela descrente, vergada ao «*fatalismo*». Uma isotopia musical — construída sobre «*contraponto*» e «*fado*» — sublinha, amplifica, esta tão trágica quanto inesperada conjugação da ‘esquerda’ com a ‘direita’, vistas como articuladas, ‘cooperantes’, na ‘cristalização’ de uma situação de «*melancolia e fatalismo*». Repare-se ainda em que aquela isotopia musical é também servida por aquela tonalidade de *lamúria*, que se desprende como modulação marcante em «*miserabilismo*» (de «*miserabilismo neo-realista*»), e em «*fado*» (de «*canção nacional*», «*fado oficial*» e «*fado da oposição*») e que é amplificada no segmento que remata o enunciado C-3: «*histórias, ambas, de corações partidos, destinos destroçados, desenganos, tiranias e desgraças*» (15).

6.5. Atente-se ainda em que esta ‘cristalização’ de uma «*condição nacional*» aparece construída como *estado resultativo*, marcado por um traço de (quase) inevitabilidade — de resto, consistente com a dimensão de fatalismo dessa condição —, traço que encontra expressão tanto na lexema «*condicionar*» como nos *aspectuais* «*acabaram por*» (C-1) e «*acabou por*» (C-2).

7.1. No quarto parágrafo avulta de imediato, nos seus enunciados 1,2 e 3, a anotação da «*persistência*» da situação negativa caracterizada nos dois parágrafos anteriores — persistência indiciada por sinais inequívocos contidos na «*literatura e no cinema nacionais*» dos últimos anos, que «*continuam a dar-nos exemplos expressivos de um imaginário marcado pela fatalidade e pela depressão*» (D-1 e 2). Registe-se que através de «*depressão*» o Locutor não deixa de reforçar a ‘negatividade’ da situação analisada, instaurando uma isotopia referida a «*degenerescência*» ou «*doença*», do foro *psiquiátrico*, que irá explorar em segmentos subsequentes do discurso.

7.2. Marcando o seu discurso de (mais) um explícito movimento argumentativo, daqueles sinais/exemplos expressivos, o Locutor selecciona para *ilustração/justificação* da sua asserção (D-2, que, de resto, também funciona como *justificação* da asserção anterior — D-1) o caso da realizadora (uma «*jovem*» «*identificada com o PCP*») Teresa Vilaverde.

Esta escolha não é inocente nem arbitrária: ela permite ao Locutor prolongar a dimensão de crítica/censura aos ‘antifascistas’, e ao PCP em particular, averbada antes, e obter uma ilustração relevante, cheia de actualidade jornalística e generalizadamente conhecida e reconhecida (através da referência a um filme recente, positivamente apreciado, e que ocupou destacado espaço na crítica especializada e não especializada). Mas o valor estratégico desta ilustração reside particularmente em que o Locutor sobre ela constrói, por um aldo, a relevância imediata das considerações que, em D-4 e 5, preparam o quadro em que se situa a transição desta situação negativa do Passado, e, por outro lado, um contraste — em que se objectiva mais uma vez o já conhecido eixo de contraposições — com ‘outros jovens’ que aparecem referidos na sequência do texto (16).

7.3. Nestas circunstâncias, e como se comprovará, estes enunciados D-4 e 5 obtêm uma relevância particular na progressão do discurso e na sua articulação aos segmentos antecedentes — ou seja, na configuração da coerência/coesão local, sequencial e global do discurso — e uma larga autonomia ou individualidade no conjunto do quarto parágrafo, no qual se destacam por várias marcas, a analisar mais adiante.

7.4. No termo da análise proposta para os parágrafos II, III e IV (encluindo aqui, por razões já incipientemente registadas atrás, os enunciados D-4 e 5) não será difícil reconhecer que eles, em conjunto, realizam uma segunda macroestrutura do texto. Como elementos organizadores desta macroestrutura parecem salientar-se os seguintes: o desenho de um eixo temporal centrado sobre o passado, mas matizado, ao correr dos parágrafos, num passado mais remoto e num passado mais recente; o recorte de um crescendo de força assertiva que igualmente acompanha a sucessão dos parágrafos; a configuração de uma avaliação fortemente negativa dos estados de coisas sucessivamente referenciados ou da situação portuguesa do passado globalmente considerada; a anotação de uma excessiva duração da situação criada e vivida — anotação a que mais directamente me referirei de seguida.

8. Como acabei de registar, uma das linhas organizadoras da segunda macroestrutura do texto é constituída pela marcação da «*persistência*» de uma situação estativa globalmente negativa — a «*condição nacional*» feita de melancolia e fatalismo.

8.1. Como se sabe, as situações estativas são inerentemente durativas, mas tendem a evoluir: um estado representa habitualmente um equilíbrio mais ou menos precário construído num intervalo de tempo mais ou menos dilatado, mas que é delimitado, à esquerda, por uma fronteira inicial (I), é, à direita, por uma fronteira terminal (T):

.....I[.....]T.....>

Por natureza, os estados, se decorrem da transposição da fronteira *I*, tendem a transpor a fronteira *T* — o que se projecta como evento (inerentemente pontual) que marca a transição desse estado a um outro — logo, a projecção de um novo estado, num novo intervalo de tempo imediatamente subsequente ao tempo da mudança. A transposição daquela fronteira terminal coincide, como se compreende, com a cessação do estado anterior e representa ao mesmo tempo a fase ingressiva no novo estado.

8.2.1. No texto em análise, o estado de coisas caracterizado como globalmente negativo é visto com permansivo — valor aspectual assinalado por diversos lexemas dos enunciados de B, C e D e globalmente

desprendido do todo desses parágrafos, que recobrem, como já se apontou, um intervalo de tempo bastante longo. Ora, esta visão permansiva pode ser tomada de dois ângulos diversos: por um lado, pode ser conceptualizada como um alargamento do intervalo de tempo em que o estado de coisas se verifica — o que envolve a deslocação, para o intervalo de tempo adjacente à direita, do termo (T) desse estado; por outro lado, esse mesmo estado de coisas permansivo pode ser conceptualizado como o retardamento da transposição da mesma fronteira terminal desse mesmo estado vigente.

Em qualquer destas conceptualizações, pode juntar-se ao permansivo, por implicação pragmática, uma dimensão de excesso — ‘excesso’ da permanência, do retardamento da transição a um outro estado.

8.2.2. No texto que nos ocupa, esta dimensão de excesso é inequivocamente implicada: dada a avaliação fortemente negativa da situação caracterizada e dada a sua atestada longa duração, gera-se com naturalidade uma expectativa de mudança, sucessivamente adiada.

O texto cria, então, e mais uma vez, uma tensão, imediatamente decorrente da contra-expectativa actualizada, dimensão que é acompanhada pela de excepcionalidade que marca toda esta situação permansiva.

Ora, com naturalidade passamos a conceber e a admitir — com base no conhecimento do mundo e nas expectativas que ele autoriza — duas coisas: por um lado, que o ‘excesso’ ligado à situação permansiva caracterizada pode induzir uma ‘degenerescência’ grave objectivável em ‘fixação neurasténica’, em ‘frustração’, que, por sua vez, poderão gerar uma ‘perda do sentido do real’; por outro lado, que o termo desta situação excepcional exigirá igualmente condições excepcionais. Precisaréi que este entendimento se apoia em particular num *topos* disponível, e consagrado mesmo em provérbio bem conhecido: ‘*Para grandes males, grandes remédios*’. Tal *topos* não é, naturalmente, dito no discurso — mas é por ele convocado como suporte da interpretação.

Pois bem: quanto ao primeiro daqueles dois pontos, registarei que ele é justamente considerado nos parágrafos seguintes, nomeadamente no sexto e no sétimo (17); quanto ao segundo ponto, anotarei que ele é imediatamente explicitado no enunciado D-5, que fecha o quarto parágrafo: aí se assinala precisamente o que acima referi, pois o Locutor lembra que os ‘modelos’ se reproduzem, se perpetuam, por transmissão cultural das «*gerações anteriores*» para «*as gerações mais novas*», e coloca uma condição forte para que tal alguma vez se não consume:

«*A não ser que estas [=as gerações mais novas] estejam disponíveis para romper com o passado — ou que o passado tenha esgotado para elas a sua capacidade de atracção — fazendo tábua rasa da memória histórica*».

Posta a questão nestes termos, o Locutor desenha no horizonte de expectativas dos seus leitores o preenchimento desta condição forte para a mudança — e com isso, fica também recortada a orientação previsível da sequência imediata do texto, nomeadamente: a configuração da mudança e do seu sentido; a sua avaliação; a prova de que essa mudança se operou e estabilizou; e o entendimento desta mudança como «perda da memória histórica».

Pode, assim, avaliar-se da relevância deste segmento discursivo, do lugar de charneira que ele ocupa na economia global do texto. Tudo isso responde pela individualidade e autonomia, que já atrás destaquei, deste mesmo segmento no interior do quarto parágrafo — com o que é claramente consistente a tonalidade sentenciosa, de expressão de uma verdade geral (servida pelo *presente* dos verbos, em claro contraste com os tempos do *passado* dos enunciados anteriores do mesmo parágrafo), que também caracteriza aqueles enunciados D-4 e 5.

8.2.3. Farei salientar que o preenchimento da forte condição expressa em D-5 («*A não ser que...*») se vincula a um decidido impulso de vontade, que contrasta com o habitual processamento da transmissão de valores, que tem algo de passivo, de aceitação mais ou menos submissa. Verifica-se, então, que aqui se prolonga, e também ao nível das referências e das avaliações axiológicas, a oposição «*passividade*»/«*dinamismo*» ou «*conservadorismo*»/«*abertura à mudança*» que vem dos enunciados anteriores, e que percorrerá também os subsequentes — ou seja, que se inscreve em todo o discurso, situando-se no já nosso conhecido eixo de contraposições que o enforma.

9.1. São precisamente os tópicos que apontei em 8.2.2. que individualizam, de imediato, o quinto parágrafo do texto.

Nele, e de modo entrosado, se assinala uma «*mudança de atitudes e de mentalidades entre os «novos portugueses» dos anos 90*» (E-2); nele se avalia de modo francamente positivo essa mudança — mudança marcada pelo «*optimismo*» (em contraposição com o «*pessimismo atávico do comportamento nacional*» da fase anterior, que já conhecemos) — (E-2) —, pelo sentido de «*alegria e festa*», «*redescobertas sinto-*

maticamente' pelo PSR (à revelia da «*corrente dos soturnos rituais ideológicos da extrema-esquerda*» (E-3)); nele se especifica uma energia singular e generalizadamente assumida — e, de um modo significativo, pelos jovens (Ver «*movimento juvenil*», «*explode*» e «*fenómeno*») — desse optimismo, que decorre de, ou se identifica com, o valor «*sucesso*», ausente na situação anterior ou apenas presente em momentos esporádicos e em condições excepcionais, mas agora tornado «*novo emblema de uma revolução silenciosa*», como se sintetiza no início do parágrafo seguinte; nele, ainda, se entende tal mudança como ruptura, que envolve o «*fazer tábua rasa da memória histórica*» (E-1) ou, como se repete em F-1, a criação de «*uma espécie de grau zero da memória histórica*».

9.2. Se estes tópicos salientes, e o vigor com que são tratados, individualizam, como já aponte, este quinto parágrafo, no mesmo sentido actuam alguns dispositivos empregados na sua configuração discursiva.

9.2.1. A força expressiva deste segmento é, de imediato, instalada pela escolha do léxico, em que destacarei:

— «*explode*» (E-1), que marca não só a '*violência*' que sempre comporta uma '*ruptura*' grave — como o é a ruptura com a memória histórica —, mas também o '*vigor*' de uma manifestação que encontra adesão generalizada e se conecta com o sentimento ou a percepção de '*transição tardia*' agregada à «*persistência*» de uma situação negativa, que finalmente cessa;

— «*movimento juvenil*», que, em sintonia com «*explode*», assinala aquela adesão generalizada, liderada significativamente pelos jovens, à mudança operada;

— «*novos portugueses*' dos anos 90», que marca uma clivagem com os portugueses da '*geração anterior*', generalizadamente afectados, como se viu e agora se repete, por um «*pessimismo atávico*» (E-2);

— «*um fenómeno* como o do PSR», que contém uma alusão a algo de salientemente inesperado, mas também de fortemente afirmativo;

— «*optimismo*»/«*pessimismo*», contraposição marcada (E-2), reforçada ainda, no pólo «*pessimismo*», pelo adjetivo «*soturnos*» (E-3).

9.2.2. Mas a força expressiva deste parágrafo reside particularmente nos dispositivos retóricos ou enunciativo-pragmáticos projectados na construção discursiva.

9.2.2.1. Todos os enunciados por que se realiza este parágrafo estão formulados em pergunta retórica de polaridade negativa. Valem como se sabe, por asserções fortes de polaridade inversa. Note-se que esta força assertiva positiva não é esbatida pela modalização tendencialmente dubitativa, orientada para a mera plausibilidade, contida no futuro («não será...?» — E-1), no condicional («não estaria...?» — E-2) e, de novo, no futuro («não será...?» — E-3).

9.2.2.2. Através da pergunta retórica é accionado ainda um dispositivo fortemente argumentativo. Percorre, então, todo este parágrafo — constituindo visivelmente um dos seus grandes eixos organizadores — um movimento argumentativo matizado, que visa anular contra-discursos. Em cada caso, o contra-discurso é construído pelo Locutor como uma *doxa*, tomada como disponível, e convocada para ser refutada categoricamente. Configura-se, pois, aqui (mais) um momento de polifonia, desenhada agora como fricção de vozes, de que resulta o triunfo da voz do Locutor. Atente-se em que este movimento argumentativo-refutativo é claramente manipulador: o Locutor, ao perguntar, demonstra uma tendencial abertura, constrói-se como dialogante, mas logo impõe a sua resposta de polaridade inversa à que parece admitir, implicando pragmaticamente a fraqueza do contra-discurso e dos seus eventuais suportes. É claro que já se pôde identificar esse contra-discurso com uma asserção negativa correspondente à interro-negativa do texto — de onde decorre que a fricção de vozes referenciada se dá na oposição entre «não é...», «não está...», «não é...» do contra-discurso, e «é...», «está...», «é...» do Locutor (respectivamente em E-1, E-2 e E-3). Tenha-se ainda presente que aquela dimensão de manipulação contida na pergunta retórica se objectiva também na circunstância de o Locutor simular dar a palavra a um alocutário, para no mesmo movimento lhe negar o estatuto de interlocutor. É clara ao mesmo tempo a desvalorização deste interlocutor que não chega a sê-lo, como também é clara a desvalorização do contra-discurso anulado — e do seu autor ou proferidor, que o Locutor põe em cena.

9.2.2.3. Por outro lado, todos os enunciados do mesmo parágrafo activam pressuposições: as expressões definidas («o movimento juvenil em volta de Cavaco Silva» — E-1; «O optimismo cultivado por Cavaco Silva» — E-2; «os 'novos portugueses' dos anos 90» — E-2) activam uma pressuposição existencial, e o adjectivo «significativo» (E-3) pela

factividade positiva que comporta desencadeia uma pressuposição de verdade, cumprida no seu sujeito frásico construído em torno de «*se afirmar*».

Pois bem: é sabido que as pressuposições representam um dispositivo de alto rendimento na construção e no funcionamento dos discursos, por configurarem um quadro intelectual em que a comunicação se desenvolve — quadro intelectual (pré-construído, objectivado em pré-asserções) que é verdadeiramente imposto ao Alocutário (em contraste com o *posto*, que lhe é tão só proposto). As pressuposições apontadas impõem verdadeiramente, dão como decididamente disponíveis e reconhecidos, os segmentos do real e os estados de coisas referidos.

Veja-se, então, que este dispositivo consubstanciado na imposição de pressupostos se casa harmoniosamente com as perguntas retóricas em que é inscrito, potencializando-se mutuamente no desenho de uma particular força assertiva.

Repare-se ainda em que através das pressuposições se convocam para o discurso *outras vozes* — pelo que encontramos neste segmento discursivo um novo momento de polifonia. Estas outras vozes — que são, agora também (particularmente por força do que considerarei no número seguinte) *doxas*, vozes avançadas como correntes —, acolhe-as o Locutor, que a elas junta, agora em convergência, a sua própria voz.

9.2.2.4. A vincada força assertiva que, nos termos propostos, percorre todo este quinto parágrafo parece ainda ampliada por uma outra dimensão subtil. Desprende-se, efectivamente, de todos os enunciados em análise o matiz de que o Locutor, afinal, *fala em nome do real*, em nome das '*coisas*', ou seja, que o Locutor, afinal, empresta a sua voz à voz, incontestável, do mundo — sendo, então, que é por essa via poderosa (que envolve o caso mais marcado de polifonia concordante) que se recorta mais vincadamente o efectivo vigor assertivo de todo o parágrafo. De resto, com tal atitude o Locutor desenvolve também, e de modo muito subtil, (mais) um momento da sua estratégia de credibilização (18).

9.3. Há, entretanto, outros elementos importantes neste parágrafo.

9.3.1. Referenciarei, em primeiro lugar, o notório envolvimento do Locutor com este segmento do seu discurso. Esse envolvimento — que é mais exactamente adesão — decorre liminarmente da já com-

provada força assertiva que percorre os enunciados, e é também consistente com a similar postura evidenciada pelo Locutor na ‘condenação’ feita, nos termos já analisados, na macroestrutura anterior à situação negativa aí configurada. Como acima já registei, esta postura crítica, habilmente servida pela estratégia de credibilização oportunamente instaurada, habilitou o Locutor com a legitimidade necessária para, agora, aderir com entusiasmo à nova situação. (Atente-se em que esta legitimidade decorre já da conhecida e reconhecida independência crítica do Locutor e ainda da sua, também atestada, formação ideológica — dados disponíveis a partir da enciclopédia, como já ficou devidamente averbado (19)).

9.3.2. Por outro lado, importa sublinhar que aquela particular força assertiva imprime a este segmento do discurso uma clara orientação persuasiva: esta dimensão perlocutória (a que voltarei mais adiante (20)) constitui, então, também um poderoso eixo organizador deste quinto parágrafo.

9.3.3. Ao mesmo tempo, há que reconhecer que do enunciado E-2 — em que se refere que o «*optimismo cultivado por Cavaco Silva*» estará «*em sintonia com uma mudança de atitudes e mentalidades entre os «novos portugueses dos anos 90»* —, se desprende uma valorização clara do próprio Cavaco Silva e do PSD: eles souberam pressentir esta ‘nova mentalidade’, e Cavaco Silva soube protagonizar essa percepção. Atente-se em que esta qualificação — que não deixa de arrastar uma desqualificação dos outros partidos — despoleta uma valorização da campanha eleitoral do PSD (cujo discurso, ao conter como pólo de referência insistente o *sucesso*, representa já por si mesmo um dado novo — uma mudança — positivamente avaliado) e contém um ‘esclarecimento’ básico para o entendimento do «*segredo*» da vitória do PSD, partido que (nos termos de A-1) se mostrou «*hábil*» e «*eficaz*» a congregar, a ‘associar’ «dois valores de algum modo contraditórios» (que sabemos ser «*estabilidade*» e «*sucesso*»). Vemos ainda — e importa anotá-lo — que esse mesmo ‘esclarecimento’ deve ser aplicado na compreensão definitiva da mitigação — e do correlativo distanciamento cauteloso — que, como oportunamente sublinhei, marca, na macroestrutura introdutória, o estabelecimento pelo Locutor da «contradição» entre aqueles valores.

9.3.4. Anotarei ainda que aí também se contém já alguns elementos que justificam que o Locutor tenha querido ilustrar, no parágrafo anterior, a «*persistência*» da situação negativa com a referência a uma jovem cineasta afecta ao PCP (D-3). Na verdade, fica estabelecido um nítido contraste (inscrito, como já acima lembrei, no já mencionado eixo de contraposições) entre essa jovem — que é vista como continuando presa ao pessimismo e ao fatalismo da situação negativa anterior — e os jovens (referenciados em «movimento juvenil em volta de Cavaco Silva» (E-1), em «os novos portugueses» dos anos 90» (E-2), e mesmo em «um fenómeno como o do PSR» (E-3)) que são apresentados, como já se viu, como encarnando uma nova mentalidade, cuja referência emblemática é justamente o «*sucesso*», nova mentalidade vista ainda como contendo ou representando uma «ruptura com a memória histórica», que aquela jovem cineasta parece não realizar.

Outras dimensões deste eixo de contraposições se recortam com nitidez neste mesmo parágrafo. De entre elas mencionarei a que retoma a visão negativa desenhada na segunda macroestrutura do texto, já analisada: aí o sucesso era visto, como vinquei, como algo de longínquo, de ‘fatalmente’ arredado dos portugueses, como uma miragem inconsciente. Pois agora, na situação do Presente (aberta ao Futuro), o sucesso anuncia-se como uma realidade tangível e acessível à generalidade dos portugueses, que, ‘rompendo com a memória do passado’, desse valor já fizeram, a ‘referência emblemática’ de «uma revolução silenciosa» que a todos galvaniza, que «explode hoje na sociedade portuguesa» e que encontra «expressão sintomática» no «movimento juvenil em volta de Cavaco Silva», ele próprio se afirmando animado de um «optimismo» contagiante.

10.1. Um dos tópicos ou sub-tópicos do segmento discursivo antes analisado era, como se recorda, o que referi como ‘entendimento da mudança como ruptura com o passado ou como o fazer tábua rasa da memória histórica’. Este tópico é retomado no sexto parágrafo, preenchendo-o do seu início ao seu termo.

Compreende-se que este tópico seja assim longamente retomado, pois que uma ‘ruptura com o passado’, o ‘fazer tábua rasa da memória histórica’ ou, como se diz em F-1, o criar de «uma espécie de grau zero da memória histórica» não são questões triviais. Sabe-o bem o Locutor — e sabe também que outros pensam de igual modo.

10.2. Neste sexto parágrafo, encara-se, então, um conflito de opiniões, um conflito de vozes. Como eixo dominante encontramos, efectivamente, nesta sequência uma polifonia marcada pela discórdia, pela fricção de vozes.

10.2.1. No primeiro segmento polifónico — «*Redutor? Sem dúvida. Mas também libertador.*» (F-2, 3 e 4) —, o Locutor constrói um diálogo concentrado, que convirá desmontar.

Em «*Redutor?*», o Locutor replica a uma objecção que deverá ser reconstituída do seguinte modo:

— Tu/Vocês *objectas/objectam* ao que eu digo [‘que os jovens operaram uma ruptura com o passado, com a memória histórica...’], *acusando-os* ⁽²¹⁾ de simplistas, de praticarem uma redução abusiva;

— A isso, eu respondo: É verdade. («*Sem dúvida*»).

— E *contra-argumento*: Mas é também verdade que tal é libertador — sendo que o ‘ser libertador’ constitui argumento mais forte em favor da ‘positividade’ da atitude em referência do que o argumento que tu/vocês usas/usam para diminuir essa ‘positividade’ (dizendo que tal ruptura constitui uma redução abusiva)’.

Encontramos aqui o esquema argumentativo

A, mas B,

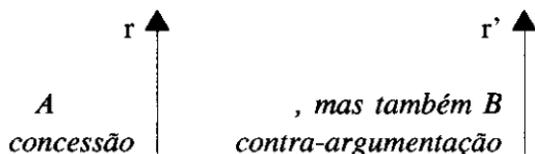
em que o conector «*mas*» funciona como «*Mas-PA*» ⁽²²⁾, articulando argumentos anti-orientados, que servem, portanto, conclusões antagónicas (respectivamente, *r* e *r'*), sendo que o argumento *B* é mais forte para a conclusão *r'* que o argumento *A* para a conclusão *r*. O conector argumentativo traz, pois, consigo um acréscimo informativo (reforçado, aliás, no discurso através de «*também*» — «*Mas também...*») que marca uma contra-posição da parte do Locutor enformada por um maior peso argumentativo.

Aquele diálogo, que desmontei, é tão eficaz quanto económico, e comporta, visivelmente, um duplo movimento discursivo,

a. de *concessão* — em que se configura um momento de acordo, assinalado em «*Sem dúvida*»;

b. (seguida) de *contra-argumentação* — que, servida pelo semantismo de «mas», marca um momento de desacordo, de que se desprende uma força argumentativa decisiva no sentido da avaliação positiva da ruptura operada. Convém observar que esta orientação encarecedora da ruptura coincide justamente com a marcação da maior força argumentativa que, como acima procurei registar, é atribuída por «mas» ao segmento que introduz (F-4). Neste se cumpre integralmente a instrução discursiva que «mas» comporta, segundo a qual o segmento que introduz deve apresentar-se como argumento mais forte que aquele que é invalidado: na verdade, tal se concretiza por inteiro em «*libertador*», termo que congrega em si uma ‘positividade’ ligada à irradiação de sinergias, consistentes com «criatividade» e «dinamismo», articulados, como já sabemos, a «sucesso». Outros traços do semantismo daquele mesmo termo, que apontarei no último parágrafo de 10.3.2., são também consistentes com o que acabei de registar.

Poder-se-á condensar o funcionamento daquele movimento argumentativo no seguinte esquema (tenha-se presente o que acima ficou anotado — r e r’ representam conclusões antagónicas, sendo anti-orientados os argumentos que as servem/apoiam/favorecem):



10.2.1.1. Vem a propósito considerar que a anulação de um contra-discurso — como agora se viu e como também havia acontecido acima — traz consigo uma tendencial indicação de que o Locutor é ‘dialogante’, aberto à consideração de vozes discordantes, sensível na sua percepção, ponderado nas suas atitudes e opiniões, sem que com isso deixe de ser firme nas suas posições. Ou seja: neste como noutros momentos em que o Locutor convoca contra-discursos para os anular está de novo presente, pela via que acabei de apontar, uma estratégia de credibilização, mas está também actuante uma outra estratégia — a estratégia do reforço adequado, potencializado, do seu próprio discurso, das teses que nele sustenta, dos pontos de vista que defende.

10.2.1.2. Estas estratégias comportam ainda uma outra dimensão, que convirá não ignorar: é que a anulação de um contra-discurso traz também consigo a desvalorização desse mesmo contra-discurso anulado e do seu autor. Tal revela-se constituir certamente, por contraste, uma via complementar de valorização do discurso ‘anulador’, ou seja, da voz do Locutor, que triunfa sobre as outras.

10.3. No enunciado subsequente ao agora considerado, ou seja, em F-5, está contida uma similar polifonia e um movimento discursivo próximo do analisado, mas desenvolvido com uma modulação bem mais incisiva.

10.3.1. A pseudo-condicional «*Se a ingenuidade beata e despolitizada das novas mitologias /.../ é indiscutivelmente irritante*» exprime um momento de concessão — de claro acordo, reforçado, de resto, com o modalizador assertivo «*indiscutivelmente*» — a um novo contra-discurso.

Este contra-discurso prolonga o que vimos operar nos enunciados F-2, 3, 4, e nele se ouve uma acusação/crítica/censura dirigida aos jovens (23), que, com a ruptura com o passado, tenderão a substituir, ou passaram já a substituir, o culto de mitologias ‘clássicas’ pelo culto de mitologias bem triviais, ‘despolitizadas’... O Locutor não hesita em reconhecer alguma ingenuidade da parte dos jovens nesta atitude, e inequivocamente converge com a ‘condenação’ ou, pelo menos, ‘desaprovação’, que se desprende daquela crítica/censura, de tal atitude. No entanto, no segmento do mesmo enunciado realizado em pergunta retórica, que constitui, como se verá melhor já de seguida, uma contra-argumentação, desvaloriza o alcance da acusação, invocando, e sublinhando, algo de bem mais decisivo, porque fundamental: retomando o argumento da «*libertação*» utilizado no enunciado F-4, o Locutor insiste em que a ruptura representa um saudável e fecundo «*corte com a fixação neurasténica, derrotista e fatalista da ‘condição portuguesa’*», sendo que tal constitui argumento mais forte para a ‘positividade’ dessa ruptura do que o argumento jogado no contra-discurso a favor da avaliação negativa dessa mesma atitude.

Como já se constatou, aquele primeiro momento de acordo — de concessão — prepara um momento de contra-argumentação, cujo valor e orientação acabei de caracterizar. Já se reparou em que opera neste movimento argumentativo o mesmo esquema básico que vimos enformar

a contra-argumentação desenvolvida nos enunciados F-2, 3, 4, que acima, em 10.2.1., analisei. Esse esquema — *A, mas B* — surge agora numa outra solução sintáctica, que se apresenta como a articulação de uma pseudo-condicional (que funciona com um valor concessivo) com uma pergunta retórica em «*como não...?*» (que retomarei no número seguinte): o elemento *A* identifica-se com a asserção contida na pseudo-condicional — e, por força desta configuração sintáctica, tal asserção remete para um estado de coisas pressuposto como verdadeiro, como real —, enquanto que ao elemento *B* corresponde a asserção que se inscreve na pergunta retórica. Numa representação esquemática, teremos:



10.3.2. Como acabei de anotar, a contra-argumentação contida no enunciado em análise está formulada em pergunta retórica — de polaridade negativa.

Resulta imediatamente daí uma particular força expressiva. Lembrei acima que uma pergunta retórica negativa vale como uma asserção positiva forte e que contém, de forma condensada, um movimento argumentativo singular, que analisei. Não quereria repetir-me, mas importa ver que todas as virtualidades argumentativas — e também manipuladoras, segundo se viu — concentradas numa pergunta retórica são aqui ampliadas pela circunstância de a presente pergunta retórica comportar um *como*, na formulação «*como não entender...?*». O Locutor de uma tal 'pergunta' implica pragmaticamente uma desvalorização (de resto, já indiciada pela própria contra-argumentação, nos termos das considerações que atrás pude tecer) de eventuais argumentos a utilizar para 'não entender', argumentos que são vistos como inequivocamente fracos ou mesmo como não existentes. Acontece ainda que na mesma pergunta retórica «*como não entender...?*» o Locutor implica pragmaticamente também uma dimensão ilocutória de crítica/censura 'aos que não entendem' (que responde directamente — anulando-a também — à crítica/censura que anotei como presente no contra-discurso), desqualificando-os com a anotação de 'falta de sentido do real' que lhes endossa.

Todos estes traços se acumulam na pergunta retórica em análise — da qual se desprende ainda a indicação, típica de uma contra-argumentação, de que nesse segmento, se contém uma contra-posição, servida, como já apontei, por um argumento mais forte que a objecção levantada, a que convenientemente responde.

Torna-se claro que este argumento mais forte joga a favor da avaliação positiva da «ruptura» — avaliação positiva que é ainda encarecida pela identificação, que também já deixei anotada, dessa ruptura com um «corte com a fixação neurasténica, derrotista e fatalista da ‘condição portuguesa’».

Registe-se que esta representação da ruptura operada como «um corte com a *fixação neurasténica...*» instaura uma isotopia organizada em torno de «*degenerescência*», de «*doença*» (do *foro psiquiátrico*) que se revela particularmente forte e, na mesma medida, desvalorizadora. Registe-se ainda que tal isotopia permite interpretar «*libertador*» do segmento contra-argumentativo desenvolvido em F-4, termo que é aqui, como já apontei acima, retomado, vinculando-se justamente a uma área psiquiátrica, a da *catarse* enquanto ‘cura’ ou via de tratamento de «*fixação*». Esta isotopia irradia para outros segmentos do discurso, tendo já aflorado em D-2 (em «*depressão*»), e surgindo com larga relevância no último parágrafo do texto (24).

10.3.3. Devo lembrar mais uma vez que o contra-discurso anulado em F-5 não representa uma banalidade. E devo também acrescentar que a crítica/censura nele contida aos «novos portugueses», também se dirige ao próprio Locutor (25), que é tendencialmente acusado de, ao encarecer a «ruptura com o passado», com as mitologias ‘tradicionais’, e ao mostrar aderir a essa mesma ruptura, estar a pactuar com a «*ingenuidade beata e despolitizada das novas mitologias*» (ilustradas sumariamente, naquele mesmo enunciado, com algo de trivial, mas de larga audiência na comunicação social, logo, de assegurada oportunidade jornalística e de generalizado conhecimento do público...).

É seguramente a consciência da gravidade do conteúdo desta abrangente acusação contida no contra-discurso que leva o Locutor não só a convocá-lo — para o anular categoricamente — como também a desenvolver a contra-argumentação do modo como vimos que o fez, nomeadamente com a veemente força assertiva obtida pelos meios que destaquei.

No mesmo sentido opera aqui uma outra dimensão, a registar convenientemente: é que toda esta veemência posta na contra-argumentação se harmoniza com o sentimento que o Locutor induz aos leitores de que, mais mais uma vez (26), *fala em nome da verdade*, de que apenas empresta a sua voz à voz do mundo, à voz das 'coisas' — que convém escutar atentamente. Trata-se de mais um momento de polifonia, desenvolvida numa tonalidade vincada, como ficou apontado acima. Não se negará, claro, que desse modo o Locutor também se qualifica — e aqui encontramos, afinal, mais um momento da estratégia de credibilização, que, pelos vistos, vai percorrendo todo o discurso, aflorando de modo nítido, embora implícito, em momentos particularmente relevantes. Aqui, essa qualificação residirá em que o Locutor não apenas sabe ouvir os contra-discursos e ponderá-los, como também, e sobretudo, sabe (ou, mais que isso, tem a sensibilidade necessária para) escutar a voz do mundo, reconhecer a evidência das 'coisas'... Por contraste, é o contra-discurso fortemente desqualificado, e os seus proferidores também, pois não sabem ver o que se oferece como evidente, não sabem (não têm sensibilidade para) escutar essa voz do mundo, das coisas... Mas, observe-se, tal estratégia de credibilização é posta imediatamente ao serviço do reforço da voz do Locutor: ele sabe também suportar essa sua voz com a voz insuspeita do mundo; essa sua voz aspira, assim, também, e de modo subtil, a ser escutada e sobretudo a ter o mesmo valor de voz insuspeita.

10.4. Os comentários avançados nos números anteriores habilitam a ver uma particularmente clara continuidade, e uma similaridade também, entre o quinto e o sexto parágrafos. Poderão, assim, ser tomados como realizando, em conjunto, uma terceira macroestrutura do discurso em análise, cuja identidade se reforça ainda por contraste com a macroestrutura anterior (correspondente, como se viu, aos parágrafos D, C e D) e também com a que veremos constituir o parágrafo que encerra o texto, e que me falta considerar de perto.

11.1. O último parágrafo do texto é animado por um movimento argumentativo múltiplo, em que se projecta uma forte fricção de vozes. O Locutor convoca aqui também contra-discursos, para os anular de modo categórico.

Essa convocação de contra-discursos não dá agora lugar, em nenhum momento, como deu no último parágrafo analisado, a contra-argumen-

tação, antes sempre a refutação. Observe-se que a contra-argumentação comporta, como acima se viu, um momento de convergência, de acordo entre as vozes em conflito — manifestado na concessão; por sua vez, a refutação, nomeadamente na sua modalidade mais forte (que é precisamente a que opera neste texto) prescinde deste estágio intermédio de acordo, e instaura decididamente uma rejeição total do contra-discurso, numa manifestação de desacordo frontal. É esta modalidade forte de refutação que encontramos, de modo exclusivo, no último parágrafo do texto, que, assim, conta como eixo organizador básico justamente a realização de um complexo ilocutório sequencial refutativo.

11.2. São dois os movimentos refutativos que aqui operam.

11.2.1. O primeiro destes movimentos está recortado em G-1. O que se contém neste segmento pode ser assim especificado:

‘uma certa cultura arqueológica da esquerda, irremediavelmente cabisbaixa e incuravelmente nostálgica dos amanhãs que não chegaram a cantar, acha que o sucesso é um valor redutível à «lei da selva» do egoísmo capitalista e/ou ao cinismo «yuppie» em voga na década de 80; é consabidamente falso que seja assim’.

11.2.1.1. Observe-se, em primeiro lugar, que neste segmento (correspondente a G-1), o Locutor relata uma opinião. Por outras palavras: o Locutor dá a voz a ‘uma certa cultura...’. Segundo esta voz, ou seja, para os proferidores desta opinião — e note-se que se trata de uma voz plural, suficientemente identificada — ‘é verdade que o sucesso é redutível «à lei da selva» do egoísmo capitalista e/ou ao cinismo «yuppie» da década de 80’. Esta voz está em conflito aberto com uma outra — que é também uma voz plural, mas, neste caso, uma *doxa* — segundo a qual aquele estado de coisas ‘é falso’.

Já se compreendeu que esta *doxa* e a polaridade negativa que a afecta resultam da factividade negativa de «pretende», que justamente activa uma pressuposição de falsidade. *Contra* esta voz se ergue a voz de «uma certa cultura...» — no que fica, desde logo, configurado um conflito, um dissenso, entre essas vozes, e, logo, um momento de polifonia, divergente: para «uma certa cultura», ‘o sucesso reduz-se à «lei da selva»...’; segundo a *doxa*, ‘o sucesso não se reduz à «lei da selva»...’.

Ponto crucial é o que respeita à posição do Locutor sobre este conflito de vozes que ele próprio convoca. Essa posição é de clara rejeição da opinião do sujeito de «*pretende*» («uma certa cultura»). Essa rejeição é de realização particularmente nítida na *negação polémica* em G-1, e é ainda explicitamente reforçada, nesse mesmo enunciado, através do segmento introduzido por «*Contra...*». Por essas duas vias — e ainda por uma outra a especificar mais abaixo —, o Locutor acaba por juntar a sua voz à voz da *doxa*, refutando categoricamente ao mesmo tempo a voz de «uma certa cultura», ou seja, precisamente o contra-discurso avançado. Não será preciso sublinhar a matizada e saliente polifonia inscrita neste enunciado.

11.2.1.2. Para a rejeição deste contra-discurso, bastaria obviamente a *negação polémica* já referida. O Locutor não se contentou com isso, e ao utilizar o verbo de relato de discurso «*pretende*» reforçou já essa sua posição, pois que esse verbo traz já a invalidação do discurso relatado (isto é, do contra-discurso) por força da pressuposição de falsidade que activa.

Interessará, no entanto, sublinhar que o semantismo de «*pretende*» (27) não garantiria a configuração inequívoca de uma tal posição do Locutor: é que, como também já acima vinquei, ao optar pelo formato discursivo do relato, o Locutor implica pragmaticamente algum distanciamento em relação ao discurso relatado — neste caso em relação à falsidade do estado de coisas contido no segmento discursivo em que se cumpre aquela pressuposição —, no que se consubstanciaria alguma adesão à opinião atribuída ao sujeito de «*pretende*», para quem aquele estado de coisas não é falso, antes verdadeiro.

Ora, o Locutor, tendo plena consciência de que tal estaria disponível a partir da sua opção pelo relato, apressa-se a cancelar essa implicação, justamente através do segmento introduzido, em G-1, por «*Contra...*». Esta preocupação é reveladora de uma inequívoca vontade de marcar vincadamente a rejeição do contra-discurso.

Convém ainda atentar em que este efeito estava já obtido por uma outra via — o que, pelos vistos, não seria ainda suficiente para o Locutor. Na verdade, a opinião relatada — como sabemos, o contra-discurso convocado — aparece também imediatamente desvalorizada (e muito fortemente) por obra de vários elementos presentes em G-1. Essa desvalorização operada pelo Locutor não pode senão indiciar uma recusa da sua parte em subscrever essa opinião. Verifica-se, de facto, que actua

imediatamente no sentido daquela desvalorização a anotação de que os proferidores dessa opinião são em número reduzido: trata-se apenas de indivíduos afectos «à esquerda», e, ainda, de um sector restrito dessa «esquerda» — como o exprimem quer o quantificador «*uma certa*» quer a adjectivação, igualmente restritiva, manifestada em «*arqueológica*», e ainda em «*irremediavelmente cabisbaixa e incuravelmente nostálgica dos amanhães que não chegaram a cantar*». Mas, como salta è evidência, no mesmo sentido da desvalorização actuam — e de modo muito forte — as avaliações depreciativas agregadas quer àquele quantificador quer àquela adjectivação, que se revela mesmo virulenta. Para além do epíteto francamente depreciativo «*arqueológica*», os outros segmentos destacados vêm a sua contundência ampliada pela instauração de uma isotopia particularmente negativa, porque construída sobre o já nosso conhecido eixo de «*degenerescência*» ou de «*doença*», do *foro psiquiátrico* (domínio a que anda associada uma marcada depreciação), de resto apodadas de «*incuráveis*», de «*irremediáveis*».

Tenha-se ainda em conta que a desvalorização do contra-discurso é também obtida pelo contraste que se levanta entre, de um lado, o número restrito (e, segundo se apurou, desqualificado) dos seus proferidores, e, do outro, uma voz que é apresentada como 'voz corrente', que corresponde a uma *doxa* — e é, por isso mesmo, uma voz qualificada.

11.2.2. O segundo movimento refutativo que se concretiza no parágrafo em análise, e mais exactamente em G-2,3-4, é complementar do primeiro, que acabei de comentar, e apresenta uma configuração ainda mais complexa e uma força expressiva ainda mais acentuada.

11.2.2.1. Convirá reparar de imediato em que globalmente este conjunto de enunciados cumpre uma função de *justificação* (ou de *justificação-explicação*, valores ilocutórios reconhecidamente vizinhos, contíguos, sendo não raro difícil distingui-los com clareza) em relação à asserção realizada no enunciado G-1, respondendo à já antes invocada condição de veracidade dos actos assertivos.

11.2.2.2. Paralelamente, esses mesmos enunciados concretizam, como acima refiro, um movimento refutativo, que importa analisar.

11.2.2.3. Em G-2, faz-se a anulação categórica de um contra-discurso que se apresenta nos seguintes termos:

‘O gosto da afirmação individual, a competição no terreno do mérito, da competência e da criatividade, o sentido do risco e a recusa da mediocratização social são contraditórios com a compaixão, a entreativa e a solidariedade’.

A anulação deste contra-discurso — onde tem lugar, portanto, mais um momento de polifonia, marcada por conflito de vozes — é operada, como se pode verificar facilmente, pela negação polémica, expressa em «*não*», que sobre esse contra-discurso o Locutor aplica.

Não se esgota, porém, nesta anulação a refutação do contra-discurso. Neste caso, ela prolonga-se por um momento de substituição rectificativa, correctiva, desse mesmo contra-discurso: o Locutor especifica de modo explícito um discurso a ser ‘colocado’ em vez, no lugar do contra-discurso anulado.

A instrução correctiva é dada, claramente, pelo conector argumentativo-refutativo «*pelo contrário*», reforçado ainda por «*antes*», que introduz o referido segmento correctivo, que terei de analisar.

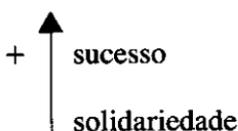
11.2.2.4. O semantismo (e, logo, o funcionamento discursivo) deste conector faz dele um inversor da polaridade do termo a que se aplica — ou de uma orientação polar criada e endossada a esse termo por implicação pragmática ligada a esse conector. Por força desta inversão, o mesmo conector contém uma instrução discursiva que estipula que o segmento rectificativo comporte uma orientação encarecedora — a entender também como configuração de um argumento mais forte para uma dada conclusão.

11.2.2.4.1. Não posso escamotear que o segmento que me ocupa apresenta algumas (veremos que aparentes) dificuldades no que tange à aplicação do semantismo integral daquele conector. Na verdade, e no essencial, não é imediatamente concebível o ‘contrário’ de «(ser) contraditório» e, ainda menos o é a especificação de uma inversão que se oriente para «*mais*», a tomar também como orientação para um encarecimento argumentativo.

Esta dificuldade reside, afinal, na impossibilidade de construir uma escala, desenhadora de uma *relação de ordem*, em que figurem termos

contraditórios, pois que, por natureza, se excluem mutuamente, não cabendo também por isso numa mesma escala. Aquela instrução de inversão consignada em «(Antes) pelo contrário» conduz exactamente à inversão de uma relação de ordem, de um escalonamento escalar — e este não é susceptível de ser recortado entre termos contraditórios.

Acontece, porém, que o enunciado G-4 nos fornece a chave para resolver esta dificuldade imediata. Na verdade, aí o Locutor estabelece uma hierarquia, uma relação de ordem, entre os termos (refiro sumariamente) «sucesso» e «solidariedade» — hierarquia ou relação de ordem erguida com referência a um critério de *prioridade racional*, e que se pode esquematizar assim:



Justamente sobre esta escala — entendida, sublinhe-se, com referência a um critério ou dimensão de prioridade racional — é possível reconstruir a escala que implicitamente opera no contra-discurso anulado, e que não é mais que a acima esquematizada, mas com a ordem dos termos invertida. É claro que a inversão da escala traduz a maior força argumentativa atribuída ao termo «sucesso», assegurando a orientação encarecedora imprimida ao segmento discursivo que o conector introduz. Deste modo, fica integralmente cumprido o semantismo de «(antes) pelo contrário».

Sublinhei acima que esta escala assenta num critério de prioridade racional. Tenho que justificar. Para tal, destacarei que o último enunciado do texto se apoia decisivamente num *topos* argumentativo assim formulável: «*Quanto mais sucesso, mais (possibilidades de uma efectiva) solidariedade*».

Estabelece-se, precisamente, neste *topos* — e interessa observar que, com ele, se inscreve no discurso uma nova *doxa*, configurando um novo momento de polifonia — uma *ordem racional*, segundo a qual o sucesso — ou, mais rigorosamente, *só o sucesso* — gera (a possibilidade de) uma solidariedade digna desse nome. E é em conconância com este *topos*, é servindo-se dele, que o Locutor recorta em G-4 uma *prioridade absoluta* para o sucesso, visto como *condição necessária* para a solidariedade.

11.2.2.4.2. Repare-se em que este enunciado terminal ao mesmo tempo que estabelece o discurso rectificativo, correctivo, do contra-

-discurso refutado, contém ele mesmo um movimento refutativo. Este movimento refutativo é subsidiário do anteriormente considerado, nele se encaixando ao serviço de uma refutação global do contra-discurso que opera em G-2.

A organização interna e o funcionamento deste enunciado terminal merece ainda algumas observações.

O contra-discurso que aí se faz ouvir deve ser assim formulado: 'Não há lugar para a solidariedade e o sucesso'. Importa sublinhar que este contra-discurso (operante em G-4) constitui uma implicação do contra-discurso que é anulado em G-2, segundo o qual, sendo aqueles dois valores contraditórios, eles mutuamente se excluem, não podendo ser componentes num mesmo 'espaço' ou 'lugar'.

Tentemos reconstruir o desenvolvimento do contra-discurso:

- a. (Contra-discurso em G-2):
«o sucesso é contraditório com a solidariedade»;
- b. (Por implicação de a., obtemos o contra-discurso operante em G-4):
«não há lugar para solidariedade e sucesso»;
- c. (Da orientação do contra-discurso em G-2 e G-4 extrai-se:)
«de solidariedade e sucesso, há que excluir sucesso: a solidariedade é valor fundamental».

A este contra-discurso o Locutor contrapõe:

- a'. (Em G-2, segundo ficou visto acima):
«o sucesso não é contraditório com a solidariedade»;
- b'. (Por implicação de a'. , resulta o discurso anulador de b.):
«há lugar para solidariedade e sucesso»;
- c'. (Da orientação do discurso anulador em G-2 e em articulação com c., extrai-se um segmento que acaba por se identificar com a anulação do contra-discurso operante em G-4):
«a solidariedade é, sem dúvida, um valor fundamental ⁽²⁸⁾; mas a sua consecução não obriga à exclusão do sucesso; antes pelo contrário, obriga à sua presença, pois não há lugar para a solidariedade sem o sucesso/se não houver sucesso».

Vincarei que a etapa anotada com b/b' constitui um momento central: como se pode confirmar, em b' rectifica-se, corrige-se, b — sendo que já está disponível o sentido de tal rectificação/correção, que condensarei em B:

b. «Não há lugar para a solidariedade e o sucesso».

B. «Não há lugar para a solidariedade **sem** o sucesso».

Precisamente, o Locutor anula aí o contra-discurso actuante em G-4, corrigindo-o para 'não há lugar para a solidariedade numa sociedade construída sobre a ausência do «sucesso»'.

Esta refutação por correção revela-se particularmente incisiva, tirando partido da pseudo-clivagem utilizada na organização do enunciado. Tal operação sintáctica permite conservar intacto — e valorizá-lo quer pela sua retoma quer pela focalização que recorta — o segmento 'não há lugar', e simultaneamente destacar o segmento correctivo que segue.

Fica, assim, obtida uma vincada força assertiva para este último enunciado do texto — em sintonia com a sua relevância no conjunto do movimento refutativo em que se inscreve e que remata.

Servem ainda essa força assertiva, que ampliam, o modalizador assertivo «decididamente» e a identificação de 'ausência de sucesso' com «frustração» (em «frustrados»), numa isotopia, já adequadamente caracterizada e avaliada, de «degenerescência» ou de «doença» do foro psiquiátrico, isotopia aqui retomada, com um relevo e um alcance reforçados pela posição que ocupa como fecho do discurso.

11.2.2.5. O complexo movimento argumentativo contido no último parágrafo em análise suscita ainda algumas observações complementares.

11.2.2.5.1. Retomando brevemente o primeiro momento refutativo, inscrito em G-1, quero lembrar que os autores do contra-discurso aí anulado são fortemente desvalorizados (29). Paralelamente, esse momento refutativo não comporta a especificação explícita de um discurso correctivo — como vimos estar presente, e numa modalidade forte, no momento refutativo que preenche G-2, 3-4.

Tal circunstância indicia um outro elemento de desvalorização daquele contra-discurso, e dos seus autores: é que esse contra-discurso,

sendo desenvolvido por quem é, não pode ser um discurso sério, que deva ser devidamente ponderado, tido em consideração — pois é um discurso do imobilismo renitente, falho de um mínimo de abertura, e, mais do que isso, marcado por uma ‘perda do sentido do real’, pois os seus autores são dados como ainda se não tendo apercebido — e, mais grave ainda, como (talvez) não mais podendo vir a aperceber-se — de que ‘os tempos mudaram’, e de que o sucesso dos nossos dias já não é o domínio da «lei da selva» do capitalismo radical nem se identifica já com a filosofia do ‘sucesso pelo sucesso’, ‘do sucesso a qualquer preço’ e sem preocupações sociais da geração «yuppie» dos anos 80.

Esta ‘falta de sentido do real’, aliada a — produto de — um imobilismo degenerado, retira qualquer credibilidade ao contra-discurso proferido, que não merece sequer uma rectificação/correção explícita por parte do Locutor.

Ora, a modalidade do desenvolvimento do segundo momento refutativo (lembramos: o que enforma G-2, 3, 4) contrasta neste domínio vigorosamente com aquele outro. E a este propósito, convém acrescentar que, e como reiteradamente já anotei, se o contra-discurso anulado, e com ele também os seus autores, é/são sempre desvalorizado/s, devemos reconhecer que neste segundo momento refutativo eles obtêm alguns créditos. Na verdade, o Locutor indicia valorizar em alguma medida o presente contra-discurso, pois não se limita, como no caso anterior, a anulá-lo sem lhe juntar um discurso correctivo/rectificativo. A argumentação/refutação desenvolvida agora é, no todo, mais forte e mais extensa — e, justamente, nessa medida revela que o Locutor considera o contra-discurso em fase de anulação como algo a não rejeitar liminarmente. Não deixarei de anotar que com isso o Locutor delinea certamente uma estratégia poderosa ⁽³⁰⁾.

11.2.2.5.2. O traço registado é consistente com dois outros aspectos a analisar.

a. Em primeiro lugar, tenha-se presente que o Locutor não identifica agora — ao contrário do que faz no caso anterior — os autores do contra-discurso. No entanto, o próprio discurso e a enciclopédia que activa e em que necessariamente se apoia permitem a sua identificação: reconhecemos facilmente neste contra-discurso a voz do PS, partido que na campanha eleitoral explorou sistematicamente o discurso da solidariedade e valores conexos, numa estratégia clara de anulação do dis-

curso eleitoral do PSD, centrado, como se referiu já largamente, sobre o sucesso (e a estabilidade). Não será preciso acrescentar que o PS — e tal está disponível a partir da enciclopédia — se apresentou na campanha eleitoral (ou se tem apresentado sempre...) como a alternativa mais credível ao PSD, como o partido que mais directa e eficientemente poderia opor-se ao PSD, com possibilidades de o derrotar ou de, pelo menos, atenuar a vitória desta força política (31).

Ora, está disponível quer pelo texto quer pela enciclopédia uma imagem tendencialmente positiva desta voz. Trata-se de uma voz legitimada por saliente seriedade, aberta ao diálogo e não fechada no imobilismo e na perda do sentido do real — pois, entre outros aspectos, os seus proferidores mostram não só ter sabido aperceber-se de mudanças operadas na dinâmica interindividual (a vários níveis) — do que decorrerá que para eles o sucesso já não é identificável com o triunfo da radicalidade capitalista — como ainda estar animados de uma vontade, e da consciência de uma oportunidade, de mudança na sociedade portuguesa. Na perspectiva do Locutor, vale a pena ouvir esta voz, ponderá-la — e em vez de uma anulação estrita e liminar, contrapor-lhe um discurso rectificativo/correctivo, na convicção de que este será susceptível de ser ouvido, compreendido, e de lograr efeitos positivos.

Repare-se em que temos aqui uma nova manifestação do eixo de contraposições que tenho vindo a tomar com uma das linhas que vai marcando a textura do discurso. Neste caso, a contraposição é feita entre, de um lado, aqueles que o Locutor apresenta como 'irremediavelmente' 'fixados' numa representação 'arqueológica' de «sucesso» (e... da sociedade) e, do outro, aqueles que já superaram essa visão ultrapassada ou que nunca a acolheram. Esta mesma contraposição prolonga-se também pela atitude construída pelo Locutor face às vozes respectivas que convocou: rejeição das primeiras e sua classificação (implícita) de 'vozes sem credibilidade', que não valerá a pena escutar, e acolhimento das segundas, na base da 'seriedade' que lhes é reconhecida e da abertura ao diálogo que indiciam. Tal diálogo é visto como possível e mesmo como potencialmente fecundo, pelas razões que explicitarei na alínea seguinte.

b. A qualificação construída, nos termos propostos, dos autores do contra-discurso — e deste mesmo — é decididamente reforçada por um outro aspecto: apura-se nos enunciados em referência (G-2, 3-4) que há uma convergência fundamental entre o contra-discurso e o dis-

curso que o anula, entre a voz dos objectores e a voz do Locutor: ambas reclamam a solidariedade. A divergência, o dissenso, reside noutra ponta: enquanto a voz do contra-discurso insiste na solidariedade (e nisso o PS pôs o necessário contrapeso à insistência do PSD no sucesso), sem curar de especificar como ela poderia ser assegurada e potencializada, a voz do Locutor sublinha, como se viu, a prioridade a atribuir ao sucesso. Vimos acima como o Locutor precisa o entendimento desta prioridade: para ele, o sucesso é o motor da solidariedade. Ou melhor: a obtenção de um generalizado sucesso é a condição necessária para a realização de uma solidariedade digna desse nome, o que se fixará na seguinte formulação: 'se queremos obter a solidariedade, temos que obter o sucesso'.

11.2.2.5.3. Tendo na devida conta as observações compendiadas nas alíneas do número precedente, insistirei em que o complexo movimento argumentativo-refutativo que enforma os enunciados G-2-3-4 toma uma dupla direcção: por um lado, orienta-se para os que, defendendo a solidariedade como valor absoluto, estão contra o sucesso, valor que não aceitam nem concebem possa ser aceite; por outro lado, dirige-se aos que, reclamando antes de tudo a solidariedade, aceitam (ou talvez mesmo reclamem) o sucesso, não cuidando, porém, de precisar as modalidades da articulação desses dois valores.

A relevância e a eficácia daquele movimento argumentativo-refutativo obtêm-se também, assim, pela via desta abrangente direcção que o percorre —, mas obtêm-se ainda por um outro caminho. É que nele o Locutor especifica muito claramente o seu entendimento de solidariedade e de sucesso⁽³²⁾ e também de uma interacção fundamental entre ambos estes valores: o Locutor reclama, mais que ninguém, a solidariedade, e não prescinde do sucesso. A prova imediata da valorização de uma e de outro, fornece-a o Locutor ao estabelecer o sucesso como condição necessária para a consecução de uma solidariedade digna desse nome.

Nestes termos, mais do que reconciliar sucesso e solidariedade (reconciliação recusada, como se viu, pelos que estão contra o sucesso, e aceite ou até convocada, se bem que em termos vagos, por aqueles que não estão contra o sucesso), o Locutor assume declaradamente esses dois valores e uma fecunda interacção entre eles: o sucesso servirá a solidariedade; a solidariedade exigirá o sucesso.

Não deixarei de fazer notar que, em tais circunstâncias, o Locutor acaba por dar particular relevo ao que, apesar de tudo, aproxima as vozes em confronto — a exaltação do valor «solidariedade». Tal deverá tomar-se como outra das grandes linhas organizadoras deste sétimo parágrafo.

11.2.2.5.4. A acima mencionada valorização do contra-discurso analisado constitui também — e isso já acima o registei — uma astuciosa estratégia que visa dar ênfase ao discurso que o anula.

E a este propósito é de assinalar que o Locutor guardou para o segmento terminal do seu discurso (posição/lugar sempre estratégica/o) não apenas o rebater do mais forte e mais credível argumento contra as virtualidades positivas de sucesso — a sua potencial ou aparente contradição com o valor largamente mobilizador que é a solidariedade — como também outros aspectos decisivos da orientação global do seu discurso, a que passarei de seguida.

11.3. Actua neste último parágrafo também como eixo organizador central — devidamente entrosado com os já apontados — o recorte de duas concepções de «sucesso» — a que tive já de me referir em 4.3.5.3. e em outros momentos. E já se compreendeu que é também em torno destas duas representações de «sucesso» que se levanta o conflito de vozes já analisado.

11.3.1. A primeira destas representações de «sucesso» — já anotada «sucesso-1» — vincula-se a uma concepção 'capitalista radical', que o reduz à «lei da selva» e/ou ao cinismo «yuppie» da década de 80'.

Esta concepção, apresentada de modo muito negativo, é rejeitada pelo Locutor ao longo da refutação, já analisada, feita em G-1.

O texto, no seu conjunto, permite ver neste «sucesso-1» uma 'perversão', que, segundo vinquei em 4.3.5.3., radicaliza os elementos negativos compreendidos nas referências e avaliações axiológicas arroladas, no primeiro parágrafo, no que ficou especificado nos itens a', c' e d' (33).

11.3.2. Em contrapartida, a segunda concepção de «sucesso» — «sucesso-2» — é construída em G-2, 3-4, e vincula-se claramente à noção de 'preocupações sociais' que devem animar, e dar o último sentido a, o desenvolvimento das sociedades humanas.

É fácil aceitar que este «*sucesso-2*» é basicamente um «*sucesso*» despido das 'preversões' que configuram o «*sucesso-1*», e que, por outro lado, ele também absorve os valores tendencialmente positivos admitidos no primeiro parágrafo nos itens a' e c' de «*sucesso*» ao mesmo tempo que representa a compatibilização de todos esses elementos com os valores positivos ligados, nesse mesmo parágrafo, a «*estabilidade*», ao nível dos itens, a., c. e d. (34).

Convirá, entretanto, acrescentar que o Locutor averba aqui algumas novas dimensões encarecedoras de «*sucesso*», ao invocar a «*recusa da mediocratização social*», o «*mérito*» e a «*competência*». Sublinharei ainda que ao especificar com a referência ao mérito, à competência e à criatividade «o terreno» em que deve travar-se a «*competição*» que o valor «*sucesso*» envolve, o Locutor oblitera um gérmen de 'preversão' potencial que acima apontei (35) como albergado naquele mesmo valor. A competição, quando travada naquele «*terreno*», não pode senão constituir algo de muito positivo.

11.3.3. A atitude do Locutor face a esta segunda representação de «*sucesso*» é de inequívoca adesão, como já se pôde referenciar devidamente. Tal anotação não é, porém, totalmente reveladora da atitude do Locutor: falta mencionar ainda um outro aspecto, já disponível, mas em que terei de insistir.

Já averbei acima — em 11.2.2.5.2.a. — o registo de que também os autores do contra-discurso anulado em G-2, 3-4 se mostram animados de uma atitude favorável a respeito de «*sucesso-2*: ele é não só aceite como também mesmo reclamado em articulação com o valor «*solidariedade*», tido como fundamental. Ora, é justamente sobre esta atitude, ou melhor, em contraste com ela, que o Locutor acaba por construir definitivamente a sua própria representação e avaliação de «*sucesso*»: como se assinalou oportunamente, o Locutor — e nisso reside o dissenso entre ele e os objectores suscitados — coloca o «*sucesso*» («*sucesso-2*») como exigência, como *condição necessária*, logo, como *prioridade absoluta* para a obtenção da «*solidariedade*», de que também não prescinde.

11.3.4. Importará, entretanto, reparar em que — e como já assinalai em 11.2.2.5.3. — este sétimo parágrafo do texto contém também uma avaliação encarecedora de «*solidariedade*» — avaliação que corre paralela a, ou mesmo se entrelaça com, a de «*sucesso*». Em 11.3.2.,

pude sublinhar que «*sucesso-2*» se vincula muito nitidamente à noção de ‘preocupações sociais’ — que o Locutor especifica, em G-2, como «compaixão», «entrajuda» e «solidariedade». A avaliação encarecedora de «solidariedade» por parte do Locutor consoma-se, entretanto, de modo muito nítido, no facto de ele reclamar mais do que ninguém — como, de resto, deixei vincado em 11.2.2.5.3. — a centralidade de tal valor, sendo mesmo que tendencialmente acaba por inscrever em «*sucesso*» um matiz funcional: este é largamente visto como estando ao serviço da «solidariedade», a ela se subordinando.

11.3.5. Torna-se necessário explicitar que a representação e a avaliação de «*sucesso*» apuradas nos números anteriores constituem um eixo organizador básico — articulado, segundo se viu, com o que respeita à avaliação de «solidariedade» — que se destaca em todo o último parágrafo, cumprindo mesmo no todo do discurso um papel de extrema relevância. A tal me referirei no número seguinte.

12. A particular relevância do último parágrafo no todo do discurso em análise — relevância indiciada até mesmo por constituir o fecho desse mesmo discurso — merece algumas outras considerações.

12.1. Mercê da especificação rigorosa da representação tomada pelo Locutor para «*sucesso*» — «*sucesso-2*», segundo se viu já repetidas vezes —, é só verdadeiramente neste segmento terminal o seu discurso que ele cumpre o seu desígnio primeiro que é o de ‘elogiar’ essa valor: a orientação discursiva para o «*elogio do sucesso*» só agora se concretiza inequivocamente — embora tal elogio se conte, como já salientei, como grande eixo organizador de todo o discurso.

Tal envolve que o Locutor quis, desde o início, apostar numa estratégia de tensão, cujo primeiro momento se encontra justamente logo no parágrafo de abertura. Assinalei-o devidamente em 4.3.4., e vemos que essa tensão, tanto como as expectativas e as contra-expectativas que a acompanham, organizam também poderosamente o discurso, só se resolvendo justamente no seu fecho.

Virá a propósito mencionar que há alguma e curiosa simetria entre o primeiro e este último parágrafo: naquele, como se recorda, avança-se uma ‘contradição’; neste, resolve-se uma ‘contradição’. É claro, no entanto, que o ‘objecto’ destas ‘contradições’ não é o mesmo.

12.2. Se, como mais uma vez registei agora mesmo, o discurso realiza globalmente um acto ilocutório expressivo de elogio do sucesso, convém reparar em que este acto assenta em, ou envolve, um outro, igualmente decisivo no todo discursivo — nele também constituindo um outro eixo organizador — que é o de uma declaração assertiva (que assenta fortemente na credibilidade, como vimos em tantos momentos procurada numa estratégia de credibilização, do Locutor). Esta declaração assertiva tem, obviamente, por objecto aquela rigorosa especificação da representação de «sucesso» como «sucesso-2».

12.3. Neste entendimento de «sucesso» encontramos também um suporte decisivo para a interpretação que dei acima a aspectos importantes do parágrafo inicial. Esse entendimento faz-nos compreender definitivamente a atitude de mitigação/distanciamento cauteloso usada pelo Locutor na primeira apresentação do confronto entre aquele valor e «estabilidade» (36).

12.4. Decorre da mesma caracterização de «sucesso» que o Locutor vê «os novos portugueses dos anos 90» (ver os enunciados de E e também os de F) animados daquele mesmo «sucesso-2», e que é a esta referência 'emblemática' que o Locutor também adere quando encarece o optimismo desta 'nova geração de portugueses'.

12.5. A particular veemência que o Locutor manifesta na inequívoca representação do «sucesso» indicia a valorização da condição de sinceridade que preside ao acto ilocutório expressivo de elogio. Este acto presta-se a bom número de 'perversões' (que passam todas, de um modo ou de outro, por aquela condição de sinceridade).

Entre essas 'perversões' (37) contam-se as que conduzem a um 'elogio interesseiro' desenvolvido em ordem à extorsão de favores, à 'colagem' oportunística... Pois bem: é forçoso ver naquela especificação rigorosa da representação que o Locutor toma para «sucesso» os fundamentos da sua sinceridade ao elogiar tal valor, mas sobretudo o desenvolvimento de um outro acto, de um acto ilocutório de advertência (realizado, claro, de modo indirecto, como implicação pragmática) que traduzirei assim: «não se tome este meu elogio, que é também necessariamente um elogio dos vencedores das eleições, que do sucesso se reclamaram e sucesso realizaram na vitória, como uma tentativa de 'colagem interesseira'». Ou seja: o Locutor pretende precaver-se contra interpre-

tações abusivas da sua atitude de louvor, mostrando querer preservar intactas a sua reconhecida independência e a sua formação ideológica... e, seguramente também, a sua isenção e objectividade, que lhe impõem que reconheça o mérito onde ele existe sem que tal envolva cedências de qualquer ordem... Consuma-se, de resto, aqui também mais um momento da sua estratégia de credibilização...

12.6. Aquele acto de advertência — que notoriamente se dirige a um destinatário múltiplo, em que se conta também o próprio PSD, e que, por isso, é penetrado por uma indesmentível *poli-audição* (38) — deve ser visto de outros ângulos, complementares.

Com ele o Locutor pretende também distanciar-se dos que poderão interpretar a vitória do PSD como fundamentada no «*sucesso-1*»: não é com esses que o Locutor está... Esta precaução é plenamente justificada, até porque em diversos momentos do discurso aflora, como anotei devidamente, uma visão valorizadora do PSD e de Cavaco Silva.

Mas, por outro lado, aquela mesma advertência pode ver-se como dirigida ao próprio partido vencedor das eleições, para anunciar (e temos aqui uma outra força ilocutória...) — e com isso se comprometendo publicamente (e é uma nova força ilocutória...) o Locutor — uma atenta vigilância sobre a orientação do poder constituído no governo do país: esse governo tem de mostrar-se enformado do valor do «*sucesso*», mas de um «*sucesso*» penetrado de 'preocupações sociais', tomado como motor da solidariedade; a tal obrigam aqueles que terão votado no PSD por identificarem o «*sucesso*» proclamado por este partido como «*sucesso-2*», a tal se obrigou o PSD ao protagonizar em Cavaco Silva a percepção de «uma nova mentalidade dos portugueses» que não pôde certamente ter sido identificada nem com o «egoísmo capitalista» nem com o «cinismo 'yuppie' em voga na década de 80» (F-1).

12.7 Não se esgotam, porém, nos elementos já apontados as dimensões accionais inscritas no discurso em análise.

12.7.1. Vinculando-se à sedução da 'exemplaridade', da 'excelência' do objecto elogiado, torna-se operante no discurso uma outra dimensão accional — um acto perlocutório de persuasão ou de incitamento. Por este acto — que surge como eixo organizador saliente no quinto parágrafo, mas que percorre outros segmentos do discurso (segmentos facilmente identificáveis até por força do que a seguir referirei)

— o Locutor visa modificar os estados epistémicos e passionais e os comportamentos dos seus leitores, nomeadamente no sentido de que eles também sejam «novos portugueses», adiram — como já outros aderiram — ao «sucesso», o promovam, o assumam, por ele se deixem galvanizar. Tomando-se este «sucesso» como «sucesso-2», este acto dirige-se também aos que já o assumiram — que são, assim, incitados a confirmarem-se nessa referência —, mas ainda aos que eventualmente se reclamem de um «sucesso-1»: estes são, por sua vez, incitados à correcção da representação que fazem daquele valor, e a juntarem-se desse modo aos que já o entendem adequadamente.

Mes este mesmo acto de persuasão/incitamento dirige-se também — e já se reparou seguramente na poli-audição que vai enformando este acto de discurso — aos que estão *contra* o «sucesso», nomeadamente aos que o tomam como manifestação insuperável do «egoísmo capitalista» ou do «cinismo ‘yuppie’». Como se viu oportunamente, estes são duramente criticados/censurados pelo Locutor. Mas justamente o acto de crítica/censura — que, de resto, se articula, por antonímia ilocutória, ao de elogio — traz também habitualmente consigo uma derivação que conduz, por implicação pragmática, ao incitamento à correcção. Temos, assim, por esta nova via, também presente no discurso uma outra manifestação da força accional de persuasão — a persuasão à correcção, ou, numa outra perspectiva, a força accional de dissuasão: dirigindo-se àqueles que estão declaradamente contra o «sucesso», o Locutor tenta — e apesar de tudo..., como se compreende a partir do que observei em 11.2.2.5.2.a. — dissuadi-los de ‘persistirem’ em tal erro.

12.7.2. Tendo em conta o que apontei em 11.2.2.5.3. e em 11.3.4., deve reconhecer-se que se inscreve também no discurso em análise um outro acto expressivo, de relaização indirecta, de elogio, que tem por objecto o valor «solidariedade». As observações formuladas naqueles números habilitam mesmo a concluir que o elogio de «solidariedade» não é menos forte que o elogio de «sucesso».

Também agora este acto ocasiona, por sua vez, uma derivação ilocutória que conduz a um acto de persuasão. Tal acto é também enformado por uma poli-audição: uns (que já sabemos identificar), são incitados a confirmarem-se na referência «solidariedade» e a procederem a acertos no que tange às articulações deste com outros valores, nomeadamente «sucesso»; outros (que também sabemos identificar), são persuadidos a juntarem-se aos que já tomam «solidariedade» como refe-

rência fundamental e aberta a interações enriquecedoras com outros valores (ou são dissuadidos de continuarem sem tal referência ou eventualmente contra ela...).

É claro, por outro lado, que a este acto de elogio de solidariedade se prende também a derivação de um acto de advertência ao poder constituído, em termos similares aos que propus acima no último parágrafo de 12.6., a partir do acto de elogio de sucesso.

13. Importa recordar que o discurso em análise se constrói também sobre o valor «*estabilidade*».

Interessará caracterizar a atitude do Locutor a respeito deste valor, que parece ter sido abandonado a partir da segunda macroestrutura do discurso (ou, mais exactamente, a partir do parágrafo C).

13.1. Como registei oportunamente nas considerações tecidas sobre o primeiro parágrafo do texto, não se encontra aí construída uma imagem particularmente negativa — desvalorizadora — de «*estabilidade*», tal como não se contém aí também uma representação consistentemente positiva de «*sucesso*» — no que se consuma uma contra-expectativa, que deixei devidamente enquadrada.

A desvalorização de «*estabilidade*» só aparece configurada, e de modo forte, no parágrafo seguinte, quando o Locutor identifica «*estabilidade*» com «*passividade*» e sobretudo quando a caracteriza como «Uma estabilidade feita de resignação, quase sempre triste, melancólica, bisonha, fatalista» (B-3). Este movimento de desvalorização de «*estabilidade*» conhece, entretanto, o seu momento máximo em C-2, onde o Locutor a identifica com «*pobreza resignada*», que acabou por constituir-se em «filosofia oficial do regime» salazarista.

13.2. Interessa, no entanto, ter presente que esta desvalorização acentuada de «*estabilidade*» é claramente articulada ao regime ditatorial de Salazar. Por força da enciclopédia activada, está disponível a visão de que se tratou de uma 'perversão' daquele valor, operada em circunstâncias excepcionais, que ditaram a sua subversão e a sua imposição abusivas⁽³⁹⁾.

Também por força da mesma enciclopédia, está ainda disponível a indicação de que a «*estabilidade*» pode ser, não imposta, antes construída, em regime democrático, por vontade expressa dos cidadãos. E, então, a «*estabilidade*» não abafa a criatividade, o dinamismo — antes

desenha o quadro ideal para uma interacção enriquecedora entre os órgãos institucionais, entre estes e os cidadãos e entre estes mesmos, ou seja, entre a organização democrática do Estado e a 'sociedade civil' e, no seio desta, entre os seus membros.

13.3. Acontece ainda que, como acima mencionei, a representação de «sucesso-2» acaba por integrar as referências e as avaliações positivas de «estabilidade», ficando desenhada uma particular conveniência — ou pelo menos uma ampla compatibilização — entre ambos esses valores. Decorre daí que se recorta também nesse segmento do discurso — que, lembre-se, se localiza no último parágrafo, mas que mais uma vez opera, por retroacção, sobre a configuração de segmentos anteriores, e sobre a sua interpretação, — uma valorização de «estabilidade».

13.4. Resulta das observações anotadas que o Locutor, se efectivamente *não diz*, também *não deixa de comunicar*, por implicação pragmática, o elogio da «estabilidade» — de uma 'estabilidade sem perversões' — ou, pelo menos, a sua aceitação como quadro favorável à consecução do «sucesso-solidariedade».

Este é também, seguramente, um outro eixo organizador do discurso — e nele não se deixa de conter uma nova valorização do PSD e de Cavaco Silva, pela 'habilidade' e pela 'eficácia' com que souberam articular, no discurso eleitoral, «estabilidade» e «sucesso».

Repare-se em que o Locutor poderia ter cancelado aquela implicação pragmática. Se o não faz, aquela dimensão significativa implícita do seu discurso oferece-se como disponível...

Tal interpretação permite também ver que está presente no discurso uma nova força ilocutória, igualmente indirecta, derivada: naquele elogio, ou pelo menos, aceitação, da «estabilidade» contém-se também uma nova advertência dirigida ao poder constituído, que se poderá condensar na seguinte formulação: 'há que preservar a estabilidade de quaisquer 'perversões'...' (40).

É claro que esta nova advertência se apoia nos elementos que, em 12.6., vimos suportar uma primeira, aí apropriadamente apontada. E — não seria necessário explicitá-lo — é igualmente claro que esta nova advertência também contém os outros ingredientes ilocutórios que vimos operar naquela primeira, também caracterizados e fundamentados em 12.6.

14. Não encerrarei esta análise do discurso que nos tem ocupado sem aludir a uma outra sua dimensão importante.

Inscrevendo-se, com oportunidade, no rescaldo das eleições legislativas, este discurso comporta naturalmente dimensões de uma inequívoca polemicidade, já devidamente assinalada.

Mas esta polemicidade matiza-se muito nitidamente de uma forte tonalidade *agónica* — o que não deixa de constituir uma contra-expectativa: de algum modo se estranha que um comentário político, desenvolvido num jornal 'independente', que visa atingir um público ideologicamente diferenciado, acabe por constituir um instrumento de combate. A análise avançada não deixa dúvidas quanto a esta natureza *agónica* deste discurso ⁽⁴¹⁾, cujos índices centrais poderei com facilidade registar sumariamente, pois foram objecto de largas considerações no que ficou escrito atrás: o múltiplo confronto de vozes, entre as quais figuram *doxas*; as variadas e vincadas avaliações axiológicas, articuladas às dimensões accionais do elogio, da crítica/censura, da persuasão e da dissuasão, da advertência — elas mesmas, repare-se, também índices da mesma tonalidade agónica; as correspondentes valorizações e desqualificações; os múltiplos movimentos argumentativos, com saliência para a contra-argumentação e para a refutação; as estratégias discursivas de suporte; os momentos de clara desfocagem ou de alguma excessiva generalização em certas apreciações ⁽⁴²⁾; a virulência de muitas das referências e das respectivas avaliações, servidas oportunamente pela instauração de isotopias muito fortes — orientadas mais (como, de resto, por via directa ou indirecta, todas as outras dimensões averbadas) para a *destruição* de vozes e dos seus proferidores do que para a sua mera esqualificação ⁽⁴³⁾; o insistente recurso à implicitação pragmática, também a entender como construção de espaços de manobra adequados à salvaguarda da *face* do Locutor, salvaguarda, de resto, também servida por diversas medidas cautelares accionadas em diferentes momentos; a implantação de uma força assertiva particularmente vincada, que embora conheça destaque acentuado em alguns segmentos, percorre generalizadamente todo o discurso...

15. Ao longo dos comentários que preenchem este estudo referi-me reiteradamente à *força* que o Locutor imprime à sua palavra. Tal força é ingrediente ampliador do *poder do discurso* — uma e outro testemunhando, em última análise, «le pouvoir fondateur du langage,

qui instaure une réalité imaginaire, anime les choses inertes, fait voir ce qui n'est pas encore, ramène ici ce qui a disparu» (44) e que, produzindo e *re-produzindo* o real (45), estabelece também o que é...

Não se ignorará que este «poder fundador» não se esgota na palavra explícita, antes se prolonga e amplia, por via da codificação do implícito, particularmente pelas dimensões discursivas em que o Locutor, ciente que é de que 'para bom entendedor, meia palavra basta', «deixa ou dá a entender que diz precisamente o que o Alocutário-intérprete 'lhe faz dizer'...» (46).

Janeiro de 1992.

NOTAS:

(1) Ver, em particular, os estudos reunidos neste volume, e também Fonseca, J., 1988. Ver nestes trabalhos elementos bibliográficos pertinentes para o presente estudo.

(2) Quero sublinhar que esta imagem que o Locutor de si *constrói* no discurso deve ser privilegiada em relação à imagem do Locutor enquanto ser do mundo — estando esta última justamente disponível a partir da enciclopédia. Sobre a distinção entre Locutor enquanto ser do discurso e Locutor enquanto ser do mundo ver Ducrot, O., 1984.

(3) Esta diferenciada polifonia será devidamente focada em vários momentos deste estudo. Anotarei, entretanto, que nada direi sobre uma das suas dimensões, que é imediatamente activada pelo título do Texto — *Elogio do sucesso* —, que convoca claramente o *Elogio da loucura* de Erasmo. Sobre a noção de polifonia, ver Fonseca, J., 1991 e as referências bibliográficas aí mencionadas.

(4) A identificação dos parágrafos e dos enunciados segue a notação utilizada na transcrição do texto no Anexo II.

(5) 5. Ver 3.2.

(6) Ver, porém, mais adiante, 13.4.

(7) O que aqui chamo de gérmes de 'perversão' de sucesso identifica-se com as virtualidades ligadas às referências e avaliações negativas anotadas em 4.3.1.-3., nos itens a', c' e d'. Essa 'perversão' poderá traduzir-se, segundo as situações, em arrogância, egoísmo, excesso de protagonismo individual, excesso de competição..., ou em versões radicais de uma 'filosofia do sucesso pelo sucesso', 'do sucesso sem preocupações sociais'...; por sua vez, o insucesso (convocado por antonímia) — a 'ausência de sucesso' — pode conduzir à degenerescência que é a frustração, e daí à depressão, à neurastenia... O desenvolvimento do discurso trará, como se vai ver, a referência explícita ou implícita a estas 'perversões'. Aproveito para anotar que outros valores e até dimensões ilocutórias presentes no desenvolvimento do discurso são também afectados de 'perversões' várias, que são aí referidas, explícita ou implicitamente, e que dão ocasião — como de resto acontece em relação aos já referenciados — ao desenho por parte do Locutor de atitudes e de estratégias específicas. A tal me referirei ao longo dos próximos números. De momento, e para preparar minimamente alguns momentos subsequentes da minha exposição, convirá reter mais algumas indicações sumárias neste domínio: (1) a estabilidade é 'pervertida' nos regimes totalitários em estabilidade abusivamente imposta a todo o custo; ela pode degenerar em fobia a toda a mudança — de que decorre bom número de situações ou atitudes negativas; a passividade que com ela se casa pode, por sua vez, degenerar em descrença e fatalismo, e atingir até a frustração; há, porém, que contrapor a estas 'perversões' uma outra visão, eufórica, de estabilidade — aquela que, sendo construída por vontade dos cidadãos, cria um quadro favorável ao desenvolvimento do homem e das sociedades...; (2) o elogio sofre uma nítida 'perversão' no 'elogio interesseiro'... Não deixarei de apontar que estas 'perversões' são parte integrante do *semantismo* dos elementos a que respeitam, e como tal são imediatamente activadas pela ocorrência de tais elementos no discurso.

(8) Ver 11.

(9) Ver 11.3.

(10) É claro que ficam aqui de lado aqueles que, vinculando-se a «sucesso-1», estão declaradamente *contra* o sucesso. Ver, mais abaixo, os comentários respeitantes ao último parágrafo.

(11) Ver 4.3.4.

(12) Ver, de novo, 4.3.4.

(13) Ver, mais abaixo, 6.4.

(14) Ver, mais adiante, a análise dos parágrafos seguintes do texto.

(15) Quero registar que esta visão *construída* pelo Locutor da postura dos antifascistas não deixa de ser polémica, e sobretudo contém uma representação desfocada e uma avaliação apressada da resistência antifascista. Haverá seguramente que ver aqui uma interferência de eventuais dimensões 'evolutivas' na formação ideológica do Locutor enquanto ser do mundo (Ver Nota 2).

(16) Há que reconhecer uma larga inadequação na evocação de Teresa Vilaverde: ela é exemplo reconhecido de sucesso. No entanto, a orientação argumentativa da sequência discursiva neutraliza essa inadequação, obrigando a seleccionar na evocação da jovem cineasta, não a dimensão do sucesso, antes a que respeita à persistência na consideração do «fatalismo»/«tristeza».

(17) Ver, adiante, 10.3.2.

(18) Ver a este propósito, mais abaixo, 10.3.3.

(19) Tenha-se, entretanto, em conta o conteúdo das Notas 2 e 15.

(20) Ver 12.7.

(21) Esta *acusação* pode ser entendida como dirigida também ao próprio Locutor, a quem explicitamente cabe o entendimento da nova mentalidade dos jovens como ruptura com o passado. Temos, assim, aqui uma nova instância de *poli-audição* a marcar um acto ilocutório.

(22) Ver os diversos trabalhos em que O. Ducrot se ocupa deste conector argumentativo, por exemplo, Ducrot, O., 1978. Ver também, para o português, Barros, C.A., 1986.

(23) Ver, entretanto, 10.3.3. Ver também 10.2.1.

(24) Ver mais abaixo, e também 8.2.

(25) Ver 10.2.1.

(26) Ver 9.2.2.4.

(27) Ver Berrendonner, A., 1981. Observo que a noção de *pressuposição* (e a dos *agentes de validação* que ela envolve) com que venho operando neste trabalho assenta directamente neste estudo de A. Berrendonner.

(28) Reparar-se-á em que está aqui contido um movimento de concessão. Para o seu entendimento, veja-se, mais abaixo, 11.2.2.5.2.-3.

(29) Ver 11.2.1.2.

(30) Ver 11.2.2.5.4.

(31) Convirá anotar que se reconhece também no contra-discurso em referência uma outra voz — a voz daqueles que hesitariam entre os valores da estabilidade e os valores do sucesso. (Ver, mais abaixo, 11.2.2.5.3., e também, atrás, 4.4.2.).

(32) Ver também 11.3.1.-3.

(33) Ver 4.3.1.-3.

(34) Ver, de novo, 4.3.1.-3.

(35) Ver Nota 7.

(36) Vejam-se, acima, os números em que procedi à análise do primeiro parágrafo.

(37) Ver Nota 7.

(38) Sobre a noção de *poli-audição*, ver, acima, 4.4.2.

(39) Na enciclopédia dos leitores estão bem presentes os recentes acontecimentos na Europa do Leste e, com eles, a imagem das arbitrariedades e das iniquidades (não mais susceptíveis de serem desmentidas ou ignoradas) a que pôde conduzir a imposição abusiva da «estabilidade» nos regimes totalitários. A consciência generalizada de tal 'perversão' de «estabilidade» é elemento fortemente actuante na interpretação. Importará insistir em que o complexo cognitivo hoje correntemente designado 'enciclopédia' (em que se devem também inscrever as 'tábuas de valores') opera decisivamente na produção e interpretação dos discursos. Como escreve B. Pottier, tal complexo cognitivo «est un antérieur du message» e «est disponible à tout moment, en attente d'actualisation». Pottier, B., 1992, p. 16.

(40) A propósito de 'perversão', ver mais uma vez a Nota 7.

(41) Ver Angenot, M., 1982.

(42) Ver o contido na Nota 15.

(43) Observe-se que, neste contexto, a *destruição* pode ser vista como uma 'perversão' da *desqualificação*. A respeito das várias 'perversões' a que no discurso em análise são sujeitas muitas das referências e avaliações axiológicas, ver de novo a Nota 7.

(44) Benveniste, E., 1966, pág. 25.

(45) Ver Benveniste, E., *Ibidem*.

(46) Fonseca, J., 1991, pág. 298.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Angenot, M. — 1982 *La parole pamphlétaire*, Paris.

Barros, Clara Araújo — 1986 — *Construções contrastivas em Português* (Dissertação de Mestrado / Faculdade de Letras do Porto), Porto.

Benveniste, E. — 1966 — *Problèmes de Linguistique Générale — I*, Paris.

Berrendonner, A. — 1981 — «*Le fantôme de la vérité. Questions sur l'assertion*», in *Éléments de pragmatique linguistique*, Paris.

Ducrot, O. — 1978 — «*Deux mais*», in *Syntaxe et Sémantique du Français* (= *Cahier de Linguistique*, 8), Québec.

— 1984 — *Le dire et le dit*, Paris.

Fonseca, J. — 1988 — «*Coerência do texto*», in *Revista da Faculdade de Letras — Línguas e Literaturas*, Vol. V, Porto.

— 1991 — «*Heterogeneidade na língua e no discurso*», in *Revista da Faculdade de Letras — Línguas e Literaturas*, Vol. VIII, Porto. (Agora também neste volume).

Pottier, B. — 1992 — *Théorie et Analyse en Linguistique*, Paris

ELOGIO DO SUCESSO

Vicente Jorge Silva

O segredo principal da campanha vitoriosa do PSD residiu na associação hábil, eficaz, quase subliminar, entre dois valores de algum modo contraditórios: a estabilidade e o sucesso. Enquanto a estabilidade apela à conservação do adquirido, à segurança, à protecção — e é, nessa medida, um valor estático, passivo, de sentido conservador —, o sucesso representa um apelo directo à iniciativa, à vontade de protagonismo, ao gosto do risco — e é, por isso, um valor activo, dinâmico, aberto à mudança. Em princípio, a estabilidade sensibiliza o colectivo, o espírito gregário da comunidade que rejeita abalos e incertezas, enquanto o sucesso estimula a afirmação singular, individual, que pode provocar tensões, choques e... instabilidade. Somos sujeitos passivos da estabilidade, mas temos de ser sujeitos activos do sucesso.

Segundo a tradição e as raízes ancestrais do nosso imaginário nacional, os portugueses seriam um povo mais vocacionado para a estabilidade — para a passividade — do que para o sucesso, pelo menos no interior das nossas fronteiras. Uma estabilidade feita de resignação, quase sempre triste, melancólica, bissonha, fatalista — à imagem da "ranção nacional" e do longo consulado do dr. Oliveira Salazar. Os grandes momentos épicos do sucesso à portuguesa teriam decorrido fora de portas, através da aventura dos descobrimentos e das histórias exemplares da emigração. Cá dentro, apertados na estreiteza sufocante do rectângulo pátrio, só nos restaria a entrega nas mãos piedosas do destino. O sucesso seria para navegadores, aventureiros e emigrantes, aqueles que correram o risco de partir — não para os que tiveram a sina de ficar.

A melancolia e o fatalismo da condição nacional atravessam toda a nossa cultura e acabaram por condicionar também a nossa cultura política, à direita e à esquerda. Durante o salazarismo, a pobreza resignada — mas estável... — que acabou por constituir-se em filosofia oficial do regime teve como contraponto, à esquerda, o miserabilismo neorealista e as maréguas amargas e quase masoquistas dos anos de prisão sofridos pelos resistentes antifascistas e de que o PCP fez a sua coroa de espinhos gloriosa. Ao fado oficial correspondia, quase simetricamente, o fado da oposição: histórias, ambas, de corações partidos, destinos destruídos, desenganos, tiranias e desgraças.

A persistência destes sinais em obras recentes da nossa cultura é reveladora. A

literatura e o cinema nacionais continuam a dar-nos exemplos expressivos de um imaginário marcado pela fatalidade e pela depressão. Uma tristeza atroz, quase inusitável, habita um dos mais belos filmes portugueses dos últimos tempos, "A Idade Maior", de Teresa Villaverde — uma jovem realizadora identificada com o PCP e que elege Álvaro Cunhal como figura mais admirada. A memória das gerações anteriores transmite-se, por via das referências culturais ou ideológicas, às gerações mais novas. A não ser que estas estejam disponíveis para romper com o passado — ou que o passado tenha reagido para elas a sua capacidade de atracção —, fazendo tábua rasa da memória histórica.

Ora, não será precisamente isso que se espelhe hoje na sociedade portuguesa e de que o movimento juvenil em volta de Cavaco Silva é uma expressão sintomática? O optimismo cultivado por Cavaco, em oposição ao pessimismo atávico do comportamento nacional, não estaria em sintonia com uma mudança de atitudes e mentalidades entre os "novos portugueses" dos anos 90? E não será também significativo que um fenómeno como o do PSR se afirme hoje contra a corrente dos retornos rituais ideológicos da extrema-esquerda, redescobrimdo a alegria e a festa?

A referência ao sucesso aparece como novo emblema de uma revolução silenciosa, criando uma espécie de grau zero da memória histórica. Redutor? Sem dúvida. Mas também libertador. Se a ingenuidade beata e despolitizada das novas mitologias — em que Cavaco aparece ao lado do treinador Carlos Queiroz, ambos como heróis do dia — é indiscutivelmente irritante, como não entender nessas manifestações, desde a final do Mundial de Juniores à Fonte Luminosa "laranja", os sinais de um corte com a fixação neorasténica, derrotista e fatalista da "condição portuguesa"?

Contra o que pretende uma certa cultura arqueológica da esquerda, irremediavelmente casabaiata e incuravelmente nostálgica dos ananás que não chegaram a cantar, o sucesso não é um valor redutível à "lei da selva" do egoísmo capitalista ou ao cinismo "yuppie" em voga na década de 80. O gosto da afirmação individual, a competição no terreno do mérito, da competência e da criatividade, o sentido do risco e a recusa da mediocritação social não são contraditórios com a compaixão, a entrecajuda e a solidariedade. Antes, pelo contrário. O que decididamente não há é lugar para a solidariedade numa sociedade de frustrados. ■

ANEXO II

Elogio do Sucesso

Vicente Jorge Silva

- A (1) O segredo principal da campanha vitoriosa do PSD residiu na associação hábil, eficaz, quase subliminar, entre dois valores de algum modo contraditórios: a estabilidade e o sucesso. (2) Enquanto a estabilidade apela à conservação do adquirido, à segurança, à protecção — e é, nessa medida, um valor estático, passivo, de sentido conservador —, o sucesso representa um apelo directo à iniciativa, à vontade de protagonismo, ao gosto do risco — e é, por isso, um valor activo, dinâmico, aberto à mudança. (3) Em princípio, a estabilidade sensibiliza o colectivo, o espírito gregário da comunidade que receia abalos e incertezas, enquanto o sucesso, estimula a afirmação singular, individual, que pode provocar tensões, choques e... instabilidade. (4) Somos sujeitos passivos da estabilidade, mas temos de ser sujeitos activos do sucesso.
- B (1) Segundo a tradição e as raízes ancestrais do nosso imaginário nacional, os portugueses seriam um povo mais vocacionado para a estabilidade — para a passividade — do que para o sucesso, pelo menos no interior das nossas fronteiras. (2) Uma estabilidade feita de resignação, quase sempre triste, melancólica, bisonha, fatalista — à imagem da «canção nacional» e do longo consulado do Dr. Oliveira Salazar. (3) Os grandes momentos épicos do sucesso à portuguesa teriam decorrido fora de portas, através da aventura dos descobrimentos e das histórias exemplares da emigração. (4) Cá dentro, apertados na estreiteza sufocante do rectângulo pátrio, só nos restaria a entrega nas mãos piedosas do destino. (5) O sucesso seria para navegadores, aventureiros e emigrantes, aqueles que correram o risco de partir — não para os que tiveram a sina de ficar.
- C (1) A melancolia e o fatalismo da condição nacional atravessam toda a nossa cultura e acabaram por condicionar também a nossa cultura política, à direita e à esquerda. (2) Durante o salazarismo, a pobreza resignada — mas estável... — que acabou

por constituir-se em filosofia oficial do regime teve como contraponto, à esquerda, o miserabilismo neo-realista e as narrativas amargas e quase masoquistas dos anos de prisão sofridos pelos resistentes antifascistas e de que o PCP fez a sua coroa de espinhos gloriosos. (3) Ao fado oficial correspondia, quase simetricamente, o fado da oposição: histórias, ambas, de corações partidos, destinos destroçados, desenganos, tiranias e desgraças.

D (1) A persistência destes sinais em obras recentes da nossa cultura é reveladora. (2) A literatura e o cinema nacionais continuam a dar-nos exemplos expressivos de um imaginário marcado pela fatalidade e pela depressão. (3) Uma tristeza atroz, quase insustentável, habita um dos mais belos filmes portugueses dos últimos tempos, «A Idade Maior», de Teresa Vilaverde — uma jovem realizadora identificada com o PCP e que elege Álvaro Cunhal como figura mais admirada. (4) A memória das gerações anteriores transmite-se, por via das referências culturais ou ideológicas, às gerações mais novas. (5) A não ser que estas estejam disponíveis para romper com o passado — ou que o passado tenha esgotado para elas a sua capacidade de atracção — fazendo tábua rasa da memória histórica.

E (1) Ora, não será precisamente isso que explode hoje na sociedade portuguesa e de que o movimento juvenil em volta de Cavaco Silva é uma expressão sintomática? (2) O optimismo cultivado por Cavaco, em oposição ao pessimismo atávico do comportamento nacional, não estaria em sintonia com uma mudança de atitudes e mentalidades entre os «novos portugueses» dos anos 90? (3) E não será também significativo que um fenómeno como o do PSR se afirme hoje contra a corrente dos soturnos rituais ideológicos da extrema-esquerda, redescobrimdo a alegria e a festa?

F (1) A referência ao sucesso aparece como novo emblema de uma revolução silenciosa, criando uma espécie de grau zero da memória histórica. (2) Redutor? (3) Sem dúvida. (4) Mas também libertador. (5) Se a ingenuidade beata e despolitizada das novas mitologias — em que Cavaco aparece ao lado do treinador Carlos Queirós, ambos como heróis do dia — é indiscutivelmente irritante, como não entender nessas manifestações, desde a final do Mundial de Juniores à Fonte Luminosa «laranja», os sinais de um corte com a fixação neurasténica, derrotista e fatalista da «condição portuguesa»?

- G (1) Contra o que pretende uma certa cultura arqueológica da esquerda, irremediavelmente cabisbaixa e incuravelmente nostálgica dos amanhãs que não chegaram a cantar, o sucesso não é um valor redutível à «lei da selva» do egoísmo capitalista ou ao cinismo «yuppie» em voga na década de 80. (2) O gosto da afirmação individual, a competição no terreno do mérito, da competência e da criatividade, o sentido do risco e a recusa da mediotização social não são contraditórios com a compaixão, a entreatada e a solidariedade. (3) Antes, pelo contrário. (4) O que decididamente não há é lugar para a solidariedade numa sociedade de frustrados.

Sexta-feira, 11 Outubro 1991 PÚBLICO FIM DE SEMANA

NOTA BIBLIOGRÁFICA

Os estudos reunidos neste volume têm a seguinte proveniência:

«*Coerência e coesão nas unidades linguísticas*» — representa a fusão, com reformulações pontuais e actualização bibliográfica, da *Introdução e Primeira Parte de Coesão em Português. Semântica-Pragmática-Sintaxe*, Porto, 1981 (Dissertação de Doutoramento em Linguística Portuguesa / Universidade do Porto; não publicada).

«*Os elementos de coesão do texto 'Porque apoio Eanes'*» — retoma, com ligeiras modificações, a *Quarta Parte* da mesma Dissertação de Doutoramento.

«*A frase no texto. Algumas propostas de trabalho para a aula de língua materna*» — contempla alguns dos tópicos desenvolvidos em «*Quelques aspects du rapport phrase-texte, et leur exploitation dans l'enseignement de la langue maternelle*», comunicação ao 7^{ème} Congrès Mondial de Linguistique Appliquée (AILA Brussels 84), que teve lugar em Bruxelas (4-10 de Agosto de 1984); publicado em *Palavras, Revista da Associação dos Professores de Português*, n.º 9 (Dezembro de 1986).

«*Ensino da língua materna como pedagogia dos discursos*» — é o texto de uma comunicação apresentada ao *Encontro sobre o Ensino do Português* organizado pelo Centro de Estudos Portugueses da Universidade do Minho (Braga, 30-31 de Outubro de 1987); publicado em *Diacrítica*, 3-4 (1988-1989).

«*Heterogeneidade na língua e no discurso*» — representa uma versão alargada e pontualmente refundida de um texto elaborado em princípios de 1989 e apresentado como «lição de síntese» em provas de

Agregação em Linguística realizadas na Faculdade de Letras do Porto em Junho daquele mesmo ano; publicado em *Revista da Faculdade de Letras — Línguas e Literaturas*, Vol. VIII, Porto. Intencionalmente, nesta versão escrita não foram apagados alguns índices da particular condição de oralidade em que o texto foi originariamente produzido.

«*As articulações discurso-metadiscurso e a sua exploração na didáctica do Português como Língua Estrangeira*» — reproduz o texto de uma comunicação apresentada ao *Seminário Internacional 'Português como Língua Estrangeira'* (Macau, 9-12 de Maio de 1991) organizado pela Direcção dos Serviços de Educação de Macau, Fundação Macau e Instituto Português do Oriente; publicado em *Actas do Seminário Internacional 'Português como Língua Estrangeira'*, Macau, 1991.

«*'Elogio do sucesso': a força da palavra / o poder do discurso*» — publicado em *Revista da Faculdade de Letras — Línguas e Literaturas*, vol. IX, Porto, 1992.

ÍNDICE

Coerência e coesão nas unidades linguísticas	7
Os elementos de coesão do texto « <i>Porque Apoio Eanes</i> »	105
A frase no texto. Algumas propostas de trabalho para a aula de língua materna	227
Ensino da língua materna como pedagogia dos discursos	235
Heterogeneidade na língua e no discurso	249
As articulações discurso-metadiscurso e a sua exploração na didáctica do Português como Língua Estrangeira	293
« <i>Elogio do Sucesso</i> »: A força da palavra / o poder do discurso	315
Nota bibliográfica	377

JOAQUIM FONSECA licenciou-se em Filologia Românica pela Faculdade de Letras de Coimbra e doutorou-se em Linguística Portuguesa pela Universidade do Porto. É Professor Catedrático da Faculdade de Letras desta Universidade, onde ensina Linguística desde 1972. A Linguística do Texto, a Pragmática Linguística e a Semântica-Sintaxe constituem as áreas predominantes da sua investigação e labor universitário, que têm vindo a centrar-se crescentemente em torno da semântica enunciativa, particularmente nas suas vertentes ilocutória e argumentativa, ao nível da Frase/Enunciado e do Texto/Discurso.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

ISBN 972-566-188-5